



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ANTONIO TADEU PINTO SOARES JUNIOR

DESENVOLVIMENTO URBANO ASSIMÉTRICO: O CASO DE PARNAMIRIM DE
DENTRO E DE FORA, BRASIL

FORTALEZA - CEARÁ

2017

ANTONIO TADEU PINTO SOARES JUNIOR

DESENVOLVIMENTO URBANO ASSIMÉTRICO: O CASO DE PARNAMIRIM
DE DENTRO E DE FORA, BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro.

FORTALEZA - CEARÁ

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S676d Soares Júnior, Antônio Tadeu Pinto.
Desenvolvimento urbano assimétrico: o caso de Parnamirim de dentro e de Fora, Brasil [recurso eletrônico] / Antônio Tadeu Pinto Soares Júnior. — Fortaleza, 2017.
1 CD-ROM : il., color ; 4 3/4 pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 288 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Ph.D. Daniel Rodrigues de Carvalho Pinheiro.

1. Espaço urbano - planejamento. 2. Parnamirim, RN – desenvolvimento urbano. 3. Turismo litorâneo. 4. Geografia. I. Título.

CDD: 338.4791

Gicelle de S. Silva – Bibliotecária
CRB-4/2163



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "DESENVOLVIMENTO URBANO ASSIMÉTRICO: O CASO DE PARNAMIRIM DE DENTRO E FORA, BRASIL."

Data da Defesa: 28/09/2016

Nome do Autor: ANTONIO TADEU PINTO SOARES JUNIOR

Nome do Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro (UECE)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração Análise Geoumbiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:

Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro - UECE
1º Membro (Orientador)

Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa - UECE
2º Membro Interno

Prof. Dr. Helder Silva Brasil - UECE
3º Membro Interno

Prof. Dr. Maria Clélia Lastosa Costa - UFC
4º Membro Externo

Prof. Dr. Nazé Galvão Araújo Silva - UFERSA
5º Membro Externo

A Deus, porque me deu a vida e sorriu ao pensar em mim, lançando-me no mundo por amor e me deixando o seu olhar de Pai. Uma luz divina que me acompanha.

Aos meus avós maternos, Valdimiro e Raimunda (*in memoriam*).

Aos meus familiares.

Aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, perfeito, infinito e amoroso, quis e sempre quer precisar de minha pequenez só me restando dar a Ele o meu sim com humildade, confiança e gratidão. Ele me deu a alegria de ser chamado todos os dias a concretizar os planos e sonhos que estão em seu Sagrado Coração.

Aos meus avós maternos, Valdimiro e Raimunda (*in memoriam*), os pais que Deus escolheu para que eu pudesse ter vida e vida em abundância.

Aos meus familiares, alicerce fundamental de todos os momentos.

Às minhas irmãs Tamara e Ticiane. Amo vocês!

Aos meus dois sobrinhos queridos, Thayná e Bernardo.

Ao Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, pelo apoio, pela confiança e por ver nas minhas limitações oportunidades de vida, para além da orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial, aos coordenadores Profa. Dra. Lúcia Brito e Prof. Dr. Otávio Lemos, pela atenção a mim dispensada sempre que necessário.

Às secretárias Maria Júlia de Oliveira e Adriana Livino, pela permanente presteza e solicitude para comigo.

Aos professores do Doutorado em Geografia da UECE, pelas importantes contribuições.

Aos meus colegas da turma de 2012 do doutorado, pelos bons momentos juntos de aprendizado. Respeitosamente, à Camila, ao Cleyber, à Andreia Crispim, ao Stanley e ao Edmar, pela grande ajuda e incentivo para construir este trabalho.

Aos professores Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas e Dra. Maria Clélia Lustosa Costa, pelo carinho e pelo incentivo constante.

Aos meus grandes amigos para toda a vida, Cíntia, Marisa, Camila, Anna Emília, Juscelino, Napiê, Eciane, Renata, Iara, João, Gerardo, Roberta, Bruno, Cleyton, pelo apoio incondicional na construção e elaboração desta tese em todas as fases, e pelo suporte, quando eu não mais acreditava que seria possível concretizar o trabalho.

Aos amigos que fazem parte da minha história de vida. A amizade e o companheirismo de vocês são sempre imprescindíveis. Agradecimento especial à Ana Célia, que foi a salvação da minha vida, quando se disponibilizou a cuidar de mim quando estive enfermo.

Ao casal Maux, Aline e Franklin, pela acolhida fraterna em todas as vezes que estive fazendo trabalho de campo em Parnamirim. A casa e a convivência com vocês foram o próprio Coração de Jesus a cuidar de mim.

À Comunidade Católica Missionária Recado, à qual, durante este doutorado, consagrei-me e doei a minha vida em oferta boa e agradável a Deus, à Igreja e a à humanidade. Meu louvor e minha alegria por ser Recado de Deus. Aos meus irmãos na fé, Luiz Carvalho (Fundador), Hegine Tozadore (Formadora Geral), Marlos (Formador Pessoal), Glória, Rozynete, Paulo Roberto, Ana Maria (Formadores Comunitários); aos consagrados do C2.1, Valéria, Rose, Daniel, Crys Calado, Daianne, Lúcia, Léo Falconeri; aos irmãos de vocação, a todos os meus formandos pessoais, à Equipe de Formação, a todas as autoridades constituídas na Obra, por me sustentarem sempre pela oração, pelo amor, pela misericórdia e pelo louvor e alegria. Por sempre me mostrarem que é no Coração de Jesus que está o meu lugar, onde está a minha vida.

Ao Grupo de Oração para Jovens, Rosto da Misericórdia (RDM) da Paróquia São Francisco Xavier no Conjunto Esperança, na pessoa do Pe. Rivaldo, por me agraciarem com a vida de cada um e por me darem a grata surpresa de saber que o sim deles a Deus sustenta o meu sim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro dado através de bolsa de estudo para a realização desta tese.

Ao Instituto Federal de Alagoas (IFAL), à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), ao Campus Piranhas (AL), pelo apoio através da liberação de afastamento para que eu pudesse concluir esta tese. Aos amigos e colegas de Instituição que me ajudaram e me ajudam, em especial, à Profa. Roberta Bandeira, ao Prof. Robenilson Ferreira, à Profa. Cristiane Santos, ao Pedagogo Rendrikson Gonçalves, ao Claudionor Albuquerque (CAL). À Gestão do Campus: Prof. Ricardo, Prof. Iatanilton, Prof. Pablo.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

“A Igreja do Deus vivo precisa de nós! E por isso eu me disponho... Com sangue, suor e lágrimas eu farei tudo que quiseres. Viver pra consolar teu Coração, cantar tuas maravilhas. Anunciar tua glória, oh, Cristo ressuscitado! E sempre dar o teu recado.”

(Regras de Vida e Estatutos – Comunidade Recado).

RESUMO

O espaço urbano de Parnamirim, na perspectiva da sua produção social, é explicado pela ocupação e uso do solo em municípios inseridos na dinâmica metropolitana de Natal. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os desdobramentos socioespaciais das políticas e ações de desenvolvimento urbano-metropolitano-litorâneo no município de Parnamirim (Rio Grande do Norte, Brasil), a partir dos investimentos em habitação e turismo no processo de produção do espaço e reestruturação urbana [1965-2015]. Como recorte teórico, tem-se o espaço que se operacionaliza no conceito de Desenvolvimento Local aplicado ao Turismo (PINHEIRO et al., 2014). Os métodos e as técnicas de pesquisa atenderam o caráter quantiquantitativo com tipologias exploratória e descritiva, através de levantamento bibliográfico e visitas a campo. Na pesquisa foram aplicados 360 questionários divididos em três áreas no objeto de estudo: a área central, a área das habitações qualificadas e a do litoral, esta última tratada de forma estatística no excel com análise de nove fatores, a fim de traçar um perfil socioeconômico local. Os resultados apontam para Parnamirim na parte de Dentro, incorporada pela metrópole para a difusão do desenvolvimento a partir da habitação, do comércio, do espaço metropolitano de média densidade e localmente desenvolvido, entre outros fatores, e para Parnamirim na parte de Fora, que é o litoral, que segue a lógica do turismo e das práticas como lazer, veraneio e excursionismo, de baixa densidade de ocupação e desenvolvimento local. Há uma difusão do desenvolvimento urbano assimétrico corrente no seu uso e ocupação dividindo o município em três, sendo dois “Parnamirins de Dentro” e um “Parnamirim de Fora”. O primeiro voltado a habitações, infraestruturas e conveniências. Já o segundo voltado à prática do turismo e lazer dinamizado pela atividade turística implementada na área metropolitana e litorânea. Atualmente, fica claro que a segregação-fragmentação socioespacial e a expansão urbana metropolitana seguem a lógica do avanço capitalista, que desconhece os espaços particulares gerando contradições e tensões em distintas proporções de acordo com as conveniências. Para elucidar o estudo em questão, é preciso entender a cidade de Parnamirim como resultado de transformações nos seus espaços inseridos na Região Metropolitana de Natal. Essas condutas estão associadas à agressividade dos investimentos imobiliários para atender todas as demandas no território construído para assumir a forma de mercadoria.

Palavras-chave: Espaço urbano. Parnamirim. Turismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The urban area of Parnamirim, in the perspective of its social production, is explained by occupation and use of the soil in municipalities inserted in the metropolitan dynamics of Natal. Thus, this research has as main objective to analyze the socio-spatial development of the policies and actions of urban-metropolitan-coastal improvement in the municipality of Parnamirim (Rio Grande do Norte, Brazil) from investments in habitation and tourism in the production process of space and urban restructuring [1965 2015]. As a theoretical framework has the space that is operationalized in Local Development concept applied to Tourism (PINHEIRO et al., 2014). The methods and research techniques answer the quantitative and qualitative character with exploratory and descriptive typologies, through a literature review and field visits. On the survey is applied 360 questionnaires divided into three areas in the study object: the central area of qualified habitation and the coast was treated in statistical form in Excel with analysis of nine factors drawing a socio-economic profile. The results point to Parnamirim on the inside merged into the metropolis for the diffusion of development from the habitation, commercial, metropolitan space medium density and locally developed, etc., and the other to Parnamirim on the outside, which is the coastline, follows the logic of globalized tourism and practices such as leisure, summer and, excursion low density of occupation and local development, etc. A broadcast by urban asymmetrical current development in the use and occupation by dividing the municipality into three and two "Parnamirins inside" and "outside Parnamirim" respectively. The first returned to inhabit, infrastructure and amenities. The second focused on the practice of tourism and leisure boosted by tourism implemented in metropolitan and coastal area. Currently, it is clear that segregation-fragmentation socio-spatial and metropolitan urban expansion following the logic of capitalist progress, which is unaware of the particular spaces generating contradictions and tensions in different proportions according to the conveniences and to study the unveiling in question is to understand the city of Parnamirim as a result of changes in their respective space inserted in the Metropolitan Region of Natal. These behaviors are associated with aggressiveness of real estate investments to meet all demands in force in the territory built spaces to take the form of merchandise.

Keywords: Urban space. Parnamirim. Tourism. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1.1 –	Mapas dos Bairros Analisados no Município de Parnamirim - RN	24
Mapa 1.2 –	Mapa de Localização do Município de Parnamirim-RN	27
Mapa 4.1 –	Segmentos Turísticos em Natal - RN	111
Mapa 4.2 –	Dist. das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (1980)	114
Mapa 4.3 –	Dist. das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (1991)	114
Mapa 4.4 –	Dist. das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (2000)	114
Mapa 4.5 –	Dist. das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (2010)	114
Mapa 5.1 –	Mapa de Ocupação do Município de Parnamirim-RN ano de 2014	150
Mapa 5.2 –	Mapa Geomorfológico do Município de Parnamirim-RN	162
Cartograma 5.1 –	Geologia do município de Parnamirim-RN.....	160
Cartograma 5.2 –	Bairros e População por Bairros – Parnamirim-RN.....	163
Cartograma 6.2.1 –	Sexo e Drogas.....	192
Cartograma 6.2.2 –	Lazer.....	194
Cartograma 6.2.3 –	Serviço.....	196
Cartograma 6.2.4 –	Rendimento do Turismo.....	198
Cartograma 6.2.5 –	Ambiente.....	201
Cartograma 6.2.6 –	Acessibilidade.....	203

Cartograma 6.2.7 – Emprego	e	206
Renda.....		
Cartograma 6.2.8 – Profissionalização do Turismo.....		208
Cartograma 6.2.9 – Educação.....		212

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 4.1 –	Aeroporto	Augusto	108
	Severo.....		
Foto 5.1 –	A grande base aérea de Parnamirim Field durante a 2ª Guerra Mundial.....		134
Foto 5.2 –	Vila de Parnamirim Field.....		137
Foto 5.3 –	Base aérea de Natal em Parnamirim.....		137
Foto 5.4 –	Encontro do pres. americano Roosevelt com o pres. Getúlio Vargas.....		138
Foto 5.5 –	Eleanor Roosevelt condecorando oficiais da US Navy em Parnamirim.....		138
Foto 5.6 –	Tropa americana em Parnamirim Field.....		139
Foto 5.7 –	Bairro de Emaús.....		145
Foto 5.8 –	Rua do bairro de Emaús.....		145
Foto 5.9 –	Supermercado em Emaús.....		145
Foto 5.10 –	Condomínio Residencial em Emaús.....		145
Foto 5.11 –	Paróquia Nossa Senhora de Fátima.....		147
Foto 5.12 –	Centro da cidade de		147

	Parnamirim.....	
Foto 5.13 –	Atividades comerciais	de 148
	Parnamirim.....	
Foto 5.14 –	Sítio em Parnamirim.....	152
Foto 5.15 –	Chácara	em 152
	Parnamirim.....	
Foto 5.16 –	Shopping	de 153
	Parnamirim.....	
Foto 5.17 –	Lojas Americanas	em 153
	Parnamirim.....	
Foto 5.18 –	Windsurf na praia de Pirangi do Norte.....	165
Foto 5.19 –	Cajueiro em Pirangi do Norte.....	165
Fotos 5.20 e 5.21 –	Feira de Pium.....	166
Foto 5.22 –	Estabelecimentos para período de carnaval em Pirangi do Norte.....	166
Foto 5.23 –	“Camarote” de carnaval em casa de veraneio em Pirangi do Norte.....	166
Foto 5.24 –	Praia do Cotovelo.....	168
Foto 5.25 –	Flats na praia do Cotovelo.....	168
Foto 5.26 –	Hotel na praia do Cotovelo.....	168
Foto 5.27 –	Residências de veraneio em Cotovelo.....	168
Foto 5.28 –	Condomínio residencial em Cotovelo.....	168
Foto 5.29 –	Entrada da praia de Pirangi do Norte.....	169
Foto 5.30 –	Praia de Pium.....	169
Foto 5.31 –	Urbanização litorânea na praia do	170

	Cotovelo.....	
Foto 5.32 –	Equipamentos Turísticos, Pirangi do	170
	Norte.....	
Foto 5.33 –	Terrenos à venda,	171
	Cotovelo.....	
Foto 5.34 –	Condomínios à venda, Pirangi do	171
	Norte.....	
Foto 5.35 –	BR-101, Parnamirim-RN.....	172
Foto 5.36 –	Comércio na BR-101, Parnamirim- RN.....	172
Foto 5.37 –	Indústria na BR-304, Parnamirim- RN.....	172
Foto 5.38 –	RN-063, Parnamirim-RN.....	172
Fotos 5.39 e 5.40 –	Publicidade de Veraneio.....	174
Foto 5.41 –	Publicidade de condomínio fechado, Pirangi do	177
	Norte.....	
Foto 5.42 –	Condomínio fechado residencial, Pirangi do	177
	Norte.....	
Foto 5.43 –	Condomínio residencial,	178
	Cotovelo.....	
Fotos 5.44 e 5.45 –	Pousada Esquina do Sol, fechada, junho de 2016, Pirangi do	
	Norte.....	181
Fotos 5.46 e 5.47 –	Casas de aluguel por temporada, Pirangi do	181
	Norte.....	
Fotos 5.48 e 5.49 –	Apartamentos para alugar por temporada em construção fiscalizada pelo CREA, Pirangi do	182
	Norte.....	
Foto 5.50 –	Serviço de Segurança Privada, Pirangi do	182
	Norte.....	
Foto 5.51 –	Comércio, Pirangi do	182
	Norte.....	

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 –	Segmentação da oferta turística no Brasil.....	47
Figura 2.2 –	Cenário Turístico Internacional de acordo com a OMT.....	48
Figura 3.1 –	Linha do tempo de desenvolvimento do Brasil.....	65
Figura 4.1 –	Localização das regiões metropolitanas oficiais.....	93
Figura 4.2 –	Natal no The New York Times (14/10/1940), falando do empréstimo das bases aéreas no Brasil.....	96
Figura 4.3 –	Mapa de Navegação aérea da região do Atlântico Sul.....	98
Figura 4.4 –	Municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN).....	102
Figura 4.5 –	Costa das Dunas: campo de centralidade e integração.....	104
Figura 4.6 –	Polos Turísticos do Rio Grande do Norte.....	109
Figura 4.7 –	Polo Costa das Dunas, RN.....	110
Figura 5.1 –	Localização do município de Parnamirim-RN.....	121
Figura 5.2 –	Nordeste	122

	Brasileiro.....	
Figura 5.3 –	Produto Interno Bruto (PIB), participação por Região, 2013.....	126
Figura 5.4 –	O Nordeste Turístico.....	128
Figura 5.5 –	Ocupação do interior do Nordeste Brasileiro.....	130
Figura 5.6 –	“Parnamirins de Dentro” e “Parnamirim de Fora”.....	132
Figura 5.7 –	Rota aérea pelo Atlântico Sul.....	135
Figura 5.8 –	Município de Parnamirim-RN.....	142
Figura 5.9 –	Crescimento populacional por bairros em Parnamirim (2000 a 2010)....	144
Figura 5.10 –	Orientação das áreas de expansão em Parnamirim-RN.....	149
Figura 5.11 –	Áreas de expansão em Parnamirim.....	151
Figura 5.12 –	Limites do município de Parnamirim.....	154
Figura 5.13 –	PIB de Parnamirim-RN.....	156
Figura 5.14 –	Resort Porto Brasil.....	171
Figura 5.15 –	IDH do Rio Grande do Norte.....	176
Figura 7.1 –	Figura Central da Pesquisa.....	221

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 2.1 –	Evolução Histórica da OMT.....	43
--------------	--------------------------------	----

Quadro 2.2 –	Trajétoria da Definição de Turismo da OMT.....	44
Quadro 2.3 –	Segmentações do Mercado Turístico.....	45
Quadro 3.1 –	Características de Desenvolvimento.....	57
Quadro 3.2 –	Padrões de Crescimento Econômico.....	74
Quadro 4.1 –	Os Fenômenos e sua Combinação na Metrôpole.....	88
Quadro 5.1 –	Itinerário do conceito de região segundo Haesbaert.....	123
Quadro 5.2 –	Comp. e caract. de bairros em Parnamirim por setores censitários.....	146
Quadro 6.1 –	Teste KMO, Teste de Barlett e Alfa Cronbach.....	188
Tabela 4.1 –	Evolução Populacional de Natal-RN.....	97
Tabela 4.2 –	Região Metropolitana de Natal e Áreas por Município.....	101
Tabela 4.3 –	Varição do Fluxo Turístico de Natal (2006 a 2011).....	112
Tabela 4.4 –	Fluxo Turístico entre Natal e RN (2006 a 2011).....	112
Tabela 5.1 –	Evolução Populacional de Parnamirim, Rio Grande do Norte.....	142
Tabela 5.2 –	PIB a Preço de Mercado na RMN (2008 a 2012).....	157
Tabela 5.3 –	Residências secundárias na Região Metropolitana de Natal (1991 a 2010).....	173
Tabela 5.4 –	Região Metropolitana de Natal: População (2000 a 2010).....	175
Tabela 6.1 –	Fatores Obtidos pela Rotação da Matriz de	189

	Componentes.....	
Tabela 6.2.1 –	Estabel. de ensino por dependência administrativa (2008 e 2013).....	210
Tabela 6.2.2 –	Corpo docente na educação básica por dependência administrativa (2008 e 2013).....	211
Tabela 6.2.3 –	Número de matrículas efetivadas na educação básica por dependência administrativa para os anos de 2008 e 2013.....	211

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CATRE	Comando Aéreo de Treinamento
CFPM	Centro de Formação de Pilotos Militares
CGA	<i>Compagnie Générale Aéropostale</i>
CGEA	<i>Compagnie Générale d'Entreprise Aéronautique</i>
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CNAE	Comissão Nacional de Atividades Espaciais
COSERN	Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPS	Sistema de Posicionamento Global

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NASA	National Aeronautics and Space Administration
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDRMN	Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal
PDTIS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais de Parnamirim
PIB	Produto Interno Bruto
PMP	Prefeitura Municipal de Parnamirim
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD BRASIL	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil
PRODETUR-RN	Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte
PRODETUR-NE	Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

RMN	Região Metropolitana de Natal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR	Secretaria do Turismo do Rio Grande do Norte
SETEL	Secretaria de Turismo Esporte e Lazer de Parnamirim
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELERN	Telecomunicações do Rio Grande do Norte
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.2	OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO, UNIVERSO, PÚBLICO-ALVO.....	20
1.3	ESTRUTURA DA TESE.....	22
2	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	30
2.1	NATUREZA E TIPOLOGIA.....	30
2.2	ADEQUAÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO À FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	32
2.3	TURISMO, VILEGIATURA E EXCURSIONISMO.....	36
2.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL E O TURISMO.....	52
2.5	DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE ESTUDO AS FACETAS DO DESENVOLVIMENTO E AS IMPLICAÇÕES NO	52
3	ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	53

3.1	DA NOÇÃO À TEORIA.....	53
3.2	AS PREMISSAS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO.....	54
3.3	O DESENVOLVIMENTO SE APROXIMA DA AMÉRICA LATINA.....	56
3.4	O MUNDO EM MUTAÇÃO: DO DESENVOLVIMENTO SIMULACRO AO DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL.....	59
3.5	DESENVOLVIMENTO E A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO.....	61
3.6	DESENVOLVIMENTO COMO PROGRESSO E CRESCIMENTO.....	63
3.7	DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	68
3.8	DESENVOLVIMENTO PRECISA SER SUSTENTÁVEL.....	72
3.9	DESENVOLVIMENTO E A GEOGRAFIA: IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO.....	75
3.10	ESPAÇO COMO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	80
3.11	ESPAÇO COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	84
4	A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO NO NORDESTE BRASILEIRO: A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL.....	87
4.1	A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANO-METROPOLITANOS: AS REGIÕES METROPOLITANAS.....	87
4.2	A REGIÃO METROPOLITANA NO BRASIL.....	90
4.3	NATAL E A SUA REGIÃO METROPOLITANA.....	94
4.4	A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NA RMN: O TURISMO E SUAS ADJETIVAÇÕES.....	105
4.5	O AVANÇO DO PROCESSO DE CONURBAÇÃO E A RELAÇÃO COM PARNAMIRIM.....	116
5	CARACTERIZANDO O ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO-LITORÂNEO DE PARNAMIRIM-RN.....	121
5.1	ENTENDENDO O OBJETO A PARTIR DO NORDESTE BRASILEIRO.....	121

5.2	SERTÃO DE DENTRO E SERTÃO DE FORA: UMA ALUSÃO AO DESENVOLVIMENTO DE PARNAMIRIM-RN.....	130
5.3	O MUNICÍPIO EM FOCO: PARNAMIRIM E A SUA HISTÓRIA.....	133
5.4	A RELAÇÃO ENTRE PARNAMIRINS DE DENTRO E PARNAMIRIM DE FORA.....	147
5.5	ASPECTOS FISIAGRÁFICOS.....	158
5.6	OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO LITORÂNEA, USO E OCUPAÇÃO DO SÍTIO GEOGRÁFICO.....	163
5.7	A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM PARNAMIRIM.....	185
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	187
6.1	LIMITANTES DA ANÁLISE.....	187
6.2	ANÁLISE DOS FATORES DE DESENVOLVIMENTO.....	187
6.2.1	Fator 1: Sexo e Drogas.....	190
6.2.2	Fator 2: Lazer.....	193
6.2.3	Fator 3: Serviços.....	195
6.2.4	Fator 4: Rendimento do Turismo.....	197
6.2.5	Fator 5: Ambiente.....	199
6.2.6	Fator 6: Acessibilidade.....	202
6.2.7	Fator 7: Emprego e renda.....	204
6.2.8	Fator 8: Profissionalização do turismo.....	207
6.2.9	Fator 9: Educação.....	209
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
	REFERÊNCIAS.....	222
	APÊNDICES.....	235
	APÊNDICE A – Medição de Desenvolvimento local.....	236
	APÊNDICE B – Pacote de Análises Parnamirim de Fora.....	238

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de tese, intitulado *Desenvolvimento Urbano Assimétrico: o caso de Parnamirim de Dentro e de Fora, Brasil*, tem como destaque mostrar que Parnamirim é um município cujo processo de ocupação e uso do solo foi recentemente determinado por três fenômenos distintos: o uso militar, desde a II Guerra Mundial; o uso residencial, nos últimos 50 anos [1965-2015]; o uso turístico, na costa atlântica do município incluída no processo de valorização dos espaços metropolitanos litorâneos nordestinos.

Vale destacar que o município é fruto de uma racionalidade pensada nas articulações entre diferentes agentes produtores do espaço através do discurso do progresso, do crescimento e do desenvolvimento, necessitando veementemente de investimentos público-privados visando melhorias, a fim de, potencializar os espaços, de forma estratégica, para atender as demandas desse discurso.

A tese proposta nasce desse contexto, traçando uma dimensão mais verticalizada do desenvolvimento urbano, numa tentativa de mostrar que, na contemporaneidade, a validade das grandes narrativas da urbanização globalizada alcança a compreensão de municípios como Parnamirim, redefinindo os espaços urbano-metropolitanos e litorâneos no Nordeste brasileiro.

A região Nordeste do Brasil estabelece uma proximidade com o mundo. Através das representações construídas no tempo-espaço, o Nordeste apresenta-se repleto de simbolismos e fantasias que precisam ser equacionados para que se fundamente uma ordenação do seu território político, administrativo, social, econômico, cultural e ambiental, constituindo-se hoje em um novo Nordeste, de desenvolvimento propício, principalmente em suas áreas urbanas, metropolitanas e litorâneas.

Desse modo, o desenvolvimento urbano não é somente um espraiamento do tecido urbano, um crescimento da área urbanizada para além dos limites da metrópole trazendo consigo toda a complexidade evolutiva que o crescimento da economia, a modernização e sofisticação pela tecnologia aconteçam no espaço urbano, mas, sim, segundo Souza (2007a, p. 101) um “[...] desenvolvimento socioespacial da e na cidade” acrescido de melhores condições de vida que cheguem para toda a população, sem divergências ou contradições.

Contudo apreende-se no objeto um desenvolvimento urbano assimétrico que mais fragmenta e segrega o espaço de Parnamirim do que verdadeiramente o integra num modelo de gestão e planejamento de cidade, em que a acessibilidade permite verificar as áreas mais

beneficiadas em vista dos setores mais segregados na configuração socioespacial pela distribuição dos investimentos públicos e privados.

1.1 PERGUNTA DE PARTIDA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O ponto de partida para a discussão proposta neste trabalho concretiza-se na seguinte pergunta: Sendo o município de Parnamirim um espaço urbano-metropolitano e litorâneo, como se dá a construção da racionalidade no desenvolvimento urbano no uso e ocupação do espaço, definido a partir da cisão do seu território de acordo com as funções que a cidade desempenha?

Sugerem-se, assim, questionamentos relevantes indicados no percurso da investigação, a saber: 1) como na escala regional-metropolitana, no litoral brasileiro contemporâneo, podemos compreender o desenvolvimento urbano? 2) quais os impactos desse desenvolvimento na paisagem urbana de Parnamirim? 3) como os agentes produtores do espaço estão se articulando sobre o uso e ocupação do solo de Parnamirim no que se refere a investimentos imobiliários, habitação, turismo e lazer? 4) qual é o impacto do turismo no desenvolvimento local de Parnamirim?

Fez-se o esforço para identificar os processos e a relação de Parnamirim com os outros municípios metropolitanos litorâneos e a cidade de Natal, o centro de atração do estado, no que diz respeito à convergência dos espaços que foram ocupados com a expansão da cidade-polo para a periferia, ou seja, com o avanço da lógica capitalista, gerando reestruturação socioespacial, inerente ao processo de modernização e desenvolvimento do município na dinâmica metropolitana.

Acredita-se que esta pesquisa é importante na medida em que é necessária uma investigação sobre como o atual processo de produção e organização socioespacial afeta a qualidade de vida dos residentes dos espaços urbano-metropolitanos e litorâneos e daqueles que buscam o turismo, o lazer e o descanso.

Para esta proposta, além desse argumento primaz, indica-se como justificativa a escolha de três eixos temáticos constantes na futura análise, a saber: a produção fragmentada e desigual do espaço metropolitano; o desenvolvimento urbano; a produção socioespacial do litoral mediante atividades como o turismo.

O Nordeste brasileiro atualmente pressupõe uma importante agenda de pesquisa, principalmente nas últimas três décadas, quando os processos e as práticas socioespaciais, correspondentes a essa formação regional, redefiniram espaços, alterando a morfologia e a

paisagem urbana, atribuindo-lhes novas conformações e funções, ao conviver com a permanência de estruturas e processos tradicionais e legitimados em cada localidade.

Nesse sentido, pensar o espaço urbano-metropolitano-litorâneo como uma espacialidade em construção contribui para o apontamento de novos discursos sobre as formas como o Nordeste se insere na divisão nacional e internacional do trabalho e do consumo com o advento do turismo, do lazer e do descanso.

De acordo com o justificado, esta tese constitui uma relevante contribuição à geografia urbana e ao litoral nordestino. Em nível de planejamento e intervenções propostas para o espaço litorâneo nordestino, este trabalho permite o debate acerca das mutações recorrentes no espaço urbano-metropolitano-litorâneo a partir do município de Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

Este estudo tem como principal objetivo analisar os desdobramentos socioespaciais das políticas e ações de desenvolvimento urbano-metropolitano-litorâneo no município de Parnamirim-RN a partir dos investimentos em habitação qualificada e no turismo no processo de produção do espaço e da reestruturação urbana.

Para sustentar o objetivo geral, foram elaborados quatro objetivos específicos. O primeiro é entender e desenvolver o processo histórico de uso e ocupação de Parnamirim- RN nos últimos 50 anos [1965-2015], dentro do processo de expansão da Região Metropolitana de Natal (RMN) e de urbanização litorânea do município. O segundo é reconstituir o processo de desenvolvimento e de crescimento do município em um dado momento, pela inserção de investimentos técnicos, imobiliários e turísticos, criando novos fluxos socioeconômicos e contribuindo para novas relações espaciais com a RMN. O terceiro objetivo é caracterizar, através de produtos como cartogramas temáticos, Parnamirim de Dentro e Parnamirim de Fora, cada uma com as suas específicas dinâmicas de desenvolvimento. O quarto objetivo, a partir dos dados empíricos, é identificar as tendências que se apresentam com essa fragmentação do município em duas partes, a de dentro (interiorana, residencial e imobiliária) e a de fora (necessidades turísticas, lazer, veraneio, excursão), bem como seus impactos no desenvolvimento local.

Como referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa, elencaram-se os estudos de Dantas (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010); Claval (1996); Urbain (1996); Boyer (2008); Ambrósio (2005), Camargo (2007); Pereira (2012), Fonseca (2012), Gomes (2013), Pinheiro (2014), que abordam a valorização dos espaços litorâneos e as práticas marítimas como o turismo e o lazer. Assim, pretende-se fazer uma reflexão sobre a lógica da urbanização litorânea.

Outros autores fundamentaram as discussões específicas sobre vários temas como a produção do espaço (LEFEVBRE, 1999 e 2008; GOTTDIENER, 1993); a urbanização e metrópole (LEFEVBRE, 1999, 2008; CARLOS, 2001, 2008, 2013; SANTOS, 1996, 1997, 2002, 2010; SPOSITO, 2001, 2008; SILVA, 2005, 2007); a rede urbana (CORRÊA, 1999, 2006); o desenvolvimento urbano (SOUZA, 2007a, 2011, 2013); o desenvolvimento local (MAMBERTI; BARGA, 2004).

Espera-se com este trabalho, portanto, compreender essa dinâmica urbana e metropolitana dos espaços do município litorâneo em questão, criado recentemente, e as lacunas que ficaram para novos aprofundamentos, ampliando as observações sobre a realidade e suas relações sociais, econômicas e de serviços (turismo, habitação, lazer e veraneio).

Dentre esses aprofundamentos está a dialética do entendimento de que a produção desigual do espaço é que dá o tom da dinâmica no município, pois não existindo a desigualdade não existiria a sinergia, a troca sincronizada das ações e dos processos existentes em Parnamirim acompanhando a produção capitalista do espaço, em que esses processos, como os de infraestrutura e serviços, que aparentam ser os mais iguais ou harmônicos, são os mais desiguais. Outro aspecto está também na falta de continuidade do município no seu desenho urbano.

1.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO, UNIVERSO, PÚBLICO-ALVO

Para fins de análise neste trabalho, a pesquisa empírica teve com base o universo de 202.456 mil habitantes no município de Parnamirim-RN, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011) em seu Censo Demográfico de 2010, formado por aproximadamente 21 bairros oficiais, de acordo com a Prefeitura Municipal.

Para esse entendimento, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura que trata das questões relevantes e necessárias à análise do objeto empírico, e uma pesquisa documental em que foram coletados dados e colhidas informações secundárias para compor esta pesquisa, como foi explanado anteriormente.

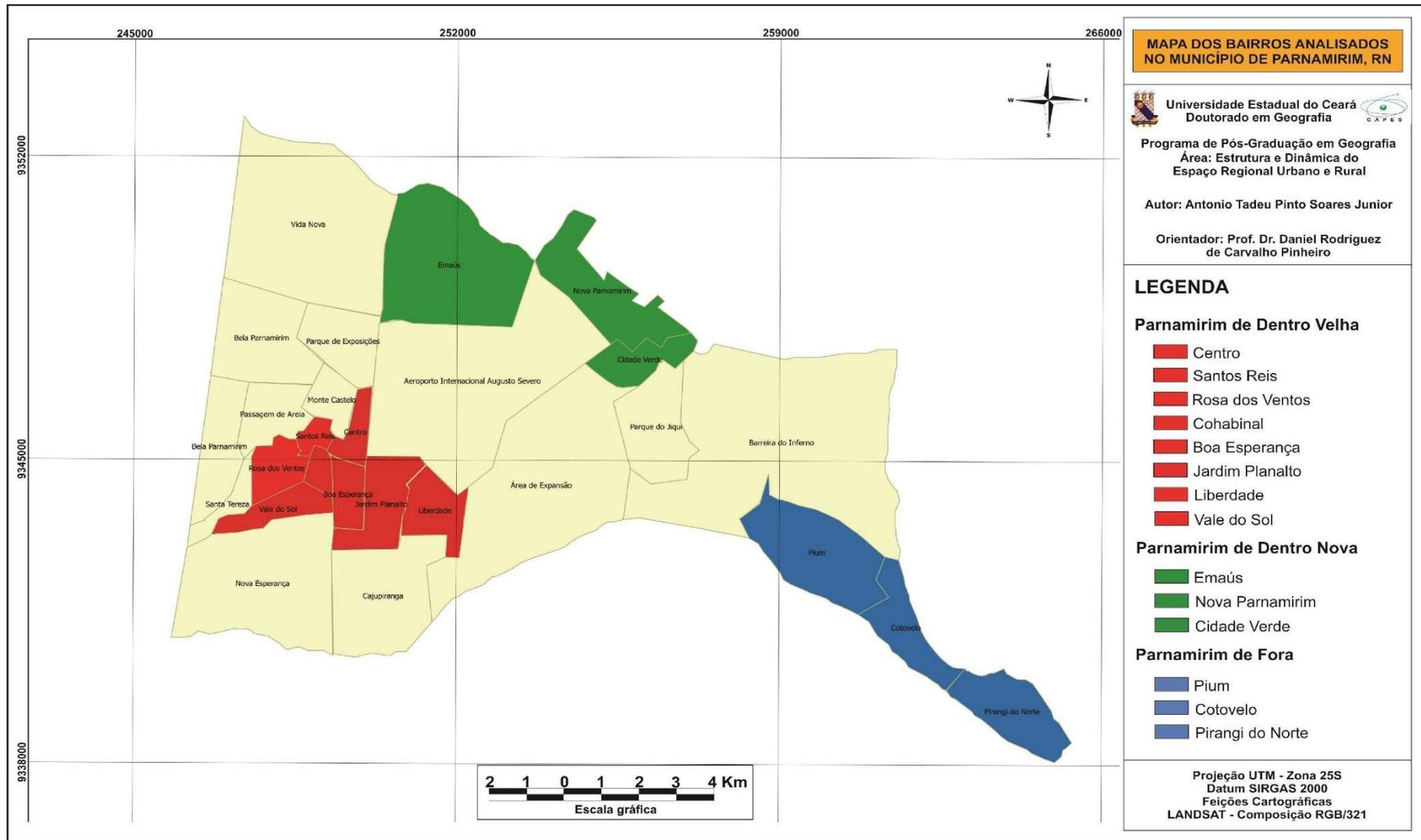
Num primeiro momento, para a obtenção de informações sobre Parnamirim, depois dos dados colhidos, foram feitas entrevistas aleatórias com os moradores locais, os turistas, os veranistas e o próprio poder público tanto na esfera municipal quanto estadual, no intuito de conhecer e ter mais proximidade do objeto em questão nos períodos de alta estação, de dezembro a fevereiro e julho de 2014, de modo a ter um reconhecimento mais efetivo do lugar.

A partir do que foi colhido em campo através das entrevistas aleatórias começou-se a definir o que se chamou e se defendeu na tese do que seriam o “Parnamirim de Dentro” e o “Parnamirim de Fora” e assim aperfeiçoar os trabalhos para que as aplicações de questionários pudessem ser realizadas.

Em junho e julho de 2015 foram aplicados 360 questionários numa amostragem aleatória pelos bairros situados em cada área dentro e fora no município, no intuito de identificar o desenvolvimento urbano, metropolitano e litorâneo.

Os questionários foram aplicados em três áreas específicas, duas na parte de dentro (a parte central, mais tradicional e a outra parte mais recente, mais ligada a Natal) e uma na parte de fora (a parte litorânea), tendo sido alguns bairros escolhidos pelo fluxo de pessoas e por serem referências para cada área analisada (Mapa 1.1).

Mapa 1.1 – Mapas dos Bairros Analisados no Município de Parnamirim-RN



Fonte: Próprio autor.

Os 360 questionários foram assim divididos: Centro (Sede) (67), Nova Parnamirim (67), Pirangi do Norte (80), Praia do Cotovelo (80) e Pium (66). Em cada ponto, teve-se o intuito de investigar um perfil dos frequentadores – moradores locais, turistas, veranistas, excursionistas – a fim de traçar um perfil socioeconômico de desenvolvimento local através dos dados obtidos.

Vale ressaltar que serão válidos 357 dos 360 questionários na análise dos dados, pois os que foram retirados são de entrevistados que não se disponibilizaram a respondê-los por diversos motivos, entre outros, pela pressa que tinham e pela dificuldade de responder as perguntas, por estarem ali de passagem.

Os resultados preliminares da amostra oferecem dados significativos. Primeiro, o instrumento é confiável e já foi utilizado em outras pesquisas, e a própria escala de análise também foi testada. O Alfa de Cronbach baseado na padronização dos itens foi 0,744 para os 39 itens da escala, que foi boa. Para Field (2009), uma escala é aceitável quando o Cronbach é igual ou superior a 0,7.

O índice de Cronbach é uma medida que fornece à investigação uma estimativa de grau de confiabilidade aceita junto à comunidade científica, principalmente quando as variáveis a serem medidas são heterogêneas, chamadas também de multifatoriais, cujos cálculos e interpretações são medidos através do excel, levando-se em consideração as limitações do instrumento.

O KMO (Kaiser-Meyer-Olkin, medida de adequação da amostra) deve ser superior a 0,5 (FIELD, 2009, p. 580). Nesse caso, o KMO foi bom, com 0,715. Portanto, o perfil de amostragem se adequa à pesquisa, para trabalhar com a análise fatorial dos dados.

A aplicação do questionário foi imprescindível nesse estágio da pesquisa para se poder espacializar o desenvolvimento fragmentado do município em alguns bairros e praias, e ter dados e elementos para a discussão para o sexto capítulo, onde serão analisados nove fatores considerados importantes para discorrer sobre o objeto.

De posse desses dados, foram feitas, num segundo momento desta investigação, entrevistas diretas – previamente organizadas – voltando a procurar todos os agentes produtores envolvidos e já citados anteriormente para levantar questões sobre o que foi apontado nos dados.

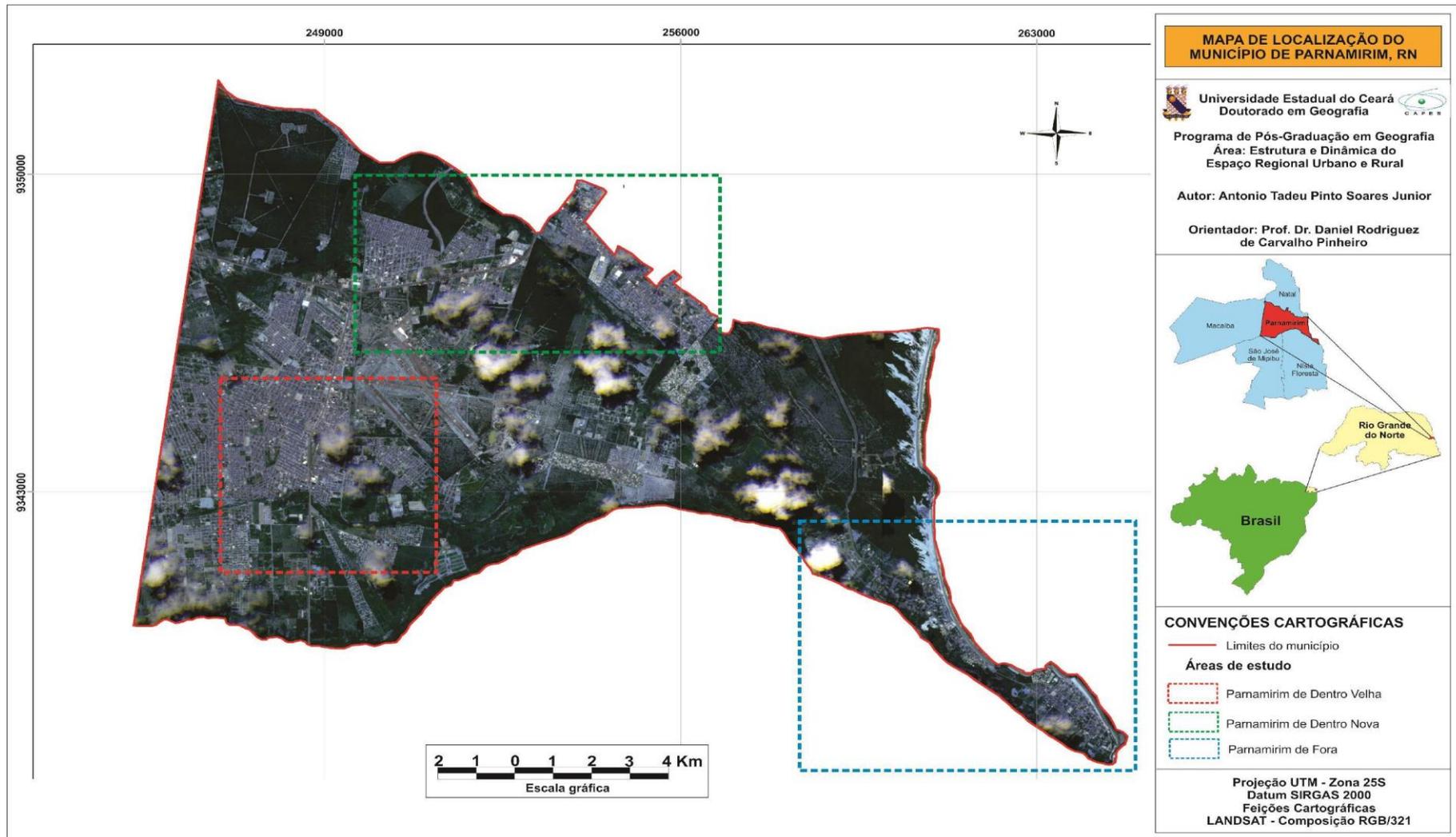
Pelos dados primários coletados na aplicação dos questionários, somados aos dados secundários aliados às entrevistas diretas e indiretas, pôde-se constatar uma disparidade entre os discursos e perceber que Parnamirim é, sim, um município de produção do espaço

desigual e de desenvolvimento fragmentado, que busca atender diversos interesses de vários agentes, menos da própria população.

Como já mencionado, localizou-se essa produção desigual em três espaços diferentes os quais foram denominados de Parnamirim de Dentro Velho e Parnamirim de Dentro Novo e a faixa litorânea ficou mesmo Parnamirim de Fora (Mapa 1.2). Apesar de a análise não se restringir a essas três áreas, essa foi a referência para se poder investigar os espaços que porventura pudessem ser aqueles da proposta de averiguação, e trabalhar no objeto em questão, quando se trata da relação produção do espaço e desenvolvimento desigual, combinada com o ordenamento condicionado para atender a lógica globalizada do modo de produção capitalista.

Logo, isso gera uma relação complexa entre a cidade e o seu meio natural por conta do processo de produção social, diferenciando os espaços intraurbanos, o que implica conflitos ambientais e conflitos de terra. Diante dessa expansão urbana e econômica, novos lugares são incorporados à dinâmica produtiva, na tentativa de acompanhar as “oportunidades”, as tendências do mercado mundial, numa perspectiva de crescimento pela especulação do setor imobiliário que, junto com o estado, atua de forma direta em Parnamirim na produção e valorização dos espaços.

Mapa 1.2 – Mapa de Localização do Município de Parnamirim-RN



Fonte: Próprio autor.

1.3 ESTRURUTA DA TESE

Este trabalho tem como abordagem teórica o entendimento do desenvolvimento local e do turismo inserido na discussão do processo de desenvolvimento urbano, metropolitano e litorâneo no município de Parnamirim, tendo como variável relevante a dinâmica da produção do espaço no seu tecido urbano, cujos capítulos seguem buscando compreender essa dinâmica e as questões levantadas para a reflexão.

O trabalho foi dividido em sete partes. Além desta introdução, há os seguintes capítulos: capítulo 2, *Métodos e técnicas de pesquisa*; capítulo 3, *Da noção à teoria: as facetas do desenvolvimento e as implicações no espaço geográfico*; capítulo 4, *A produção socioespacial do espaço urbano-metropolitano de Natal-RN*; capítulo 5, *Caracterizando o espaço urbano-metropolitano-litorâneo de Parnamirim-RN*; capítulo 6, *Análise e discussão dos resultados*; considerações finais.

No capítulo 2, explana-se sobre os caminhos da pesquisa quantiquantitativa, abordando os aspectos primários e secundários concernentes ao objeto, buscando trabalhar os conceitos basilares e operacionais discutidos ao longo do trabalho como espaço, desenvolvimento, local e turismo, a fim de constatar a sua aplicabilidade nos resultados obtidos.

No capítulo 3, tem início uma abordagem sobre a teoria do desenvolvimento e suas múltiplas facetas, e mitos como progresso e crescimento e seus impactos no espaço geográfico nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, através de variáveis socioeconômicas, de desenvolvimento local e urbano, implicando a possibilidade de um resgate da geografia do desenvolvimento.

O capítulo 4 estabelece uma reflexão, ao longo do século XX e parte do século XXI, sobre a produção socioespacial da RMN sob a ótica da urbanização e metropolização, debatendo questões como limitações territoriais, valorização dos espaços litorâneos na cidade de Natal, ação dos agentes produtores, consumo e investimentos para além da capital, espalhando-se pelo tecido urbano metropolitano litorâneo e chegando a municípios como Parnamirim.

O capítulo 5 caracteriza o objeto em estudo, que carece de estudos mais aprofundados sobre sua história e identidade, compreendendo desde a sua ocupação, principalmente no período entre guerra a sua relação conurbada com a metrópole potiguar e como um município que se fragmentou em três partes: duas de dentro e uma de fora. Um município que acaba se descaracterizando por uma espécie de extensão, um bairro de Natal.

O capítulo 6 analisa e discute os resultados a partir das visitas de campo, da realização de questionários e entrevistas diretas e indiretas, que dão fundamentação às abordagens e hipóteses levantadas no capítulo por meio de cartogramas temáticos.

Finalmente, as considerações finais refletem o resultado da lógica do desenvolvimento urbano, metropolitano e litorâneo em Parnamirim, a fragmentação do município, em que se discutem as “oportunidades” de desenvolvimento para o local concretizadas nas práticas como o turismo litorâneo e o mercado imobiliário.

2 METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar e fundamentar a estrutura metodológica utilizada para a realização desta investigação, determinando seus elementos, que foram importantes para atingir os objetivos do estudo: natureza, categorias de análise utilizadas, variáveis importantes ao estudo, universo, público-alvo e operacionalização.

2.1 NATUREZA E TIPOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa está baseada numa dupla abordagem. Assim, foi utilizada uma abordagem quantiqualitativa aplicada à base de dados primários e secundários, aos levantamentos bibliográficos, aos roteiros de entrevistas e ao trabalho de campo.

A pesquisa nas ciências humanas e sociais, grosso modo, significa a realização de um estudo para conhecer uma realidade através da dinâmica da sociedade por meio de diversas variáveis (consumo, *habitat*, renda, saúde, cultura, mobilidade, entre outras) quer seja com objetivos descritivos, quer seja com objetivos explicativos. É uma representação de uma população ou parte de todo o seu conjunto (DORTIER, 2010).

Tratar a abordagem como quantiqualitativa é, segundo Demo (1998), entender que não existe uma dicotomia entre essas duas análises, mas sim, de acordo com a prioridade da pesquisa ou do fenômeno estudado, compreender que uma dessas análises se sobressai mais que a outra.

Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual (DEMO, 1998, p. 92).

O método qualitativo caracteriza-se por não submeter os dados a um tratamento quantitativo, valorizando a análise subjetiva do pesquisador, pois sua preocupação está nos processos e não simplesmente nos resultados, interpretando o significado das ações sociais diretamente no ambiente natural, sem esquecer o rigor científico devido (MARAFON et al., 2013). Já o método quantitativo recorre sim ao tratamento estatístico dos dados como simples

medida ou análise de causalidade (pesquisa de opinião, análise fatorial, testes, análise de conteúdo, entre outros) (DORTIER, 2010).

Esse tipo de abordagem múltipla, desses dois métodos, é resultado do esforço na busca por alternativas que atendam uma realidade socioespacial cada vez mais dinâmica, diversa e complexa, apreendendo desses dois métodos os seus pontos fortes e as suas limitações na produção do conhecimento social e entendendo os seus objetivos e a sua prática (MAY, 2004).

Dados e informações complementares foram coletados em diferentes fontes: i) nas bibliotecas potiguares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e nos bancos de dados de teses dessas universidades; ii) em instituições públicas e privadas como o IBGE, com base nos Censos Demográficos de 1991 a 2010, e nos Atlas de Desenvolvimento Humano a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); iii) nas Secretarias de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Social estadual e municipal do estado do Rio Grande do Norte e do município de Parnamirim, respectivamente, e no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (Idema-RN). Foram coletados dados também via internet em sites como o do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o do Brasil Turismo, e por meio dos relatórios do Banco do Nordeste sobre o desenvolvimento econômico dos estados da região.

Houve também consulta ao Observatório das Metrôpoles, que, com seus estudos sobre a dinâmica metropolitana nordestina, tem contribuído para uma reflexão sobre as tendências de se pensar um novo Nordeste brasileiro fragmentado na contemporaneidade, principalmente em suas dimensões de desenvolvimento urbano, metropolitano, litorâneo, imobiliário, vulnerabilidade social e ambiental, dentre outras temáticas. A consulta foi feita a partir da plataforma desenvolvida pelo Observatório chamada de *Metrowiki*, que disponibiliza parte dos seus estudos e pesquisas para a sociedade.

Foram consultados livros, relatórios técnicos e de pesquisa, teses, artigos de jornais e periódicos científicos como os da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil (PNUD BRASIL). Em se tratando dos periódicos, intenta-se, através da internet, a construção de banco de artigos advindos das principais revistas eletrônicas nacionais e internacionais.

Houve, ainda, a utilização de recursos de fotografias aéreas a partir de *software* QUICK BIRD, as mais atuais desde 2003, imagens de satélite SIRGS 2000 e do satélite

LANDSAT do ano de 1989, cedidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a base cartográfica cedida pelo IBGE, mapas temáticos produzidos no programa ArcGis, cartogramas elaborados pelo GoogleEarth e cartas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), georreferenciadas no programa AutoCad na projeção UTM – Zona 25S, sendo comparadas a partir de pontos colhidos com equipamentos de Sistema de Posicionamento Global (GPS) do modelo *Garmin* em levantamentos de campo. Tais recursos técnicos permitem um detalhamento do recorte espacial do município que se dispõe a estudar – Parnamirim.

Com os resultados obtidos na pesquisa a partir dos levantamentos colhidos em campo pôde-se construir mapas e cartogramas fomentando a pesquisa com informações mais precisas de cunho científico, para se chegar a uma integração dos dados e uma revisão geral e crítica da pesquisa realizada.

2.2 ADEQUAÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO À FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho tem como abordagem teórica o entendimento da produção do espaço geográfico de forma desigual e fragmentada pelas práticas socioespaciais no município de Parnamirim, tendo como variável relevante a dinâmica do desenvolvimento local no tecido urbano.

O conceito de espaço é trabalhado na perspectiva da produção social desse município, explicando a ocupação e uso do solo urbano local, que se dá de forma díspar. Essa desigualdade na posse da terra urbana depende dos usos desses espaços pela atividade econômica (indústria, comércio, serviços), reforçada pela mediação dos poderes públicos (Estado), em termos de financiamento em infraestrutura, que valoriza o solo enquanto mercadoria no mercado imobiliário.

A Geografia estuda a dinâmica da sociedade no decorrer do processo histórico, que se dá a partir das relações sociais inseridas no espaço. Sobre a Geografia, Moraes, A. (2002, p. 41) afirma que “[...] parte-se do entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história”.

O espaço está em constante (re)produção, mediada pelo trabalho do homem. Para Santos (2002, p. 172), por meio da produção o homem transforma a primeira natureza em segunda natureza. O autor afirma que “[...] as novas atividades exigem um lugar no espaço e

impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente” (SANTOS, 2002, p. 172).

O espaço para Santos (2002, p. 63) “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos (naturais e artificiais) e sistemas de ações (homem), não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, o espaço é o resultado da produção humana, produção esta que já foi, que está ou que ainda estará sendo executada sobre a superfície terrestre, que se mostra por meio da implantação dos fixos e da dinamização dos fluxos.

Nossa perspectiva teórica, coadunando-se com os estudos de Milton Santos, é pensar um espaço que é somatizado pela interferência humana ao mesmo tempo que é um constructo de forças produtivas. Pelo avanço das técnicas, o conhecimento científico e informacional necessário ao crescimento econômico ganha uma valorização dos espaços mesmo que de forma fracionada, tornando-os uma mercadoria para atender o mercado global (SANTOS, 2012a).

O espaço social urbano passa a ser alvo de intensas mudanças ocorridas por vezes de forma lenta e gradativa ou por vezes em tão curto tempo, contribuindo para a abertura de um novo conhecimento, passando por uma mudança nas relações da sociedade com o seu espaço.

O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão *a posteriori*, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto. De onde a ideia de um ‘marketing dos lugares [localizações]’, desenvolvidas por Ph. Kotler (1973, p. 1021), que pode ‘consistir em esforços para influenciar as atitudes e estabelecer trocas de domicílios, de locais industriais e comerciais, de terrenos, de viagens e imagens nacionais’ (SANTOS, 2012b, p. 30).

Pode-se entender que há um esforço para uma mudança na racionalidade de se pensar os espaços, principalmente na relação entre o imaginário social e a alienação visando a práxis no seu cotidiano a suprir as demandas que o mercado global impõe à produção social das localidades, aqui apontadas com as cidades e a lógica das realidades sociais e urbanas.

A apreensão do *habitat*, enquanto lugar de reprodução e práxis social urbana (LEFEBVRE, 1991), permite o conhecimento dessa realidade.

Analisar e expor a *produção do espaço* (um conceito teórico e uma realidade prática) significa elegê-la como um momento da sociedade atual, isto é, como uma reveladora dessa mesma sociedade que permita apreendê-la como totalidade. Momento onde, por meio de uma agudização extrema da contradição é possível visualizar seu fim, a possibilidade de superação. 'Não somente caracterizar o espaço que vivemos em sua gênese, mas reencontrar, através do, e pelo espaço produzido, a gênese da sociedade atual' (OSEKI, 1996, p. 111).

Ao conhecer os processos de produção do espaço urbano em Parnamirim, pode-se explicar as dimensões que Santos (2002) atribui a um espaço: estruturas, funções e processos, destacando os valores de usos e de trocas. Uma produção histórica do espaço determinada pelas inversões capitalistas, pelos movimentos de populações que nascem de relações trabalho e moradia, de práticas sociais como turismo e lazer, dentre outras, práticas e atividades indispensáveis para entender como a vida social no espaço geográfico se compõe abrangendo tudo que torna possível a fixação e o habitar do homem. De acordo com Claval, (2010, p. 30) esses componentes,

[...] norteiam a escolha dos sítios favoráveis, guiam não somente o desenho das vias e redes de comunicação, mas igualmente os materiais e as formas que convém dar aos lugares, às necessidades daqueles que ali vivem e às atividades que estes ali desenvolvem.

À medida que esse desenvolvimento se amplia, emergem tensões e conflitos visando atender os interesses particulares e/ou coletivos, o exercício crasso do poder entre os diversos agentes produtores do espaço e suas respectivas necessidades de acordo com uma engrenagem social dialética entre o que agrega ou é comum e o que separa ou segrega.

São as contradições que explicam o espaço na contemporaneidade, diverso pela sua produção e reprodução ao longo da história e pelo desenvolvimento do capitalismo. Aqui se corrobora a leitura e reflexão feita por Carlos (2015) de que o espaço ganha forma de produto e tem seu valor, de uso e de troca, dado de acordo com as forças produtivas envolvidas nele, revelando processos estratégicos e funcionais que o configuram e o reconfiguram pelo movimento de produzi-lo e reproduzi-lo realizado na sua valorização, principalmente no que se coaduna com a dinâmica urbana e metropolitana.

Do movimento da produção e reprodução à reprodução do espaço da metrópole encontramos novos conteúdos da urbanização sinalizados: a) pela desconcentração do setor produtivo e a acentuação da centralização do capital na metrópole; b) pela mudança das atividades do setor de serviços diferenciados (informática, telecomunicações, aliados ao crescimento dos

setores precarizados, como telemarketing); c) pelo aparecimento de novos setores econômicos tais como o turismo e lazer acompanhando o setor de negócios financeiros; d) pela realização das políticas públicas, que dão atenção especial à produção do espaço em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a criação de infraestruturas e alterações nos usos e funções dos lugares a partir da mudança de zoneamento, ‘reparcelamento’ do solo urbano, [...] (CARLOS, 2015, p. 27).

Surge uma nova “ordem” socioespacial em toda a área metropolitana (e fora dela também), que dialoga com os processos mundiais e a globalização pela ação massiva dos promotores imobiliários, com o mercado financeiro, que orquestra hoje essa ordenação-fragmentação do espaço, bem como com a ação do Estado, com seu poder direto ou indireto em todas as esferas (federal, estadual e municipal), ratificando e impondo a continuidade e permanência de relações de hierarquização dos lugares nos seus usos e funções, centro-periferia, mesmo que esse centro seja polinuclear.

Desse modo, situações estas e outras necessárias à reprodução social se tornaram visíveis na dispersão e fragmentação da metrópole para seu entorno, acentuando a desigualdade na produção do espaço e a uma nova divisão espacial de desenvolvimento inserindo terrenos mesmo que sejam bairros, municípios localizados na metrópole no espaço urbano global, de forma que o seu consumo é disposto e delineado para tal funcionalidade carregado de um caráter simbólico, alimentado por um imaginário social coletivo.

Essa convergência das diferentes formas de apropriação simultânea do espaço pelas sociedades é o que será afirmado posteriormente sobre a relação paradoxal entre união e separação socioespacial pelo e para o homem no processo produtivo, compreendendo desde a totalidade da produção do espaço até as especificidades que se encontram nas cidades (SANTOS, 2012a).

Entende-se, portanto, que o espaço é produzido ou a sua reprodução acontece para melhor atender uma demanda da sociedade, mudando, assim, suas formas e funções e dinamizando os fluxos, resultando em novos espaços de forma dinâmica no tecido urbano, quer seja por um modelo dominante, heterogêneo e capitalista alienante, quer seja por ressignificações, novas formas, práticas e organizações, reordenamentos, resistências e reestruturações cabíveis ao estudo da temática.

Essa dinâmica na/da produção do espaço a partir do cenário urbano metropolitano, que vai desde o cenário mundial ao particular, encontra questões relevantes e pertinentes a serem desvendadas também no Nordeste brasileiro, mais precisamente na RMN, no município de Parnamirim, a partir do advento do turismo e do lazer no urbano.

Nessa perspectiva, vetores de análise como o turismo e o desenvolvimento ganham evidência na morfologia urbana dispersa de Parnamirim, reorganizando e redefinindo os espaços num processo de ocupação fragmentado em cidades recentes, como a estudada, com base no interesse do capital incluindo atividades ligadas à promoção do imobiliário e à habitação num processo de produção desigual do espaço.

2.3 TURISMO, VILEGIATURA E EXCURSIONISMO

O fenômeno da atividade turística é um dos vetores expressivos no constructo de um local, uma região ou um território, que não é característico da sociedade atual. Em diversos períodos da história, registra-se a ocorrência dessa atividade, refletindo em cada conjuntura os condicionamentos sociais, políticos, econômicos, culturais, tecnológicos, ambientais e simbólicos importantes para o seu desenvolvimento gradual.

A ação de deslocamento de um ponto para outro de distância significativa, a partir de viagens, atravessa o tempo. A descoberta de novas terras, a busca por riquezas, a própria sobrevivência do homem no seu nomadismo, a curiosidade do homem em ir além-fronteiras, estão entre os diversos motivos para esses deslocamentos, que foram marcantes para o incremento do turismo.

Ambrózio (2005) elucida que essa prática de viajar acompanha a necessidade comercial, que é característica do povo fenício, por exemplo, pioneiro na efetivação das viagens marítimas e terrestres.

[...] os fenícios foram os primeiros a romperem com a tradição do comércio terrestre, navegaram por todo o Mediterrâneo fundando feitorias e estações marítimas de Beirute, Aca, Jaffa, passando pelas ilhas de Malta, Lampedusa, Gozo, Pantelaria até Alcácer do Sal em terras do rio Sado lusitano; os espanhóis viajaram para, violentamente, despojarem a América do Sul; a Liga Hanseática fundara em toda a Europa norte e oriental escritórios e, sob influxo do Capitalismo comercial, cidades como Leipzig e Hannover tornaram-se lugares de referência para os caixeiros viajantes do mundo; até os índios ribeirinhos da bacia amazônica do século XVI dão evidências da viagem de longa distância comercial, ou de troca, interrompida pela chegada do europeu; os próprios gaúchos carregam no nome a sua origem errante: gaudério, tipo social afeito à montaria, viajante fronteiro, até o século XIX, à procura do gado alçado e dos ganhos de contrabando nas duas áreas platinas e no antigo Continente de São Pedro do Rio Grande (AMBRÓZIO, 2005, p. 1-2).

A importância dessas viagens elaborara outras temáticas de deslocamentos como sugerem os estudos do autor sobre o assunto, como as viagens dos exércitos para grandes e

importantes guerras, quando percorriam quilômetros de distâncias em marchas ofensivas, em fuga ou na busca por exílio.

Podem-se destacar também as viagens educativas, como o movimento da nobreza romana até a Grécia na busca por conhecimento de literatura, filosofia, mitologia, e na busca por acervos de cunho cultural e civilizatório, a princípio por todo o continente europeu e depois ganhando novos horizontes, daí surgiram as agências de viagens com seus *tours* e as viagens turísticas na Inglaterra no século XIX.

A demanda do ato de viajar ganhou outros contornos com a chamada vilegiatura¹. Para autores como Boyer (2008), Camargo (2007) e Nunes (2003), assim como Ambrózio (2005), o termo vilegiatura é adotado para denominar um tipo de moradia, alojamento e entorno que não o domicílio original.

O vocábulo foi usado, a princípio, na era renascentista, para designar o hábito da elite aristocrática de se refugiar nas *villas* campestres em períodos como o verão e o inverno. Essa prática claramente não se caracterizava como turismo, pois, enquanto a vilegiatura sugeria repouso, descanso, o turismo dava a ideia de movimento, o que de certa forma colocava os dois termos em oposição, até mesmo porque a atividade turística se apropria das formas de lazer e descanso já existentes.

Essas residências de refúgio foram decorrentes de transformações na moradia urbana, ligadas às mudanças ocorridas na cidade sem estar desvinculadas das metamorfoses na arquitetura urbana.

Uma das práticas em que se empregou o termo vilegiatura foi a frequência em estâncias (termais, hidrominerais e montanhistas), relacionada com o mar e o marítimo como os balneários. As praias passaram de simples locais para tratamentos profiláticos e terapêuticos, para espaços de sociabilização, lazer, diversão, banhos de mar e moradias de uso ocasional, evidenciando a prática da vilegiatura marítima, com sua dinâmica baseada nas atividades disciplinadas pelo imaginário da classe elitista. Em cada período do ano, essa prática, que tem seu cerne na Europa no século XVIII, provoca emoção nos seus adeptos – os vilegiaturistas.

¹ Esse tema foi discutido por nós na dissertação de mestrado intitulada *A Espacialidade do Vilegiaturista Marítimo em Fortaleza-Ceará: práticas e transformações recentes*, que teve como objeto de estudo refletir sobre o fato de o vilegiaturista morar ocasionalmente na praia, na extensão da orla marítima urbanizada da cidade de Fortaleza. O trabalho destacou o fenômeno da vilegiatura marítima e sua racionalidade, a partir das articulações entre os diferentes agentes produtores, para compreender a dinâmica do morar na praia no processo de valorização dos espaços litorâneos na metrópole. Ver em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7529/1/2010_dis_atpsouaresjunior.pdf>.

Os ambientes litorâneos, na discussão levantada por Corbin (1989), eram espaços para abrigar pescadores e pobres (trabalho, moradia), com sujeiras e odores ruins, formando um imaginário repulsivo. O mar, no século XVIII, no período anterior ao ano de 1750, era temido, considerado lugar onde aconteceram punições do Criador para com as suas criaturas (catástrofes e dilúvios) e de morada de monstros. Todavia, a partir de 1750, o oceano ganha nova conotação.

Com a tradução do mar na literatura e nas artes (pintura), esse ambiente converteu-se em espetáculo fascinante às elites, suscitando um contato direto entre o corpo e o mar, e difundindo um modelo social de utilização da beira-mar. Inauguram-se e consolidam-se as práticas marítimas modernas (banhos de mar, lazer, vilegiatura), emergindo o desejo do bem morar na praia.

A vilegiatura marítima remonta a um período mais antigo que a atividade turística e o hábito de viajar, relacionando-se com essas duas práticas, porém de forma diferenciada. Ela provém da Europa Ocidental, onde havia na relação espaço-tempo lugares de recreação, de cura, de ócio, atividades que *a priori* eram desenvolvidas no campo, longe da cidade (AMBRÓZIO, 2005).

[...] palavra turismo nasceria na Inglaterra em 1811. Não é também detalhe informar que a agência Cook apenas pôde organizar deslocamentos turísticos para a burguesia britânica, uma vez que somente após a Segunda Guerra Mundial os trabalhadores dos países altamente industrializados foram incorporados, como sócios menores, aos benefícios do aumento da produtividade do trabalho, dentre esses, a redução da jornada de trabalho gerando maior tempo livre (AMBRÓZIO, 2005, p. 2).

Assim, é importante essa ressalva de que o turismo não é uma modernização do conceito de vilegiatura. Ele também é uma prática social, porém surgido *a posteriori* no século XIX, trazendo consigo agora um objetivo bem mais claro, o de ser produto, mercadoria a ser consumida nos espaços e lugares onde fosse se instalando.

Para Boyer (2008), a vilegiatura é um termo que traz consigo a alegria de viver em um lugar preferido para o contentamento, para o ócio e lazer, a partir de uma mudança de mentalidade, com a proposta da mobilidade por temporada.

A produção dos espaços turísticos vive distante do antigo sentido da vilegiatura e de suas vilas ou subúrbios de ócio. Escravizado pelo capital, o antigo caráter do tempo livre, no qual o homem existia para o mundo e a sua cultura, foi exterminado. Com base nas massas, a prática moderna de deslocamento no tempo livre é produtora de espaços de alienação, pois o turismo não herdou o exercício da inteligência emancipadora que, embora

aristocrática, a vilegiatura iniciara até o fim do Antigo Regime. O turismo, então, pode ser visto como uma das engrenagens da Indústria Cultural (AMBRÓZIO, 2005, p. 4).

Diante do exposto, existem relações mesmo que paradoxais entre essas duas práticas, pois elas mantêm a lógica do deslocamento, da temporada, da sazonalidade, do uso ocasional de recreação lazer e descanso, guardando as duas suas características próprias que foram se difundindo com o passar dos anos diminuindo a ação de uma em detrimento da outra. A vilegiatura foi sendo incluída dentro da atividade turística devido à aquisição de residências secundárias, o que levou à economia do turismo e do lazer através do imobiliário.

No decorrer do século XIX, já acompanhando o capitalismo industrial, a vilegiatura “vulgarizou-se” entre os habitantes da Europa Ocidental, que começaram a procurar a praia como local para vilegiaturar. O gosto pelo mar foi ganhando raízes entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, quando a ida a banhos passou a ser sinônimo de prática civilizada, e a ser hábito e moda na aristocracia e na alta burguesia.

Mencionada mudança fez com que a prática da vilegiatura, que tem como desdobramentos as transformações da vida urbana e que tinha como finalidade o ócio, nos espaços campestres, principalmente da classe trabalhadora de forma sazonal, passasse a ser apropriada pela elite burguesa e pela classe média na contemporaneidade, produzindo novos espaços, inclusive fora dos campos e das montanhas, ou seja, nas próprias cidades.

A nova maneira de se passar o tempo, inventada na Europa, logo se disseminou para outros continentes, especialmente nos países que possuíam praias localizadas em regiões de clima quente, como no caso dos EUA (Califórnia), e nos trópicos, a exemplo do Brasil (Rio de Janeiro, Bahia, Ceará).

A prática atinge o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, a partir das viagens marítimas encetadas pelos europeus, pois até então não se tinha demanda no país, consequência da distância e do tempo gasto para se chegar até aqui. Entretanto, os elementos naturais recorrentes nos trópicos, suas cores e formas, impactavam os olhares de forma mais sensível, criando representações manifestadas nas pinturas, nas ilustrações e gravuras, na literatura, entre outras artes. Imagens ditas exóticas por não serem características das paragens de origem desses europeus que, com olhos “estrangeiros” (portugueses, espanhóis, franceses), tinham as mais diversas percepções dessas paisagens atrativas.

De acordo com Pereira (2006), é no século XIX que a difusão da vilegiatura marítima passa a influenciar diretamente as elites brasileiras através do movimento desempenhado pelos romancistas e pela nobreza nos trópicos, que filtra as informações

transferidas do continente europeu, especialmente da França, de uma forma diferenciada por todo o Brasil, principalmente nas capitais.

Ao longo do século XIX, esses usos e costumes baseados na vilegiatura foram evoluindo, mesmo que de forma tardia, pelo território brasileiro, no espaço-tempo em que se propagavam as construções de residências secundárias para a prática de recreações e lazer da aristocracia e também da burguesia, que tornaram cidades como Petrópolis e Parati (RJ) lugares de refúgio e de estabelecimento dessas habitações.

Com a chegada do século XX, esses lugares passaram a ser valorizados – a partir da mudança na mentalidade em relação ao meio natural – em cidades como o Rio de Janeiro, que era a capital do País, com a vinda da Coroa Portuguesa em 1808. A capital objetivava o reconhecimento de seus atrativos (a baía de Guanabara, a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico) como *atrativos-símbolos* do Brasil (CAMARGO, 2007). Nas cidades nordestinas, esse atrativo estava em paisagens como a serra e o litoral, sendo este último mais difundido e conhecido.

Esse encantamento pelo mar e pela praia gerou uma mudança de mentalidade que, ao longo dos anos, foi se generalizando na sociedade ocidental, contribuindo para a criação de novas práticas agora associadas ao lazer, aos tratamentos terapêuticos e aos espaços de recreação e ócio pelas classes mais abastadas, com a apropriação dos espaços litorâneos por essas mencionadas práticas marítimas modernas ligadas à modernização dos meios de comunicação e ao encurtamento das distâncias.

Essa mudança da relação da sociedade com o mar e o marítimo, para Dantas (2004), é resultado de uma intercomplementariedade entre os aspectos de ordem social, econômica e tecnológica, associada à dimensão simbólica que apresenta suas primeiras análises no ocidente.

Essa forma de se relacionar com o mar denomina-se maritimidade, um conjunto de relações que constituem a convivência de determinada população com o mar, mediante preferências de imagens e de representações, quer sejam coletivas quer sejam particulares (CLAVAL, 1996 apud DANTAS, 2004).

A maritimidade evidenciou uma geração de fluxos dirigidos aos espaços litorâneos; como consequência, esse fenômeno de origem externa, no final do século XX, chegou aos trópicos e a países em via de desenvolvimento, principalmente os que possuíam zona costeira, criando demandas turísticas locais.

Com as mudanças ligadas ao morar na praia, os núcleos urbanos e litorâneos passaram a ser receptores das práticas turísticas, que vão dimensionar as cidades a atender

essa racionalidade que se insere com o turismo litorâneo, e que possibilitará um contingente maior de pessoas a valorizar o litoral como mercadoria, o que implica novos agentes entrando em conflito com os antigos moradores da praia (DANTAS, 2009). Posteriormente, esse processo ultrapassa os limites das cidades, que passam a distribuir o fluxo de turistas aos municípios vizinhos por toda a linha de costa.

Essa dinâmica chega ao Nordeste brasileiro trazendo na contemporaneidade uma nova conformação, mediante políticas de desenvolvimento, investimentos públicos e privados, fluxos turísticos e mercado imobiliário, relacionando-se a uma geografia do litoral nos trópicos, agora incorporados à lógica do modo de produção capitalista – vilegiatura, veraneio, turismo, lazer, entre outras atividades.

No campo das representações, o Nordeste é modificado para uma espécie de paraíso turístico. Os recursos naturais e o sol dinamizam as praias litorâneas do Maranhão à Bahia para todas as pessoas que veem nas faixas de praia belezas cênicas e têm contato com a água morna (um diferencial do Nordeste), com os raios de sol e com a agradável sensação dos ventos alísios que chegam na região (DANTAS, 2010).

Há uma concepção de espaço e de desenvolvimento a partir de uma política regional iniciada nos anos de 1980, que promove uma organização socioespacial nacional captando turistas nacionais e internacionais em associação com incentivos do setor privado para a construção de fixos (vias, aeroportos, hotéis, entre outros) e infraestrutura capaz de abarcar o que era fundamental para a prática turística se desenvolver e engrenar.

Ao produzir o espaço, o homem lhe confere valorização, apropriando-se materialmente dos elementos naturais, como diz Moraes, A. (2007, p. 23): “[...] a *valorização* é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados”. Ao mesmo tempo o autor aponta que há uma *valoração* em que é atribuído um valor de troca a esses lugares pelo uso e pela ocupação do seu solo.

Essa ocupação no litoral gerou uma valorização desse espaço com o deslocamento da sociedade para as praias, que posteriormente materializou-se em interesses diversos e metamorfoses intensas no litoral como novas formas espaciais ligadas à sociedade de lazer e ócio gerando “litoralização” (DANTAS, 2002) e que, por outro lado, gerou o movimento de resistência, refletindo um modo de vida urbana no litoral.

A valorização das zonas de praia não acontece sem o domínio dos investimentos fixos, especialmente os provindos do setor público, que envolvem valores direcionados a quatro componentes: 1) desenvolvimento institucional; 2) obras múltiplas em infraestrutura

básica e serviços públicos; 3) melhoramento de aeroportos; 4) estudos e projetos (DANTAS, 2007). Os investimentos privados se beneficiam dos investimentos já citados, desdobrando-se em parcelas diferenciadas do espaço sem que haja uma homogeneização.

Com o desenvolvimento das ações estratégicas, o Estado (federal, estadual e municipal) projeta um desenvolvimento econômico através de um *marketing* do litoral, desmistificando a visão de um Nordeste e de um Rio Grande do Norte calejados por secas, fome e miséria, para agora apresentar um imaginário de sol e praias, ou seja, próspero, investindo maciçamente os recursos públicos em infraestrutura e propaganda dos espaços litorâneos e, assim, atraindo os investidores do setor privado e seus capitais, bem como atraindo para outros tipos de turismo também.

Isso ocorre, principalmente, nas capitais e metrópoles nordestinas a partir do século XX. No caso desta investigação, será estudada essa dinâmica em Parnamirim-RN a partir de uma leitura da sua ocupação a qual se denominará *Parnamirim de Fora*, ou seja, o litoral, redescobrimo e criando, nesses espaços litorâneos no espraiamento da tessitura urbana, possibilidades de usos e ocupações pelo sua produção e consumo.

O vocábulo vilegiatura não é vigente e, em muitos casos, nos países tropicais, ele passa a ser substituído por veraneio, principalmente em ambientes litorâneos, como forma de lazer praticada de forma ocasional e que tem como objetivo a aquisição de moradia ou alojamento de segunda residência por pessoas que tenham condições financeiras para a manutenção de tal investimento.

Camargo (2007), Dantas (2010), Pereira (2012), dentre outros autores e estudiosos, defendem a tese de que o termo mais apropriado é o de vilegiatura, porque não engessa a discussão em uma estação do ano como no caso é o veraneio. Este está ligado à estação do verão devido ao entendimento de que não é em todos os lugares dos trópicos que o deslocamento necessariamente ocorre, mas apenas nessa estação. De toda forma, os dois conceitos são apropriados pelo turismo através das infraestruturas correlacionadas à prática de vilegiaturar ou veranear.

No caso do município estudado nesta tese, acredita-se que o termo mais apropriado ainda é veraneio devido ao uso das chamadas residências secundárias acontecer de acordo com períodos determinados, definidos como de alta estação, principalmente no período que permeia os meses de dezembro a fevereiro, o que corresponderia ao período de verão nos trópicos.

As cidades litorâneas tropicais não fogem à regra. Apesar de essas influências chegarem de forma tardia, essas cidades absorveram o que vinha do ocidente europeu em contatos mediados a partir dos portos na troca de bens materiais e imateriais, adaptando-os conforme as condições existentes no urbano, pois as residências secundárias, mais do que alojamentos turísticos, são fixos interligados com a urbanização, a metropolização e a industrialização das cidades, produzindo, reproduzindo e expandindo espaços (ASSIS, 2003).

Dessa maneira, com o processo de modernização, essa prática passa a ser compilada ao turismo com a construção de residências secundárias nas zonas de praia ou próxima a elas, atribuindo um caráter econômico pela valorização dos espaços turísticos e posteriormente atrelando-se ao turismo imobiliário especulativo.

O turismo vai mudando de acordo com as conjunturas, bem como vai sendo incorporado como prática social e atividade econômica, o que faz os pesquisadores refletirem sobre estudá-lo como ciência.

As diversas ciências, como Geografia, História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Administração, vêm tentando ao longo dos anos ser uma espécie de suporte para essa conceituação de turismo, aportando elementos importantes para a discussão e o esclarecimento do tema e até para a compreensão se existe verdadeiramente uma ciência do turismo. Para uma possível definição do turismo, os autores e estudiosos da temática sempre se reportam à Organização Mundial do Turismo (OMT), segundo Pakman (2014, p. 5),

A fim de abordar os posicionamentos da principal instituição mundial do turismo, se faz necessário recapitular sobre suas origens e mutações experimentadas ao longo de seus 35 anos de história (ou 85, segundo a referência que se adote). A Organização Mundial de Turismo (OMT), como hoje é conhecida, foi fundada em 1970, como organização internacional de caráter intergovernamental, hoje com *status* de instituição especializada da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua história, entretanto, é bem mais antiga.

De acordo com esse autor, a origem dessa organização remonta às primeiras décadas do século XX, mais precisamente na década de 1920. Pakman traz em seus estudos uma evolução histórica de acontecimentos que concretizam a fundação da organização ao longo nos anos.

Quadro 2.1 – Evolução Histórica da OMT

(continua)

ANO	ACONTECIMENTOS
-----	----------------

1925	A OMT de fato teve seu embrião na época do Primeiro Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico, celebrado em Haia, em 4-9/maio/1925, para tratar dos desafios que o crescente desenvolvimento do turismo vinha colocando. O evento resultou na sua institucionalização com o nome de Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico (mais conhecido pela sua sigla em inglês, ICOTT – <i>International Congress of Official Tourist Traffic Associations</i>).
1934	O ICOTT é transformado em União Internacional de Organizações Oficiais de Propaganda de Turismo (com a sigla UIOTPO – <i>International Union of Official Tourist Publicity Organizations</i>), que pouca oportunidade teve de ser operativa. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a UIOTPO parou de funcionar, mas ao término da mesma, em 1946/47, começou a ser reativada.
1946/47	No primeiro congresso internacional de entidades de turismo, realizado em Londres em 1946, foi decidida a criação de uma nova organização internacional não-governamental, para substituir a UIOTPO. Na sua reunião de 1947, em Paris, a UIOTPO é reformada e rebatizada para a sigla simplificada de União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (UIOOT, ou na sua sigla em inglês, IUOTO – <i>International Union of Official Travel Organizations</i>).

Quadro 2.1 – Evolução Histórica da OMT

(conclusão)

ANO	ACONTECIMENTOS
1951 A 1975	Ainda com caráter não-governamental e como associação de direito privado, com sede inicial em Londres, e de 1951 a 1975 em Genebra, regida pelo código civil suíço. Na sua reunião em Dublin, em finais de outubro de 1969, a IUOTO revisa seus estatutos para criar uma nova organização, mais ampla, com caráter intergovernamental e vinculada à ONU. Os novos estatutos resultantes foram aprovados no dia 27/setembro/1970, na assembleia geral extraordinária da IUOTO, realizada em Ciudad de México, mas entrariam em vigor só em 2/janeiro/1975.
1975 AOS DIAS ATUAIS	Após um período de transição, de cerca de um quinquênio, necessário para a adesão formal dos membros da nova organização, a UIOOT é definitivamente renomeada (e assim extinta), em maio/1975, para OMT , acontecendo em Madri a primeira reunião de sua Assembleia Geral. Em 1º/janeiro/1976 a nova instituição inaugura sua sede na capital espanhola, onde permanece até o presente. Logo também é vinculada formalmente às Nações Unidas, transformando-se em uma agência executiva do PNUD, sendo assinado em 1977 o acordo de cooperação com a ONU, e tornando-se, desde 2003, um organismo especializado do sistema das Nações Unidas, aliás o menor de todos os dessa categoria, com escassos recursos financeiros.

Fonte: Adaptado de Pakman, 2014.

A OMT tem colocado seus esforços durante todo esse tempo a fim de contribuir efetivamente na elaboração de formulações sobre o turismo, que sejam aceitas mundialmente e, claro, em nível acadêmico-científico. Sua preocupação vai além de entender o turismo por ele mesmo, mas também abarcando todas as terminologias que vêm com ele, como turista, visitantes, viajantes, excursionistas, entre outras, e traça a trajetória do termo.

Quadro 2.2 – Trajetória da Definição de Turismo da OMT

(continua)

ORGÃO	DEFINIÇÃO
--------------	------------------

Liga das Nações – <i>turista internacional</i> – 1937/38	O turismo é a atividade de toda pessoa (turista) que viaja, por um período de 24 horas ou mais, para um país diferente daquele de sua residência habitual. Naqueles anos, o conceito de <i>turista internacional</i> passou a ser a base do entendimento do turismo.
UIOOT/ONU – <i>turismo</i> – Roma – 1963 (Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, Roma, 1963)	O turismo é uma atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas. Nessa Conferência, foram recomendadas as definições dos termos <i>visitante</i> , <i>turista</i> e <i>excursionista</i> , propostos anteriormente pela UIOOT. Foi apresentada uma definição de turismo, até hoje muito difundida.
OMT – <i>turismo</i> – Ottawa – 1991 (Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, Ottawa, 1991)	O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos (OMT, 1995b, p. 1).

Quadro 2.2 – Trajetória da Definição de Turismo da OMT

(conclusão)

ORGÃO	DEFINIÇÃO
OMT – <i>turismo</i> – 1999	O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (ONU/OMT, 1999, p. 5, grifo nosso).
OMT (e ONU e OECD) – <i>turismo</i> – CST-2008 – 2008	O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual (NU/OMT/CCE/OCDE, s/d (sic), p. 1).
ONU/OMT – <i>turismo</i> – IRTS 2008 – 2008 (Publicação das Nações Unidas – <i>Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo – 2008</i>)	O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer . (NACIONES UNIDAS / UNWTO, s/d (sic), p. 1; grifo nosso).

Fonte: Adaptado de Pakman, 2014.

Apesar de as definições atenderem uma lógica normativa, percebem-se avanços importantes e significativos quanto a entender a atividade turística, deixando claro que existem lacunas teórico-metodológicas. Todavia ainda hoje é, sim, a OMT que norteia o foco, a abordagem que se quer trabalhar sobre turismo, mesmo na pluralidade das ciências sociais e humanas que querem tratar do mesmo.

E a ciência geográfica é uma dessas ciências que tenta, a partir do seu objeto de estudo, o espaço, compreender os impactos da atividade turística nos diferentes ambientes, o que hoje vem sendo chamada ou designada, por uma corrente de autores, de Geografia do Turismo.

A atividade turística tem no espaço geográfico natural ou artificial seu objeto de consumo. Tomando como base o organismo oficial como a (OMT), Cruz (2003, p. 4) evoca que a atividade:

[...] é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

É uma prática de movimento constante de pessoas por um determinado espaço geográfico a ser explorado decorrente de algumas importantes especificidades: o consumidor-turista, este tem, obrigatoriamente, que se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico pautado pelo lazer, descanso e pela cultura.

Tendo características inerentes à sua função, o turismo acaba por trazer consigo transformações espaciais, principalmente no que concerne à funcionalidade do espaço como: polos emissores de fluxos, espaços de deslocamentos e núcleos receptores de turistas. Segundo Mota (2008, p. 95-96),

Turismo é um fenômeno socioeconômico que consiste no deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos que, por uma complexidade de fatores que envolvem a motivação humana, saem do seu local de dependência habitual para outro, gerando múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos emissores e receptores.

Essa prática deixa claro que o turismo sugere a ideia de movimento, além de se apropriar das formas de lazer e descanso já existentes ou daquelas que por ventura têm potencial para se tornar a ser, dependendo das necessidades e motivações pessoais de quem se desloca.

Nessa busca de atender as várias demandas dos viajantes, o turismo vai se conformando de acordo com os distintos interesses envolvidos, desenvolvendo a segmentação da sua atividade em diversos tipos, personalizando os seus serviços de acordo com a oferta e suas características. Segundo Moraes, C. (2002, p. 26),

O produto turístico tem características especiais que devem ser levadas em conta quando se estabelece estratégias de segmentação. Com o uso dessas estratégias, torna-se possível conhecer os principais destinos geográficos, os tipos de transporte, o perfil do turista (faixa etária, capacidade de compra, condições sociais, escolaridade, ocupação, estado civil, motivações e etc.) o ciclo de vida do produto, a elasticidade no preço da oferta e da demanda, facilitando o atendimento dos desejos do turista.

Logo, podem-se detectar as várias formas de segmentação do turismo de acordo com a atuação do seu mercado em diferentes áreas conforme classificação do Ministério do Turismo apresentada no Quadro 2.3 a seguir, que revela as bases e os tipos de organização das variáveis que influenciam as demandas pelo fluxo turístico.

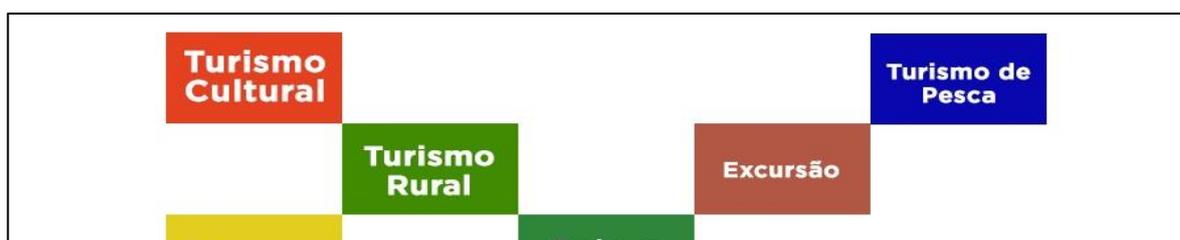
Quadro 2.3 – Segmentações do Mercado Turístico

Geográfica	Demográfica e Socioeconômica	Psicográfica (de ordem psicológica)	Padrões de Comportamentos	Padrões de consumo e predisposição do consumidor
<ul style="list-style-type: none"> - Fronteiras Políticas - Climas - Fronteiras Populacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Gênero - Idade - Estado Civil - Composição Familiar - Ciclo de Vida - Ocupação - Educação - Renda 	<ul style="list-style-type: none"> - Estilo de Vida - Atividades - Características de Personalidade - Preferências 	<ul style="list-style-type: none"> - Momento das compras, impulso ou preferências por marcas - Número de unidades compradas - Frequência de compras - Hábitos em relação à mídia 	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência de usos – muito uso <i>versus</i> pouco uso - Ocasão - Fidelidade à marca - Propriedade de outros produtos - Conhecimento do produto - Benefícios buscados

Fonte: Brasil, 2010.

Essa segmentação é compreendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser instituídos a partir dos subsídios de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda e seus respectivos comportamentos. No Brasil, com o intuito de promover e desenvolver da melhor forma cada segmento do mercado turístico, promoveu-se a seguinte distribuição.

Figura 2.1 – Segmentação da oferta turística no Brasil

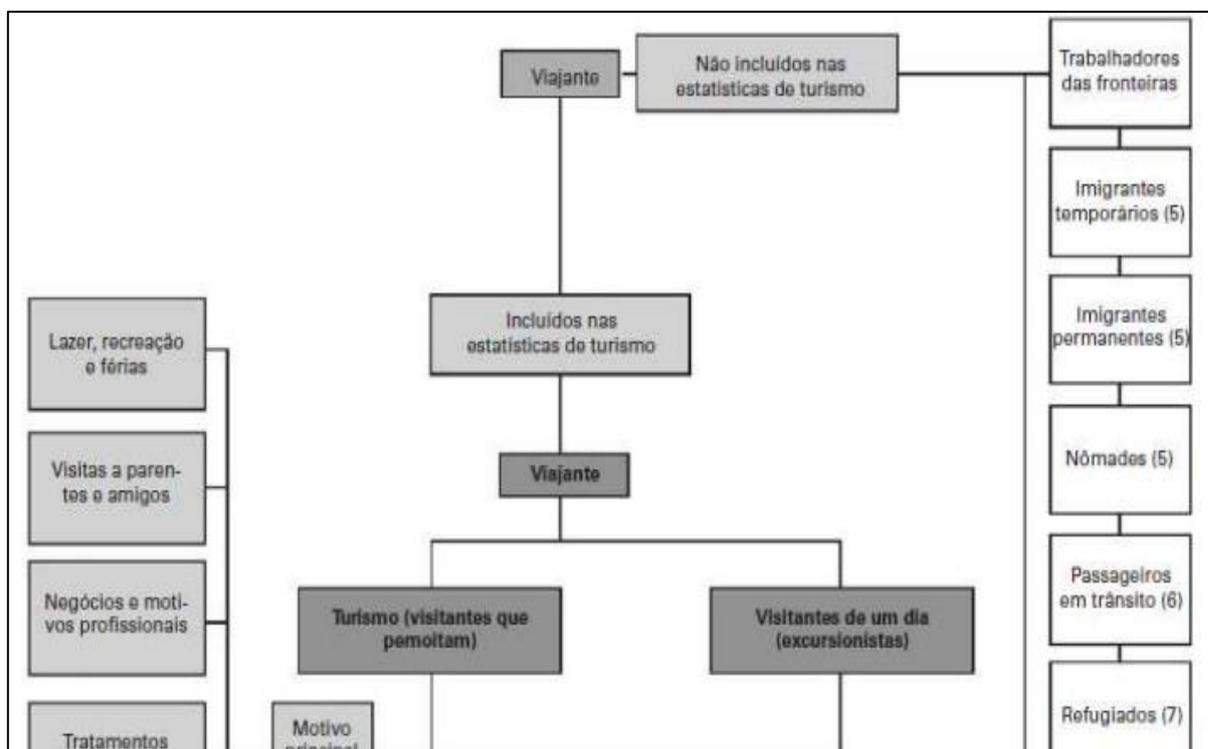


Fonte: Brasil, 2010.

Existem, porém, diferentes outros segmentos de oferta que devem ser considerados para possíveis demandas turísticas. Contudo, se faz necessário compreender quais são esses segmentos de oferta que podem ser trabalhados em uma localidade ou região, considerando fatores como vocação, potencialidades do destino para determinado tipo de atividade/turismo, que podem ser vivenciados e incorporados à sua dimensão socioeconômica.

Vale destacar que, dentre todos esses segmentos, os critérios avaliados estão de acordo com a OMT, que desde a década de 1990 faz essa inclusão com base na visita dos viajantes que cruzam fronteiras ou que estão em um mesmo território, observadas as diversas mudanças nesse cenário turístico, conforme Figura 2.2 a seguir:

Figura 2.2 – Cenário Turístico Internacional de acordo com OMT



Fonte: OMT, 1994.

Para atender uma dessas necessidades de deslocamento voluntário de forma corriqueira ou por um período muito curto de tempo fora do seu local de moradia, observa-se uma variável crescente nos últimos anos, especialmente nas cidades e suas proximidades, devido ao seu caráter prático, definida como excursionismo.

Segundo a OMT, o excursionista se classifica como aquele visitante que permanece por menos de vinte e quatro horas numa localidade que não seja a de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam o turista, mas sem pernoitar no local visitado. Já o turista é aquele visitante que permanece no mínimo vinte e quatro horas e menos de seis meses numa localidade, sem exercer trabalho remunerado (RUBINO, 2004).

O excursionista permanece por menos de vinte e quatro horas em receptivo ou localidade que não seja a de sua residência fixa, com as mesmas finalidades que caracterizam o turista, mas sem pernoitar no local visitado, pode-se usar o termo excursionista ou visitante de um dia. Esse visitante de um dia busca satisfazer sua necessidade de lazer e descanso em um período curto de tempo, o local visitado deve causar um impacto na motivação pessoal, nas emoções, valores e interesses e outros estados mentais que influenciaram no seu retorno ao local de sua residência (ANDRADE, 2002 apud LIMA; SILVA, 2011, p. 2).

Esse perfil do turista também pode ser relacionado ao do recreacionista doméstico, pois a própria OMT entende que o termo excursionista atende uma dimensão bem mais ampla, não se restringindo aos que visitam outros países, mas se estende aos que se

deslocam no mesmo território e a lugares próximos da sua hospedagem ou destino com os mesmos objetivos dos turistas².

No Brasil, devido à sua extensão territorial, essa prática é bastante corriqueira e as próprias agências de viagens realizam esses tipos de pacote especializados que atendem a mesma lógica de um pacote de viagem com uma duração mais longa. Quem a pratica visa aproveitar o seu momento de ócio ou tempo livre de forma organizada ou aleatória visitando paragens e localidades de acordo com seus interesses.

Pode-se perceber esse movimento de excursão em Parnamirim litorânea, através de turistas que vêm a Natal e têm no seu pacote turístico recomendações de quem já visitou a localidade, indicando as paisagens naturais como praias, falésias, o maior cajueiro do mundo, entre outros pontos turísticos. Esses turistas não ficam instalados propriamente no município. Passam o dia, e, ao fim desse dia, retornam aos hotéis, pousadas e residências na capital nos quais estão hospedados, para aproveitar a parte noturna da cidade.

Todas essas dimensões do turismo que estão sendo abordadas neste trabalho são importantes para entender o fenômeno turístico contemporâneo, segmentado e arraigado pelo urbano visando atender todos os públicos e classes. O fazer turístico como atividade do setor terciário tem um reconhecimento significativo no contexto global, que atende bem aos interesses de mercado, principalmente pelo critério de ser um vetor cada vez mais atuante no desenvolvimento socioeconômico em países, no caso o Brasil. Os estados e os municípios brasileiros se reinventam constantemente para atender de forma específica o discurso do desenvolvimento local.

2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E O TURISMO

A definição de desenvolvimento local é recente. Surge a partir do pós-guerra e por isso ainda requer reformulações para atender uma demanda universal do conhecimento científico (MAMBERTI; BRAGA, 2004).

Sem restringir a teia complexa que é, o desenvolvimento também pode ser analisado em nível local.

O local pode ser entendido como uma delimitação geográfica do território que representa o espaço imediato dos acontecimentos mais simples e

² Abordado com excelência no blog 'Turismóloga Stephanni', em 2013, ao discorrer sobre a Teoria Geral do Turismo, disponibilizado no sítio <<http://turismologa.blogspot.com.br/2013/06/conceitos-basicos-do-turismo-visitantes.html>>.

também mais complexos da vida cotidiana (PORTUGUEZ, 2002). No caso do Brasil, por exemplo, os municípios se apresentam como uma instância local. Na concepção de estratégias para o desenvolvimento local, é fundamental ter-se os referenciais de desenvolvimento endógeno (mobilização dos próprios recursos), ascendente (protagonismo dos agentes locais) e autocentrado (centrado nas necessidades próprias das comunidades) (CAVACO, 1996). A promoção do desenvolvimento necessita do efetivo envolvimento do setor público, isto é, o desenvolvimento local precisa ser uma vontade política dos governos locais que, apesar das suas limitações, exercem papéis fundamentais nesse processo (MAMBERTI; BRAGA, 2004, p. 9).

Vários fatores influenciam o turismo: recursos naturais como atrativos e infraestruturas oferecidas através dos investimentos públicos e privados. Além de uma prática social, o turismo é uma atividade econômica do setor terciário que alcança globalmente os mercados assim como impacta uma localidade em termos financeiros.

O turismo tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio, pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem que o recebera do turista em primeira mão. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares (BARRETO, 1995 apud BARBOSA, 2005, p. 4).

Contudo, é preciso entender esse desenvolvimento como algo para além do crescimento econômico, mas que afeta também os aspectos sociais, ambientais, políticos e culturais de determinada localidade ou região, e que promove melhorias significativas da qualidade de vida das pessoas.

Sobre o exposto acima, a assertiva de Pinheiro (2014, p. 3-4) é clara:

Desenvolvimento local é a melhoria dos rendimentos (salário, lucro, juros, aluguéis, sobras das cooperativas) e empregos; melhoria da qualidade da educação, saúde e ambiente; melhoria dos serviços (água, esgoto, eletricidade, arruamento etc.); melhoria na prestação de serviços urbanos (transporte, comunicação, iluminação pública); melhoria do lazer (recreação); independência da assistência social ou pelo menos a redução da dependência pessoal das políticas de indenizações compensatórias e políticas de assistência social (aposentadoria rural e o programa de renda mínima); melhoria da segurança pública ou controle sobre os crimes contra a vida, patrimônio e dignidade (violência urbana, exploração sexual, gravidez precoce, alcoolismo, consumo de drogas ilícitas, furtos, roubos).

Todas essas questões levantadas por Pinheiro (2014) precisam vir arroladas dentro de uma mudança de mentalidade, de uma nova racionalidade social associada a um modelo de governabilidade em que os projetos visem uma organização espacial, independentemente dos fatores limitantes, e que atendam a população em geral.

Levanta-se a discussão do desenvolvimento local aplicado ao turismo nesta tese, tendo como objetivo analisar o discurso do que verdadeiramente a população local anseia para a melhoria da qualidade de vida, pois o local hoje é condição para a criação de espaços, gerando desenvolvimento em todas as escalas: locais, metropolitanas, estaduais e nacionais (ARNAULD DE SARTRE; BERDOULAY, 2005).

Faz-se necessária uma apreensão desses aspectos até compreender Parnamirim-RN e suas práticas e transformações recentes, averiguando o que os gestores públicos e a própria sociedade compreendem por desenvolvimento local. Para obter essa compreensão, foram analisadas algumas variáveis de estudos consideradas pertinentes para abarcar o município, os seus moradores e a sua relação com a metrópole, buscando ver o que efetivamente é feito, ou seja procurando relacionar o imaginário construído com o que é consumido de verdade.

2.5 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE ESTUDO

Para a análise em questão, é imprescindível se definir categorias que auxiliem na investigação a ser realizada. As categorias analíticas envolvidas no problema indicado compreendem:

Variável independente: Turismo, Veraneio e Excursionismo.

Variáveis dependentes: Desenvolvimento Local e padrão de vida da população de Parnamirim, que se desmembra nas variáveis socioeconômicas que seguem:

- a) Escolaridade;
- b) Escolas Públicas;
- c) Ensino Profissionalizante;
- d) Renda;
- e) População;
- f) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- g) Índice de Violência;

- h) Nível de Emprego;
- i) Infraestrutura;
- j) Produto Interno Bruto (PIB);
- k) Rede de saneamento;
- l) Estradas e calçamentos;
- m) Policiamento e segurança pública;
- n) Lazer e recreação;
- o) Bares e restaurantes;
- p) Comércio e serviços;
- q) Acessibilidade e comodidade;
- r) Saúde e gravidez precoce;
- s) Consumo de drogas lícitas e ilícitas;
- t) Paisagem urbana e ambiental;
- u) Violência e Exploração Sexual;
- v) Infraestruturas.

3 AS FACETAS DO DESENVOLVIMENTO E AS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Neste capítulo será discutido o desenvolvimento e suas múltiplas designações através de arcabouço teórico bibliográfico. Será feita uma análise da teoria do desenvolvimento sucinta que abarca um aporte histórico, elencando aspectos socioeconômicos para atender um desenvolvimento social e local, na busca de uma aproximação com a teoria do desenvolvimento internacional e seus reflexos no contexto brasileiro e local, bem como a relação com a Geografia e o espaço geográfico.

3.1 DA NOÇÃO À TEORIA

A teoria do desenvolvimento é compreendida de várias facetas por ser um processo sempre em metamorfose e em formação, devido tratar dos interesses que abarcam as necessidades do ser social, do ser humano. Dentro desse constructo, se verificará a influência dessa perspectiva no processo histórico das sociedades modernas e contemporâneas.

Essa diversidade de abordagem aguça o interesse dos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, especialmente os estudiosos das ciências sociais e humanas que discutem a teoria do desenvolvimento visando principalmente atender um processo global da atividade humana e, aqui no caso, seus impactos no espaço geográfico. Souza (1997, p. 29) argumenta que,

[...] na prática, transformações das relações sociais costumam demandar tanto reestruturações quanto refuncionalizações; e quanto maior vier a ser a ruptura com as relações sociais instituídas, maior deverá ser a mudança, por meio de reestruturações e refuncionalizações, do espaço herdado, pressupondo desterritorializações e reterritorializações.

Por ser um processo em formação, a teoria do desenvolvimento ainda não se encontra totalmente estruturada. O que não quer dizer que sua contribuição teórica já discernida não tenha aplicações significativas e fundamentais nas análises que permeiam o entendimento da sociedade ao longo do tempo e como ela se comporta na contemporaneidade.

A noção de desenvolvimento que se busca abordar neste estudo vai ao encontro da linha de pensamento de pesquisadores que outrora se debruçaram sobre a temática visando cada vez mais atender as necessidades de uma sociedade com uma realidade dinâmica e

acelerada, fazendo uma grande reflexão sobre o que foram avanços e deficiências na construção de caminhos conceituais mais sólidos e passíveis de um conhecimento mais profundo, desbravador e esclarecedor. Foram analisadas tendências relacionadas a modernização, progresso, tecnologia, institucional, crescimento, evolução científica, sustentabilidade, as quais influenciaram e/ou predicaram diretamente a construção da teoria do desenvolvimento de um povo, de uma sociedade ou de uma nação.

É nas necessidades humanas que se pensa quando se fala em desenvolvimento, e a qualidade que damos ao mesmo é que define como os espaços de vida, morada do homem, passam a ser organizados, como afirma Parisse (1991, p. 2):

O desenvolvimento nasce das **necessidades vivenciadas** pelos homens – necessidades básicas: alimentar-se, reproduzir-se, [...] essas necessidades refletem suas ideologias e se expressam no exemplo, *na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, da Revolução Francesa, e *na Declaração Universal dos Direitos do Homem*, pela UNESCO, em 1948. Toda ação que almeja responder adequadamente às necessidades de determinado conjunto social concerne ao desenvolvimento, constitui uma dinâmica de desenvolvimento (grifos do autor).

Esse desenvolvimento corresponde a uma especificidade, porém demasiadamente diversificada do ser humano. Por mais que essas necessidades humanas atendam o bem comum, elas permeiam identidades, chamadas pela autora de *individuações coletivas*, por serem múltiplas, mas imprescindíveis na dinâmica do desenvolvimento.

3.2 AS PREMISSAS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Segundo alguns estudiosos da temática, as premissas da teoria do desenvolvimento surgem com o indicativo de um mundo necessariamente desigual, caracterizado por nações divididas entre dominantes e dominados, em outras palavras, países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

E essa dialética apontada para uma análise inicia-se com o encerramento dos ciclos das guerras napoleônicas aportadas no século XIX, quando as relações internacionais tinham essa organização e habitualidade apresentada no parágrafo anterior. Segue-se essa visão de mundo até pós-ciclos entre guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial), que vai do eurocentrismo, passa pelo comando mundial bipolar (Estados Unidos e União Soviética) e chega à lógica de um mundo ditado multiplamente por várias nações-polo.

Uma reestruturação da ordem mundial emerge, florescendo e consolidando um processo de desenvolvimento cada vez mais amplo e complexo na variedade dos seus campos e que, por ventura, durante esse ciclo entre guerras e pós-guerra, fora massificado erroneamente pela ideologia americana de bem-estar social no seu *american way of life*, contraposto pela ótica comunista de ver o mundo, bem como abrindo espaço para outras possibilidades que a dinâmica dessa nova ordem oferecia para ser decodificada.

As reflexões de Parisse (1991) sobre o tema instigam a entender este mundo dividido a partir do contexto da Guerra Fria. Um conflito internacional que durante mais de 40 anos (1945-1991) influenciou alguns povos e nações, principalmente os países subdesenvolvidos que se viram seduzidos pela ideologia comunista para se libertar da dominação colonial americana que já oferecia sua “ajuda”, com o objetivo de minar de forma enérgica e estratégica o avanço comunista-soviético ao comércio exterior oferecendo um discurso ideológico de desenvolvimento.

[...] Num Mundo empobrecido, os EUA são o único país que a Guerra enriqueceu. Daí a substituição da plurissecular ideologia do Progresso pela ideologia do Desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, como elevação dos padrões de vida, conforme o modelo dos E.U.A. Esse Desenvolvimento obedece ao lema dos Empresários e Financistas estadunidenses: *Trade not Aid*, isto é, Comércio, sim, Ajuda, não (PARISSE, 1991, p. 1).

Diferente disso era o oferecimento da visão estratégica do desenvolvimento comunista-soviético pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com outra maneira de pensar o desenvolvimento a partir do protagonismo social de cada povo e nação, um clamor que emergia de pesquisadores, políticos, intelectuais, até da própria Igreja Católica, em seus setores progressistas.

O que se buscou durante todos esses anos de estudos e, principalmente, depois da década de 1990, não foi limitar a teoria a um aspecto ou outro como alguns pesquisadores sugeriram de forma errônea, mas sim construir uma teoria do desenvolvimento real, passível de uma análise crítica do cotidiano, da realidade posta a cada conjuntura resultante da atividade humana e suas consequências em todos os âmbitos da sua atuação, numa dinâmica que se apresenta intrigantemente plural, contraditória, instável e heterogênea. Essa composição da teoria do desenvolvimento mundial que está intrinsecamente ligada à modernização tecnológica, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico se vê ao longo

dos anos ampliada para entender o desenvolvimento econômico e social e ambiental, para assim chegar a compreender seus impactos na lógica do desenvolvimento local.

A estruturação e a reestruturação da teoria e da terminologia do desenvolvimento refletem, por assim dizer, no escopo da sedimentação metodológica em evolução nas pesquisas, nas discussões da temática como disciplina das Ciências Humanas e Sociais e, principalmente na escala abordada. Podemos observar, quando o assunto é a América Latina, países ditos pobres, do sul, subdesenvolvidos, que passam a ser objeto de estudos na agenda dos pesquisadores provindos dessas nações, como o Brasil em dicotomia ao que se vinha e vem expondo dos países chamados ricos, do norte, desenvolvidos.

3.3 O DESENVOLVIMENTO SE APROXIMA DA AMÉRICA LATINA

O Desenvolvimento na América Latina está baseado na dependência, principalmente, da economia externa. Enquanto a globalização avança, cada vez mais se exacerba a ocidentalização dos países situados nessa parte do continente americano pela aproximação direta e também virtual do modo de acumulação capitalista. Mesmo havendo um processo de pasteurização desse processo de regionalizar o capitalismo, existem sim, distinções e particularidades (BENFATTI, 2014).

Esse modelo, desde o final da década de 1930, teve como estratégia de desenvolvimento a substituição de importações, em que era considerada como Estado a nação organizada de forma homogênea. O que se denominou como movimento “nacional-desenvolvimentista”, com êxito em países como Brasil, México e Argentina (DOMINGUES, 2007).

Com a chegada da década de 1970 até os anos de 1990 e uma crise global, esse modelo foi ficando de lado em decorrência do protecionismo estatal com relação à indústria nacional, e também em razão das economias populosas, que garantiam uma produção em escala.

Havia ainda os países latinos que precisavam exportar seus produtos, pelo menos os agrícolas, visto que a interpretação de mercados nacionais fechados não fazia sentido para uma economia mundial ávida por mercados externos, o que acabou em uma modernização das técnicas e tecnologias com o crescimento da informática e da cibernética e a abertura ao neoliberalismo.

O cenário posto se torna bem mais complexo, plural e heterogêneo, unindo-se a isso o processo de redemocratização desses países que vinham de ditaduras militares

fortalecendo o regime democrático e a participação social, mais clara, bem como o “escancaramento” das mazelas de cada país e as tentativas de identidade socioeconômica regional para o fortalecimento para amenizar seus graves problemas.

É um desafio à integração, pois todos esses países estão comprometidos com os ditames norte-americanos. Ao longo dos anos e especificamente neste século, os governos desses países, mais fortemente os países da América do Sul, fazem o esforço de regionalização e integração entre eles através de blocos econômicos, que visam atender suas necessidades de planejamento e estratégias junto ao comércio exterior, cada vez mais competitivo, como é o caso do Mercado Comum do Sul³ (Mercosul).

Os países latino-americanos são apontados como os países em desenvolvimento e dependentes dos chamados países ditos desenvolvidos. No que concerne ao desenvolvimento de fato, pode-se caracterizá-los da seguinte maneira (Quadro 3.1):

Quadro 3.1 – Características de Desenvolvimento

Países Desenvolvidos	Países em Desenvolvimento
Um elevado grau de diversificação da economia.	Um desenvolvimento pouco equilibrado, com pequeno grau de diversificação e mais suscetível às crises internacionais.
Saída de excedentes relativamente reduzidas (para garantir os reinvestimentos, especialmente no setor de bens de capital).	Remessas de recursos financeiros provenientes das empresas multinacionais.
Mão de obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial.	Mão de obra pouco especializada, presença de baixos salários e forte tendência de redução dos encargos trabalhistas.
Como consequência, um mercado interno capaz de absorver produção.	Mercado interno pouco potencializado.

Fonte: Adaptado de (CARDOSO; FALETTO, 2004 apud BENFATTI, 2014).

³ Acordo entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinado desde 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (Mercosul) com o objetivo primordial de integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Composto também por países como Venezuela, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname. Ver em <<http://www.mercosul.gov.br/>>

O Estado, na figura representativa do governo central ou federal, é o responsável por gerir a economia através de ações e planejamentos estatais que caminham em conformidade com a atuação dos investidores e especuladores no mercado de capital privado com o discurso de alavancar e firmar um desenvolvimento socioeconômico sólido objetivando o bem-estar a toda a sociedade.

É isso que requer uma atenção mais profunda na questão em foco, pois, em muitos casos, as teorias do desenvolvimento vieram para sanar os problemas relacionados às desigualdades com modelos massificados que não atendem as necessidades de uma sociedade global cheia de diversidades. Bem alerta Santos (2009, p. 77) para essa análise:

As teorias do desenvolvimento têm sido apresentadas como soluções pra corrigir as desigualdades entre indivíduos, regiões e países. Admite-se, geralmente, que essas teorias exigem um quadro de referência internacional, ou seja, um modelo estranho aos países envolvidos. A ideia de planejamento, um corolário do desenvolvimento, muito contribuiu para reforçar esse ponto de vista, o *chamado* objetivo final, que seria encontrar medidas para eliminar, tanto quanto possível, disparidades.

Acordamos com Milton Santos quando ele afirma que a teoria do desenvolvimento, bem como o planejamento dos países em desenvolvimento, com o passar dos anos, tornou-se uma perseguição a um discurso simulacro, onde se exalta um progresso negando o aumento exacerbado das desigualdades e disparidades em nível regional e local e que estacam de alguma forma o crescimento e o desenvolvimento real desses países.

Os trópicos apresentam uma realidade distinta, carregada de estereótipos simplistas e limitantes adquiridos das diversas correntes de pensamentos e ideologias que, muitas vezes, paralisam o conhecimento em ebulição diante de toda a problemática densa, resultado de uma reconfiguração histórica na atualidade, sendo hoje laboratórios para a ciência com um campo vasto a ser explorado.

Há alguns anos, os países tropicais do continente sul-americano têm sido o continente da esperança no esforço de adotar um modelo de desenvolvimento vigente multiforme acima de interesses específicos ou ideologias visando o bem comum real a todos, com a participação ativa de todos, para todos. É o fenômeno da mudança social em processo.

3.4 O MUNDO EM MUTAÇÃO: DO DESENVOLVIMENTO SIMULACRO AO DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL

Há algum tempo, alguns estudiosos apontam que ou estamos no limiar da transição de um tradicional apelo teórico-conceitual e metodológico, visto uma trajetória histórica do desenvolvimento global repleta de possibilidades, ou já vivemos tudo isso de forma efetiva. Nesse contexto, Gregory, Martin, e Smith (1996, p. 12) apontam:

A dramática reviravolta, a reestruturação e a desestabilização do capitalismo mundial; a crescente globalização da produção, das finanças, e até da cultura; o colapso do socialismo de Estado na Europa Oriental e Central; o ressurgimento de regionalismos e localismos étnicos e sociopolíticos; a busca por novos sistemas nacionais e internacionais de regras socioeconômicas; a ênfase crescente no ambientalismo: estes e outros grandes acontecimentos de nossos tempos são interpretados por muitos como o indício do declínio da velha ordem e a cristalização de uma nova.

Isso não quer dizer, como já foi dito aqui, que os macromodelos mundiais em grandes escalas não tenham dado a sua contribuição de forma significativa, mas hoje essas novas variáveis a serem analisadas chegam como um complemento de continuidade e avanço do que já foi elucidado e do que está em transformação.

Ao lado disso, surgem os entraves do próprio desenvolvimento, essenciais para serem discutidos como forma de ampliar o conhecimento acumulado sem talhar o debate, como explicita Costa Pinto (1996), que alertava que uma dessas travas é a associação do desenvolvimento só à dinâmica da economia e à modernização tecnológica, que são meios e nunca o fim (SOUZA, 1997). Elas têm suas implicações em outros âmbitos que compõem um conjunto complexo social a ser tratado, como na sua estrutura.

Em regra, partem do regime econômico as transformações básicas que repercutem, cedo ou tarde, em toda a estrutura. Isso acontece porque, naquele plano de relações dos homens com as coisas materiais, as inovações são estimuladas e facilitadas sobretudo por um critério de eficiência e utilidade. A necessidade de produzir e reproduzir constantemente as condições da existência e da sobrevivência; a tecnologia e os instrumentos de domínio e utilização do mundo físico; o “meio artificial”, criado pelo trabalho e pela técnica que se superpõe ao meio natural e singulariza o caráter ativo da adaptação humana; toda base material das relações humanas é criada e historicamente transformada sob o império da adaptação e da satisfação de necessidades, o que tornam prioritários, neste plano, os critérios de utilidade e eficiência, permitindo que do regime econômico partam as mais fortes impulsões às transformações sociais (COSTA PINTO, 1996, p. 108-09).

Partindo do abordado por Luiz Aguiar Costa Pinto e sua avançada teoria sobre o processo de desenvolvimento para além do econômico, principalmente nos países chamados pejorativamente de terceiro mundo, pode-se desvelar uma teoria atual que aponta pressupostos ainda pertinentes à discussão como as transformações sociais voltadas a entender o socioeconômico: i) a questão antropológica, a partir da relação do homem e as coisas; ii) a questão da racionalidade engloba o homem, as coisas e, também, a inovação tecnológica pelo caráter da eficiência; iii) a questão moral, adotando o critério da utilidade para entender as coisas na existência e sobrevivência do homem; iv) a questão ambiental, onde o meio natural e o meio artificial caminham concomitantes.

Torna-se imprescindível ampliar a visão caso se queira aprofundar conceitos, como de crescimento econômico, que possam ir além das questões economicistas e reducionistas dos aspectos do desenvolvimento, estritamente vinculados às questões da geração de produto, renda e riqueza, que são importantes, mas não são fundamentais.

É um processo bem mais amplo que ocorre no desenvolvimento não só real como estrutural dos países do centro e/ou da periferia global. É o que Cardoso e Faletto (2008) vão abordar na teoria da dependência como desenvolvimento dependente e capitalista, onde se ampliam, de forma cíclica e viciosa, a produção de riqueza e pobreza, a acumulação e diminuição de capital, o emprego para alguns e desemprego para outros, e que impactam de forma negativa as economias periféricas porque há uma manutenção da dependência.

Nessa lógica de atender as necessidades de uma sociedade, quer sejam de conveniências quer sejam de infraestruturas, existem as assimetrias no momento da execução e da transformação, pois umas vão ter um ritmo mais acelerado que outras por se tratarem de questões postas em um ambiente repleto de círculos viciosos, tensões e conflitos, onde não há sincronia. Por isso é importante se buscar um aprofundamento no desenvolvimento real e não no desenvolvimento mítico, ideológico, que faz parte do simulacro da permanência do mundo que aí está posto.

Destacam-se ainda pontos como a relação da sociedade com os valores institucionais, político-culturais, ambientais, entre outros, que dão todo o significado também nas ações e reações, bem como as resistências que por ventura aconteçam ante a dualidade do homem *versus* técnica ou como Santos (2002) refere como *meio técnico científico e informacional*.

Esse comportamento pode ser constatado em sociedades de economias menos desenvolvidas, que tentam promover suas transformações fazendo-as de forma intencional, racional e justificada pelo atraso em que o seu desenvolvimento econômico se encontra,

planejando, com isso, uma procura, às vezes exacerbada, de superar em curto prazo o retardo em relação a outras economias mais desenvolvidas (COSTA PINTO, 1996).

O que era anteriormente resultando de um processo histórico passa a ser difundido como um processo empresarial de metas e objetivos certos e precisos a serem alcançados. Como se a intervenção intencional das políticas de desenvolvimento não fossem passíveis de consequências que acentuam ainda mais as contradições concernentes às implicações sociais que o desenvolvimento traz consigo.

De acordo com Costa Pinto (1996, p. 111), “[...] encaramos o desenvolvimento econômico não apenas como uma operação técnica, mas como uma profunda experiência humana [...]”, acrescentado à discussão uma análise para identificar, nos espaços, territórios e lugares, se o processo de desenvolvimento é social, local, desenvolvido e subdesenvolvido, bem como o entendimento de que esse processo é estrutural e não resumido a conjunturas, a momentos.

É a junção desses contextos que permite entender a totalidade e as especificidades existentes que impelem ou impedem as mutações, ou seja, há uma interdependência e uma integração entre os fatores.

Por conseguinte, a modernização tecnológica vem abranger o seu campo de atuação principalmente no mundo do trabalho e suas relações com o exercício da atividade humana, tentando, por um lado, se aperfeiçoar com as novas tecnologias a produção, o consumo, precisando rever todavia o que se entende por qualidade de vida, sociabilidade e convivência, urbanização e mudança social.

3.5 DESENVOLVIMENTO E A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

Mediante o exposto, Costa Pinto (1996) expõe também a reflexão de que pode haver desenvolvimento sem que haja de forma intercalada a modernização em todas as feições institucionalizadas na vida social, quando afirma que

[...] entendemos que modernização é um processo que consiste na adoção, por uma sociedade em mudança, de padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e ideias característicos de sociedades mais avançadas, enquanto desenvolvimento, por outro lado, implica mudanças estruturais que alteram basicamente o perfil de sua estrutura econômica e social (COSTA PINTO, 1996, p. 193).

Essa é uma visão das Ciências Sociais e Humanas, que distinguem os processos de modernização dos de desenvolvimento. Os primeiros são mais superficiais, atemporais, relacionado à conjuntura, enquanto os segundos são mais profundos, permanentes, ajustados à estrutura econômica e social, e ocorrem em períodos vividos pela sociedade e pela economia.

A modernização surge como um suporte necessário à teoria do desenvolvimento, especialmente na manutenção do discurso do subdesenvolvimento, pois segue a lógica capitalista de benesses ou caminha em direção aos países desenvolvidos que por ventura se colocam à disposição de “ajudar” os países que estão em processo de crescimento e desenvolvimento tardios ou atrasados, suplantando o discurso determinista, pensando na evolução da sociedade.

Machado (1970) define modernização como o processo pelo qual uma sociedade tradicional, primitiva, evolui e passa para um outro estágio, o de uma sociedade moderna.

O processo de modernização é a transformação de uma sociedade do estado tradicional para o moderno. O conceito de modernização, tal como é empregado nesse contexto teórico, é sinônimo do conceito de desenvolvimento no sentido impreciso e vago de supor que a introdução do progresso técnico resulta num crescimento da renda real que beneficia, igualmente, todas as camadas da população (MACHADO, 1970, p. 6).

Quer dizer que a modernização, em quase todas as situações ao longo da história, foi relacionada a um estrato social detentor de hábitos abastados, com acesso à modernização tecnológica, enquanto parte da sociedade permaneceu atrasada, de padrões em nível tardio.

Não se pode duvidar que essa modernização traz consigo mudanças significativas, mas a problemática está nas questões: Em que condições ela ocorreu e que grupo social atendeu? Como as diferenças entre grupos sociais estão sendo superadas diante de cenários de conflitos, tensões e resistências? Até que ponto ela foi obstáculo ou alavanca para uma sociedade crescer e se desenvolver? E esse desenvolvimento foi parcial ou total?

[...] o desenvolvimento moderno, em todos os níveis de estrutura social, não é um processo espontâneo e gradual de mudanças em direção aos padrões de modernidade característicos das nações mais adiantadas. Na verdade, ele tem sido, cada vez mais, isso se acentua, um conjunto de saltos e de mudanças induzidas, provocadas e intencionais, uma ação ou impulso deliberado por meio do qual a sociedade aceita a mudança como um valor desejável e um objetivo de fé. Pode-se divergir em torno do ritmo, da direção, do modelo a seguir no processo de desenvolvimento, mas todos o desejam porque ninguém está, ou parece estar satisfeito com o *status quo*. [...] modernização e desenvolvimento significam, também, caminhos diferentes seguidos na luta e de libertação nacional das limitações impostas pelo atraso econômico e

social e pela dependência em relação aos centros dominantes da economia mundial. Em suma, são formas históricas de conseguir a autonomia da tutela imperialista (COSTA PINTO, 1996, p. 198-201).

Desse modo, do ponto de vista da abordagem de economia na ótica centro-periferia, é que ganha vigor o conceito de desenvolvimento baseado numa proposta de progresso, crescimento e modernização tecnológica dos países ditos em desenvolvimento (periferia) em relação aos países que são desenvolvidos. Vai ao encontro do papel e da função que cada estado executa de acordo com o seu modelo econômico, político ou ideológico.

3.6 DESENVOLVIMENTO COMO PROGRESSO E CRESCIMENTO

O desenvolvimento é supostamente sinônimo de progresso, que gera o crescimento, o que abre parâmetros para discussões na sociedade, pois o crescimento não necessariamente promove o desenvolvimento.

O progresso se deu com a revolução burguesa, que tinha na acumulação dos meios de produção a força do prestígio social, a partir da sua diversificação do consumo, e conseqüentemente das mudanças culturais. O que se compreende como modernidade, no entanto, é indicador de ascensão social, de melhora ou de progresso.

Com o advento das técnicas de produção moderna e a energia a vapor na revolução industrial, houve um ganho significativo na manufatura, o que exacerbou de forma considerável os ganhos de produtividade, a maximização dos lucros. Com o aumento sistemático da exploração da força de trabalho, pôde-se perceber que a ideia de progresso ganha um embasamento ideológico, como afirma Furtado:

Da mesma maneira como a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruiu as bases tradicionais de legitimação do poder, a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência da solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência (FURTADO, 2000, p. 105).

Foi dentro desse cenário, justificado pela dependência, que emergiram as diretrizes da divisão internacional do trabalho, em que as economias tidas como desenvolvidas desenhavam as diretrizes a serem seguidas pelas economias rotuladas como atrasadas ou em processo de desenvolvimento. Só que essa “ajuda” internacional faz alusão a

progresso, só ganha destaque com as articulações do capital transnacional juntamente com uma pequena minoria privilegiada que vivia nas nações de economias em desenvolvimento.

Assim, esse molde de progresso vai sendo massificado nas economias do centro para a periferia, via necessidade de reconhecimento de padrões culturais dessas minorias privilegiadas, como aconteceu com a burguesia ascendente, que era detentora de bens e riqueza advindas do comércio crescente, mas carecia de prestígio e reconhecimento social, que só eram alcançados de forma hereditária da nobreza financeiramente decadente.

Dessa maneira, essa burguesia assume outros padrões de diferencial social, que ganha a conotação de progresso. Como afirma Sachs (2008), o desenvolvimento, segundo os pós-modernos, tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro de cada país e entre os países.

Já para Almeida (1997), o progresso ganha, no sentido geral da palavra, a conotação de evolução da sociedade no seu conjunto, trazendo uma representação *a priori* do mundo globalizante e globalizado, ou seja, quanto mais a noção de progresso é extrapolada em termos gerais, mais se trata de uma crença, ou de uma representação, enfim de uma ideologia com todos os seus significados. Assim, os argumentos do referido autor corroboram a reflexão anteriormente expressas por Furtado (2008), ao dizer:

A noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também universal. O desenvolvimento é um bem para todos os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de maneira uniformizante. Ao invés das originalidades se exprimirem e se fortificarem, aparecem as características singulares dos povos e das culturas. É um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura (ALMEIDA, 1997, p. 35).

Esse modelo de desenvolvimento único foi umas das críticas mais fervorosas do professor Caio Padro Júnior, que, em seus estudos e pesquisas, principalmente sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, entendia que cada lugar, região, território ou país tinha a sua particularidade. E não se poderia homogeneizar esse processo reduzindo a modernidade à capacidade que os países desenvolvidos têm de produzi-la para repassar aos países em vias de desenvolvimento, que estão sempre em atraso. É um desenvolvimento que abrange todas as esferas e os diferentes agentes sociais e políticos.

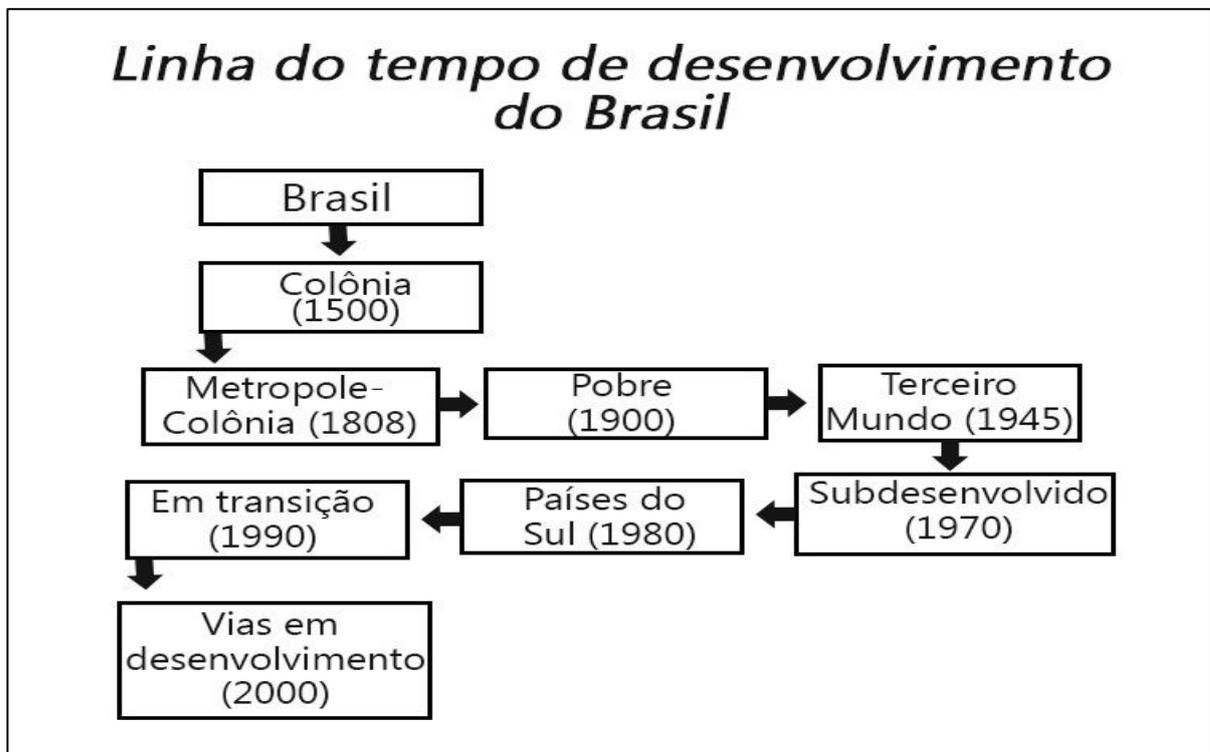
A partir da citação acima, pode-se perceber como se configurou, por meio das análises de Almeida (1997) e Furtado (2000), o falseamento do que se entende por progresso,

com base na economia solidária, que na verdade é instrumento de dominação, de uma cultura sobre outra, ou seja, de uma economia sobre outra.

O exemplo desse contexto revela, traçando uma espécie de “linha do tempo”, essa rede de solidariedade entre países como o Brasil, que desde sua ocupação pelos portugueses alimenta essa ideologia dominante marcada pela influência dos países desenvolvidos devido às representações e aos significados que trouxe cada momento histórico da sua formação, como mostra a Figura 3.1.

Hoje o país figura entre as 10 maiores economias (produto interno bruto – PIB). Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil fechou o ano de 2015 com um PIB de 1,8 trilhões de dólares⁴. Contudo, é como se não tivesse chegado a lugar nenhum, pois continua dependente de ações, estratégias e decisões tomadas e executadas, nos países desenvolvidos, que chegam ao Brasil pasteurizadas, e não com grandes filtros, para colocar em prática o que realmente seria necessidade para a nação, principalmente no que concerne a crescimento econômico, mostrando toda nossa identidade ocidentalizada pelas nações do ocidente.

Figura 3.1 – Linha do Tempo de Desenvolvimento do Brasil



Fonte: Elaboração do autor.

⁴ Dados estes podem ser melhor observados no sítio <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1690764-brasil-cai-e-e-nona-maior-maior-economia-global-preve-fmi.shtml>>.

A noção de desenvolvimento ao longo da história econômica foi sinônima de crescimento para muitos economistas, principalmente para aqueles vinculados à escola neoclássica, para a qual o crescimento econômico seria resultado da lógica produtivista vinculada ao progresso e à modernização. Para Jones (2000), crescimento é não só o principal meio, mas a principal indicação de desenvolvimento, pois é onde há dinamismo econômico prolongado, em que se encontram também os melhores indicadores sociais e de qualidade de vida. Em outras palavras, desenvolvimento é crescimento. Ainda dentro dessa mesma linha, os fundamentalistas de mercado acreditam que o desenvolvimento virá como resultado natural do crescimento econômico, graças ao efeito cascata, conforme Sachs (2008).

O crescimento econômico está de certa maneira engessado à perspectiva de geração de riqueza em um determinado período de tempo em uma determinada economia, seja de uma comunidade seja de um estado seja ainda de um país. Essa ideia é formatada e estruturada por dados pelos institutos de pesquisas econômicas, por meio de indicadores que mensuram a riqueza gerada como PIB e a renda *per capita*⁵, divulgados e usados constantemente para medir o grau ou a intensidade de desenvolvimento das economias.

Quando utilizados, esses indicadores levam a informações que muitas vezes não condizem com o real, principalmente com referência ao conceito de desenvolvimento, pois eles em muitas circunstâncias não passam de instrumentos de medida útil da atividade econômica de uma economia para atender objetivos explícitos de uma atual conjuntura, não elucidando toda a dinâmica estrutural.

Esses indicadores resumem-se em aferir as atividades econômicas em si, esquecendo aspectos da alocação e da distribuição da riqueza entre todos os envolvidos. Distribuição não como forma de remuneração dos fatores de produção, mas como garantia de atender ao crescimento de forma ampliada do período seguinte, assegurando, sobretudo, a dignidade e o bem-estar de sujeitos como a classe operária. Garante não só sua reprodução pelo assalariamento, mas também a reprodução da sua vida, como lembram autores como Henri Lefebvre e Ana Fani Alessandro Carlos, que, em seus estudos, criticam veementemente esse tipo de análise de crescimento.

As economias são bem mais complexas; não são só produtivas, mas também repletas de nuances sociais. Surgem, então, nas ciências econômicas, formas alternativas de avaliação e mensuração do desenvolvimento que não estejam vinculadas ao crescimento,

⁵ Resultado da divisão do montante total da renda tributável pelo número de pessoas; em economia, indicador usado para medir o grau de desenvolvimento de um país.

como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano⁶, mas conhecido como IDH, que foi adotado pela ONU, a partir da formulação do paquistanês Mahbub ul Haq e se popularizou através dos trabalhos de Amartyan Sen, ao relatar as múltiplas dimensões da vida econômica e social da população. O indicador alternativo foi colocado na pauta das discussões, mesmo apresentando suas limitações, por ser uma análise que requer uma agenda muito extensa de pesquisa para estar sintetizada em números, em alguns pontos reduzindo a dinâmica das comunidades, dos países e das nações, suas diferentes dimensões e diferenças que cada uma delas guarda em diferentes culturas e comportamentos, a quantificação (FAVORETO, 2007).

Na relação de desenvolvimento com crescimento, concorda-se ainda com a definição de Sachs (2008), no que se reporta ao desenvolvimento:

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar, potencialmente, talentos e imaginação, na procura da autorrealização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas (SACHS, 2008, p. 35).

Acredita-se ser essa a constituição básica do desenvolvimento em qualquer escala de análise: que inclui as pessoas, os sujeitos (e não os deixando à margem), adicionando aos interesses individuais os coletivos, ligados ou não a atividades produtivas, construídos pelas necessidades da vida social, no caso aqui estudado, o estilo de vida urbano e as suas relações que impactam no espaço geográfico ao longo do tempo.

Concorda-se, pois, com o pensamento de Hagen (1996) de que o crescimento econômico, por ser exigente, busca emergir situações e condições capazes de incrementar na sociedade novos valores e necessidades não somente a um indivíduo isolado, mas, sim, a um

⁶ “O IDH surge no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Estes foram criados e lançados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, em 1990, e teve como objetivo explícito: ‘Desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas’. Para produzir os RDHs, Mahbub ul Haq reuniu um grupo de economistas bem conhecidos, incluindo: Paul Streeten, Frances Stewart, Gustav Ranis, Keith Griffin, Sudhir Anand e Meghnad Desai. Mas foi o trabalho de Amartya Sen sobre capacidades e funcionamentos que forneceu o quadro conceptual subjacente. Haq tinha certeza de que uma medida simples, composta pelo desenvolvimento humano, seria necessária para convencer a opinião pública, os acadêmicos e as autoridades políticas de que podem e devem avaliar o desenvolvimento não só pelos avanços econômicos, mas também pelas melhorias no bem-estar humano. Sen, inicialmente se opôs a essa ideia, mas passou a ajudar a desenvolver, junto com Haq, o IDH. Sen estava preocupado de que seria difícil capturar toda a complexidade das capacidades humanas em um único índice, mas Haq o convenceu de que apenas um número único chamaria a atenção das autoridades para a concentração econômica do bem-estar humano. A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões: Uma vida longa e saudável: Expectativa de vida ao nascer; O acesso ao conhecimento: Anos médios de estudo e Anos esperados de escolaridade; Um padrão de vida decente: PIB (PPC) per capita” (ANDRÉ, 2012, p. 2-3).

grupo de indivíduos, de modo que a modernização não seja excludente. O problema em questão agora é como isso se resolve concretamente em cada sociedade a partir da teoria do desenvolvimento econômico.

Uma mudança social que tem caráter assíncrono, segundo Germani (1996, p. 160)⁷, apresenta suas consequências na relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que se estende a diversas variáveis para além do econômico, no caso aqui, também, no plano geográfico, mas com implicações simultâneas em todos os planos.

3.7 DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A noção de subdesenvolvimento, e toda a sua problemática, emerge no século XX como parâmetro das relações da sociedade global e desigual e de como essa dinâmica teve consequências com o acréscimo de vários acontecimentos históricos, que vão desde o atraso de parte do mundo em consequência do avanço de outra parte ao esquema internacional, que predominou durante séculos chegando a nossos dias com novas perspectivas e estratégias (COSTA PINTO; BAZANELLA, 1996).

Essa noção ocasionou transformações profundas nos países ditos “atrasados” como também reestruturou toda uma ordem mundial, transcendendo a lógica de se pensar a dependência dessas nações subdesenvolvidas somente do ponto de vista das configurações históricas do período colonial, mas considerando essa dependência no processo de mudanças

⁷ a) *Assincronia geográfica*: o desenvolvimento se produz em épocas distintas nos vários países bem como nas regiões de um mesmo país. A noção de país ou região surge desse fato (além de outros que não serão analisados aqui, como a necessidade de desenvolvimento como processo universal, etc.). Distinguir-se-ão assim: países do “centro” e países da “periferia” e, dentro de um mesmo país, regiões “centrais” e regiões “periféricas”. É precisamente a esse tipo de assincronia que se referem as noções de “sociedade dual” e outras similares.

b) *Assincronia institucional*: as diferentes instituições ou grupos de instituições experimentam mudanças inerentes ao desenvolvimento econômico (quaisquer que sejam) com velocidade diferente, de sorte que chegam a coexistir instituições próprias de “fases” ou “etapas” distintas (noções implícitas: integração, ajuste, equilíbrio, correspondência de partes, etc.).

c) *Assincronia nos diferentes grupos sociais*: certos grupos sociais se modificam com maior rapidez que outros. Esse fato produz coexistência de grupos humanos correspondentes a diferentes “fases”, tal como ocorria com as instituições. As características “objetivas” (por exemplo, ocupações, posição na estrutura econômico-social) e “subjetivas” (atitudes, caráter social, personalidade social) de certos grupos correspondem a etapas “avançadas”, enquanto as de outros grupos correspondem a uma fase “atrasada”.

d) *Assincronia motivacional*: A assincronia motivacional não decorre somente como implicação dos pontos anteriores (aspectos motivacionais relativos a instituições ou grupos), mas também devido à participação simultânea de um mesmo indivíduo em diferentes grupos e instituições. A assincronia afeta, por assim dizer, o próprio indivíduo. Coexistem em seu psiquismo atitudes, ideias, motivações, crenças, correspondentes a “etapas” sucessivas do processo (com base nesse fato, a mudança é percebida como “crise” e ordem derivar daqui a ideologias correspondentes).

e permanências das suas subordinações juntamente com as singularidades, agora no mundo contemporâneo.

O subdesenvolvimento, além do incipiente progresso técnico e tecnológico, caracteriza-se também por suas estruturas, grandes extensões, números demográficos que agrupam mais da metade da população mundial e movimentos populacionais com conhecimento de número aproximados, bem como sua noção que se desenvolve essencialmente na prática. Balandier (1996, p. 37) discute que,

Em geral, fica-se num empirismo cômodo. É na sua pobreza – a fraca capacidade de produção, levando-se em conta as riquezas potenciais – e na sua miséria – a distribuição coincide, de modo geral, com a ‘geografia da fome’ – que se insiste.

Segundo as reflexões desse autor, o avanço da própria pobreza está intrinsecamente relacionado à imposição do crescimento econômico e sua ideologia de progresso e modernização tecnológica, causando limitações quanto às possibilidades de se pensar outras formas e modelos de estratégia para um indivíduo, região ou país, pois não quer dizer que esses modelos tenham chegado à perfeição nos países desenvolvidos, pelo contrário, eles podem ser tão controversos quanto nos países subdesenvolvidos⁸.

Logo, as disparidades sociais e econômicas são e precisam ser mantidas por uma estrutura sedimentada na lógica capitalista da produção e consumo baseada nos critérios espaciais, onde se beneficia, principalmente, a modernização tecnológica com seus respectivos ramos de atuação especializados, marginalizando uma massa operária e proletária que se vê dependente de toda essa estrutura imposta para a sua sobrevivência.

Dessa forma, apresenta-se mais fácil para os estudos e dados a compreensão do subdesenvolvimento pelos critérios de um modelo econômico “financeirista-progressista”, o que simplifica a discussão de uma ordem natural das coisas, esquecendo que nessa “vocação

⁸ Milton Santos apoiado em outros autores estudiosos da temática, tece sua hipótese sobre essa relação de pobreza e progresso afirmando que “[...] na realidade, a pobreza está aumentando nos países subdesenvolvidos. Isso tanto ocorre nos países que recentemente ingressaram no ‘caminho para o progresso material’ como nos que adotaram as ideias de progresso há mais tempo. ‘A pobreza é até consciente com o crescimento rápido, se o crescimento tem origem recente’ (E. A. Johnson, 1970), porque a modernização tecnológica produz uma crescente disparidade econômica e social. Em nome do progresso e à custa de uma injustiça cada vez maior, uma importante parcela dos recursos nacionais é distribuída de maneira a beneficiar aqueles que já são ricos (Peter Marris, 1962, p. 131). Assim, estabelece-se um círculo vicioso: à medida que a renda continua a se concentrar, o consumo dos grupos de alta renda diversifica-se cada vez mais e o desenvolvimento do perfil da demanda torna-se ainda mais inadequado, produzindo uma subutilização de fatores de produção. Os pobres sofrem dupla desvantagem, pois apenas têm acesso aos produtos que os empresários consideram lucrativos, enquanto a produção de bens e consumo popular vai diminuindo. Isso também provoca o aparecimento de um teto do emprego e limita a seleção daqueles que podem associar-se ao processo de modernização” (SANTOS, 2009, p. 81).

de desenvolvimento” de qualquer país existem condições ligadas ao cultural, conjunturas intra e extrassociais que se materializam na realidade.

Numa vivência relativista da totalidade, muitas vezes não se trata da complexidade existente, de forma bem mais intensa, no interior das relações da sociedade global, e observadas do ponto de vista do modo de vida urbano e seus rebatimentos na vida social urbana.

Tais rebatimentos nos países subdesenvolvidos são conseqüências de variáveis pertinentes a esse modo. Dentre elas, podem-se destacar os processos migratórios, que suscitaram modificações mal controladas e integradas como na divisão do trabalho e conseqüentemente, na estrutura da mão de obra ativa que, ao longo do tempo, foram condições e resultado do progresso (BALANDIER, 1996).

Um dos processos nos países em desenvolvimento tardio que caracterizam esses deslocamentos individuais ou coletivos, diretos ou indiretos impostos tem ligação entre o êxodo rural e o processo de industrialização e o fenômeno da urbanização em ritmo intensivo a partir dos anos de 1940. Esse fenômeno foi observado não só pela necessidade de mão de obra nos centros urbanos como também pela instabilidade nas condições de vida no campo, que direcionou uma parte significativa da população rural para a cidade.

À medida que esse século vai avançando, as fronteiras entre urbano e rural se estreitam e ampliam o processo econômico entre essas duas realidades devido à ocupação de mais áreas apropriadas, o que acarretou a diminuição considerável da natureza para atender as formas de densidade das populações, das técnicas e da informação, ainda que a distribuição dessas áreas tenha ocorrido desigualmente (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

De acordo com esses autores, a lógica das fronteiras territoriais ganha novo destaque, pois agora, com o processo de aglomeração urbana, o fenômeno do êxodo rural dá lugar a outro fenômeno: o do êxodo urbano.

Ao fenômeno do êxodo rural acrescenta-se também, ainda mais do que no período anterior, o êxodo urbano. Observa-se, ainda nos últimos anos, que as aglomerações urbanas nascidas das novas lógicas territoriais têm um tamanho bem maior do que nos períodos anteriores (Celso Lamparelli, 1990). Isso pode ser atribuído ao fato de as técnicas da produção e circulação e o uso de novos meios de transporte e informação permitirem uma boa parcela da população vencer as mesmas distâncias em menor tempo menor, e desse modo torna-se menos necessária a proliferação de núcleos urbanos (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 252).

Uma urbanização não somente da sociedade, mas do território, ainda que com acepções de indivíduos, regiões e países, mas que se generalizou globalmente evoluindo para os estudos sobre cidades, metrópole, metropolização, bem como toda a problemática que corrobora essa teia complexa formada e estruturada longe de ser consenso, todavia repleta de disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Outra problemática no subdesenvolvimento que aparece, e que já citamos anteriormente, é a questão da fome, que foi aprofundada por vários especialistas.

O problema que se impõe ao homem de nível médio que vive no interior dos países ditos subdesenvolvidos é da fome ou, pelo menos, é aquele que todos os dias o padrão de vida insuficiente e a incerteza material apresentam. O dilema: a favor ou contra Malthus?, é apenas um dos aspectos dessa trágica realidade. Já se tentou fazer balanços gerais; mencionaremos principalmente a obra que trata dos problemas de conservação dos solos, de melhoria da agricultura e de acesso a novas fontes de alimentação da autoria de vários especialistas [...], também a célebre *Geografia da Fome*, de Josué de Castro (BALANDIER, 1996, p. 65).

As cidades, nessa lógica, abarcam em toda a sua tessitura essas múltiplas questões, pois virou o “território das oportunidades” com os *slogans* clichês de melhores condições de vida. Contudo, diante desse discurso otimista, elas também passaram a ser lócus de acirramento das classes sociais envolvidas como sujeitos decisivos na dinâmica de mudanças, permanências e resistências.

Acrescentam-se a essa lógica a educação e a forma de administração da população em todas as suas dimensões, que, muitas vezes, são sintetizadas no assistencialismo e nas ações compensatórias, banalizando o atraso econômico dos países subdesenvolvidos pela ausência de pessoas capacitadas e especializadas, pela escassez de recursos financeiros para investimentos, dentre outros fatores, dando ênfase a essa manutenção ao invés de prognósticos de uma sociedade mais instruída e mais organizada.

Faz-se necessário, nessas e em outras variáveis aqui não elencadas, identificar as rupturas, bem como os fossos que são abertos frequentemente quando se define ou se tenta entender essa relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Este último, de forma minuciosa, pois sua formação e seu planejamento vêm de fora e precisam ser assimilados em ritmo acelerado para não “ficar para trás”.

E essa corrida desenfreada pelo crescimento econômico, pelo progresso e pela modernização tecnológica deve ser repensada com vistas a atender as necessidades das sociedades, que são as mais afetadas com tantas modificações, e acabam nessa dinâmica

executando as mudanças de forma automática perdendo a capacidade de se sentir satisfeitas ou não como o que está posto e de ser um agente transformador no espaço geográfico de sua morada.

3.8 DESENVOLVIMENTO PRECISA SER SUSTENTÁVEL

Essa adjetivação do termo desenvolvimento surge para encarar a crise ecológica tornando-a compatível com os níveis de consumo que satisfazem as necessidades de toda a humanidade, dentro dos limites ecologicamente possíveis, cujas raízes podem ser encontradas nas causas últimas de tal crise. As consequências de tais causas estão evidentemente vinculadas ao processo de apropriação dos recursos naturais pelo chamado capitalismo.

Assim, desenvolvimento sustentável, abordado por vários autores, tem a definição clássica de garantia da satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades. É dentro dessa normativa conceitual que se apregoa um novo modelo de desenvolvimento tanto nos meios urbanos mais industrializados, como no meio rural com as práticas agroecológicas⁹.

Para Sachs (2008), esse conceito contempla tanto uma questão da sustentabilidade ambiental quanto uma dimensão da sustentabilidade social, pois, para o autor, essa sustentabilidade responde a um duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Dessa forma, Sachs (2008), procura demonstrar os cinco pilares do desenvolvimento sustentável:

- a) social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva da disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b) ambiental: com as duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);

⁹ A agroecologia consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. O termo pode ser entendido de diversas formas: como ciência, como movimento e como prática. Nesse sentido, a agroecologia não existe isoladamente, mas é uma ciência integradora, que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas.

- c) territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) econômico: sendo a viabilidade econômica a condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e) político: a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

É interessante observar a totalidade da definição de desenvolvimento sustentável em Sachs (2008), em decorrência da complementaridade que o autor dá à definição com outras denominações, não restringindo assim a definição de sustentável apenas aos quesitos do uso racional dos recursos naturais, dentro da máquina locomotiva do crescimento industrial produtivista.

Para Almeida (1997), a discussão de desenvolvimento sustentável se ocupará doravante de um lugar estratégico na análise e no debate social, porque ela articula – ou tenta articular – duas dimensões do saber científico, a natureza e a sociedade, a produção do espaço na lógica da prática social. Aqui o autor procura observar como se dão as formas de apropriação e de utilização desses recursos pelo conjunto da sociedade, ou seja, examina que valores são carregados nessa utilização, dado que os recursos naturais se classificam em renováveis e não renováveis. Sabemos que mesmo aqueles recursos renováveis não se renovam na velocidade da sua utilização pelo homem, principalmente depois da revolução industrial, com uma sociedade condicionada exacerbadamente ao consumo.

É a partir dessa discussão de sustentabilidade que muitas pesquisas se voltam a descobertas de outras fontes de energia, principalmente as renováveis, no intuito de garantir a velocidade do crescimento econômico. Atualmente, pela escassez de recursos naturais, sejam lençóis de águas minerais, sejam reservas florestais e minerais, sejam ainda fontes de energias fósseis, é que os recursos naturais ganham uma notoriedade mundial, notoriedade essa, que às vezes está mais atrelada à mercantilização do que ao que ainda resta a ser utilizado, a ser preservado, ou a ser conservado.

Como se sabe, o capital tem a capacidade de se reproduzir nas mais diferentes formas, e agora passa a dar uma valoração econômica e mercantil aos recursos que até então eram ditos como inesgotáveis e renováveis, que não possuíam valor algum, a não ser se se observar a relação entre utilidade e escassez. Adam Smith, em sua obra *Riqueza das Nações*, ao relatar o paradoxo água e diamante, fala que água é útil, mas não possui valor algum em

decorrência da sua abundância, enquanto o diamante não é útil à sobrevivência humana, mas possui valor bem superior à água dada a sua escassez.

Portanto, pode-se perceber que o que era sem valor algum há séculos hoje é objeto de especulação até de grandes corporações financeiras internacionais, que estão comprando as principais fontes de água mineral, principalmente nas economias em desenvolvimento, em virtude da necessidade de sobrevivência e da escassez de água no período atual.

A partir dessa análise, é interessante verificar o Quadro 3.2, a seguir, que representa as diferentes formas ou padrões de crescimento econômico. A ótica do crescimento, quando representada pelo padrão de desenvolvimento, garante uma sustentabilidade tanto para as questões sociais como para as ambientais e sociais no que tange à distribuição mais equalizada da exploração dos recursos naturais, tanto para as gerações atuais como para as futuras. Nos aspectos ambientais, trabalham-se a questão da utilização mais racional dos recursos e as formas alternativas de utilização desses recursos.

Já o crescimento com padrões do que se denomina de “capitalismo selvagem” será o oposto do que o observado anteriormente, em que haverá maximização dos lucros concentrando os recursos utilizados por uma pequena minoria privilegiada nos aspectos sociais; enquanto nos impactos ambientais se perceberá uma utilização predatória dos recursos naturais.

No padrão socialmente aceitável há uma preocupação com a equalização da utilização dos recursos naturais, mas sem levar em consideração a utilização racional e sustentável desses mesmos recursos. Por último, se tem o padrão ambientalmente benigno, que é o inverso do anterior, ou seja, preocupa-se de forma demasiadamente com a conservação dos recursos naturais, mesmo que isso venha comprometer os impactos sociais advindos dessa conservação extremada.

Quadro 3.2 – Padrões de Crescimento Econômico

Padrões/Impactos	Impactos Sociais	Impactos Ambientais
Desenvolvimento	+	+
Selvagem	-	-
Socialmente Benigno	+	-
Ambientalmente Benigno	-	+

Fonte: Sachs, 2008.

Para finalizar essa primeira adjetivação de desenvolvimento é interessante salientar a diferença entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento sustentado: o primeiro visa a utilização racional dos recursos produtivos, dada a garantia de recursos para as gerações futuras; o segundo se refere à permanência do processo de desenvolvimento em si, mas cuidando para não se achar que esse processo se restrinja ao crescimento material ou do produto, também, mas não unicamente.

Apreender sobre essas múltiplas abordagens desse desenvolvimento de toda forma é entender esse desenvolvimento na relação sociedade e espaço, em que a ciência geográfica vai buscando na dinâmica do “fazer geografia” diária elucidar todas as implicações desse desenvolvimento.

3.9 DESENVOLVIMENTO E A GEOGRAFIA: IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO

Na trajetória histórica da discussão sobre desenvolvimento, pode-se entendê-lo por várias nuances nas relações socioeconômicas e nas que abordam os binômios global-local, progresso-modernização. Nesse caminho teórico-metodológico, a ciência geográfica também ganha proporções relevantes para se discutir a temática, especificamente na subdivisão denominada geografia humana.

Segundo Gregory, Martin e Smith (1996), a geografia não podia ficar imune e nem alheia a tais questões, tornando-se importante a sua contribuição que, em muitos casos, foi e é decisiva para a (re)avaliação e exploração conceitual que se sequenciou no seu objeto de estudo, o espaço, bem como na sociedade¹⁰.

Conceitualização macro ou sinótica são vitais para a elucidação da sociedade contemporânea: sua organização, suas relações de constituição social, práticas, polêmicas e instituições; suas características interdependentes e suas estruturas de poder e modos de opressão e domínio. A teoria social, da qual a geografia humana é parte integral, analisa como esses elementos se ajustam e constituem sociedades específicas e como as sociedades funcionam ou deixam de fazê-lo (BEST; KELLNER, 1991 apud GREGORY; MARTIN; SMITH, 1996, p. 20).

Isso se reflete nos conceitos-chave tradicionais e caros para a geografia: espaço, território, lugar, paisagem e região. Essas preocupações constantes na geografia humana estenderam-se a outras ciências sociais por completo. Os conceitos de espaço, lugar,

¹⁰ Os autores fazem uma linha histórica da evolução conceitual da teoria social da geografia humana que se reavalia desde o pós-positivismo, a nova geografia, o marxismo, o pós-marxista, o crítico realista, o modernista, o pós-modernista, dentre outros.

paisagem, identificação são dados de acordo com as necessidades e os objetivos comuns a todos ou pessoais por meio das práticas socioespaciais envolvidas, que destrincham as formas, os processos, as estruturas as funções e as condições da vida social (SANTOS, 2002).

É o reconhecimento da importância do espaço geográfico e sua estreita correlação com as relações sociais e suas práticas que criam condicionamentos e/ou facilidades, podendo mesmo gerar um novo conceito como o de *Desenvolvimento Socioespacial*. (ALMEIDA, 1994).

Por mais que a contribuição geográfica seja importante, poucos geógrafos se debruçaram em abordar nos seus estudos essa temática do desenvolvimento, propondo uma geografia do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e dialogando com dois pontos de vistas: observar o mundo e entender a população.

A Geografia do desenvolvimento é, antes de tudo, a geografia da população empenhada na produção de seu espaço de vida, e no próprio desenvolvimento, conforme uma lógica que caracteriza o grupo social interessado. ‘Cada vez mais, o desenvolvimento é concebido como a dinâmica de uma sociedade no seu próprio ser, como uma verdadeira aventura na qual a sociedade se engaja, reunindo todas as suas capacidades de autocriação’. A População, as Instituições e as Organizações sociais constituem a fonte da incessante dinâmica geográfica. A População, considerada como realidade geográfica, ‘não é um estoque de habitantes ou de produtores-consumidores, mas uma sociedade com seus poderes, suas línguas, suas crenças, uma sociedade de atores, com suas estratégias, suas dominações’ (PARISSE, 1991, p. 3).

Essa autora apresenta a realidade existente no espaço geográfico e o seu desenvolvimento como um conjunto de relações para além do resultado de suas funções. Ela o denomina de *processo relacional*¹¹, dividindo esse sistema em quatro subsistemas: 1) os

¹¹ O cerne das realidades geográficas consiste no subsistema das relações de poder que os atores mantêm com o espaço, o qual é lugar, recurso e fator da produção espacial. **As relações de poder constituem o meio geográfico: meio instrumental, mas, sobretudo, entremeio** ‘atores geográficos – meio ambiente’, entremeio ambivalente, ao mesmo tempo, social/individual, social/natural, subjetivo/objetivo; entremeio produtor da organização espacial e do desenvolvimento que a qualifica. O meio geográfico corresponde a **um processo relacional**, e não a uma função que, simplesmente, apontaria para o resultado da relação. Daí a problemática: como se realiza a relação mesológica de desenvolvimento? Qual seu modo de produção? Qual o papel e o poder dos atores? Qual o papel do espaço e do tempo, realidades sociais diferenciadas que, em grande parte, caracterizam as posições, isto é, as tomadas de posição dos sujeitos geográficos? Terceiro componente do sistema geográfico de poder: o meio ambiente. Só preexiste virtualmente à ação geográfica de desenvolvimento. São os atores geográficos que o determinam ao selecionarem e apossarem-se dos **recursos ambientais, naturais, mas também, econômicos, políticos, ideológicos, tecnológicos**, recursos do espaço em via de remanejamento, que deixará lugar à nova organização espacial. O espaço ambiente não é ‘o que está em volta’, mas o conjunto dos recursos que os atores geográficos escolhem para a reorganização espacial projetada. A captação de recursos inclui relações de competição e de conflitos sociais. **O espaço organizado**, conforme a etimologia tradicional, torna-se apto a viver. ‘Surge o espaço geográfico como esteio de relações, algumas determinadas a partir de dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima, vegetação) e

atores sociais; 2) o sistema (ou meio) de poder; 3) o meio ambiente (recursos); 4) o espaço geográfico no espaço global.

É um sistema que se apresenta com possíveis abordagens metodológicas para a investigação da geografia do desenvolvimento ou dos “países subdesenvolvidos”. Concorde-se com as reflexões de Parisse, que evoca as contribuições de Yves Lacoste, sem omitir ou negligenciar quaisquer componentes no espaço-tempo das dimensões da sociedade. Outros autores que discutem essa dimensão da geografia ao longo do tempo vêm se debruçando na temática, como Hans-Georg Bohle, que oferece uma visão alemã, desde anos de 1970, apresentada como paradigma, porém mantendo-se no entendimento aplicado ao homem.

O autor apresenta que o caminho tomado pela Geografia do Desenvolvimento, como uma subdisciplina da ciência geográfica, faz uma análise que vai do ‘espaço ao ser humano’ numa abordagem multidimensional e transdisciplinar guiada pelos problemas, pela teoria e pela atividade humana unindo-se ao ambiente natural, gestando conflitos, crises que emergem no espaço pelos agentes sociais.

O espectro deste campo de pesquisa é muito amplo; trata-se, evidentemente, de mais do que estudar a erosão do solo, catástrofes naturais ou escassez de alimentos. A Geografia do desenvolvimento usa abordagens das Ciências sociais, mas aproveita também ideias da própria Geografia como, por exemplo, a ‘redescoberta da cultura’ e a natureza construída dos espaços; enquanto ciência orientada para a ação e o ator, ela pretende dar conta de conflitos políticos e de mudanças socioeconômicas radicais, de vulnerabilidade social e ecológica, de marginalização e de miserabilização, de estratégias de sobrevivência e do conhecimento do ambiente, de relações de poder e do acesso a alimentação. A escala aumenta ou diminui dependendo das questões [...] (BOHLE, 2010, p. 7-8).

Já no Brasil, a Geografia do Desenvolvimento emerge nos anos de 1930 com a era Vargas, quando se estabelecem os estudos realizados pelo IBGE, que, na sua história institucional, veio construindo o conceito de desenvolvimento de acordo com os períodos político-administrativos relacionados às suas respectivas conjunturas econômicas.

Segundo Almeida (1994), há uma grande dificuldade, principalmente em órgãos ligados ao poder executivo (governo), em deixar de correlacionar planejamento a desenvolvimento e vice-versa, conceitos complexos para atender termos e trabalhos técnicos que acabaram sendo banalizados em todos os âmbitos de propagação porque não foram

outras provenientes das sociedades humanas responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível tecnológico; numa palavra: de toda essa tessitura pejada de densidade histórica a qual damos o nome de civilização’ (PARISSE, p. 3-5, 1991).

compreendidos a complexidade das diversas perspectivas, os diferentes agentes, sujeitos e os devidos contextos.

Pode-se considerar desenvolvimento como um processo de crescimento econômico, passível de ser medido através da relação entre o Produto Nacional Bruto e o número de habitantes, a renda per capita. Um outro conjunto de definições opera com a variável tempo, ao peridiocizar os diferentes estágios do crescimento econômico, utilizando como referência dual a pobreza e a riqueza e situando cada espaço de estudos [país, regiões] em alguma etapa dessa sequência cronológica. Um terceiro grupo de definições amplia o conceito, anteriormente restrito ao puramente econômico, considerando o desenvolvimento como um conjunto de processos que visam à mudança social, através de políticas de equalização de oportunidades econômicas, sociais e políticas, objetivando o alcance de padrões de bem-estar ‘considerados elevados’, tanto nos planos local e nacional, como também em relação a outras sociedades tomadas como ‘referência’ (ALMEIDA, 1994, p. 7).

Faz-se necessária uma adequação conceitual e metodológica aplicadas aos termos para estudar fenômenos como é o processo de desenvolvimento atendendo as diversas posições ideológicas e de interpretação, harmoniosas ou não, todavia, no caso da geografia, levando em conta as implicações no espaço: local, social, global, ambiental, entre outros.

O exemplo pode ser a fatídica dualidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, quando durante muito tempo foi interpretada como uma lógica etapista em que cada país ou região tem a sua evolução a partir de mudanças de fase até chegar no “ápice” de uma sociedade desenvolvida. Um discurso bem determinista, visando atender a manutenção do poderio e da dependência entre países como pano de fundo para explicar a divisão socioespacial do mundo.

Diante das contribuições dos órgãos governamentais, vale destacar que a Geografia do Brasil, bem como do desenvolvimento brasileiro, é fruto da influência significativa da Geografia Francesa, que ainda hoje é propagada nas Universidades e em estudos de vários pesquisadores pelo país afora. Outras tantas escolas (americana, inglesa, entre outras) trouxeram também à tona discussões, na agenda geográfica, sobre a difusão da modernização tecnológica, a nova ordem mundial, a geopolítica, os movimentos sociais e, mais recentemente, as manifestações do povo nas ruas desde 2013.

Foi ainda com os estudos sobre o, chamado à época, *Terceiro Mundo* que vários autores se debruçaram para entender o imaginário de mitos e da realidade dos países associados a essa categoria. A década de 1950 foi um primeiro ensaio para essa discussão, quando em 1955 cerca de 29 países, entre os continentes Africanos e Asiáticos, se reuniram

em Bandung na Indonésia como nações recém-descolonizadas para levantar questões de grupo de interesses mútuos e identidade (BELL, 1996).

Eles alegavam ser diferentes tanto do mundo capitalista como do mundo socialista. Como grupo não-alinhado, eles representavam um “terceiro mundo”. A Conferência de Bandung foi organizada para chamar a atenção sobre questões políticas – anticolonialismo e a criação de um movimento não-alinhado com uma poderosa voz ativa na comunidade internacional. Nascia assim o Terceiro Mundo como conceito político (BELL, 1996, p. 189).

Esse conceito político se alia intrinsecamente a termos como o econômico e o social ligado ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento, dando margem a estereótipos clássicos e reprodutivistas quando se trata dessa Geografia do Terceiro Mundo, como pobreza, fome, miséria, desigualdades, degradação ambiental, instabilidade ambiental e assim por diante, esquecendo que alternativas nasceram da periferia ainda sem uniformidade, mas que tenta resistir e confrontar as manobras autoritárias vindas do centro e o respectivo imaginário criado sobre esses lugares.

Constata-se que ainda na contemporaneidade muitos desses traços ocidentais do desenvolvimento permanecem influenciando as práticas e o pensamento nos países subdesenvolvidos.

Todavia, como já se apontava, mesmo com a singularidade complexa, os países periféricos não têm um consenso sobre uma teoria unificada sobre o desenvolvimento, muito menos uma geografia do desenvolvimento. O único fio condutor aceito entre tantos pensamentos é o da participação da sociedade, ao perceber, conceber e viver esse espaço no qual ela fez e continua fazendo morada.

Conceitos de desenvolvimento não são uniformes, unificados ou estáticos. Existem imagens, mitos e geografias alternativas que são baseados em sistemas culturais e científicos complexos e variados. Uma geografia crítica de desenvolvimento e do Terceiro Mundo deve desafiar as grosseiras representações de povos e lugares sobre os quais teorias abrangentes são baseadas. Deve demonstrar que o terceiro mundo é uma tradição contestada: que ele é associado a opiniões e práticas amplamente divergentes e conflitantes: que essas opiniões têm muitos contextos históricos, geográficos e sociais (BELL, 1996, p. 209).

Associado a essa assertiva, Santos (2008a) alinha a discussão evocando que nos países subdesenvolvidos existem múltiplas nuances porque a colonização ocorreu desuniformemente, com características e em épocas diferentes. A presença ou a ausência de

fenômenos como os de industrialização e urbanização nas cidades ou nos países fazem total diferença à análise.

Mas como fugir de ideologias, mitos e imagens deturpados sobre a definição de desenvolvimento para os países independentes das dualidades construídas ao longo do tempo? Souza (1997) reconhece que existem deficiências dessa argumentação, mas não deixa de apontar para uma reflexão mais complexa sobre a temática e que cabe ser colocada na complementação em nossos estudos. Ele lembra que, geográfica e historicamente, a ideia de desenvolvimento é produto enraizado no Ocidente, que se propagou pelo mundo e impactou de diversas maneiras cada nação.

3.10 ESPAÇO COMO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Pnud é uma das agências da ONU que atua em vários países no mundo inteiro desde 1990, objetivando o desenvolvimento humano ou social diante dos ditames econômicos e tecnológicos. Em suma, esse Programa procura fomentar esforços com um olhar para o desenvolvimento do ser humano num País dinâmico, multifacetado e diversificado. Promove políticas públicas não assistencialistas que focam o direito à cidadania das pessoas e o mínimo de respeito à dignidade, e não a maximização de abastanças.

Foi a partir desse pensamento que começaram a ser elaborados e criados alguns índices para tentar compreender/apreender um pouco dessa realidade mundial e as disparidades entre regiões, países, localidades, como o IDH, citado anteriormente.

Outra proposta organizada e citada publicamente para análises diversas pelo PNUD foram os chamados Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs)¹², dentre outras publicações da agência, onde existe uma preocupação com uma leitura transversal dos assuntos buscando uma coesão quanto à relação do processo de desenvolvimento dos países ao longo da história.

¹² O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. A publicação tem autonomia editorial garantida por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. A premissa do primeiro RDH, em 1990, era de que **as pessoas são a verdadeira riqueza das nações**, conceito que guiou todos os relatórios subsequentes. Comissionado pelo Pnud, o relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e contou com a colaboração do prêmio Nobel de Economia Amartya Sen. Com sua riqueza de dados e abordagem inovadora para medir o desenvolvimento, o RDH tem um grande impacto nas reflexões sobre o tema no mundo todo. Os RDHs incluem o IDH e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento.

A versão em português do site encontra-se no endereço eletrônico <<http://www.pnud.org.br>>.

O Professor Celso Furtado lembra que existem diversas interpretações acerca do processo de desenvolvimento como a que discute a dimensão social e que não deixa de ter papel relevante.

Em realidade, o que chamamos de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade industrial é um duplo processo de transformação: ao nível da utilização dos recursos produtivos e no plano do comportamento dos agentes sociais (FURTADO, 1978, p. 32).

É desse ângulo que se entende a importância em compreender qual a concepção de desenvolvimento subjacente às análises dos problemas mundiais e às propostas de promoção do desenvolvimento humano sugeridas pelo Pnud/ONU¹³.

O desafio que se apresenta, na contemporaneidade, é o da busca concreta e incessante de um modelo de desenvolvimento que apazigue as disparidades entre países e entre numa equidade, e não mais numa dicotomia entre as questões sociais, econômicas e a modernização tecnológica, capaz de promover a justiça social dentro das nações e entre elas.

Tratar o tema do desenvolvimento social requer, antes de mais nada, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem – gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros –, que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza. Tal abordagem apresenta, de imediato, várias implicações. Em primeiro lugar, exige a superação da dicotomia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social; em consequência, a busca de uma nova articulação entre políticas econômicas e políticas sociais que visem à efetiva redistribuição de renda, forjando-se, assim, modelo de desenvolvimento capaz de promover maior justiça social. (LAMPREIA, 1995, p. 17)¹⁴.

O ser humano, como pessoa, em muitas situações, recebeu uma atenção devida quanto aos seus direitos e ao cumprimento do exercício da cidadania. O que foi pensado para

¹³ Segundo o PNUD/ONU, o conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população (PROGRAMA..., 1996, p. 1).

¹⁴ Luiz Felipe Lampreia é sociólogo e diplomata. Foi Embaixador do Brasil em capitais estratégicas da Europa, atuando ainda como Secretário Geral do Itamaraty e Ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2001. Encontra-se no endereço eletrônico <<http://www.institutomillennium.org.br>>.

ele negligenciou-se pela abstração de reduzir sua vida a números, riquezas, pobreza, sem entender como isso o afeta direta e indiretamente. Essa atenção ao homem tem desdobramentos no espaço geográfico do qual ele se apropria e o qual ocupa, dando-lhe um sentido de pertencimento e de propriedade.

O espaço é o resultado da produção humana, produção esta que já foi ou está ou ainda estará sendo executada sobre a superfície terrestre, que se mostra por meio da implantação dos fixos e da dinamização dos fluxos.

Segundo Lefebvre (2008), o espaço é lugar e meio da prática social, isto é, da reprodução das relações de produção. O autor afirma que

[...] a produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo (LEFEBVRE, 2008, p. 62).

A utilização e/ou ocupação de determinado lugar num momento específico aparece no cotidiano das pessoas como forma de realização da produção espacial, sendo a manifestação espacial da divisão técnico-científico-informacional, social, política e cultural num determinado momento histórico bem como das forças produtivas materiais da sociedade, de suas condições.

Segundo Carlos (2008, p. 54),

O desenvolvimento desse processo produz novas formas de relação entre os indivíduos a partir das trocas em todos os sentidos, e também da modificação dos modos de apropriação e de uso do espaço, que, normatizado, redelimita ações e atos que redefinem as relações dos indivíduos entre si e o lugar.

E toda essa problemática se apresenta visivelmente no espaço social construído, onde a realidade ganha corpo, identidade e representações por ser lócus objetivo das relações sociais, de suas experiências nas diferentes escalas (bairro, cidade, município, estado, região, pátria, entre outras). Esse espaço é território de disputa, poder e apropriações, carregado de valores e significados diante de um cotidiano rico e repleto de materialidade que faz o ser humano existir (SOUZA, 1997).

O grande desafio da Geografia, quando o assunto é desenvolvimento, é colocar o espaço nessa relação, o qual muitas vezes fora negligenciado pelas Ciências Sociais, Políticas

e Econômicas. A ciência do espaço, com a sua dicotomia entre o natural e o social, deixou o assunto muitas vezes deficitário em teorias próprias e expressivas, evitando uma aproximação profunda e consistente para que essa dicotomia se dissipasse e se tornasse uma ciência geográfica unificada.

Comece-se pela *dimensão objetiva* do espaço pela sua *materialidade*¹⁵. Antes mesmo de focar o espaço propriamente social, aliás, dever-se-ia fazer alusão ao espaço natural, cuja importância histórica para os processos de constituição e transformação social (e não apenas para o desenvolvimento em sentido autêntico) é óbvia: dos recursos naturais e fontes de energia indispensáveis ao processo produtivo (embora sejam hoje em dia fatores muito menos ‘estratégicos’ que até poucas décadas atrás) às condições de ‘salubridade’ do meio para a vida humana em geral (necessidade de se evitar a poluição do ar e da água, de se evitar a contaminação e a erosão dos solos, etc.) (SOUZA, 1997, p. 27).

Somente o surgimento de autores que trouxeram o pensamento marxista e uma crítica geral à teoria do desenvolvimento e à valorização dela na dimensão espacial, como citamos anteriormente, veio dar um novo fôlego à construção de um debate sólido.

Assim, faz-se necessário um entendimento na Geografia de um desenvolvimento socioespacial, onde o conceito espaço é trabalhado na perspectiva de produção social, analisando a ocupação e uso do solo, que se dá de forma díspar. Essa desigualdade na posse da terra depende dos usos desses espaços pela atividade econômica (indústria, comércio, serviços), reforçada pela mediação dos poderes públicos (Estado), em termos de financiamento em infraestrutura, que valoriza o solo enquanto mercadoria.

Assim como o desenvolvimento, o espaço também tem essas múltiplas adequações por ser um campo do possível, de mutações, resistências, e por que não dizer, resiliências, que dá a ele uma importância significativa ao desenvolvimento social que desemboca em uma reestruturação socioespacial quanto às refuncionalizações do espaço legado. Só pensando assim, nesse espaço com suas diversidades de recortes, é que podemos

¹⁵ “A materialidade do espaço especificamente social, isto é, produzido pelas relações sociais, possui uma importância múltipla. De um ponto de vista *econômico*, essa materialidade (a estrutura e as formas espaciais) poderá facilitar e estimular menos ou mais, por exemplo, a circulação de bens e pessoas. De um ponto de vista *político*, os objetos geográficos e a configuração da materialidade do espaço deverão ser trunfos visando ao controle e à segurança. De um ponto de vista *cultural*, essa materialidade (os símbolos e os signos nela inscritos) manterá estreitos vínculos com a formação e reprodução de identidades coletivas, a orientação cotidiana dos indivíduos e a psicologia social. Cada um desses aspectos pode ser conformado em sentido subordinador-heteronomizante ou emancipatório-autonomizante: sob o capitalismo, a dimensão econômica é dominante, o que conduz muitas vezes (mas não inteiramente) à instrumentalização do resto; por exemplo, o ganho de eficiência embutido em uma ‘modernização’ do espaço objetivando acelerar a circulação de bens e pessoas tem como efetivo motor o imperativo de acumulação de capital e não a qualidade de vida dos usuários” (SOUZA, 1997, p. 28, grifos do autor).

entender um desenvolvimento autêntico e consolidado em diferentes âmbitos, do global ao local.

3.11 ESPAÇO COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O interesse pelo desenvolvimento local se aguçou a partir da década de 1970. Começou a se expandir mundialmente, “[...] no Quebec, na França e em vários países onde ele aparece sob outras designações, entre as quais, desenvolvimento comunitário (HICKS, 1961; HOUÉE, 1974; MEISTER, 1977; TAYLOR; STOHR, 1981; PECQUEUR, 1989; COSTA, 1996).” (ARNAULD DE SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 2).

Esse interesse surge como uma alternativa para manifestar os descontentamentos que já se arrastavam com a difusão do desenvolvimento homogeneizado, racionalizado e tecnocrático. Um planejamento que buscava ser pensado, mesmo que de forma mínima, levando em consideração a opinião da população das respectivas localidades sem uma modificação efetiva do projeto inicial.

A abordagem racional havia se modificado no sentido de tornar-se menos brutal. Por exemplo, o projeto de desenvolvimento é proposto ao longo de um processo no final do qual algumas correções são possíveis. Trata-se de uma abordagem incremental na qual a participação é instituída convidando a população local no momento da apresentação do projeto (a participação limita-se à discussão de algumas pequenas modificações no que já foi decidido). Mas, fundamentalmente, a abordagem é a mesma: o planejador legitima-se como um expert, que se legitima por sua vez pela ‘verdade científica’ (ARNAULD DE SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 2).

A efervescência da discussão do desenvolvimento local deu-se com a onda em que a economia viveu entre os anos de 1990 e início do século XXI, com os arranjos produtivos locais¹⁶, mas popularmente conhecidos como APLs, em que os principais protagonistas foram organizações multilaterais, como Banco Mundial, federações industriais, Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outras. Apregoavam-se os conceitos de aglomerações produtivas, que na maioria das vezes se encontravam em estágios de produção tradicional e rudimentar, e ainda na economia informal.

¹⁶ APLs são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

No intuito de garantir a formalização dessas empresas que se encontravam nesses aglomerados produtivos, bem como a sua profissionalização com assistência técnica, e incrementos tecnológicos competitivos, instituiu-se a ótica do desenvolvimento local ou endógeno. Amaral Filho (1996) exemplifica esse tipo de desenvolvimento em um estabelecimento de estratégias de desenvolvimento, que tem por objetivos munir um determinado local ou região de fatores locacionais econômicos capazes de criar um polo de crescimento, porém com projetos já preestabelecidos em muito dos casos.

Essa ótica possui alguns pilares de estruturação e fortalecimento desses aglomerados produtivos, como Capital Social, Inovação, Aprendizado, Governança e Territorialidade. Assim, esses aglomerados são confundidos com a vocação produtiva das cidades que os abrigam ou remetidos à ideia de sua principal atividade econômica, como exemplos: fábricas de confecção, produção de castanhas, produção de redes de dormir, indústrias de calçado, e outros.

Esses enfoques em *cluster* ou aglomerações produtivas foram e ainda são alvos de ferrenhas críticas, principalmente pelo fato da sua visão reducionista de desenvolvimento, ou seja, uma visão que está mais atrelada a aspectos do crescimento econômico ou produtivistas do que a desenvolvimento propriamente dito, como anteriormente já discutido no início deste capítulo.

As críticas voltadas para esse tipo de abordagem se deram em decorrência da ausência de outros aspectos estruturantes, como a valoração da cultura local, dos saberes populares, das questões ambientais, e principalmente da promoção e da dignidade humana nas áreas mais interioranas do País, que promovesse uma distribuição mais equalizada desses resultados produtivos.

[...] o desenvolvimento local constitui-se à margem das pesquisas fundamentais das ciências humanas e sociais, sem dúvida porque havia uma preocupação com a eficiência imediata e com a profissionalização. A ação de desenvolvimento local faz-se pelo uso de procedimentos, de técnicas, de diagnósticos de identificação dos jogos de atores, etc. Ela baseia-se em uma metodologia que, no fundo, faz pensar na frieza dos processos aos quais se opunha, pois todas essas técnicas são pouco sensíveis à experiência do sujeito, ou pelo menos pouco a assimilam (ARNAULD DE SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 3).

Na verdade, é como se o País estivesse agora assistindo ao mesmo processo de desenvolvimento observado há cinquenta anos, em copiar modelos de desenvolvimento de fora para dentro, em que apenas uma reduzida minoria dessas pequenas e médias cidades

fosse a maior beneficiada desse processo. Exemplo disso são as reduzidas classes dominantes dos países subdesenvolvidos em relação às suas articulações com o capital transnacional dos países ‘tidos’ como desenvolvidos. Pode-se perceber esse fato pela fala de Brandão:

Muitas das diversas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais e etc, possuem tal viés. A banalização de definições como ‘Capital Social’, redes, ‘economia solidária e popular’, o abuso na detecção de toda sorte de ‘empreendedorismo’, voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, ‘comunidades solidárias’, a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias ‘público- privadas’, baseadas no poder de ‘governança’ das cooperativas, agências, consórcios, comitês etc, criaram uma cortina de fumaça nas abordagens do tema (BRANDÃO, 2007, p. 38).

Uma economia é chamada de endógena quando tem uma relação direta com o desenvolvimento territorial, quando este se apresentava na pauta da discussão com os rótulos de desenvolvimento endógeno ou local, tendo como principal ícone os APLs, *clusters*, ou aglomerados produtivos. Traz no seu escopo como objeto central não só o desenvolvimento, mas também o subdesenvolvimento, esmiuçado dentro de várias dimensões como já apresentamos aqui ao longo deste capítulo.

A ênfase aqui está em uma escala social ou socioespacial do desenvolvimento, na ordem local em um determinado espaço urbano que precisa ser pensado levando em consideração o sujeito, pois ele não está alheio ao contexto, e sim, é uma peça fundamental na produção de um espaço geográfico.

Para o entendimento da localidade é necessário saber como ela pode se desenvolver porque é plural e produz espaços múltiplos, de atividades complexas, que movimentam e se dinamizam com espaços globais. No caso desta tese, entende-se esse processo em Parnamirim no Rio Grande do Norte a partir do seu desenvolvimento sob a ótica do turismo litorâneo.

4 A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO NO NORDESTE BRASILEIRO: A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Neste capítulo será feita uma abordagem sobre a produção socioespacial, a partir do entendimento do espaço urbano-metropolitano e litorâneo em dinâmica formação no Brasil a partir da década de 1970, com a criação das chamadas regiões metropolitanas ou áreas metropolitanas, e, especificamente no Nordeste brasileiro, a constituição da RMN.

4.1 A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANO-METROPOLITANOS: AS REGIÕES METROPOLITANAS

A população urbana moderna tem na cidade, principalmente nas aglomerações metropolitanas, o ápice da sua identidade e caracterização expressada pelas suas relações no espaço (social, cultural, simbólico) com a política mediada pelos aspectos econômicos e tecnológicos, sendo questão basilar uma produção socioespacial contínua exigindo novas formas de gestão para incrementar cada vez mais a cidade e o seu caráter metropolitano. (SILVA, 2007)

O autor expressa que,

Na perspectiva conceitual, os recortes espaciais denominados ‘regiões metropolitanas’ são aqueles detentores de uma elevada taxa de urbanização, agrupados na forma de lei para a integração e organização do planejamento e execução de funções com interesses comuns metropolitanos, aglomerados urbanos e microrregiões (SILVA, 2007, p. 105).

Ressalta-se que, na dinâmica dos espaços metropolitanos, as integrações dos componentes da região metropolitana acontecem com a mobilização de um conjunto de diretrizes a fim de desenvolver esses espaços, criando uma infraestrutura que permite uma aglomeração dos municípios visando a formação de um entorno (periferia) integrado com o polo (centro).

Nesse emaranhando complexo de ações e processos é que a cidade vai ganhando em corporeidade na sua dimensão urbana, atraindo outros espaços para compor um forte e intenso vínculo funcional e integrando as dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas adjetivadas de aglomerações urbanas.

Uma aglomeração urbana se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um ‘minissistema urbano’ em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes [...]. Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole. (SOUZA, 2007a, p. 32-33).

Pensar uma cidade é entendê-la num contexto espaço-temporal de relacionamento com outras cidades que foram crescendo e se aprimorando ao longo dos anos devido à proximidade entre elas, ocasionando mudanças constantes e importantes. São fluxos que com o tempo vão se encontrando, se unindo, se diversificando e ficando cada vez mais complexos, principalmente pelos movimentos populacionais e de atividades econômicas. A tessitura urbana se expande, resguardando a máxima de ainda existirem várias cidades.

É importante lembrar que as cidades são constituídas pelo que se chama de sede, onde o poder administrativo do município é exercido. São ainda caracterizadas pelas altas densidades demográficas e construtivas, assim como pela preponderância da população economicamente ativa, empregada em atividades econômicas dos setores secundário (indústrias) e terciário (comércio e serviços) (FREITAS, 2009).

Compreende-se como metrópole ou cidade-polo aquela cidade que vai se sobressair de outras influenciando concretamente os outros municípios e polarizando esse sistema urbano através de várias expressões, como rede ou hierarquia urbana ou núcleos urbanos em dimensões de alcance do global ao local. De acordo com Freitas (2009), esse sistema funciona baseado em um processo combinado por três fenômenos: urbanização, metropolização e conurbação, como nos mostra o Quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Os fenômenos e sua combinação na metrópole

(continua)

FENÔMENOS	DESCRIÇÃO
-----------	-----------

URBANIZAÇÃO	Teve início paralelamente à constituição da sociedade humana e seu estabelecimento em determinados espaços físicos. Esse processo tem continuidade até hoje, com a atual emergência de um estilo de vida urbano, disseminando-se por vastas áreas, com o crescimento vegetativo e com a passagem de, cada vez maiores, contingentes populacionais do campo para as cidades.
--------------------	---

Quadro 4.1 – Os fenômenos e sua combinação na metrópole

(conclusão)

FENÔMENOS	DESCRIÇÃO
METROPOLIZAÇÃO	Ocorre a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas e, sobretudo, populacional, caracterizando-se pela alta densidade demográfica e alta taxa de urbanização. Essa grande cidade, também chamada de metrópole, constitui um núcleo, ao redor do qual há várias outras cidades sob sua direta influência, mantendo forte relação de interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população. A metropolização é um fenômeno relativamente recente na história da urbanização. Ela teve início a partir da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XIX.
CONURBAÇÃO	É a formação de uma cidade, no sentido geográfico, sobretudo físico, a partir da fusão das áreas urbanas de vários municípios limítrofes, constituindo uma macha urbana única e contínua com grandes dimensões, ultrapassando os limites político-administrativos de cada uma das localidades integrantes.
COMBINAÇÃO DOS TRÊS FENÔMENOS	Deu origem às regiões metropolitanas, enquanto fenômeno físico e socioeconômico, reconhecido pelos teóricos, assim como pela população. Esse fato pode vir a ser institucionalizado pelo poder público, visando à gestão de problemas comuns a mais de um município. Apesar da aparente fácil apreensão desses processos, dificilmente encontramos um enunciado que encerre todas as suas nuances conceituais.

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 46).

Os espaços urbanos se tornam fortemente entrelaçados ampliando a sua atuação e formalizando sua constituição como região metropolitana, aglomerações urbanas ou microrregiões, de acordo com suas diferenciações¹⁷, traçando critérios para a sua legitimação,

¹⁷ Por **Microrregião** identificamos um território compreendendo vários municípios, com características peculiares de homogeneidade quanto à polarização, necessidades, potencialidades etc..., que os diferenciam do território circundante. Pressupõe uma realidade social e econômica que pode envolver funções públicas de interesse comum a municípios limítrofes. A **Agglomeração Urbana** [...] pressupõe uma realidade social e econômica cuja característica é uma área urbanizada mais ou menos contínua, envolvendo municípios limítrofes e múltiplas funções de interesse comum. A **Região Metropolitana** pressupõe uma realidade social e econômica, cujo centro dinâmico é a metrópole, polo de atração (e/ou dominação) de um grande espaço de produção e consumo, e cuja manifestação é a intensa urbanização que dá origem a múltiplas funções de

principalmente, político-administrativa. No caso de países como o Brasil, vê-se isso de forma muito concreta através de leis que regulamentam sua difusão pelo seu território.

Tal dinâmica conduz para uma realidade social tensa e contraditória, em toda a extensão da metrópole, onde os conflitos entre ricos e pobres aparecem nas formas de uso da terra urbana e na redefinição dos espaços físicos na cidade.

4.2 A REGIÃO METROPOLITANA NO BRASIL

A constituição da Região Metropolitana no Brasil ocorreu a partir dos anos de 1970, numa tentativa de reconhecer essas regiões pelo território brasileiro não só pelos dados estatísticos que pudessem ser absorvidos entre os municípios partícipes, mas principalmente pelo caráter de integração e organização de planejar e gerir o sistema de funções públicas de interesse comum pelo agrupamento dos municípios constituintes. Assim, nove regiões metropolitanas foram criadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Belém, Salvador, Fortaleza e Recife.

A razão desse reconhecimento formal das metrópoles era dupla: explicitamente, tornar mais racional, sob o ângulo econômico a prestação dos chamados serviços de interesse comum, isto é, serviços que interessam a mais de um município e que podem ser mais inteligentemente oferecidos por meio de uma gestão integrada. [...] Mas havia, também um objetivo não revelado [...] de ‘geopolítica interna’, que dizia respeito ao interesse do regime instalado pelo golpe militar de 1964 em intervir mais facilmente nesses que eram os espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira, sem precisar eliminar mais ainda a já muito restrita margem de manobra de estados e municípios (SOUZA, 2007a, p. 35).

A Região Metropolitana tem uma gestão integrada que traz em sua raiz os aspectos de centralismo e autoritarismo sem levar em consideração as contradições e singularidades cabíveis a esse tipo de agrupamento de várias áreas metropolitanas, por não dispor verdadeiramente de autonomia político-econômica para ser gerida.

A Constituição de 1988 estabelece que essas regiões sejam um encargo do governo federal para os estados¹⁸ entendendo essas particularidades locais e regionais de

interesse comum aos municípios limítrofes que a contém. [...] Na Microrregião, não há obrigatoriamente a polarização em torno de uma cidade, enquanto esse fenômeno é identificado nos outros dois tipos, que se diferenciam, por sua vez, pela hierarquia, sendo a Região Metropolitana de maior dimensão e complexidade que a Aglomeração Urbana (DE ABROSSIS, 2001 apud FREITAS, 2009, p.48-49).

¹⁸ Constituição Federal, Art. 25, § 3o: “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios

forma mais democrática, porém com lacunas, principalmente com referência a técnicas de definição e conceitos sobre o que é, por que ou como criar e ser uma metrópole para além do *status*, o que trouxe a consequência da falta de órgão de planejamento metropolitano efetivo.

Esse arrefecimento vincula-se à ausência de políticas nacionais explícitas de desenvolvimento urbano e ao fortalecimento dos municípios promovido pela Constituição de 1988. Essa ausência tem ocasionado fatos positivos tais como o desenvolvimento de administrações municipais participativas com inovações no trato das questões locais, e fatos negativos, tais como a perda de controle sobre a dinâmica socioespacial metropolitana e, sobretudo, uma redução do poder de negociação dos gestores locais face a agências de financiamentos nacionais e internacionais (BITOUN, 1997 apud SILVA, 2007, p. 105-106).

É imprescindível a compreensão de que a criação de regiões metropolitanas é uma discussão complexa que não aborda só aspectos geopolíticos ou institucional-administrativos. É preciso na sua constituição adotar critérios mínimos, que Freitas (2009, p. 51-52) chama de “princípios referenciais”, para se abarcar de forma consensual e distinguir o que se denomina como Região Metropolitana, tais como:

- a) **grande concentração populacional urbana**, igual ou superior a 1 milhão de habitantes, incluindo município polo e entorno;
- b) **conurbação** (mancha urbana contínua entre municípios limítrofes) ou forte tendência de esse fato vir a ocorrer a médio prazo;
- c) **alto grau de urbanização**, em cada município da região, evidenciado por percentual de população municipal urbana igual ou superior a 80%, densidade demográfica igual ou superior a 60 hab/km² e por participação formal nos setores de indústria, comércio e serviços igual ou superior a 65% do total de pessoas empregadas;
- d) **polarização dentro de uma rede de cidades**, caracterizada por interações entre centros urbanos, diretamente proporcionais às suas massas (população x renda) e inversamente proporcionais à distância entre os pares de localidades;
- e) **destaque no cenário estadual e nacional**, baseada na oferta de bens e serviços, diversificados e especializados, por um grupo de municípios a domínios

limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988).

territoriais contíguos, assim como a pontos distantes, ligados por outros tipos de relações socioeconômicas;

- f) **existência de relação funcional de interdependência**, relativa a evidentes fluxos migratórios de natureza pendular, assim como a diversos aspectos sociais, econômicos, de infraestrutura e de serviços urbanos que provoquem a necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Com o intuito de instituir regras para uma direção de governança compartilhada, sancionou-se em 12 de janeiro de 2015, através da Lei Federal nº 13.089, o Estatuto da Metrópole, para regulamentar os grandes aglomerados urbanos que abarquem mais de um município, caso já existente nas principais capitais brasileiras, fixando diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas estabelecidas pelos estados. É o espaço urbano com uma sequência contínua territorialmente que, em razão de sua população e importância política e socioeconômica, tem alcance de influência nacional e/ou sobre uma região.

A lei, no seu artigo 2º, dispõe sobre algumas implicações a ser consideradas em vista de regulamentar o que foi instituído, tais como:

- I – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;
- II – função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes;
- III – gestão plena: condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui:
 - a) formalização e delimitação mediante lei complementar estadual;
 - b) estrutura de governança interfederativa própria, nos termos do art. 8º desta Lei; e
 - c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual;
- IV – governança interfederativa: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;
- V – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pelo IBGE;
- VI – plano de desenvolvimento urbano integrado: instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana ou da aglomeração urbana;

VII – região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole.

Parágrafo único. Os critérios para a delimitação da região de influência de uma capital regional, previstos no inciso V do caput deste artigo, considerarão os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes, e serão disponibilizados pelo IBGE na rede mundial de computadores. (BRASIL, 2015, p. 1-2).

Hoje se tem cerca de 38 regiões metropolitanas (RMs) e regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDES)¹⁹, e, segundo dados do IBGE, as RMs abrangem aproximadamente 444 municípios com uma população de aproximadamente 87,4 milhões de habitantes distribuídas de forma desigual espalhadas por 22 estados da federação e encontradas nas 5 regiões de acordo com o Relatório sobre Regiões Metropolitanas do Brasil, como mostra a Figura 4.1.

Figura 4.1 – Regiões Metropolitanas segundo as Grandes Regiões – 2010

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Belém (PA) Macapá (AP) Manaus (AM)	Aracajú (SE) Agreste (AL) Cariri (CE) Fortaleza (CE) Grande São Luís (MA) João Pessoa (PB) Maceió (AL) Natal (RN) Recife (PE) Ride Petrolina/Juazeiro Ride Teresina/Timon Salvador (BA) Sudoeste Maranhense (MA)	Baixada Santista (SP) Belo Horizonte (MG) Campinas (SP) Grande Vitória (ES) Rio de Janeiro (RJ) São Paulo (SP) Vale do Aço (MG)	Carbonifera (SC) Chapecó (SC) Curitiba (PR) Florianópolis (SC) Foz do Itajaí (SC) Lages (SC) Londrina (PR) Maringá (PR) Norte/Nord Catarinense (SC) Porto Alegre (RS) Tubarão (SC) Vale do Itajaí (SC)	Goiânia (GO) RIDEDF* Vale do Rio Cuiabá (MT)
3	13	7	12	3
38				

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Nota: * A RIDEDF conta com dois municípios do estado de Minas Gerais, portanto da região Sudeste. Para efeito da contagem optamos por manter essa RIDE na região Centro-Oeste, visto que o núcleo metropolitano e a maioria dos municípios pertencem a esta região.

Todas essas cidades têm em comum serem núcleos centrais que de alguma forma exercem sua influência como polo de atração de todo um Estado, bem como os seus

¹⁹ As RIDES se constituem como regiões metropolitanas em que há conurbação entre cidades de dois ou mais estados, como o que ocorre no Distrito Federal, na Grande Teresina e em Petrolina/Juazeiro (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010).

municípios limítrofes ou mais próximos terem complexidade de funções, arranjos e rearranjos espaciais para atender demandas da sociedade de mercado, de comunicações, político-administrativas, tecnológicas, dentre outras. Como exemplo, temos o Estado do Rio Grande do Norte e o município de Natal como responsáveis por ser essa centralidade no estado.

4.3 NATAL E A SUA REGIÃO METROPOLITANA

A formação de Natal se confunde com a história do Rio Grande do Norte e do Brasil por conta da sua colonização pelos europeus. Silva (2006, p. 45), evoca esse caráter dizendo:

A civilização ocidental alcançou o Brasil pelo litoral. O projeto colonizador português no início fixou suas bases em bolsões de negócio, o que resultou num colar de cidades ao longo do litoral. Os balcões nada mais eram que as feitorias, de forte caráter explorador.

A economia de Natal atende um mercado capitalista de acumulação primitiva desde o período colonial, sua fundação em 1599²⁰, quando serviu de ponto de apoio para a conquista e ocupação do litoral norte²¹, e depois, devido à sua localização, teve a defesa do território conquistada e o seu processo de ocupação pela Coroa Portuguesa.

Así, por vários siglos permaneció sin función económica importante, quedante por mucho tempo como uma ‘ciudad apenas em el nombre’ (Casculo, 1980:37). Su importância se reducía a la localización em su territorio del flerte – *Forte dos Reis Mago*, primer símbolo de posesión y dominación, que tuvo se contrucción anterior a la demarcación del centro urbano (FERREIRA, 1996, p. 92).

Historicamente, o Rio Grande do Norte, assim como outros estados do Nordeste, teve uma relação muito estreita com a França desde o século XVI, baseada no comércio, a princípio de pau-brasil, um contato pacífico com os nativos diferentes dos ambiciosos

²⁰ O Município do Natal foi criado através de lei em 25 de dezembro de 1599. Consta na literaturas (Casculo, 1980) que as áreas litorâneas do Rio Grande do Norte, incluindo-se aí o município de Natal, eram habitadas por *tupis* originários do Paraguai e do Paraná, que receberam o nome local de potiguares; tinham como idioma o *abanheenga*, língua aglutinativa de reflexões verbais. O litoral do Rio Grande do Norte foi alvo de disputas acirradas entre portugueses, franceses e holandeses. Isso porque tratava-se de uma região estratégica para a conquista de novos territórios: no Rio Potengi era possível esconder as naus e dali partir na direção norte ou sul de nosso país (PREFEITURA DE NATAL, 2015, p. 17).

²¹ O forte dos Reis Magos, que se encontra no estuário de Natal, foi construído pelos portugueses e data da derrota dos franceses em 1598 (HOWLETT-MARTIN, 2012, p. 407).

exploradores portugueses, que tinham como objetivos estabelecer colônias para serem ocupadas, iniciando pelas capitanias.

Dessa relação amistosa com os franceses, foi erguida uma base Naval – Refoles –, onde hoje é o bairro do Alecrim em Natal, que mantém na sua história uma dimensão simbólica que absorve uma herança cultural, intelectual e científica que permaneceu influenciando a sociedade potiguar.

A falta de expressividade fez de Natal um centro administrativo com uma baixa população e uma economia produtiva irrisória até fins do século XIX e início do século XX, quando as transações comerciais começam a emergir na cidade a partir da sua zona portuária. O Rio Grande do Norte é um estado agrícola, tendo consolidadas no interior a economia algodoeira e a produção de cana-de-açúcar.

A política no Estado do RN foi baseada sempre na concentração/dominação de três famílias: Alves, Maia e Rosado, que se alternam e se rivalizam no poder há mais de 50 anos, de cujos projetos políticos surgem prefeitos, governadores, deputados estaduais e federais e senadores. Essas famílias têm também aliados em outros núcleos familiares como os Ciarlini (aliados dos Rosado) e os Faria (aliados dos Maia).

As três primeiras décadas do século XX foram decisivas para uma transformação e expansão da cidade, surgindo uma economia urbana pela acumulação mercantil. Mesmo que de forma lenta e gradual, o fluxo migratório passou a ser mais constante devido às secas no interior, que criaram uma infraestrutura urbana, principalmente na década de 1920.

Así es que, em los años 20 del presente siglo, de nuevo su posición estratégica la puso em contacto directo com el mundo desarrollado a través de las modernas tecnologías em términos de comunicación y transporte. Su, entonces, campo de pouso, actual aeropuerto recibió desde 1927 aviones de diversos tipos y de todos los países que explotaban el transporte aéreo. ‘Entre el cielo y la tierra, volando para Natal’, visando ‘um mundo sin distancia’ entre 1922 a 1939 se producen ‘las grandes incursiones aéreas’ (Viveiros apud Clementino, 1990:157). Natal fue em lazo de unión entre Europa y América del Sur, hasta que la Segunda Guerra Mundial lo interrumpió (FERREIRA, 1996, p. 94-95).

O surgimento de um modo de vida urbano incorporou progressivamente uma mudança de racionalidade voltada a absorver uma cultura de inovação tecnológica e de modernidade em oposição ao tradicionalismo oligárquico e popular, o que foi um diferencial para Natal em relação a outras cidades da região Nordeste.

A Segunda Guerra Mundial, apesar de ter interrompido os fluxos aéreos, foi responsável para que Natal, a partir do seu porto, pudesse exportar matéria-prima como o

algodão, e posteriormente expandir essa exportação para outros produtos como o minério de tungstênio (usado na indústria bélica) e o sisal tipo agave.

As mudanças advindas do período da II Guerra foram mais além das atividades comerciais e serviços urbanos, tendo também chegado às dimensões militares. Por ter a cidade uma posição geográfica estratégica, instalou-se nela uma base militar norte-americana (1942) de apoio para os recrusas da Europa e África no município de Parnamirim²², assunto que vai ser tratado no capítulo 6.

Figura 4.2 – Natal no *The New York Times* 14/10/1940, falando do empréstimo das bases aéreas no Brasil



Fonte: www.tokdehistoria.com.br.

Dessa maneira, a implantação da base militar, o fluxo de recrusas militares dos Estados Unidos e a construção dos seus alojamentos, e o fluxo migratório crescente fizeram

²² Da costa brasileira, Natal é o ponto mais próximo da África: de lá, a escala do correio aéreo 'l'Aéropostale', cuja lembrança permanece ainda viva. Foi a primeira etapa da linha São Luís do Senegal/Rio de Janeiro/Montevidéu/Buenos Aires/Santiago, inaugurada em 1927, com aviões Breguet e Latécoère, sobre uma pista perfeita em Parnamirim, localidade situada a 17 km de Natal, hoje centro de estudos espaciais brasileiros e base de lançamento de foguetes. Foi também em 1927 que o conde de La Vaulx, presidente da Federação Aeronáutica Internacional, escreveu: 'O correio aéreo sonha em construir seus próprios aviões no Brasil... As possibilidades da aviação comercial no Brasil são absolutamente incalculáveis' (In: Os franceses no Rio Grande do Norte. Natal: Ed. Sebo Vermelho). Uma base para hidroavião foi construída em 1930 (HOWLETT-MARTIN, 2012, p. 407).

de Natal um centro urbano comercial, de oportunidades de emprego, de circulação de dinheiro, etc.. Todavia, os ônus também apareceram devido à concentração populacional, ao aumento das necessidades que a vida urbana requer – infraestruturas e equipamentos diversos (FERREIRA, 1996).

Tabela 4.1 – Evolução Populacional de Natal-RN

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE
1900	16.059
1920	30.696
1940	54.836
1950	103.215
1960	162.537
1970	264.379
1980	416.898
1991	606.541
2000	712.317
2010	803.739

Fonte: Ferreira, 1996.

Nota: Censos Demográficos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

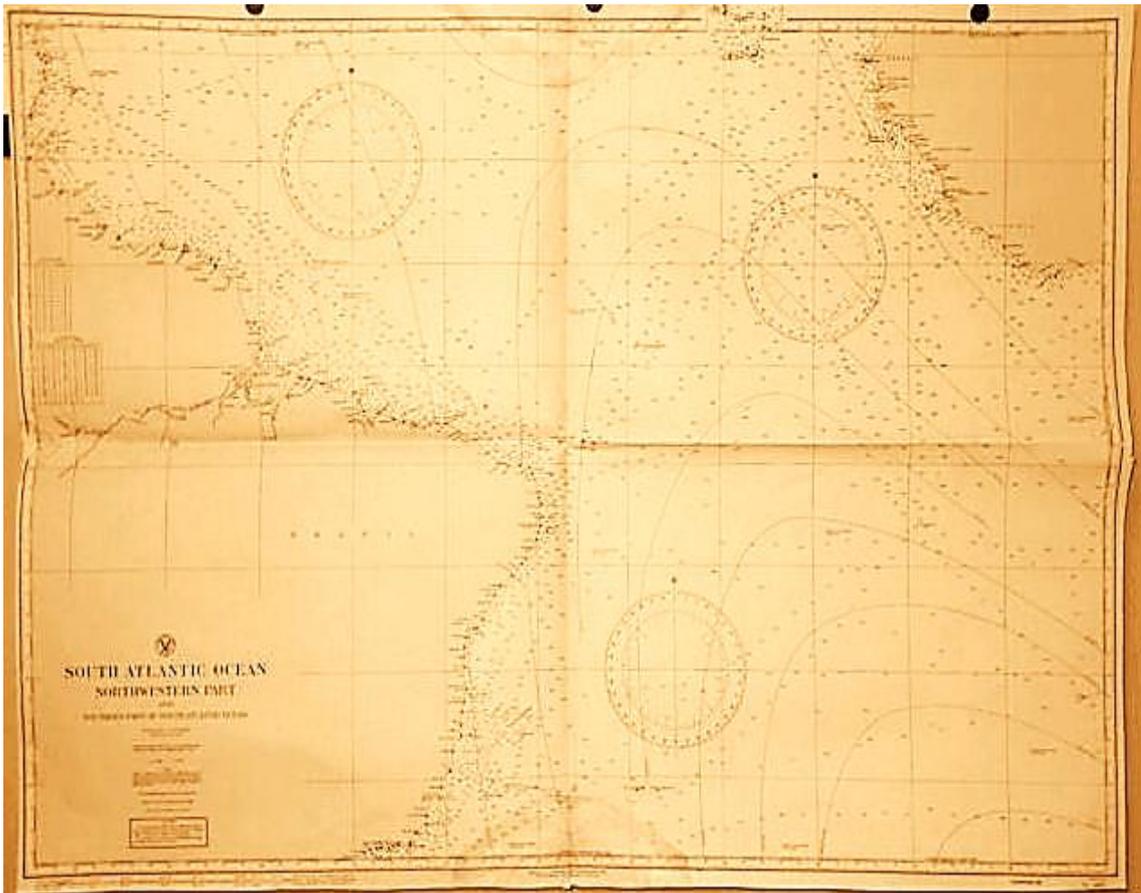
Isso é resultado do fluxo migratório de pessoas providas do interior e de vários pontos do País e do mundo, principalmente com a intensificação de políticas relacionadas à urbanização na metrópole, que fez com que seus indicadores socioeconômicos se destacassem daqueles dos demais municípios do estado.

A partir das décadas de 1950/60, o êxodo rural avançou para a capital, por causa da crise na agricultura, da concentração fundiária e das secas periódicas, pois o trabalhador rural foi em busca desse desenvolvimento ocorrido em Natal, com a centralização de questões estruturais, principalmente no contexto de Segunda Grande Guerra, com as relações de produção e de poder como atividades e tomada de decisões pelo governo local. A cidade se

torna a esperança de uma vida melhor, privilegiada pela presença da indústria, dos serviços e de outros empregos urbanos.

E a cidade de Natal absorveu esse contingente de pessoas, ao mesmo tempo em que sua localização geográfica era estratégica para o contexto da II Guerra Mundial e favorável para a Europa, sendo, pois, um centro comercial e estratégico militar do Nordeste brasileiro (FERREIRA, 1996).

Figura 4.3 – Mapa de navegação aérea da região do Atlântico Sul



Fonte: www.tokdehistoria.com.br

Novos hábitos de consumo foram sendo adquiridos na cidade associados a uma oligarquia agropastoril exportadora arraigada não só no Rio Grande Norte como em todo o Nordeste. Para dar margem e continuidade ao processo de urbanização que acontecia em Natal foram sendo criados novos fomentos, inclusive de industrialização têxtil, com o intuito de desenvolver o Estado e conseqüentemente chegar à sua capital através de órgãos de intervenção regional como a Sudene (1960-70).

A Sudene surge como forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o avanço das forças produtivas e a abertura do País ao capital externo. Sua instituição é dinamizada

através de um planejamento que possibilitava incorporar regionalmente o País, reestruturando a economia brasileira.

Tal fato implicou as aglomerações das grandes cidades perpassadas pelo par industrialização/urbanização, que reestruturou o tecido urbano.

Temos a nossa frente um *duplo processo* ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante (LEFEBVRE, 1991, p. 09).

Ainda, segundo Lefebvre (1991, p. 09), “[...] a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos”.

Isso proporcionou o surgimento de novos bairros em Natal e, conseqüentemente, a expansão da cidade para a região metropolitana a partir da década de 1970, que visava, sobretudo, atender as necessidades do planejamento urbano tentando controlar o rápido e desordenado processo de urbanização natalense e a expansão da periferia. Essa situação foi caracterizada pelo processo de metropolização corrente em todo o Brasil, onde os grandes aglomerados metropolitanos representam o processo máximo de urbanização, o que elucida a produção do espaço natalense (AMORA, 1999).

Assim, a expansão da cidade modifica definitivamente a hierarquia urbana natalense, pois Natal, com o crescimento urbano, passa a concentrar e dinamizar as atividades administrativas, os serviços e o comércio com a exportação de produtos primários e a importação de manufaturados. Essas riquezas se materializam na cidade com investimentos públicos e privados e a descentralização da área central, redimensionando para outras áreas instalações públicas e equipamentos urbanos.

Na compreensão desses processos, analisar a opulência e a miséria entre os segmentos da sociedade no espaço urbano de Natal mostra as diferenças e semelhanças determinadas pelas inversões econômicas, pelos movimentos de populações, pelas relações de trabalho, pelas condições de moradia e de renda, e outras necessárias à reprodução social.

Especialmente mudam as características do viver na cidade. Dependendo do processo de urbanização local, há espaços com infraestrutura e outros não, o que diferencia as características das habitações a partir dos investimentos no setor imobiliário e das demandas da clientela.

Para Lefebvre (1991), isso está ligado ao produzir-se e reproduzir-se no espaço na cidade, segundo a ótica de valores de usos atribuídos aos territórios por grupos da população, comparando os valores de trocas determinados na produção imobiliária desses mesmos espaços.

A RMN foi resultado de um período de aceleradas transformações no Rio Grande do Norte, que se intensificou com o processo de conurbação e espraiamento das atividades econômicas, de crescimento populacional e de incremento no setor de serviços para além do núcleo polarizador – Natal.

Esse processo teve início nos anos de 1970 quando, pelo poder público estadual, Natal era reconhecida como Aglomerado Urbano Não Metropolitano, tendo iniciado, assim, a sequência de vários Planos visando estruturar e orientar seu desenvolvimento e crescimento (CLEMENTINO; SOUZA, 2009). Hoje se denomina a Grande Natal.

Ainda segundo essas autoras, a RMN teve um desempenho significativo nessa década em segmentos que dinamizavam a economia estadual como o extrativismo mineral (petróleo, têxtil e agricultura de exportação) que, favorecido por políticas governamentais na esfera estadual e federal, conduziram Natal e seu entorno a essa metamorfose.

Outros segmentos cresceram nesse momento de expansão da capital, como os citados por Clementino e Souza (2009, p. 14):

[...] o setor da construção civil, as atividades administrativas da Petrobras e a presença de instituições militares, com a instalação do CATRE (Formação de Pilotos) e do Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, pela Aeronáutica. Acrescenta-se também a transferência do Comando do III Distrito Naval do Recife para Natal (em 1975) e a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Natal, no processo de formação de uma rede urbana inicial, constituiu-se como centro receptor de população, principalmente provinda do campo, que tinha como atividades, até o século XVII, no estado, a pecuária extensiva e, entre os séculos XIX e XX, a produção de algodão, de cana-de-açúcar, a exploração de shelita na região do Seridó e a produção de sal na região oeste, que impulsionavam a economia potiguar.

O algodão era, com o açúcar de cana, a cultura tradicional de exportação do Nordeste, e o Rio Grande do Norte seguiu esse caminho. A cana-de-açúcar era cultivada nas grandes propriedades; o algodão nas pequenas. No início do século XX, os equipamentos importados para modernizar a economia têxtil vinham da França. O algodão dominou a economia do estado até meados do século XIX. Atualmente, as principais produções do estado são o

petróleo (9% da produção nacional), o gás natural (17,5%), o sal marinho e o açúcar. Recentemente, desenvolveu-se a cultura do camarão, privilegiada pelos sítios litorâneos [...]. (HOWLETT-MARTIN, 2012, p. 416).

De acordo com o Observatório das Metrôpoles, o território potiguar é dividido em quatro mesorregiões: Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar. No caso, Natal e sua região metropolitana estão localizadas no Leste Potiguar, que detém a maior concentração populacional do estado; somente Natal concentra um quarto de toda essa população. Já quando se trata da região metropolitana, a população passa a se espalhar para os municípios do seu entorno, principalmente de 2000 a 2010²³, com um crescimento de 1,85%. Entre os dez municípios que compõem a RMN, o crescimento foi mais significativo em Parnamirim, de 4,97%. Já Monte Alegre e Ceará-Mirim foram os que pouco cresceram, apenas 0,92% e 0,88%, respectivamente.

Tabela 4.2 – Região Metropolitana de Natal: População e Área por Municípios – 2000/10

Municípios da RMN	Área (km ²)	População (2000)	População (2010)	Taxa de Crescimento 2000-20010
Ceará-Mirim	739,69	62.424	68.141	0,88
Extremoz	125,67	19.572	24.569	2,30
Macaíba	512,49	54.883	69.467	2,38
Monte Alegre	199,52	18.874	20.685	0,92
Natal	170,30	712.317	803.739	1,21
Nísia Floresta	306,05	19.040	23.784	2,25
Parnamirim	126,60	124.690	202.456	4,97
São Gonçalo do Amarante	251,31	69.435	87.668	2,36
São José de Mipibu	213,88	34.912	39.776	1,31
Vera Cruz	100,0	8.522	10.719	2,32
RMN	2.819,11	1.124.669	1.351.004	1,85

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2012), (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011).

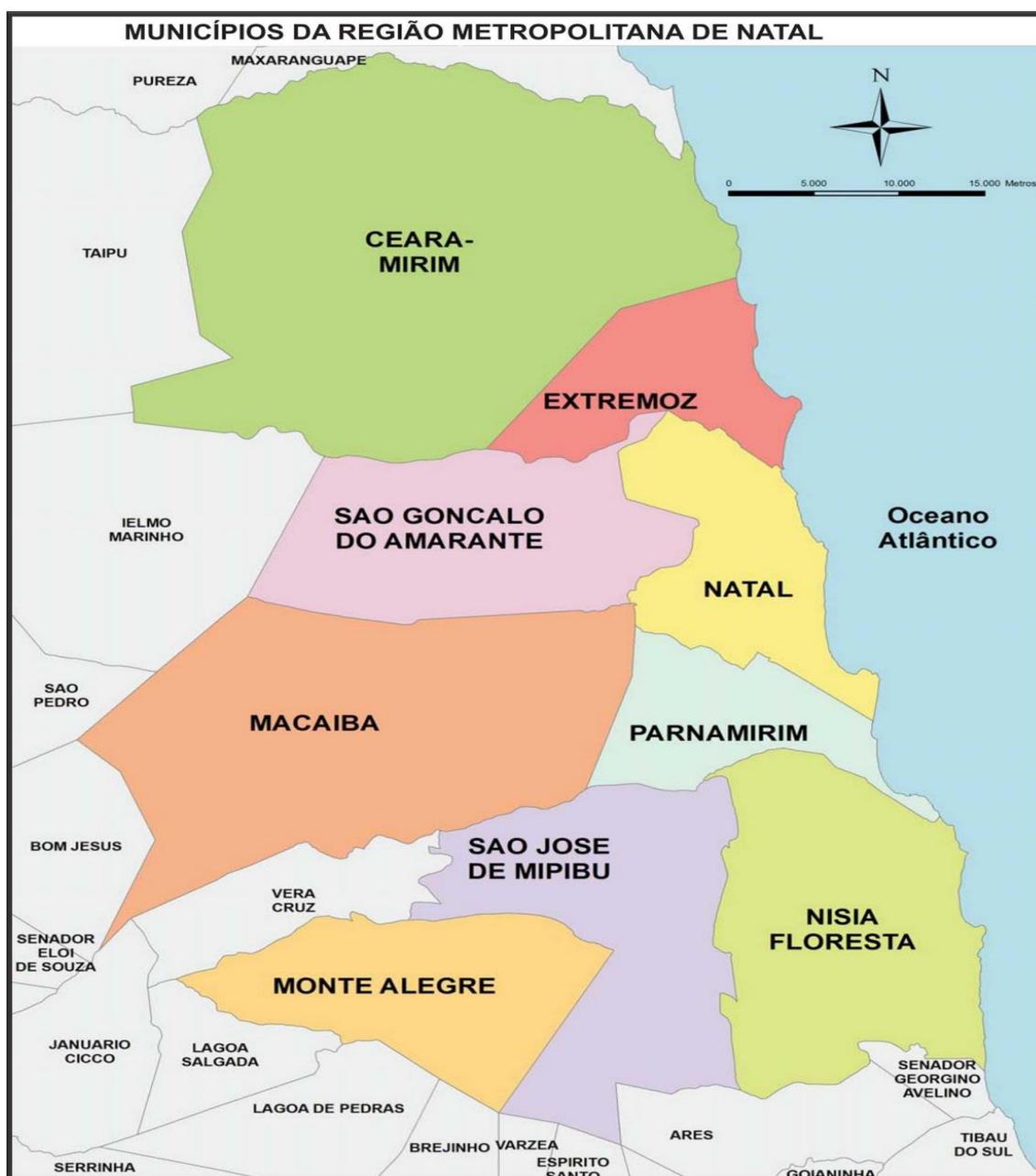
É nessa busca de se consolidar efetivamente como região metropolitana com uma dinâmica intraurbana que a RMN se encontra nos dias atuais, observando nessas novas configurações a integralização, a produção de novos espaços e o espraiamento territorial interligando e redefinindo essas relações sem que cada município perca suas especificidades.

Hoje, com os desmembramentos ocorridos devido à emancipação de alguns distritos como Parnamirim e Ceará-Mirim, por exemplo, e à incorporação em 2002 de Nísia Floresta e São José de Mipibu, e em 2005 de Monte Alegre e 2009 Vera Cruz, a RMN soma

²³ Observatório das Metrôpoles (2012)

10 municípios (Figura 10), com aproximadamente 1.351.004 em população e uma área de 2.808 km² (PREFEITURA DE NATAL, 2012). Em 2010, a RMN possuía um grau de urbanização de 90%, e cerca de 43% da população estadual residia na RM. A população do núcleo central da RM, Natal, correspondia, em 2010, a 63% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população, entre 2000 e 2010, foi de 1,86% ao ano (ATLAS..., 2014).

Figura 4.4 – Municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN)



Fonte: <http://www.parnamirim.rn.gov.br>

A busca por um espaço para melhores condições de vida fez com que a população que chegava a Natal se deslocasse cada vez mais para lugares ainda antes não tão ocupados, como a periferia da cidade, e assim, como em quaisquer periferias de cidades, foram se acentuando problemas como desemprego e falta de moradia.

O crescimento dessa cidade tornou-se notório, em termos de malha urbana e de verticalização dos solos, durante a década de 1990, período em que a RMN foi constituída oficialmente²⁴. Pode-se perceber uma crescente disparidade na distribuição da população no território potiguar, colocando a capital em primazia absoluta, pelos avançados processos de expansão urbana, pela concentração demográfica e pelos serviços.

Essas mudanças ocorridas ao longo dos anos são entendidas como inerentes ao desenvolvimento urbano histórico e contraditório, e resultam de uma realidade social complexa. A aparência do município desnuda os tipos de intervenções públicas e privadas que modificaram a feição urbana em cada período e com seu respectivo contexto.

Os agentes produtores do espaço envolvidos na metrópole instauraram um cotidiano estabelecido através do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e novos comportamentos e as especificidades da vida no lugar, com a persistência de antigas relações no espaço urbano de realidade e virtualidade, construindo o espaço como mercadoria pela homogeneização dentro da diversidade do coabitar ditado pela inter-relação com o espaço global (CARLOS, 2004).

Em Natal, como na maioria das metrópoles brasileiras, o preço da terra é elevado e dificulta o acesso à propriedade privada em diferentes áreas da cidade, resultado de uma distribuição de infraestrutura e de renda desigual, de uma falta de planejamento da cidade, que gera uma má distribuição da população e uma notória segregação socioespacial entre zona norte e zona sul no acesso a bens e serviços produzidos socialmente na cidade, modelados de acordo com os interesses do estado e dos investidores privados.

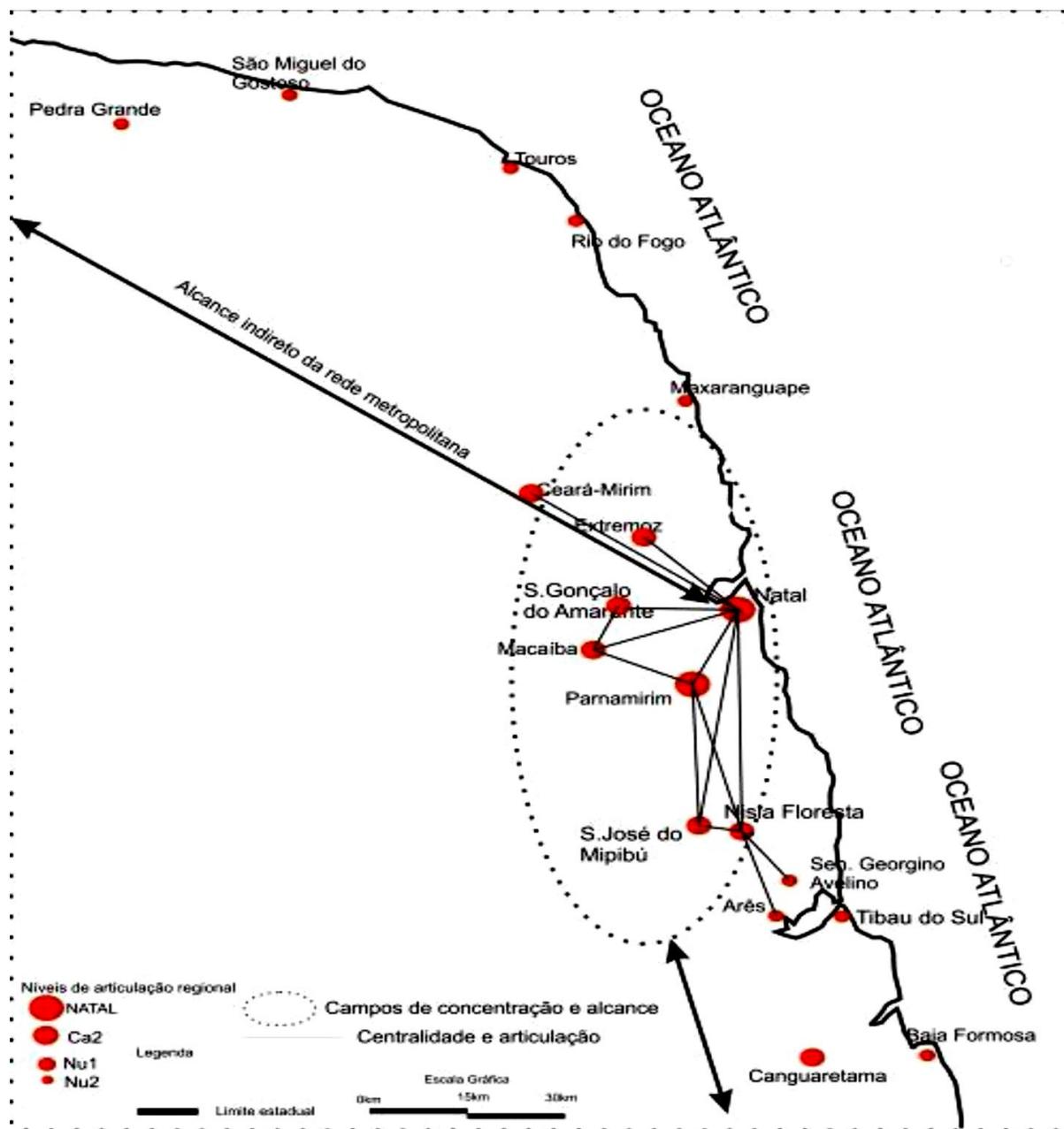
A organização da região metropolitana da cidade de Natal responde a uma necessidade racional de controle e disciplinamento do lugar pelo poder administrativo da urbe, que caminha ao lado da regionalização de territórios nem sempre homogêneos. Uma das grandes dificuldades é a integração harmoniosa entre os municípios, desde questões básicas como a acessibilidade ao serviço de transportes.

Ainda se concentram na capital quase todas as opções de serviços e equipamentos urbanos, e para o desenvolvimento de atividades como o turismo se criaram vias de

²⁴ A RMN é muito recente, oficialmente criada em 1997 (Lei Estadual Complementar nº 152 de 16/01/1997).

interligação para atender a demanda do fluxo de turista, com a centralidade e a integração do Polo Costa das Dunas a partir de Natal (Figura 4.6). O que não existe na RMN é um projeto que construa vias e rodovias metropolitanas ligando seus 10 municípios, para atender todas as demandas concernentes à área metropolitana.

Figura 4.5 – Costa das Dunas: Campos de Centralidade e Integração



Fonte: SETUR RN, 2011, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O que ocorre é uma reconfiguração espacial na área metropolitana, tendo outras bases econômicas como vetores de desenvolvimento na década de 1980, dando uma nova racionalidade, com políticas públicas voltadas a atender a demanda provinda de atividades que, junto com as atividades agropastoris existentes, emergiam naquele momento.

Dentre essas atividades estão o setor industrial têxtil e de confecções e o fabril, a indústria de produtos alimentares e bebidas (que aglomeravam um número significativo de força de trabalho), a carcinicultura, o turismo e suas várias adjetivações atendendo o plano de desenvolvimento implementado no estado do Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos, Natal passou por mudanças socioeconômicas, tecnológicas e simbólicas que embasaram a valorização das suas zonas de praia como mercadoria turística, construindo uma nova maritimidade na cidade, que evoluiu no tempo, orientando as estratégias de políticas públicas e os vetores de desenvolvimento econômico (vias de acesso, abastecimento e infraestrutura em geral).

4.4 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NA RMN: O TURISMO E SUAS ADJETIVAÇÕES

A atividade turística incrementou e impulsionou o terciário no Estado, concentrando principalmente em Natal os serviços técnicos, profissionais e especializados, que contribuíram para a expansão de outros segmentos como o financeiro, o imobiliário, a hotelaria, o lazer, o descanso, o veraneio e a diversão.

Houve um reconhecimento da “vocação” e das potencialidades do estado para a dinâmica turística como uma nova variável para o incremento da economia e para a sociedade natalense. A partir das décadas de 1960/70 é pensada a integração da economia do estado com a Política Nacional de Turismo em convergência com o contexto político nacional, com o incentivo, principalmente, do II Plano Nacional de Desenvolvimento²⁵, o chamado II PND (1975-1979).

En esta época se produjeron en la región Nordeste, a través de la agencia de promoción del desarrollo regional – SUDENE, las acciones en el sentido de hacer estudios campañas promocionales, calificación de recursos humanos y, sobre todo, incentivos fiscales y financieros para la construcción

²⁵ O II Plano Nacional de Desenvolvimento vê na atividade turística “uma economia alternativa a ser fomentada em consonância com a necessidade primordial do desenvolvimento industrial no país, foco do imaginário nacional-desenvolvimentista primado pelo governo militar entre as décadas de 1960-1980” (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 194).

y reforma de la red hotelera. En este momento se creó la EMPROTURN (Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte) y se iniciaron una serie de proyectos de infraestructura (FERREIRA, 1996, p. 105-06).

É entre as décadas de 1970-80 que o Rio Grande do Norte passa a compor parte da agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que tinha como ênfase o turismo na produção do espaço geográfico potiguar criando, pela apropriação dessa prática social, espaços, territórios, lugares e regiões turísticas. De acordo com Cruz (2003), é num amplo e complexo jogo de relações que abarcam as dimensões no âmbito global e local que a atividade turística se desenvolve e dá novos significados à paisagem urbana, metropolitana e litorânea.

O turismo, como uma atividade econômica crescente no RN e na sua capital, não foi acompanhado de ações estratégicas e planejadas do estado, principalmente na sua esfera municipal, delimitando um foco para que a implementação de projetos fosse eficaz.

Foi em meados da década de 1980 que se difundiu essa visão estratégica de planejamento voltado para o turismo por parte da iniciativa pública estadual e municipal, devido às deficiências existentes em infraestrutura para atender a demanda dos espaços turísticos, bem como da própria urbanização, da expansão urbana e da modernização de Natal, mesmo que esse planejamento fosse um fenômeno residual ou artificial, criando o que poderia se chamar de “falso progresso” por seu caráter pontual sem atingir toda a população (CLEMENTINO, 1990 apud FERREIRA, 1996).

Começou assim a implementação de projetos que visavam investir na valorização e na ocupação dos espaços litorâneos através de planos estratégicos como o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur NE I e II), com foco primeiramente em Natal.

Como principal produto turístico do Estado, Natal concentrou os principais investimentos públicos destinados à atividade turística, realizados na região, notadamente pelo PRODETUR I e II. Embalado pelos investimentos públicos, os investimentos privados também foram atraídos para a Capital do Estado, de modo a conferir a Natal papel privilegiado no desenvolvimento turístico, como principal espaço turístico e as demais localidades litorâneas, através de seus atrativos e recursos turísticos com a função de agregar valor ao destino Natal, de forma complementar (PREFEITURA DE NATAL, 2015, p. 21).

Criados na década de 1990, esses programas tinham como objetivo fomentar o desenvolvimento do turismo aproveitando as potencialidades já existentes, em parceria com

investimentos dos governos federais e estaduais nordestinos. O Prodetur I foi um divisor de águas com a injeção de investimentos públicos não distribuídos igualmente pelos estados nordestinos. Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte foram os estados que acabaram captando o maior volume de recursos e empreendimentos.

Com recursos na ordem de US\$ 44 milhões, mais os custos financeiros, a primeira fase do programa (1996-2002) contemplou, no Rio Grande do Norte, os municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, com investimentos em infraestrutura de serviços públicos como acesso a rodovias e aeroportos, a partir dos seguintes componentes.

- Saneamento Básico (esgotamento sanitário);
- Implantação de Centro de Visitação do Parque das Dunas em Natal;
- Desenvolvimento Institucional;
- Melhoramento do Aeroporto de Natal;
- Melhoramento de Estradas [e vias de acesso às principais praias].
(PREFEITURA DE NATAL, 2015, p. 17)

Foi uma estruturação principalmente urbana, nas capitais e cidades próximas, que ajudou no crescimento do turismo, com empregos e receitas, impactos no PIB regional a partir de fluxos de turistas mais intensos, apresentando e firmando o seguimento turístico de sol e praia ou litorâneo característico das cidades litorâneas nordestinas gestadas pelo poder público.

O programa foi modelo de investimentos que beneficiaram a RMN com políticas de fortalecimento nas áreas que já dispunham de condições favoráveis para a atividade turística e sua valorização nas zonas de praia, bem como nas capitais detentoras de recursos para reforma e melhorias de aeroportos. Em outros municípios litorâneos prevaleceu o investimento na construção de vias, na manutenção do patrimônio histórico e na preservação ambiental.

Já na sua segunda fase, o Prodetur II, esse cenário se torna mais complexo. O programa veio tentar suprir as lacunas deixadas – o saneamento básico e a sustentabilidade –, tendo o compromisso de estruturar os municípios através de ações planejadas para garantir o controle do uso do solo e dos recursos naturais existentes, a capacitação e a qualificação da mão de obra local e a conscientização da população nativa sobre como se inserir no contexto e se beneficiar do desenvolvimento do turismo.

Investimentos de US\$ 800 milhões mais uma vez se concentram na RM, extrapolando para outros municípios, além do espaço metropolitano, beneficiando as cidades de Natal, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do

Gostoso, Pedra Grande, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arês, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa (PREFEITURA DE NATAL, 2015), tendo como prioridades:

- a) ações nas áreas de meio ambiente e saneamento básico;
- b) apoio à gestão municipal;
- c) acessibilidade e continuação das ações voltadas para a melhoria e implementação da infraestrutura rodoviária das localidades turísticas do Polo Costa das Dunas;
- d) capacitação profissional, atendendo os municípios que compõem o Polo Costa das Dunas, de Pedra Grande a Baía Formosa.

É uma consolidação efetiva da política de desenvolvimento do turismo na região Nordeste. Essa segunda fase tinha como foco a gestão, e não a infraestrutura. Todavia o que se viu, mais uma vez, foram investimentos em infraestrutura e sua distribuição espacial diferenciada (DANTAS, 2010).

Os investimentos advindos do Prodetur I e II tinham como foco a melhoria em infraestrutura de estradas e rodovias intermunicipais, a modernização do Aeroporto Augusto Severo, localizado no município de Parnamirim, o subsídio ao setor hoteleiro. Todos esses investimentos concentrados em Natal e nos municípios vizinhos próximos.

Foto 4.1 – Aeroporto Augusto Severo



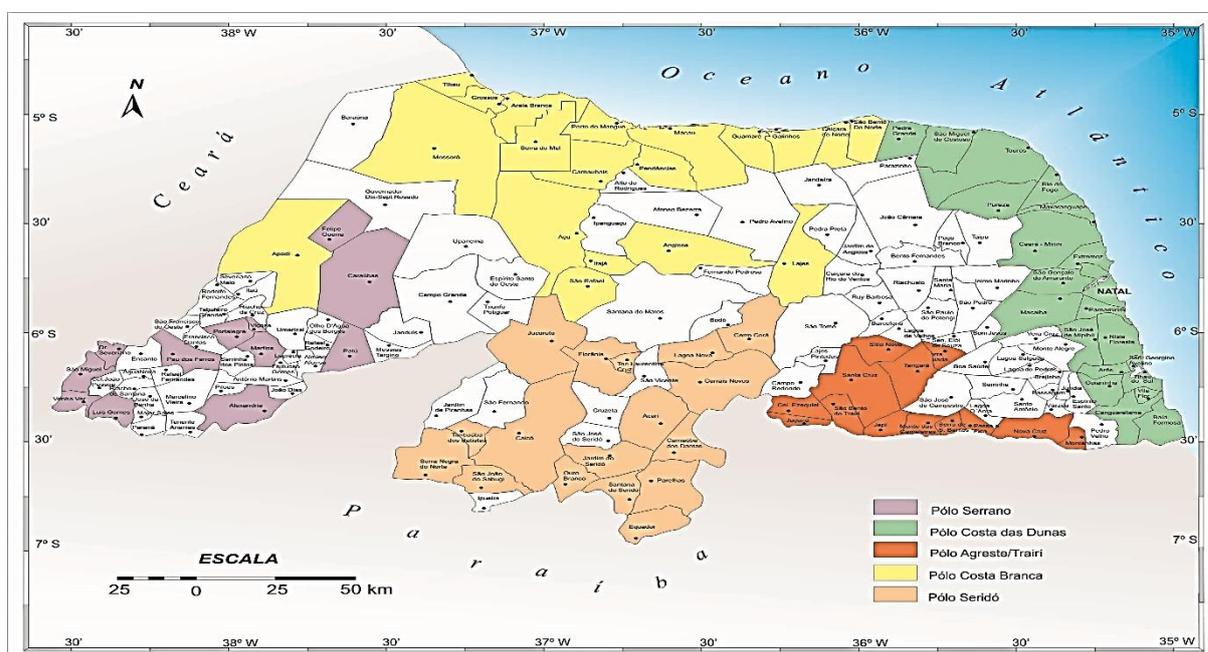
Fonte: www.tokdehistoris.com.br.

Com todas essas demandas, surgiu a necessidade da criação e elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), indicando as possíveis intervenções públicas a serem feitas em harmonia com esse desenvolvimento turístico, especialmente no litoral oriental do estado. Foi criado também o Conselho Costa das Dunas, em 1999, com o intuito de planejar e mobilizar a iniciativa privada na atividade turística bem como discutir as problemáticas comuns às comunidades integrantes do Polo Costa das Dunas (LOPES; FERREIRA, 2013).

O Rio Grande do Norte, por meio da sua Secretaria de Turismo, na necessidade de expandir os seus territórios turísticos e acompanhar o Plano Nacional de Turismo (2007-2010), idealizado no Brasil para interiorizar, desconcentrar e diversificar o produto turístico para além da metrópole, criou em 2004 os polos turísticos, regionalizando o estado e dividindo-o em cinco áreas potenciais ao desenvolvimento diversificado do turismo: Costa das Dunas, Costa Branca, Seridó, Agreste/Trairi e Serrano (Figura 4.6)

O que se constatou com o Prodetur NE foi a inegável predileção pelas zonas litorâneas²⁶ como mola propulsora da economia potiguar, com múltiplas ações diretas nessas áreas na tentativa de fazer da atividade turística uma mercadoria de concorrência e competitividade, atrativa para os diferentes investidores estrangeiros, especialmente de países europeus. Foi um processo que não deixou de ser um diferencial para os estados e municípios nordestinos na “guerra de lugares turísticos”, buscando dinamizar e fortalecer não só o processo de regionalização no Nordeste como o da interiorização e internacionalização do turismo nos estados, sobretudo no Rio Grande do Norte.

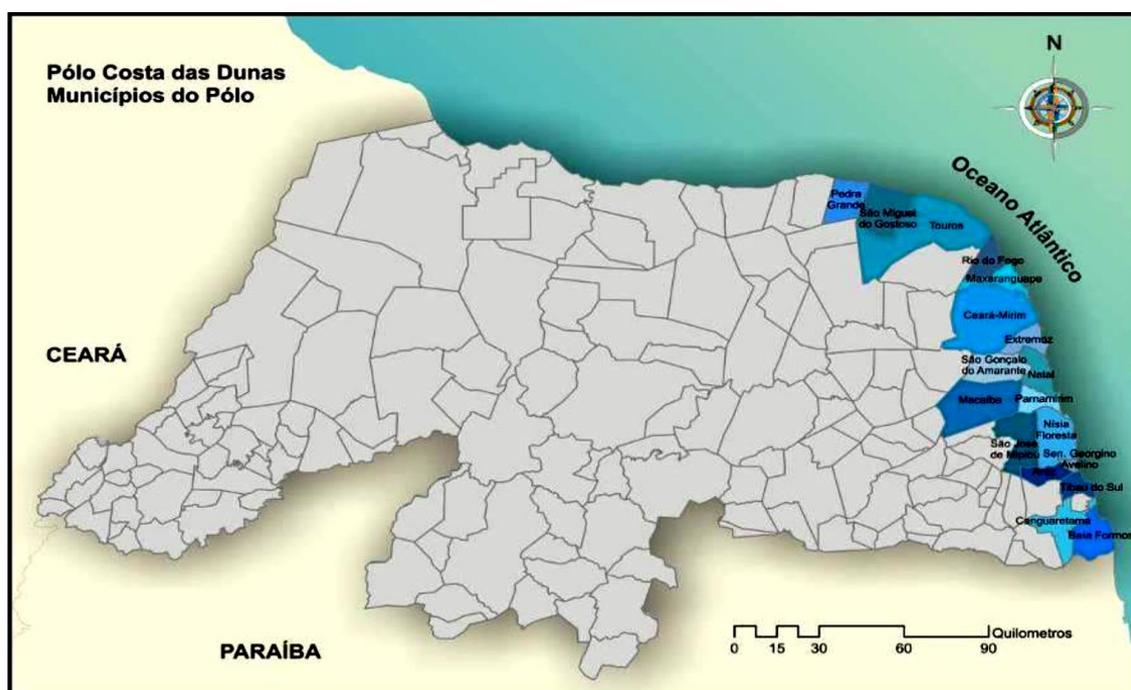
Figura 4.6 – Polos Turísticos do Rio Grande do Norte



Fonte: Lopes e Ferreira (2013).

De todos os polos, o que mais se desenvolveu foi o da Costa das Dunas, composto pelos municípios Maracajaú, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Arês, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Jenipabu, Pipa, Pirangi, Pureza, Tabatinga e São José de Mipibu e Vila Flor. O pivô desse desenvolvimento está em Natal, como capital e metrópole potiguar, responsável pela dinâmica de investimentos turísticos no estado (Figura 4.7).

Figura 4.7 – Polo Costa das Dunas-RN



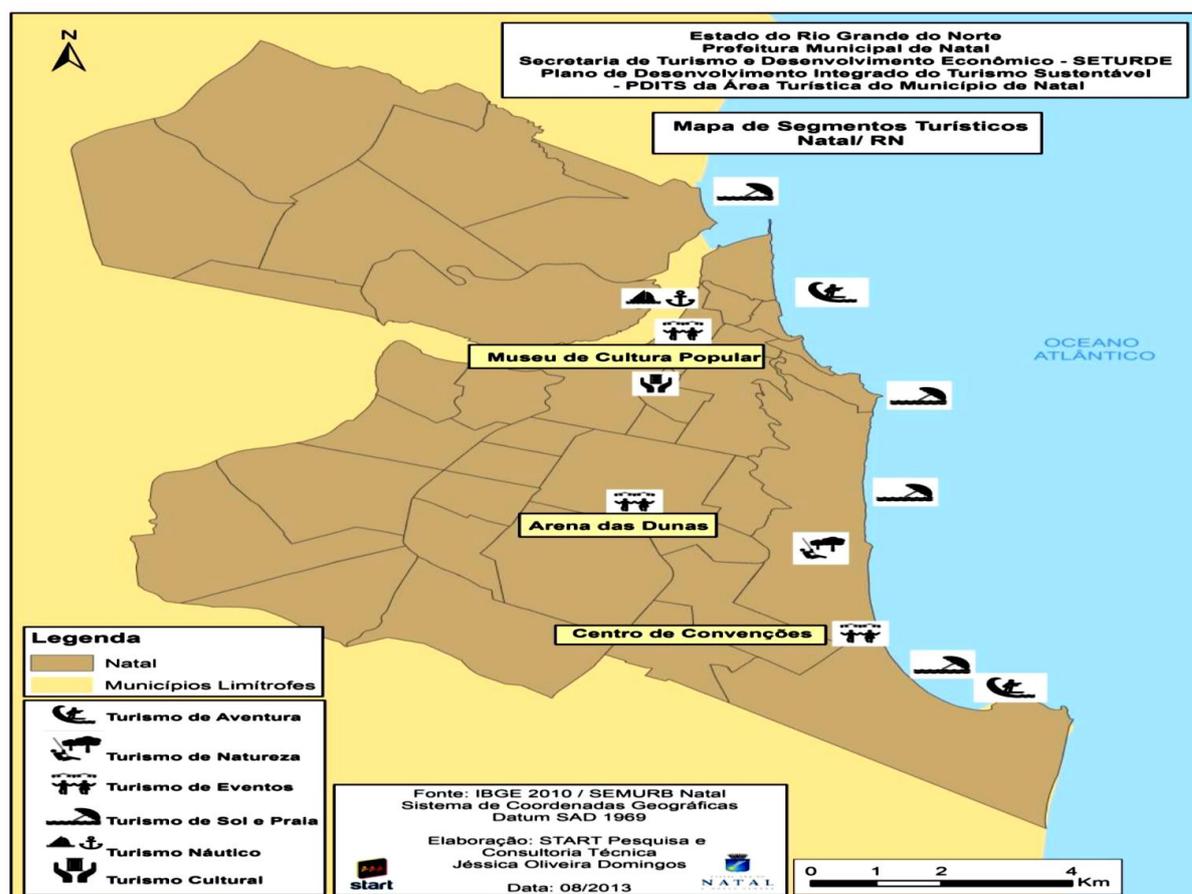
Fonte: (PREFEITURA DE NATAL, 2015).

A execução dos projetos nesse polo foi voltada à infraestrutura dos municípios litorâneos que ofertam turismo de sol e praia, qualificação e capacitação da população local, gestão fiscal e desenvolvimento institucional, todavia de forma diferenciada. Os recursos e investimentos concentram-se no litoral de Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Tibau do Sul

(onde se localiza a internacionalmente conhecida praia da Pipa), Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante. Esses dois últimos municípios não foram contemplados com nenhuma obra de infraestrutura pelo Prodetur II. São Gonçalo do Amarante, por hoje sediar o novo aeroporto internacional do estado, não teve seus recursos vinculados a esses projetos, mas obtidos na iniciativa privada, que assumiu a obra e o seu gerenciamento (LOPES; FERREIRA, 2013).

A atividade turística e seus diversos seguimentos (Mapa 4.1) se consolidam e outros investimentos vão sendo incorporados nessa lógica, como os recursos do Prodetur Nacional, com uma associação direta à dinâmica de megaeventos. Natal foi uma das cidades subsedes da Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil, e agora existe uma nova demanda de recursos diretamente aos municípios através de projetos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que os gerencia. Há também os recursos provindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados a infraestruturas gerais de vias e aeroportos.

Mapa 4.1 – Segmentos Turísticos em Natal-RN



Fonte: Prefeitura de Natal, 2015.

O estado (RN) iniciou diversas parcerias, especialmente com agências escandinavas, que fretavam voos *charters* provindos de toda a Europa. Os investimentos privados também ganharam força com capitais portugueses, espanhóis e italianos, dentre outros, movimentando o turismo estrangeiro e o já existente turismo nacional (HOWLLET-MARTIN, 2012), fazendo de Natal o quarto destino turístico do Nordeste perdendo apenas para Salvador, Recife e Fortaleza.

Tabela 4.3 – Variação do Fluxo Turístico de Natal – 2006/20011

ANOS	NACIONAL	VAR. ANUAL (%)	INTERNACIONAL	VAR. ANUAL (%)	TOTAL	VAR. ANUAL (%)
2006	1.147.221	-	226.012	-	1.373.233	-
2007	1.155.099	0,68	196.118	-13,23	1.351.127	-1,61
2008	1.218.104	5,46	173.047	-11,76	1.391.151	2,96
2009	1.344.415	10,37	131.322	-24,11	1.475.737	6,08
2010	1.529.511	13,77	120.591	-8,17	1.650.102	11,81
2011	1.552.589	1,51	122.264	1,39	1.674.853	1,50

Fonte: Prefeitura de Natal, 2015.

A chegada de capitais estrangeiros, associados aos capitais de empreendedores locais, gera novos produtos cuja demanda seria um público externo, europeu, desejoso em se estabelecer nas cidades litorâneas nordestinas. Esse fluxo foi constante até o ano de 2008, mas em 2009, com a crise mundial apontada como a maior crise financeira do capitalismo, a grande depressão, em 1929, houve um recrudescimento nos investimentos desses produtos, e esse fluxo de pessoas cai, e o mercado tem um freio em vista do cenário internacional acerca dos financiamentos, principalmente no que se diz respeito ao mercado imobiliário.

Grosso modo, o que aconteceu nos estados do Ceará e do Rio Grande Norte foi o contrário; os investimentos tomam e retomam com certo dinamismo, na Bahia e em Recife, e esses recursos não deixam de chegar ao Nordeste. De fato, ocorre uma freada nos capitais por conta da requalificação do produto turístico inicialmente com empreendimentos voltados ao consumidor internacional. Na contemporaneidade, ocorre um redimensionamento dos megaprojetos como os hotéis, os *resorts*, entre outros, atendendo agora um mercado nacional para a prática de lazer e recreação não só do turismo, mas também do veraneio marítimo nas zonas de praia no Rio Grande do Norte (DANTAS, 2010).

Tabela 4.4 – Fluxo Turístico entre Natal e RN – 2006-2011

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
NATAL						
BRASILEIROS	1.147.221	1.155.009	1.218.104	1.344.415	1.529.511	1.552.589
ESTRANGEIROS	226.012	196.118	173.047	131.322	120.591	122.264

TOTAL	1.373.233	1.351.127	1.391.151	1.475.737	1.650.102	1.674.853
RIO GRANDE DO NORTE						
BRASILEIROS	1.887.718	1.923.974	1.971.502	2.146.466	2.146.466	2.427.281
ESTRANGEIROS	299.162	255.951	229.979	181.020	168.276	168.741
TOTAL	2.186.880	2.179.925	2.201.481	2.327.486	2.574.973	2.596.022
RELAÇÃO	62,79%	61,98%	63,19%	63,40%	64,08%	64,52%

Fonte: Prefeitura de Natal, 2015.

Nota: Elaboração do autor.

Essa prática de veraneio, já mencionada em outro capítulo, é suscitada pelo anseio da sociedade moderna de morar próximo ao mar. Esses espaços, antes ocupados por populações tradicionais, ganham evidência, principalmente na região metropolitana, e especificamente na cidade-polo (metrópole), extrapolando para as cidades próximas a partir dos anos de 1980. Isso demonstra que o veraneio, enquanto variável importante na expansão da estrutura urbana, ajuda a validar, grosso modo, uma política de constituição das metrópoles, porque antes dessa constituição essas áreas já haviam sido urbanizadas em função das necessidades dos veranistas que lá se estabeleceram.

Nessa perspectiva, pode se observar com atenção o redirecionamento do núcleo urbano da cidade de Natal, que estruturalmente, no início do século XX, se dava em bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, tendo posteriormente se voltado, de forma gradativa, para a praia – movimento liderado por uma elite detentora de capital excedente para a construção e manutenção de uma segunda residência. Segundo Silva (2010), antes tais residências ficavam localizadas em sítios, chácaras e fazendas, nos bairros das Quintas, Barro Vermelho e Cidade Nova – nos arredores do sítio urbano – e seus proprietários eram funcionários públicos, políticos e fazendeiros (OLIVEIRA, 2012, p. 162).

O desenvolvimento da atividade turística na RMN favoreceu o fenômeno do veraneio marítimo como vetor de expansão e espraiamento da malha urbana, o que causou a difusão de residências secundárias por toda a franja litorânea e por todo o litoral potiguar (mapas 4.2, 4.3, 4.4, 4.5), beneficiando o processo de urbanização, com o uso e ocupação dos seus espaços litorâneos para a lógica do lazer, descanso e habitação.

Ocorre então uma desconcentração das atividades, extrapolando os limites da capital Natal e chegando a outros municípios metropolitanos (Parnamirim, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará-Mirim). Uma dispersão urbana apontada como polinuclear, por constituir novos subcentros não só de comércios e serviços, mas também de indústrias e de escritórios para as áreas periféricas, sem que a metrópole perdesse sua primazia.

Mapa 2.2 – Distribuição das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (1980)



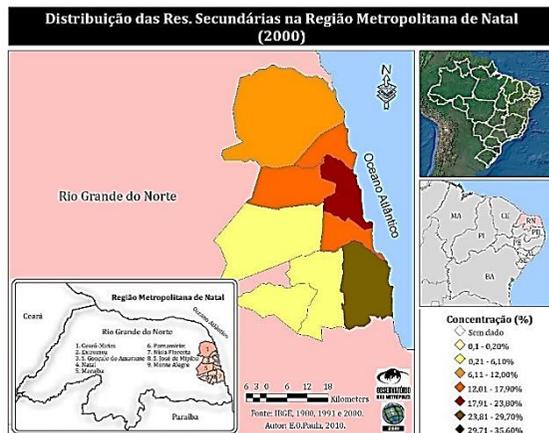
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Mapa 3.3 – Distribuição das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (1991)



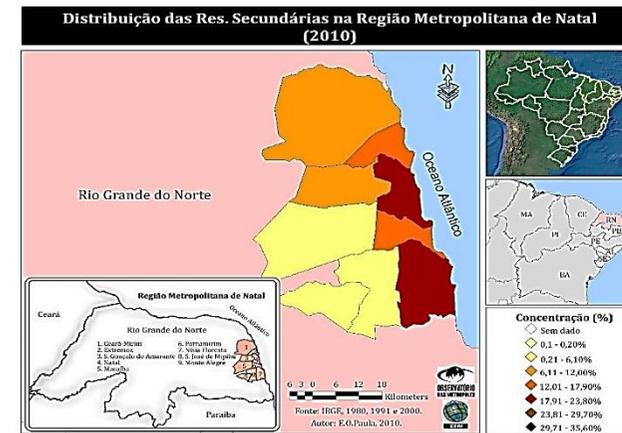
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Mapa 4.4 – Distribuição das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (2000)



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

Mapa 4.5 – Distribuição das Res. Secundárias na Região Metropolitana de Natal (2010)



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

O quadro apresentado nos mapas, guardadas algumas alterações ao longo dos anos estudados pelo Observatório das Metrôpoles, reforçam a tese que vem se construindo, especialmente no Nordeste brasileiro, e não é diferente no Rio Grande do Norte, de que as residências secundárias se concentram nas capitais litorâneas, como em Natal, pois há o processo de saída das residências secundárias das metrópoles para os municípios e núcleos populacionais vizinhos.

Essa ação, que poderia ser considerada uma tendência de fuga da cidade-polo nas regiões metropolitanas, na verdade não acontece²⁷. Como já mencionado anteriormente, a chegada de capitais internacionais, aliados a capitais locais, é que faz com que esse cenário mude, e os veranistas, que nos primórdios eram autóctones (originários do próprio estado), sejam na atualidade provenientes de outras localidades nacionais ou estrangeiras (alóctones) (DANTAS et al., 2008).

Novos empreendimentos imobiliários, como os condo-hotéis, foram sendo dinamizados, pressionando os governos, em todas as esferas, a participar de feiras internacionais²⁸ com o objetivo de publicidade e *marketing* dos produtos turísticos do país e seus respectivos empreendimentos para atender os vários segmentos de mercado.

Assim, no que diz respeito à incorporação de uma ambiência marítima, pode-se dizer que Natal é uma cidade litorânea-marítima (DANTAS, 2002), com uma infraestrutura construída para o desenvolvimento da atividade turística, em que o turista pode acessar as zonas de praias existentes na sua região metropolitana e fora dela.

Há então um *boom* imobiliário valorizando áreas litorâneas extrapolando os parâmetros, planejamentos e expectativas de gestão do poder público, que contava apenas receber um fluxo turístico para ser alocado nos empreendimentos hoteleiros. Contudo, junto a esse fluxo vieram pessoas dispostas a adquirir residências secundárias, o que gerou produtos diferenciados, oferecidos a clientelas diferenciadas.

Ressalta-se a importância dessa integração e desconcentração de atividades para outros municípios. Oliveira (2012, p. 178) assevera que essa desconcentração,

[...] ocorre, sobretudo, devido à implantação de alguns equipamentos e de uma infraestrutura, quais sejam: a construção da RN 063, que sai de Natal, percorrendo o litoral até o município de Nísia Floresta; o redesenho

²⁷ Já confirmamos essa tendência na dissertação de mestrado citada idem 1.

²⁸ [...] ficou evidenciado que para o turismo de Natal atingir as estratégias estabelecidas no Plano seria necessário um novo posicionamento da Marca Natal com base numa comunicação entendida como adequada ao conceito de Economia das Experiências – A Sociedade dos Sonhos. Assim, pactuou-se um novo *slogan* para o destino Natal: **Natal, Cidade das Emoções** (RIO GRANDE DO NORTE, 2015, p. 32).

das rotas de ônibus do transporte coletivo urbano, ou do transporte alternativo, que de Natal se estenderam até os referidos municípios; os serviços de energia, esgoto e água – esta última distribuída pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) ou pelo Serviço Autônomo de água e Esgotos (SAAE); e por fim, a instalação de equipamentos para retransmissão de televisão, rádio e Internet.

De acordo com Clementino e Souza (2009), Natal ainda exerce uma forte centralidade em relação a outros municípios metropolitanos, o que gera uma desigualdade socioespacial e segregação socioterritorial entre essas localidades. Para amenizar essas disparidades, tem-se na contemporaneidade algumas tendências para modificar alguns equipamentos e atividades não só na RMN, mas em todo o Rio Grande do Norte: a) aeroporto de São Gonçalo do Amarante; b) ferrovia Nata-Mossoró; c) terminal pesqueiro; d) marina do Potengi; e) duplicação total da BR-101; f) melhorias de infraestrutura rodoviária (BR-304); g) novas indústrias; h) turismo.

Essas intervenções, importantes para a dinâmica intrametropolitana, favoreceram a refuncionalização do território dinamizando os deslocamentos, a mobilidade de mercadorias, de capitais e principalmente de pessoas que, em alguns casos, se fixaram em outros locais para além de Natal alcançando os municípios conurbados com a metrópole, como é o caso de Parnamirim.

4.5 O AVANÇO DO PROCESSO DE CONURBAÇÃO E A RELAÇÃO COM PARNAMIRIM

Segundo estudos do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Natal, na relação da metrópole com sua área metropolitana existem municípios de baixa dinâmica (Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Monte Alegre e Vera Cruz), de média dinâmica (Extremoz e Macaíba) e de alta dinâmica (São Gonçalo do Amarante e Parnamirim).

No tocante a esse entendimento, tem-se uma relação considerada de alta integração entre Natal-Parnamirim, devido à proximidade entre eles. Parnamirim é o município, depois de Natal, que tem a maior densidade populacional devido ao intenso e rápido processo de conurbação, consequência do extrapolamento da cidade.

Para Villaça (1997), o processo de conurbação ocorre quando uma cidade, para absorver núcleos urbanos localizados a sua volta, ou seja, quando passa a desenvolver com ela uma “intensa vinculação socioeconômica”. Esta “intensa vinculação socioeconômica” são os deslocamentos espaciais rotineiros de pessoas sistemáticos, diários ou quase diários, como aqueles

entre residência e local de trabalho ou entre residência e escola, bem como os vínculos manifestados através das telecomunicações (GIESTA, 2013, p. 87).

Isso revela ainda a deficiência dessa urbanização, dispersa por todo o espaço urbano metropolitano potiguar, pois o município de Parnamirim e, principalmente, o seu litoral se apresenta muitas vezes como um bairro de Natal devido à proximidade e às relações intrínsecas entre ambos os municípios.

Todavia os municípios restantes, à medida que se distanciam do polo ou que são desiguais em nível de integração, compõem a Região Metropolitana como institucionalização, sem oferecer grandes contribuições à dinâmica urbana metropolitana.

Essas disparidades intramunicipais se acentuam em função da forte concentração de poderes e decisões na gestão público-privada, e porque o poder financeiro e o maior número populacional se encontram na metrópole.

Entender essa dinâmica de Natal dá elementos para entender os demais municípios da Região Metropolitana, em especial o município aqui estudado, que é Parnamirim. É pretensão deste trabalho pensá-lo como resultado do seu passado compreendendo-o em seu tempo social. É preciso entender o município de Parnamirim (RN) como resultado dessas transformações de usos e ocupações do espaço inserido na cidade de Natal com sua expansão para a região metropolitana, principalmente na ótica do turismo.

Parnamirim foi o município que se destacou nas ações de turismo, por ter sido o único que voltou ações para bens de caráter cultural, que foi a criação do Museu Aeronáutico Trampolim da Vitória, situado na base aeronáutica Barreira do inferno, na Avenida Rota do Sol, rodovia que faz ligação com o litoral praiano de Natal e Parnamirim (LOPES; FERREIRA, 2013, p. 207).

Parnamirim está inserido no Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal (PDRMN)²⁹, que tinha por objetivo elaborar diretrizes e planejar esse turismo na RMN apontando possíveis tendências (PREFEITURA DE NATAL, 2015):

- a) crescimento mundial do movimento turístico, com realce para o turismo cultural e ecológico, contemplando também a expansão do turismo da chamada

²⁹ Plano desenvolvido pelo governo do estado do Rio Grande do Norte, com consultoria técnica da Ceplan e UFRN (2008). O Plano abarcou nove municípios formadores da RMN, oito deles inseridos no Polo Costa das Dunas. Embora esse Plano Metropolitano não tenha sido direcionado exclusivamente ao turismo, contém elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo no litoral, pois foram estabelecidos diagnósticos e cenários para quase metade dos municípios do Polo, entre eles aqueles onde o turismo está consolidado e em consolidação (PDITS, 2013).

terceira idade, estimulado pelo envelhecimento da população mundial com renda elevada;

- b) crescimento contínuo da demanda por turismo no mundo, fator de fundamental importância para uma região que tem vocação natural para as atividades turísticas e que vem crescendo de forma intensa;
- c) continuidade do fluxo de turismo baseado em diversão noturna, com foco em práticas sexuais e na especulação imobiliária no litoral.

Esse plano teve seu macrozoneamento baseado em três zonas, de acordo com seu ordenamento e dinâmica econômica: uma zona central, composta por Natal e Parnamirim como municípios concentradores; uma zona de turismo, cujo centro radial partia de Natal em direção aos litorais norte e sul; uma zona interiorizada, que abarca os demais municípios incluindo seus espaços rurais.

De acordo com sua área turística – o Polo Costa das Dunas –, Parnamirim possui produtos diversificados e/ou em processo de consolidação, com capacidade de produzir e transformar seus territórios em novos produtos a ser consumidos pelo mercado ávido por espaços a ser usados, ocupados e valorizados.

O espaço geográfico da Região Metropolitana foi construído de fragmentos urbanos, notadamente das sedes dos municípios isolados por uma faixa de terra rural. Mesmo Parnamirim, segundo em população na RMN, só apresentou maior crescimento nos anos de 1980. A implantação de Distritos Industriais – financiados pela SUDENE – tanto na região norte quanto na região sul de Natal, a construção de conjuntos habitacionais na periferia de Natal e melhoria nos principais acessos viários, permitiram uma maior integração entre Natal e Parnamirim e Natal e São Gonçalo do Amarante (SILVA, 2010, p. 274).

Por meio da produção e reprodução do espaço, a sociedade transforma e se apropria da natureza, atribuindo-lhe um valor de troca e um valor de uso. Esse espaço, entretanto, não é produzido de forma homogênea e nem com a mesma intensidade no decorrer do tempo. É hoje apropriado de forma cada vez mais desigual pela população, principalmente os espaços litorâneos.

No caso de Natal, o par processo/forma se evidenciou no movimento de constituição de Natal como a cidade de comando da rede urbana do Rio Grande do Norte (RN), que nos últimos anos passou a partilhar, junto com os demais municípios que formam a

RMN, a concentração de equipamentos urbanos e de estabelecimentos industriais, de comércio e de serviços, o que alcança Parnamirim.

De acordo com Silva (2010), esse alcance ao município é mais eficaz nos anos de 1990 através dos investimentos do Prodetur na atividade turística, permitindo uma melhoria significativa nos acessos viários ao sul de Natal, integrando Parnamirim e Nísia Floresta. Um eixo importante ligaria as praias do litoral sul da RMN dando margem para novas dinâmicas no chamado binômio turismo-imobiliário, reconfigurando a relação da capital com sua área metropolitana.

Lê-se esse processo no espaço através da reestruturação socioespacial expressada pelo avanço da lógica capitalista, que ajuda a configurar novas dinâmicas territoriais no espaço metropolitano. Com a intensa movimentação das atividades econômicas no meio urbano da capital, intrínsecas ao processo de acumulação capitalista, torna-se de fundamental importância que ocorram constantes mudanças para otimizar mais espaços ociosos ou não, para que a sociedade e o capital encontrem formas de se reproduzir.

Diante das diversas possibilidades analíticas na leitura da urbanização da capital potiguar, foi priorizada a reflexão sobre o processo de expansão do espaço metropolitano na lógica da urbanização litorânea (DANTAS, 2008), tendo como enfoque o adensamento de habitações de uso ocasional ligadas ao turismo em Parnamirim.

Ao transformar os espaços urbanos na cidade, especialmente os litorâneos, os turistas buscaram o seu objeto de desejo, ou seja, estar próximo à praia, tendo as mesmas condições urbanas para atender suas necessidades e assim garantir sua permanência ou sua temporada na cidade perto do mar. Posteriormente, passou a ser incorporado o planejamento urbano da metrópole para atender as demandas existentes, uma delas a atividade turística.

Por ser próxima à capital (centro), a região metropolitana (entorno) passou a ser um dos principais alvos dos especuladores imobiliários e das estratégias de *marketing* turístico, que procuraram valorizar os aspectos naturais e culturais desses espaços, oferecendo-os aos segmentos sociais específicos como a elite e a classe média, que dispunham de capital para possuir uma residência secundária, mesmo de forma ocasional.

Isso ocorreu porque os municípios, principalmente os litorâneos situados na RMN, como Parnamirim, estavam próximos à metrópole de Natal, o que ocasionou, no caso estudado, um deslocamento de turistas para além dos limites da cidade, que, na contemporaneidade, absorve todas as classes sociais na realização da produção socioespacial.

Assim, ficou claro que o desenvolvimento e a expansão urbana da metrópole seguem a lógica do avanço capitalista, que desconhece os espaços particulares e homogeneiza suas contradições e tensões em todo o território.

O homem, portanto, produz o espaço, mediado pelo seu trabalho, movido por uma finalidade, seja ela de caráter social, política, econômica, cultural, simbólica, seja tecnológica. Assim, a organização espacial se dá de forma distinta no decorrer da história, e os objetos existentes em distintas épocas, embora com funções diferentes da original, marcam ainda uma época pretérita, mas mantêm relações com o presente.

A busca por um espaço para morar fez com que a população que chegava a Natal se deslocasse cada vez mais para lugares que antes representavam verdadeiros vazios, a periferia da cidade. Ressalta-se que, na dinâmica dos espaços metropolitanos, as integrações dos componentes da região metropolitana aconteceram com a mobilização de um conjunto de diretrizes a fim de desenvolver esses espaços, criando uma infraestrutura que permitisse uma aglomeração dos municípios visando a formação de um entorno (periferia) integrado com o centro (Natal).

5 CARACTERIZANDO O ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO-LITORÂNEO DE PARNAMIRIM-RN

O capítulo tem como propósito caracterizar o município de Parnamirim, partícipe da RMN, ocupando cerca de 5% dessa região, salientando sua história, carregada de fatos e acontecimentos que abalizaram a região Nordeste, o Rio Grande do Norte e o Brasil, e discutindo a utilização do seu uso e ocupação como processo de desenvolvimento urbano, metropolitano e litorâneo, este último ligado à atividade turística.

Figura 5.1 – Localização do município de Parnamirim-RN



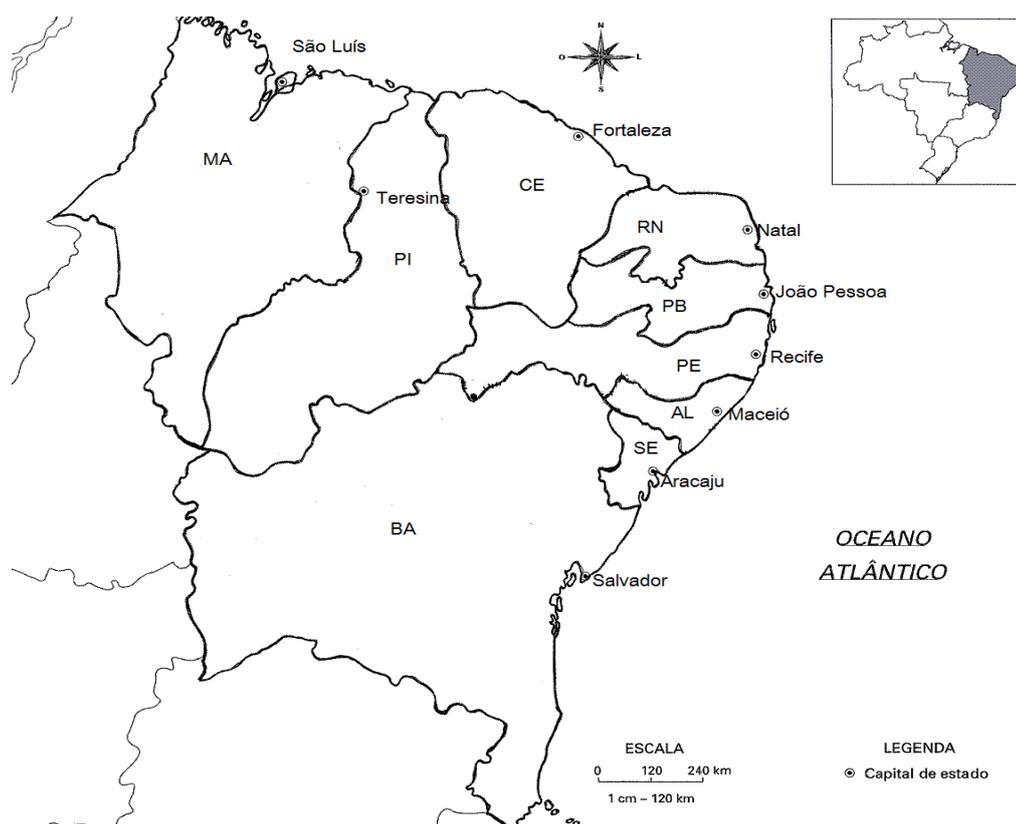
Fonte: Elaboração do autor.

5.1 ENTENDENDO O OBJETO A PARTIR DO NORDESTE BRASILEIRO

Primeiro território ocupado no processo de colonização, o Nordeste é a terceira região em extensão territorial do Brasil, sendo a primeira o Norte e a segunda o Centro-Oeste. Alguns estudiosos da temática, como Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro e Tânia Bacelar de Araújo, afirmam que a partir da extensão dessa região podem-se detectar vários

Nordestes para análise, desde o demarcado regionalmente pelo IBGE, divisão feita por Fábio de Macedo Soares Guimarães, até o apresentado para o planejamento em 1958 pela Sudene, que delimitava sua área de abrangência e atuação (ANDRADE, 2006a). (Figura 5.2)

Figura 5.2 – Nordeste brasileiro



Fonte: Adaptado de IBGE.

Um projeto de regionalização do Brasil, que desde as primeiras décadas do século XX se constituiu e se estruturou alterando a delimitação do Nordeste por várias vezes até chegar ao que se apresenta hoje, compreendendo nove estados e apresentando grandes peculiaridades. Uma dessas peculiares é o simbolismo de ser uma região que saiu da lógica da regionalização para o regionalismo, o que chamamos de “*ser nordestino*”, construindo uma identidade que o caracteriza em relação ao restante do Brasil.

Uma região é um recorte espacial, não necessariamente com padrões homogêneos pela sua fisiografia ou ambiente, mas que implica uma análise da produção espacial através da atividade induzindo a uma racionalidade de planejamento e ordenamento com suas formas de atuação de políticas públicas e dos mais variados tipos de desenvolvimento: socioeconômico, cultural, tecnológico, entre outros (FURTADO, 2000).

Há diversas abordagens para destacar o aspecto particular do conceito de região na Geografia. Um recorte territorial que pode ser teórico ou administrativo, conceitual ou simbólico, político ou econômico, por exemplo. Um conceito que ao longo do tempo ganha diversas conotações dependendo das variáveis a serem compreendidas que vão desde a instrumental ou analítica e menos realista às ligadas às práticas sociais enquanto “fato” ou arte-fato, como evocado por Haesbaert (2010, p. 6):

A região vista como arte-fato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, construído ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação “analítica” do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). “Arte-fato” também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”).

Apresenta-se a seguir um itinerário mais complexo sobre o conceito de região apontado nas reflexões aprofundadas de Rogerio Haesbaert, sintetizado a partir de algumas questões.

Quadro 5.1 – Itinerário do conceito de região segundo Haesbaert

I	II	III
A região como produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades, o que significa trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão ou, como preferimos, de articulação regional, o que implica identificar também, por outro lado, o nível de desarticulação e/ou de fragmentação de espaços dentro do espaço regional em sentido mais amplo.	A região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (genericamente: o Estado, as empresas, as instituições de poder não-estatais e os distintos grupos socioculturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais zonal e reticular, acrescentando-se ainda a “i-lógica” dos aglomerados resultante principalmente de processos de exclusão e/ou precarização socioespacial (HAESBAERT, 2004a e 2004b), cuja consideração é hoje, cada vez mais, imprescindível.	A região como produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto no sentido das diferenças de grau (ou desigualdades) quanto das diferenças de tipo ou de natureza (diferença em sentido estrito), tanto das diferenças discretas quanto das diferenças contínuas (nos termos de BERGSON, 1993, 2006).

Fonte: Haesbaert, 2010, p. 6.

A região, como categoria de análise da Geografia, o processo de regionalização e a sua diferenciação e/ou de parcelamento com o recorte espacial, e a identidade regional ou regionalismo, enquanto propriedade do “ser” regional (especialmente em sua dimensão

simbólica e vivida), enfrentam, na atualidade, num mundo cada vez mais globalizado e interconectado, reconfigurações que atestam um atenuante complexidade que abrangem sua representação espacial e o entrecruzamento dos sujeitos e dimensões que as constroem. Entende-se, assim, a região Nordeste como esse processo em constante mutação que ocasiona des-articulações das suas variáveis, já consolidadas, com as que estão em curso contínuo sendo trabalhadas. Uma existência geográfica compreendida na relação entre diacronia-sincronia (história no espaço) e suas metamorfoses, que pensa o passado e o momento presente dinamizando as projeções para o futuro com uma mudança de mentalidade no que concerne à crença social e midiática da região, como afirma Dantas et al. (2006, p. 23):

Atualmente a região não dispõe de caráter hostil. Encoberta por novo imaginário socioeconômico, veicula-se, através da mídia, uma imagem positiva externadora das virtualidades do semiárido nordestino. Aproveitando-se deste novo cenário, vinculado a parcelas reduzidas do território nordestino, aponta-se para a constituição de políticas de desenvolvimento econômico associadas, principalmente, ao turismo litorâneo e à agricultura irrigada, complementadas pela aquicultura, produção de flores, produção de grãos (soja), artesanato, etc. Têm-se, assim, panoramas diferenciadores e complementadores do novo imaginário social nordestino.

A imagem do Nordeste vai produzindo mudanças que vão sendo materializadas desde o século XIX. O Nordeste da fome, da seca e da miséria é ressignificado para um Nordeste de oportunidades, de investimentos, de modernização e desenvolvimento, mesmo que paradoxalmente essa ressignificação caminhe lado a lado com a visão arcaica dessa região, que aponta um território estrategicamente fragmentado para atender as suas demandas. Um modelo de modernização (desenvolvimento) que Paul Claval aponta como processo de ocidentalização, que chega aos países tropicais (Brasil e América Latina) de forma pujante, causando admiração especificamente por parte de suas elites. E, no Nordeste, as cidades se ocidentalizaram tendo como referencial o modelo de Barcelona, na Espanha, construindo um imaginário social coletivo dominante.

Nesse cenário, pode-se notar que essa realidade de fragmentação se torna cada vez mais visível e palpável com uma economia direcionada para uma parcela do território, sem que a parcela tradicional perca sua força.

No Nordeste, esses movimentos criaram novas áreas de expansão que abrigam, hoje, estruturas modernas e dinâmicas, as quais convivem com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais **diferenciada** e **complexa**. Dessa

perspectiva, pode-se falar de “vários nordestes”: do Nordeste do oeste baiano e do Nordeste canavieiro do litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas; do Nordeste agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cacauzeiro do sul baiano; do Nordeste minero-metalúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste semiárido, dominado pelo tradicional complexo gado/agricultura de sequeiro etc. Cada um com suas particularidades e seus atores, muitos deles não nordestinos (ARAÚJO, 2002, p. 38).

O Nordeste é uma região diferenciada e complexa, exigindo por isso um estudo minucioso, que perpassa pelas suas condições naturais e pelos seus níveis de crescimento e desenvolvimento e ainda pelos problemas regionais gravíssimos que requerem nossa atenção quanto à sua exploração por diversos agentes e diferentes atividades econômicas.

Atualmente existem nordestes representativos da pobreza-miséria e da riqueza. As políticas de desenvolvimento econômico são instrumentos de poder argumentativo a serviço da Região, capazes, em tese, de ‘salvar’ a economia regional, privilegiando determinadas parcelas do espaço nas quais o capital se reproduz com retorno de lucros elevados aos investidores. [...] observa-se uma fragmentação da Região, consoante às políticas de desenvolvimento econômico, associadas ao turismo litorâneo e à agricultura irrigada, complementadas pela produção de soja e por atividades emergentes como a de flores e a carcinicultura (DANTAS et al., 2006, p. 43).

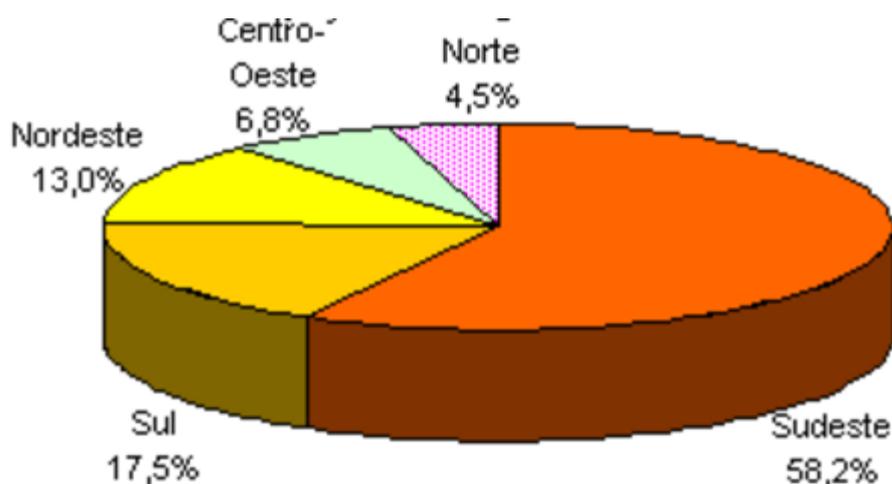
De forma geral, percebe-se uma fragmentação do Nordeste em vários nordestes com espaços favoráveis à exploração de diferentes atividades, receptoras de volumes significativos de investimentos, corroborando um nordeste turístico e um nordeste do agronegócio em contraponto a um nordeste esquecido socioeconomicamente, resultado de uma política ardil de distribuição de renda díspar.

Caracterizar a região Nordeste com todas essas problemáticas é discutir uma região que, de forma lenta e gradual, passou de produtora de alimentos a produtora de manufaturados, passou pelos processos de urbanização e industrialização na constituição do fenômeno urbano nas principais cidades nordestinas, no caso as capitais, e hoje se estrutura pelo processo de terceirização ligada ao desenvolvimento, principalmente as atividades voltadas aos serviços como turismo, recreação, lazer, eventos, entre outras.

Na atualidade, é uma região que continua desigual pela manutenção enraizada de um *status quo* – oligárquico, de determinismo ambiental, pobreza excessiva –, diverso e virtual que tenta negar muitas vezes as suas bases naturais no seu projeto de modernização, todavia sem sucesso, por ser a natureza um destaque singular e próprio da sua construção, onde a realidade toma novas conotações.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2016]), a região Nordeste aparece hoje como a terceira maior economia do Brasil, entre as grandes regiões. Sua participação no PIB brasileiro é cerca de 13% atrás da região Sudeste, que apresenta um nível de desenvolvimento urbano-industrial maior com 58%, e da Região Sul, com nível de 17% (Figura 5.3).

Figura 5.3 – Produto Interno Bruto (PIB) participação por regiões



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [2016].

A década de 1980, depois da criação da Sudene, é um marco para que o Nordeste pudesse ganhar esses novos ares, devido à crise do Estado-Nação, à descentralização do poder, à Constituição de 1988, emergindo nos estados uma autonomia que estabelece relações para além do governo federal, com órgãos internacionais de financiamento como o BID, com empreendedores dispostos a investir na região, onde cada um passa a discutir e gerir a sua política de modernização e desenvolvimento.

Pode-se destacar nesse entendimento uma obra clássica sobre a questão regional nordestina, que é o livro *Elegia para uma Re(li)gião*, do professor Francisco Oliveira, que discutiu a transformação de um Nordeste do determinismo ambiental para um Nordeste complexo e cheio de nuances, pois “[...] partiu do Nordeste físico para o econômico-político, que não é o andamento privilegiado por nossa opção metodológica” (OLIVEIRA, 2008, p. 157). Essas mudanças significativas chegaram às atividades econômicas desenvolvidas na região e conseqüentemente à manutenção e ao surgimento de elites ligadas a tais atividades.

As elites ligadas ao binômio boi-algodão abrem espaço para as novas elites, digamos urbanas, com uma leitura diferenciada – empresarial – proveniente do próprio

serviço público, pessoas qualificadas com o ponto de vista arrojado configurando transformações significativas conjugadas com as características específicas de cada estado nordestino, não pensando mais a região Nordeste como algo hegemônico, totalitário, mas diversificado, fragmentado em dadas parcelas do território (ARAÚJO, 2002).

Um Nordeste sob uma perspectiva de projetos políticos ambiciosos para além do local, gestado e permeado por acordos e alianças nacionais. Uma região que incorpora vetores de modernização como agronegócio e turismo, ressignificando a natureza através das inovações técnico-científicas desenvolvidas para atender a produção de novas mercadorias, sem deixar de extrair dessa mesma natureza a cana-de-açúcar, a produção de leite, a de gado, e a permanência de uma natureza determinista da seca e da pobreza.

Uma lógica que avança na desmitificação pela virtualidade na natureza chegando a uma valorização do semiárido com a incorporação das áreas urbano-metropolitanas e litorâneas pelas políticas de turismo de sol e praia, de eventos, dentre outras. Assim, o Nordeste aponta como um espaço que potencialmente poderia concorrer com outras localidades autenticadas como turísticas desde o final da II Guerra Mundial, pois já havia um fluxo que se encaminhava para as Antilhas, e era fácil deslocar a rota até a região Nordeste, alguns fatores colaboravam para essa tese como a proximidade com o continente europeu (aproximadamente 6 horas de viagem de avião).

Entre os estados nordestinos que iniciaram e que viram na atividade turística a dimensão do lazer e recreação estão a Bahia, o Rio Grande do Norte e o Ceará, na gestão do governador Tasso Jereissati, que compunha uma elite política de base urbana com a instalação de equipamentos e infraestruturas com a intenção de atrair maior fluxo de visitantes, investimentos e empreendimentos, inserindo-se na lógica do capital de forma global.

Assim, o ano de 1986 e os seguintes valorizam e incorporam os espaços litorâneos no Ceará, intensificados pela intervenção do poder público estadual (Governo das Mudanças) em parceria com a iniciativa privada, o que insere o estado na concorrida rota mundial de turismo de massa. Assim, constrói-se uma rede urbana que interage com as zonas de praia, fortalecida pela imagem positiva do litoral em meio às terras semiáridas, propagada pelo *marketing* e principalmente pela televisão.

O primeiro projeto pensado para essa atividade que contemplou o litoral do Ceará pelo governo estadual foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará (Prodeturis), iniciado em 1989, primeiro programa promovido com a parceria dos poderes estadual e federal. Enquanto programa estadual, o Prodeturis foi

desenvolvido de forma autônoma, com técnicos e projetos financiados pelo governo do Ceará para viabilizar os investimentos públicos e privados com o fim de atrair o fluxo turístico. O programa forneceu as bases conceituais, metodológicas e normativas de uso e ocupação que foram apresentadas no Prodetur-CE, iniciativa cearense a qual Benevides (2004) denomina “antecipada consonância”.

Posteriormente, o governo federal encabeça esse projeto e o amplia para atender agora em escala regional através do Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste (Prodetur-NE), com uma política de valorização dos espaços litorâneos recebendo recursos internacionais via BID para a sua realização (Figura 1.3).

É um Nordeste pensado e projetado para ser turístico, em que se percebe nitidamente a concentração dos polos de turismo nas zonas litorâneas, à exceção do estado da Bahia com o Polo na Serra Diamantina. Consolida-se uma política de implementação de um turismo litorâneo valorado na perspectiva da constituição de um quadro no qual a praia, o sol, o mar são aspectos naturais importantes na atração dos fluxos turísticos.

O governo federal e os governos estaduais pensam, projetam e executam cada uma dessas políticas em seus territórios nesse cenário de turismo nacional e internacional, com investimentos massivos para a concretização dos seus planos de desenvolvimento na região Nordeste.

O projeto inicial dessas políticas de desenvolvimento da região tinha como intenção atrair um fluxo turístico internacional e concomitantemente atrair os investidores privados e seus empreendimentos turísticos como hotéis, *resorts* e as infraestruturas construídas para os turistas, que eventualmente chegariam à região.

Figura 5.4 – O Nordeste do Turismo



Fonte: Política Nacional de Ordenação do Território (PNOT), 2006.

O estado do Rio Grande do Norte foi o pioneiro no estabelecimento da atividade do agronegócio e, posteriormente, na década de 1980, adota de forma massiva a lógica do turismo. Percebe-se que esses dois Nordeste, o nordeste do turismo e o do agronegócio estão interligados.

Foi a partir dos anos de 1960 que o estado do RN, a partir de Natal, ainda que de forma acanhada, dá início à sua inserção no mercado competitivo do turismo no Nordeste brasileiro. O ponto de partida foi a construção do Hotel Internacional Reis Magos, na Praia do Meio, citado como um estabelecimento de qualidade para bem atender os visitantes que chegavam à capital potiguar, a alta sociedade natalense (FURTADO, 2008).

A criação da Empresa de Turismo do Rio Grande do Norte (Emprotur), em 1971, dinamiza a economia a partir do setor turístico no estado e em Natal visando pesquisar as potencialidades turísticas locais, divulgar as belezas naturais de Natal e implementar e melhorar a infraestrutura da capital para o turismo.

[...], a EMPROTUR, hoje Secretaria Estadual de Turismo, implantou programas especiais com a finalidade de atrair capital para a cidade, ampliando os investimentos na infraestrutura urbana, especialmente em áreas potencialmente turísticas. No período de 1977 a 1984, quando Natal entrou no Programa de Cidade de Porte Médio, os recursos investidos foram vultuosos, distribuídos nos diversos setores [...] (FURTADO, 2008, p. 145).

Entretanto, é em 1980 que se firma o fenômeno turístico em Natal como uma atividade econômica. De certa maneira, ocorre uma articulação entre essa nova elite empreendedora com a latifundiária e oligárquica já preexistente, atraindo capitais privados, induzindo as transformações socioespaciais e reconfigurando a paisagem urbana, de modo a favorecer o desenvolvimento e a expansão da capital para outros municípios circunvizinhos e posteriormente para todo o estado.

Com relação a essa dinâmica, é válido lembrar que desde os estudos do professor Manuel Correia de Andrade já se evidenciava que no Nordeste localizavam-se três metrópoles significativas: Salvador, Recife e Fortaleza, num país de densidade populacional e influência regional. Nos últimos anos, através dos estudos apurados e cuidadosos dos pesquisadores do Observatório das Metrópoles – Secção Nordeste, também se pôde acrescentar a essas três citadas metrópoles a metrópole potiguar, Natal (CLEMENTINO, 2010).

5.2 SERTÃO DE DENTRO E SERTÃO DE FORA: UMA ALUSÃO AO DESENVOLVIMENTO DE PARNAMIRIM-RN

Para se pensar como o desencadeamento dessa fragmentação dos vários Nordeste alcança o estado do Rio Grande do Norte, especificamente o município de Parnamirim, parte-se da alusão à ocupação do interior do território brasileiro a partir do Nordeste, o que foi denominado pelo historiador Capistrano de Abreu de *Sertão de Dentro*, que compunha a região que vai do médio São Francisco ao rio Parnaíba, no Piauí, chegando ao sul cearense, e *Sertão de Fora* – faixa litorânea com percurso na Paraíba, no Rio Grande do Norte e Ceará no sentido de Maranhão. A capitania cearense é que vai centralizar a abrangência dos dois percursos traçados.

Capistrano de Abreu afirmava que a ocupação do Nordeste teria ocorrido seguindo duas grandes rotas: a do sertão de dentro – dominada pelos baianos, que teriam sido responsáveis pela ocupação do Piauí e do Sul do Ceará – partindo do rio São Francisco; a do sertão de fora – dominada pelos pernambucanos (PINHEIRO, 2007, p. 29).

Esse processo de tentativa de ocupação do interior pela colonização portuguesa acontece entre os séculos XVI e XVII na busca por novas terras para além da faixa litorânea com a monocultura da cana-de-açúcar, impulsionada por Pernambuco e Bahia, favorecida pelo solo e clima subordinados a até então economia de subsistência agropecuarista dos sertões (Figura 5.5).

Figura 5.5 – Ocupação do interior do Nordeste brasileiro



Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/feiras_gado.html.

Ressalta-se que essa conquista foi permeada por grandes confrontos, principalmente entre as populações nativas indígenas e os colonizadores na disputa pela posse das terras, sobretudo quando se começou a viabilizar a pecuária como atividade de economia exportadora e não mais de subsistência, assim como já acontecia com a cana-de-açúcar, gerando embates por terras que seriam utilizadas para ambas as atividades.

Com o passar dos anos, o que ligava o sertão ao litoral, mesmo que de forma sazonal, era a criação das feiras de gado, onde os comerciantes, os pecuaristas, os donos de sesmarias se reuniam para realizar as devidas trocas de mercadorias. E, em meio a esse percurso, despontavam vilarejos, povoados, centros locais, que foram se constituindo em municípios dentro dos estados percorridos.

As atividades econômicas implementadas no Nordeste vão se difundindo e ao longo dos anos, pelas transformações significativas por que passa essa região, se incorporam a outras, como a cultura algodoeira, posteriormente incrementada pelas atividades ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços associados ao processo de urbanização e crescimento das cidades, para atender as necessidades da sociedade e da produção do espaço em cada período.

Essa evolução é alavancada pela necessidade das cidades nordestinas de ganhar novas funções, principalmente urbanas, que se inserissem nessa nova racionalidade. Dantas (2007) propõe a distribuição de fixos a partir de investimentos do setor público como política de desenvolvimento para favorecer os investimentos do setor privado.

Isso se dá por conta da dispersão cada vez maior dos espaços urbanos redesenhados pelos diferentes estratos sociais. Esse fato está atrelado à junção de vários fatores que identificam as relações sociais materializadas na realidade da produção do espaço urbano por agentes produtores como: a dominação política, a acumulação capitalista e a sociedade (CARLOS, 2001).

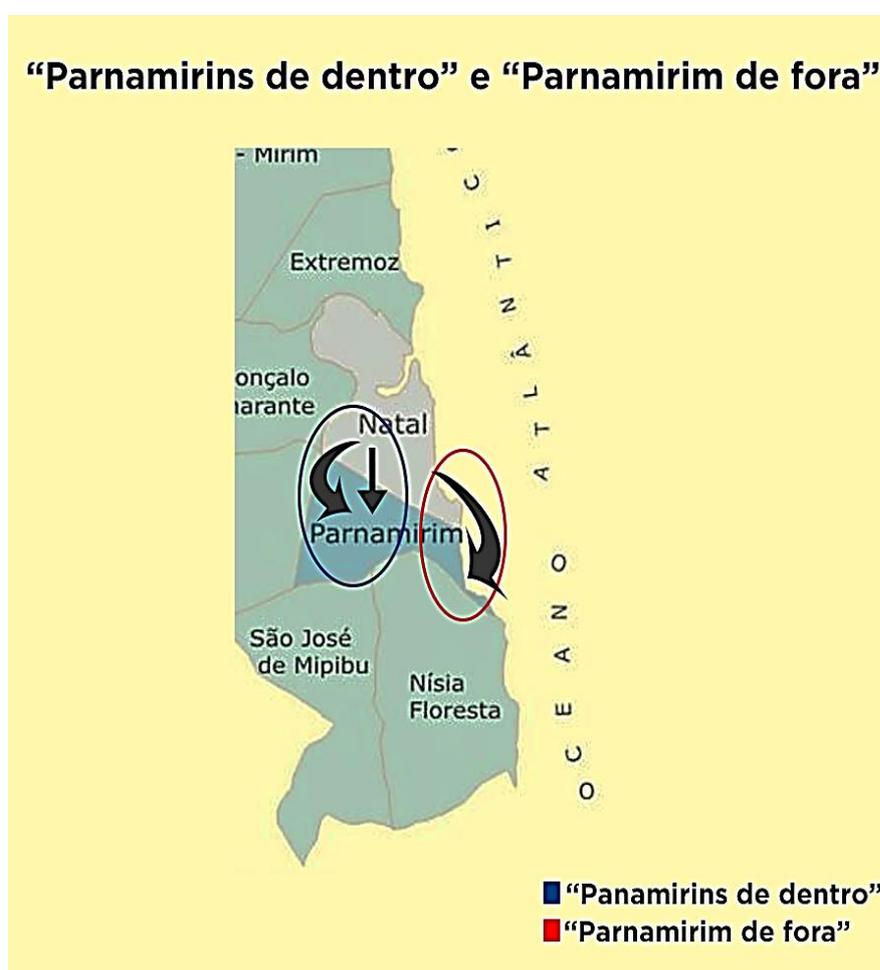
Compreende-se que a expansão de uma cidade e do urbano não pode ser entendida como um movimento harmônico, sem conflitos. O crescimento e a expansão de cidades como Parnamirim, por exemplo, não se processaram concomitantemente com uma ampliação dos serviços de infraestrutura e propiciaram um crescimento desordenado, fragmentado, e o surgimento de aglomerações de estruturas diversas por todo o seu território.

A partir da reflexão de Reis (2006), as formas de apropriação e ocupação do tecido urbano, no processo de urbanização pelo qual passaram e passam as cidades, vão transformando as relações e os interesses por esse espaço, gerando a dispersão dos

investimentos quer sejam de uso individual quer sejam de uso coletivo na organização do adensamento urbano.

Doravante, guardadas as devidas proporções, a ocupação do interior do Nordeste brasileiro, que será abordada de forma veemente nesta tese, com relação à produção do espaço de Parnamirim, alude à fragmentação do município visando atender o seu uso e ocupação. Os investimentos público-privados foram feitos em três áreas parceladas e selecionadas do seu território, duas delas chamadas “Parnamirins de Dentro” e uma chamada de Parnamirim de Fora (Figura 5.6).

Figura 5.6 – “Parnamirins de Dentro” e “Parnamirim de Fora”



Fonte: www.parnamirim.rn.gov.br/mapas.

Notas: Adaptação e elaboração do autor.

A utilização e/ou ocupação de determinado lugar, num momento específico, aparece no cotidiano das pessoas como forma de realização da produção espacial. Assim, a diferenciação dos usos dos lugares será a manifestação espacial da divisão técnico-científico-informacional e social num determinado momento histórico, bem como das forças produtivas

materiais da sociedade, de suas condições de produção e de desenvolvimento do processo social.

O município de Parnamirim é incorporado à lógica dos investimentos no imobiliário, da metropolização turística, da urbanização litorânea, das práticas como turismo, lazer, veraneio e excursionismo, devido à expansão dessas atividades da metrópole Natal, que provocaram a fragmentação do seu território em vista de uma produção desigual do seu espaço, do desenvolvimento que se apresenta selecionado em algumas porções desse espaço.

5.3 O MUNICÍPIO EM FOCO: PARNAMIRIM E A SUA HISTÓRIA

Para a análise do processo histórico de formação territorial, uso e ocupação do município de Parnamirim, tomou-se como arcabouço teórico a literatura de Peixoto (2003), que contribui de forma significativa na elaboração desta parte da pesquisa.

A denominação do município estudado origina-se da expressão tupi-guarani *Paranã-mirim*, que significa “pequeno parente do mar ou pequeno rio veloz”, expressão que poderia classificar rios e riachos desse município habitado pelos índios potiguaras na época da colonização, no século XVII. Segundo o referido autor, as terras parnamirinsenses foram divididas na época das capitâncias hereditárias (século XVII), recebendo topônimos do lugar. Contudo, mesmo com essa distribuição, essas terras permaneceram inaproveitadas e despovoadas por séculos, assim como aconteceu em outras extensas áreas do território brasileiro.

Na década de 1920 foi construída, pela Companhia Great Western, a via férrea interligando as capitais de Recife e Natal, que deu origem à construção da antiga Estação Ferroviária de Parnamirim, que hoje é Estrada de Ferro EF-101 (Ferrovia Longitudinal) – Tronco Litorâneo do Nordeste ligando Natal a Salvador³⁰. Com o passar do tempo, as áreas que correspondem ao município (a “*Parnamirim de Dentro*”) hoje foram sendo ocupadas dando lugar a extensas fazendas, sítios, engenhos, entre outros estabelecimentos. A partir do século XIX, ocorrem algumas mudanças na região, que passa a ser cortada pela linha férrea entre Natal e Nova Cruz. Esse percurso seguia o antigo traçado que fazia o caminho para a Paraíba e o Recife.

Nessa localidade surgiram os primeiros marcos de povoamento e evolução que até os anos de 1927 não existiam, o que surpreendeu as primeiras comitivas francesas como as da

³⁰ Ver <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Transnordestina/tronco-Natal-Salvador-EF-101-PNV.shtml>>. Acesso em: 18 maio 2016.

Companhia *Air France*. Era o período da expansão da aviação comercial e chegava ao estado outra comitiva francesa, liderada pelo aviador Paulo Vechet da *Aéropostale*, com o intuito de construir um campo de pouso e decolagem nas adjacências de Natal. O aviador mesmo optou por uma planície conhecida como Tabuleiro de Parnamirim, como local para a instalação do aeródromo indicado pelo Coronel Luís Tavares Guerreiro, para pousar os aviões da companhia. O proprietário do terreno na época, o português João Manuel Machado, fez a doação da área.

Na qualidade de piloto da *Aéropostale*, companhia que substituiu a *Latécoère*, Paul Vachet aterrissou na praia da Rendinha, em 17 de julho de 1927, acompanhado de seus dois auxiliares Deley e Fayard. Manifestou o desejo de encontrar uma área adequada para construir um campo de pouso para a companhia no local. O coronel, sendo profundo conhecedor dos arredores de Natal, indicou uma área a uns 20 km da cidade. O lugar foi considerado conveniente, e foi então iniciada a construção do primeiro campo de pouso. O movimento aviatório teve início naquele ano, sabendo-se que Parnamirim, ainda sem habitantes, começou a “existir” a 20 de junho de 1927. Assim surgiu o campo de aterrissagem de Parnamirim. Foi inaugurado em outubro de 1927, por um voo procedente de São Luís do Senegal (CASCUDO, 1999, p. 421).

O ano de 1927 é, pois, um grande marco para Parnamirim devido à aventura aérea feita por pioneiros da aviação civil que abriram várias rotas aéreas no Brasil³¹, onde foram escolhidas algumas áreas para que pudesse ser instalada uma rede de aeroportos, dentre elas, as terras parnamirinhas. O campo de pouso de Parnamirim, base principal para que a futura cidade fosse fundada, foi implantado no dia 14 de outubro de 1927, com a aterrissagem do avião Nurgesser-ET-COOL, pilotado por Josep-Le-Brix e Diendonne Costes. No mesmo ano, o avião Laté-25 estabelecia a linha aerpostal, dando registro definitivo ao campo.

Foto 5.1 – A grande base de Parnamirim Field durante a Segunda Guerra Mundial

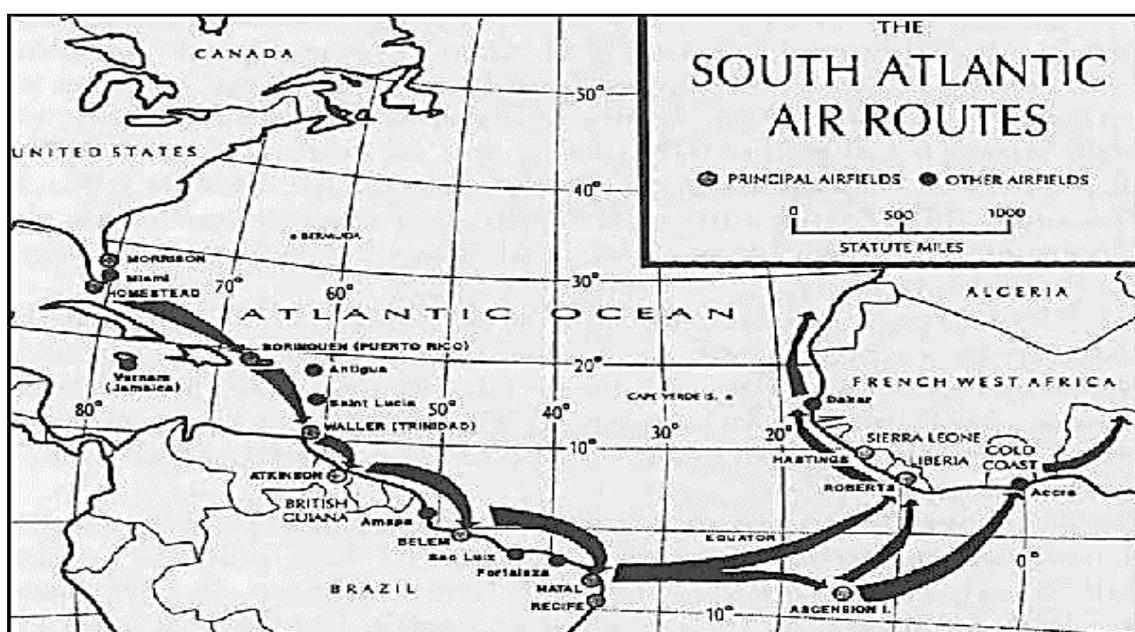


³¹ Em janeiro de 1925, uma missão liderada pelos pilotos Victor Hamm, Joseph Roig e Paul Vachet, chegou ao Brasil para abrir novas rotas e escolher áreas ao longo das quais pudesse ser instalada uma rede de aeroportos. A primeira dessas rotas seria entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Depois, entre o Rio e Natal, criando-se condições para o enlace com a rota já estabelecida entre a Europa e a África. Dificuldades financeiras na CGEA, entretanto, adiaram a concretização do projeto (PEIXOTO, 2003, p. 36).

Fonte: www.tokdehistoria.com.br

Instalou-se um campo de pouso para ser o tronco da linha transatlântica na América do Sul pela *Compagnie Générale Aéropostale* (CGA), antiga *Compagnie Générale d'Entreprise Aéronautique* (CGEA)³², em terras doadas pertencentes ao português comerciante e latifundiário citado acima, que viu sua extensa propriedade ter uma valorização devido ao campo de pouso.

Figura 5.7 – Rota Aérea pelo Atlântico Sul



Fonte: www.tokdehistoria.com.br.

Sobre essa produção que redefiniu os espaços em Parnamirim, Peixoto (2003, p. 36-37) afirma:

³² Entre os anos de 1918 e 1920, trinta companhias aéreas comerciais foram criadas para operar linhas dentro da Europa. Cinco delas eram francesas, explorando rotas que se estendiam até o norte da África, onde o governo francês administrava importantes concessões territoriais. A *Compagnie Espagne Maroc Algérie* (Cema), criada em 11 de novembro de 1918 por Pierre Georges Latécoère (1883-1943), deu origem à “*Société de Lignes Aériennes G. Latécoère*”. O primeiro contrato foi com o governo para o transporte do correio entre Toulouse (sul da França) e Rabat (Marrocos). Em 1925, Pierre-Georges associou-se a Didier Daurat e Beppo de Massimi, criando a *Compagnie Générale d'Entreprise Aéronautique* (CGEA) e estendendo a linha aérea até Dakar (Senegal), cobrindo uma distância recorde (10.608 km) para a época, através das alturas geladas do Pirineus e das areias escaldantes do Saara. Mas os chefes da “Latécoère” e seus pilotos sonhavam com outro destino: a América do Sul (PEIXOTO, p. 36, 2003).

Em abril de 1927, 93% das ações da “Latécoère” foram vendidas ao investidor francês Marcel Bouilloux-Lafont, estabelecido na Argentina, e rebatizada como *Compagnie Générale Aéropostale (CGA)*. Bouilloux executaria os planos de Pierre-Georges Latécoère, estendendo a linha aérea para toda a América do Sul. Em questões de meses foram construídos 49 campos de pouso ao longo do litoral oriental do Brasil, através dos pampas argentinos e sobre os Andes. A “Linha” – como diziam os pilotos – lançava pontes sobre as distâncias que separavam os homens, traçando uma rota que se estendia por quase 100 mil km, interrompida apenas pelo Atlântico. Dakar era o fim do primeiro trecho, que começava em Toulouse. Natal, localizada no saliente sul-americano, era o início do segundo trecho, que se prolongava até Santiago do Chile. Os aviões ainda não tinham autonomia de voo nem motores potentes para fazerem a travessia regular do Atlântico. As malas postais ainda cruzavam o oceano a bordo dos “avisos”, pequenos navios que faziam a rota entre o litoral potiguar e a África, a serviço da *Aéropostale*.

Nesse mesmo período, foi construída uma estrada (carroçável) de rodagem, que começava no caminho que levava ao porto dos Guarapes, em Macaíba, passava pelo engenho Pitimbu e acompanhava a linha férrea Natal/Nova Cruz até o novo campo. E ainda ligava Natal ao campo de aviação em Pitimbu, facilitando, assim, a instalação da *Aéropostale* no Estado.

Em outubro de 1933, a *Aéropostale* foi incorporada pela *Air France* assim como todas as companhias privadas de aviação, e foram vendidos novos lotes de terra da propriedade de Manuel Machado, dando início assim a ampliação do que viria a ser o aeroporto de Parnamirim.

No decorrer dessas transformações, em ritmo acelerado, novos investimentos foram feitos nas instalações no campo, nos hangares e na pista de pouso, viabilizando o crescimento e o desenvolvimento na área, dando posteriormente a Parnamirim o reconhecimento de sua importância para o incremento da aviação internacional, como assevera Peixoto (2003, p. 50).

A importância de Parnamirim para o desenvolvimento da aviação internacional foi reconhecida desde o início das operações no campo construído pelos franceses. O conceito e a fama de ser um campo bem estruturado e estrategicamente posicionado como ponto de partida ou chegada na ponte aérea sobre o Atlântico Sul atraíram para Parnamirim as aviações de todas as nacionalidades. Entre eles, as primeiras mulheres aviadoras, como a norte-americana Laura Ingalls, que fazia um *raid* através do continente e pousou em Parnamirim (8 de abril de 1934) apenas “*pela curiosidade de conhecer o campo, do qual se falava muito nas rodas aviatórias dos Estados Unidos como um dos melhores do mundo*”.

Assim, o Rio Grande do Norte na década de 1930 viveu um dos seus primeiros *booms*, que foi na aviação comercial e internacional, mesmo sem ter nenhuma expressividade política e econômica no cenário brasileiro, pois contava com uma maioria populacional assalariada no campo. Já nos centros urbanos, as atividades econômicas se resumiam ao comércio por se tratar ainda de uma sociedade de estrutura agrária e coronelista.

Somente na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, o estado RN, bem como o Brasil, ganhou repercussão internacional devido à Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil era neutro, contudo o presidente Getúlio Vargas simpatizava com Adolph Hitler e não escondia sua admiração pelo discurso nacional socialista do ditador alemão.

Essa “simpatia” gerava dubiedade no posicionamento de Vargas porque ele negociava, com o governo americano desde 1934, programas de cooperação militar entre as duas nações. Chegou a assinar, em 1939, na Conferência de Lima (Peru), o acordo de Washington, pelo qual se comprometia com os Estados Unidos a cooperar no caso de uma eventual guerra, gerando pressões norte-americanas ao governo brasileiro e colocando em xeque a neutralidade do País.

[...] A proposta de defesa continental dos Estados Unidos previa a cessão de bases militares – terrestres, navais e aéreas – na faixa litorânea do Brasil que ia do Rio de Janeiro ao Amapá. A contrapartida viria em forma de abertura de crédito para a compra de material bélico, assessoria técnica e modernização das forças armadas brasileiras, além do financiamento para a construção da Usina de Volta Redonda (RJ), a primeira siderúrgica nacional. Diante da resistência do Estado Maior brasileiro, os norte-americanos chegaram a preparar planos de invasão para tomarem a região Nordeste, caso um acordo diplomático não fosse fechado (PEIXOTO, 2003, p. 60).

O interesse internacional era devido à estratégica localização do campo de aviação, situado na chamada esquina do continente. Em 1941, o Brasil e os Estados Unidos, após várias negociações, fecharam um acordo, incluindo Parnamirim no projeto de estratégia bélica coordenado pelos americanos, e através do Decreto-Lei nº 4.142, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, foi criada a Base Aérea Brasileira, em Parnamirim, no ano de 1942.

Foto 5.2 – Vila de Parnamirim Field



Foto 5.3 – Base Aérea de Natal em Parnamirim



Fonte: www.tokdehistoria.com.br .

Fonte: www.tokdehistoria.com.br.

De um encontro histórico entre os presidentes Getúlio Vargas, do Brasil, e Franklím Roosevelt, dos Estados Unidos, em 1943, ficou estabelecido, entre outras coisas, um acordo para que fosse construída uma base militar americana e outra brasileira, ao redor do antigo campo de pouso. Foi, também nesse ano, exatamente no dia 03 de novembro, que Parnamirim foi elevada à categoria de Vila, pertencente a Natal.

Foto 5.4 – Encontro do presidente americano Roosevelt com o presidente Getúlio Vargas



Fonte: www.tokdehistoria.com.br .

Foto 5.5 – Eleanor Roosevelt condecorando oficiais da US Navy em Parnamirim



Fonte: www.tokdehistoria.com.br .

Com a chegada de operários vindos de várias partes do estado e a própria dinâmica natural das organizações militares, brotava em Parnamirim um forte núcleo populacional, o que já lhe dava ares de cidade que se desenvolvia e ao mesmo tempo acompanhava o subir e descer dos aviões de guerra, os comentários triunfantes, as angústias próprias desses tempos, a fé no sucesso e a vitória que a história lhe reservou.

Diante desse cenário, em meio a uma guerra declarada, o Brasil se viu pressionado a assinar mais um acordo, agora de defesa mútua, cedendo áreas na região Nordeste para a instalação de bases norte-americanas, rompendo suas relações de diplomacia com a Alemanha, Itália e Japão e declarando guerra a esses países ditos do “Eixo do Mal”. As bases aérea e naval, construídas no Rio Grande do Norte, originaram-se desses acordos.

Para manter as aparências da participação conjunta nos esforços de guerra e salvar a autoestima brasileira, o governo criou por decreto a Base Aérea de Natal, que daria o impulso decisivo para o surgimento da cidade de Parnamirim. A pista de pouso das companhias comerciais dividia ao meio o campo de Parnamirim. Os brasileiros ficaram com o lado oeste, onde já estavam as instalações da Air France e da companhia de aviação italiana (LATI), desativadas desde o início da guerra na Europa. Eram instalações modestas demais para atender o esforço de guerra dos aliados, e os americanos preferiram ocupar o lado leste. Lá, eles estavam construindo um novo campo, a Base Leste: Parnamirim Field³³ (PEIXOTO, 2003, p. 62-63).

A espécie de vila construída intitulada *Parnamirim Field*, durante a Segunda Guerra Mundial, foi considerada o maior campo de aviação e base de operações militares norte-americanos fora do seu território. Tinha como posição estratégica a formação de um triângulo operacional, que apontava especificamente para o norte da África e o sul da Europa, chamado pelo governo dos Estados Unidos e tornando-se mundialmente conhecida como *Trampoline of Victory* ou Trampolim da Vitória com o êxito na guerra dos norte-americanos.

Foto 5.6 – Tropa norte-americana e Parnamirim Field



³³ *Parnamirim* barracões certos me levantada até a base construída e pavime

), a maioria praças. Em e então foi transportar -americanos . Foi aberta o campo de aviação, que era feito em três horas por uma estrada de barro, quase uma trilha, passou a ser feito em 20 minutos. Considerada pelos natalenses “uma obra-prima da tecnologia” norte-americana, “a pista”, como ficou conhecida, serviu durante várias décadas ao tráfego entre Natal e Parnamirim. Pedacos do velho asfalto ainda podem ser vistos, ao lado da duplicação da BR-101 (PEIXOTO, 2003, p. 65).

Fonte: www.tokdehistoria.com.br.

A cidade continuava a desenvolver-se, e em novembro de 1943 Parnamirim foi elevada à categoria de Vila. Começavam os tempos de paz com o fim da Segunda Guerra, em 1945, e no dia 23 de dezembro de 1948 Parnamirim foi elevada à condição de distrito de Natal. Dez anos depois, em 17 de dezembro de 1958, através da Lei nº 2.325, desmembrou-se da capital.

Com a chegada de operários vindos de várias partes do Estado e a própria dinâmica natural das organizações militares, brotava em Parnamirim um forte núcleo populacional o que já lhe dava ares de cidade que se desenvolvia e ao mesmo tempo acompanhava o subir e descer dos aviões de guerra, os comentários triunfantes, as angústias próprias desses tempos, a fé no sucesso, e a vitória que a história reservou. A cidade continuava a desenvolver-se, começavam os tempos de paz com o fim da Segunda Guerra, em 1945, e no dia 23 de dezembro de 1948 Parnamirim foi elevada à condição de distrito de Natal. Dez anos depois, em 17 de dezembro de 1958, através da Lei nº 2.325, desmembrou-se da capital, tornando-se mundialmente conhecida como Cidade Trampolim da Vitória (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, ca. 2013, p. 6).

Com o fim da II Guerra, em 1945, resultando na vitória dos EUA e a derrota e rendição da Alemanha, a Base Leste foi entregue em outubro de 1946 à Força Aérea Brasileira (FAB), inaugurando a Estação de Passageiros da Base Aérea de Natal, elevada à condição de Aeroporto Internacional Augusto Severo em 24 de novembro de 1951, pela Lei Federal nº 1.473.

Inicia-se o período da Guerra Fria entre EUA e a URSS e com ela o avanço na ciência, na tecnologia, na telecomunicação, associado a uma corrida espacial frenética entre esses dois países impactando no mundo e na humanidade inteira.

Sem querer ficar à margem do “progresso e do desenvolvimento” o presidente Jânio Quadros criou a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Cnae) na década de 1960. Criou-se o Centro de Lançamentos da Barreira do Inferno (CLBI) pelo Ministério da Aeronáutica, instalado em área do município de Parnamirim, promovendo Natal nos anos seguintes a “Capital Espacial do Brasil”, desenvolvendo vários projetos internacionais em

parceria com a *National Aeronautics and Space Administration* (Nasa). Já em 1970 passa a funcionar, onde era a antiga Base Aérea de Natal, o Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM) com o intuito de formar e capacitar os pilotos para a FAB.

Foi também se instalando os serviços de infraestrutura na área urbana através de órgãos públicos como a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (Cosern) e as Telecomunicações do Rio Grande do Norte (Telern).

Houve nesse período a construção do Conjunto Parnamirim, que hoje é a parte antiga do bairro Cohabinal, bem como o advento da atividade industrial oferecida pela Sudene para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e urbano devido aos incentivos fiscais recebidos pelas indústrias que se instalavam no local.

Em 6 de julho de 1973, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei 4.278 mudando o nome do município de Parnamirim para "Eduardo Gomes", sem sequer pensar em fazer um plebiscito popular sobre a mudança. Os parnamirinoses, inconformados com a possível alteração do nome, continuaram a chamá-lo pelo nome histórico "Parnamirim".

O movimento reivindicando a volta do nome da cidade durou 14 anos e chegou às ruas através de um abaixo-assinado. Foi uma iniciativa do comerciante José Siqueira de Paiva, que recolheu cerca de 4.665 assinaturas. Quem se prontificou a expor o projeto à Assembleia Legislativa foi o deputado Ruy Barbosa, e o tema foi ao plenário no dia 25 de junho de 1987. A Lei 5.601, de 6 de agosto de 1987, restabeleceu o nome de Parnamirim ao município.

Com isso, a região Nordeste passa a ser escolhida como área propícia à instalação de uma base brasileira dedicada ao lançamento de foguetes devido a já comprovada posição geográfica e estratégica em relação ao tráfego aéreo entre a Europa, Norte da África e Estados Unidos. O Rio Grande Norte ganha notoriedade através de sua base aérea, principalmente os municípios de Natal e Parnamirim.

Hoje município autônomo, Parnamirim se firma como desmembrado de Natal desde 17/12/1958³⁴. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), o município possui uma população de 202.456 habitantes (Figura 5.8), uma área de 126,6 km² e PIB de R\$ 1.963.581, e densidade demográfica de 1.638,14 (hab/km²). Está distante apenas 12 km da capital, Natal, compondo a mesorregião leste, da microrregião de Natal e da zona homogênea do litoral oriental. Tem seus limites territoriais com os seguintes municípios:

³⁴ Lei de criação nº 2.325.

2010	202.456	3.168.027	6,39
------	---------	-----------	------

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nota: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Entre os seus ícones podem-se destacar o Aeroporto Internacional Augusto Severo, as unidades militares do Ministério da Aeronáutica: o Comando Aéreo de Treinamento (Catre) e o Centro de Lançamentos Barreira do Inferno (CLBI).

Entre as belezas naturais, os atrativos turísticos e as atividades de turismo e lazer, elencam-se um litoral condizente às práticas marítimas modernas, o maior cajueiro do mundo na praia de Pirangi do Norte, com uma área de aproximadamente 8.500m², a praia de Cotovelo e Piau, o rico artesanato e o crescente comércio. No setor secundário, observa-se o esforço em promover um parque industrial para alavancar outro segmento de desenvolvimento econômico para o município, principalmente no bairro de Emaús, bem como a expansão do mercado imobiliário no bairro Nova Parnamirim e adjacências.

No contexto metropolitano, o município de Parnamirim atrai um fluxo migratório oriundo da capital, devido ao baixo custo do solo urbano, como facilitador para a solução das demandas habitacionais da população de renda média e que diariamente vem a Natal trabalhar. Localizado ao sul de Natal, apresenta-se como aquele município em que o processo de conurbação ocorreu com maior intensidade, devido, entre outros fatores, à pequena distância da sua sede em relação a Natal, à facilidade de acesso e à Base Aérea (BENTES SOBRINHA; TINOCO; CLEMENTINO, 2009, p. 101).

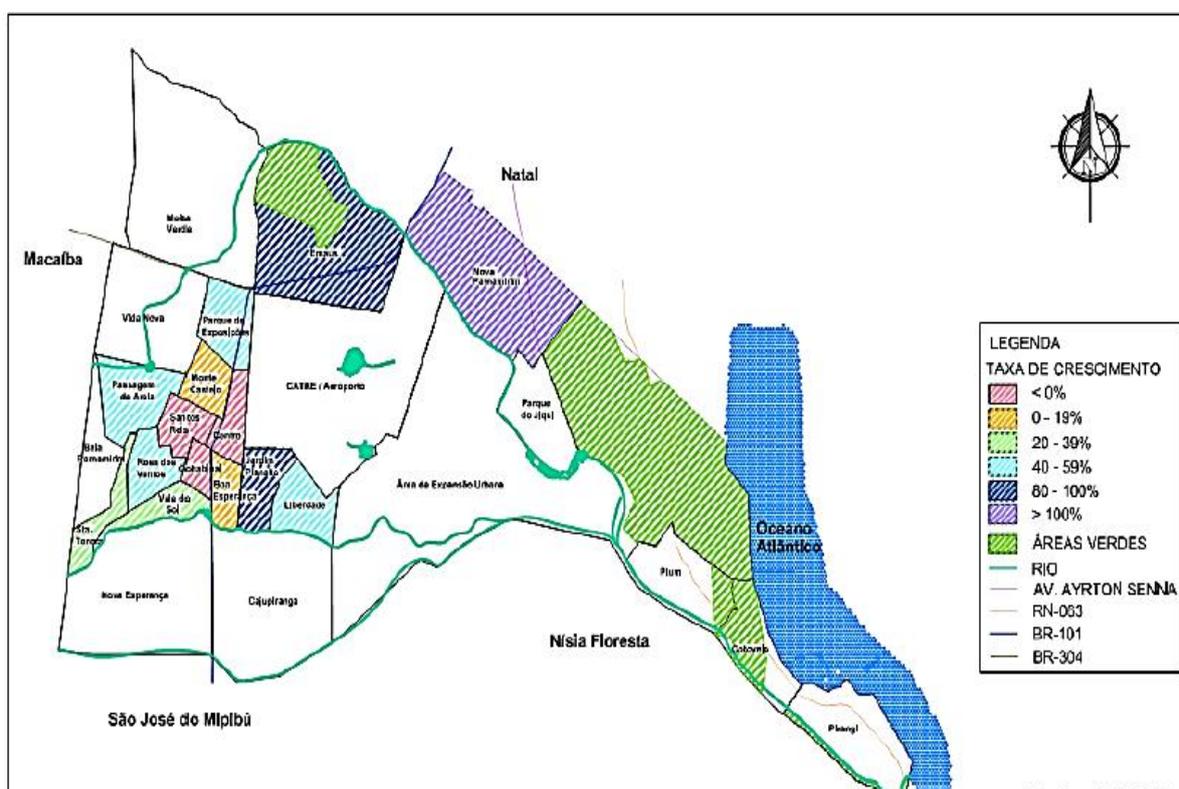
É notório que há uma divisão concreta na formação espacial de Parnamirim. Nesta tese essa formação foi dividida em três áreas: **a) a “Parnamirim de Dentro Velha” (a oeste e sul da Base Aérea)**, área mais comercial e de moradias consolidadas desde o período da II Guerra Mundial, tendo prédios residenciais com aproximadamente seis andares; **b) a “Parnamirim de Dentro Nova” (ao norte e a oeste da Base Aérea)**, formada por três bairros bem maiores e mais populosos que os outros – Emaús, Nova Parnamirim e Cidade Verde –, com indústrias, condomínios de grande porte, com mais características semelhantes a Natal e rápido acesso aos seus centros comerciais e produtivos, bem como aos seus serviços urbanos; **c) a “Parnamirim de fora” (litoral sul de Natal), área com** atividades ligadas a pesca, turismo, excursão, lazer e veraneio, sem uma força cultural e simbólica expressiva, que provoca muitos turistas e excursionistas, e até empresas ligadas a essas atividades, a reproduzirem o discurso de que o litoral de Parnamirim é uma continuidade do litoral de Natal.

Muitos foram os investimentos em empreendimentos imobiliários recentes no bairro de Nova Parnamirim, a partir dos anos de 1990, com padrões de condomínios horizontais fechados e verticalizados voltados a um público, em muitos casos provindo de Natal, de poder aquisitivo médio e alto, se for comparado ao perfil dos moradores locais, que têm uma renda menos elevada.

Com relação aos consumidores, tem-se que a mobilidade era necessária, em razão da situação do espaço urbano de Natal e a localização proposta pelos incorporadores imobiliários – Nova Parnamirim atendeu as expectativas destes principalmente pela proximidade – BR-101; também devido às externalidades de vizinhança – perfil socioeconômico e cultural semelhante; à presença de amenidades ambientais – existência de áreas verdes e proximidade de cursos d’água (Rio Pitimbu); e enquanto que a acessibilidade ainda era escassa – serviços e comércios, não representava problema a estes consumidores por dois motivos: a) rotina diária ligada a Natal; e b) a confirmação da ocupação da área atrai investimentos em serviços e comércios (GIESTA, 2013, p. 127).

Esses dois bairros citados, localizados em “Parnamirim de Dentro nova”, apresentaram, entre os censos demográficos de 2000 e 2010, as maiores taxas de crescimento populacional no município, 116,72% e 90,90%, respectivamente, pois ambos têm proximidade maior com Natal, com acesso direto pela BR-101. Já as menores taxas foram observadas em bairros de “Parnamirim de Dentro Velha” como Centro (-18,17%) e Cohabinal (-12,65%), que no caso são os mais consolidados (GIESTA, 2013).

Figura 5.9 – Crescimento Populacional por bairros em Parnamirim 2000-2010



Fonte: GIESTA, 2013 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000, 2010).

Nova Parnamirim e Emaús, por serem os mais conurbados com a capital inicialmente e denominados de bairros dormitórios, são, na contemporaneidade, grosso modo, bairros que se consolidam para além desse fluxo migratório (trabalho e estudo) com mais locais de trabalho, serviços, comércios, fábricas, supermercados, escolas particulares de médio e grande porte, condomínios de grande porte, habitações subnormais (favelas). De acordo com os próprios moradores dessa região *“engarrafamentos estão se tornando cada vez mais frequentes e surpreendentes para uma cidade que ainda tem ares de cidade pequena”*. Apesar de o bairro se propor a ser um distrito industrial é importante chamar a atenção da baixa representatividade do setor industrial no mesmo, bem como em todo o estado do Rio Grande do Norte.

Foto 5.7 – Bairro de Emaús



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.8 – Rua do bairro de Emaús



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.9 – Supermercado em Emaús



Foto 5.10 – Condomínio Residencial em Emaús



Fonte: Próprio autor.

Fonte Próprio autor.

De acordo com Giesta (2013), a partir de informações sistematizadas pelo Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais de Parnamirim no ano de 2002, o chamado Pemas, relacionando com os instrumentos de Outorga Onerosa do Direito de Construir OODC)³⁵ e o mercado imobiliário, a dinâmica habitacional que caracteriza o uso e ocupação de Parnamirim é dividida em quatro setores, como mostrado no Quadro 5.2.

Quadro 5.2 – Composição e caracterização de bairros em Parnamirim por setores

Setor	Composição (Bairros)	Caracterização	Habitações Subnormais (Quantidade)
I	Monte Castelo, Santos Reis, Centro, Cohabinal, Boa Esperança, Parque de Exposição, Rosa dos Ventos, Passagem de Areia, Jardim Planalto, Liberdade, Santa Tereza e Vale do Sol	<ul style="list-style-type: none"> - Maior porção urbanizada do município; - Contém o polo regional; - Maior contingente populacional; - Adensamento maior no centro, reduzindo-se em faixas gradativas à medida que se distanciam dele; - Infraestrutura diminui à medida que se afasta do centro; - Ocupação mais consolidada: Monte Castelo, Santos Reis, Centro, Cohabinal e Boa Esperança. 	07
II	Emaús	Ocupação teve início nas áreas entre a Base Aérea e a BR-101 (Emaús velho), melhor estruturada urbanisticamente.	01
III	Parque Pitimbu e Parque dos Eucaliptos (atual Nova Parnamirim)	A urbanização sofre influência direta da expansão de Natal.	02 (*Uma das mais conhecidas é a favela Toca da Raposa)
IV	Distrito do Litoral (Pium, Cotovelo, e Pirangi do Norte)	Faixa litorânea com excelentes acessos (RN-064)	04

Fonte: GIESTA, 2013; PEMAS, 2002

Nota: Elaborado pelo autor.

As infraestruturas implementadas em Parnamirim, para dar cobertura de serviços atendendo os bairros e a população com relação a abastecimento de água, fornecimento de

³⁵ Instituída pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano no ano de 2000.

energia, coleta de lixo, são massificadas a contento por todo o município. Todavia o atendimento é desigual e deixa a desejar no que concerne à rede de esgoto individual, que é ainda seletiva e disponível para algumas ruas e alguns bairros, o que prejudica até as águas subterrâneas existentes na localidade e impõe a necessidade de rever a capacidade de suporte das infraestruturas investidas.

Na área localizada na “Parnamirim de Dentro” observa-se um processo de produção espacial desigual e fragmentado, identificado pelas mudanças sociais e urbanas visíveis no espaço, nas últimas décadas. Na “Parnamirim de Fora” tem-se a urbanização litorânea a partir do turismo e dos investimentos imobiliários.

5.4 A RELAÇÃO ENTRE PARNAMIRINS DE DENTRO E PARNAMIRIM DE FORA

Parnamirim hoje é considerado um município em desenvolvimento e expansão devido às transformações recentes no espaço urbano metropolitano potiguar, no entanto ainda permanecem atividades agropecuaristas como: cana-de-açúcar, mandioca, criação de bovinos, suínos, ovinos, entre outras. Na indústria, as atividades desenvolvidas voltam-se à produção de alimentos, plásticos, produtos têxteis, produtos químicos e bebidas.

Parte da população local vive do trabalho artesanal, do comércio local e de outros serviços de pequeno e médio porte, pois em sua maioria esses serviços são contemplados na capital primaz Natal. Observa-se a aquisição de produtos de grandes marcas devido ainda permanecer no município costumes provincianos de não se reconhecer com a pujança que um espaço metropolitano requer.

A área urbana ainda é composta por um planetário, casas de show, parque temático, entre outros espaços de lazer. Há ainda a Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora de Fátima, padroeira do município, como palco das manifestações culturais e religiosas.

Foto 5.11 – Paróquia Nossa Senhora de Fátima



Foto 5.12 – Centro da cidade de Parnamirim



Fonte: Próprio autor.

Fonte: Próprio autor.

Foto 5.13 – Centro Comercial de Parnamirim

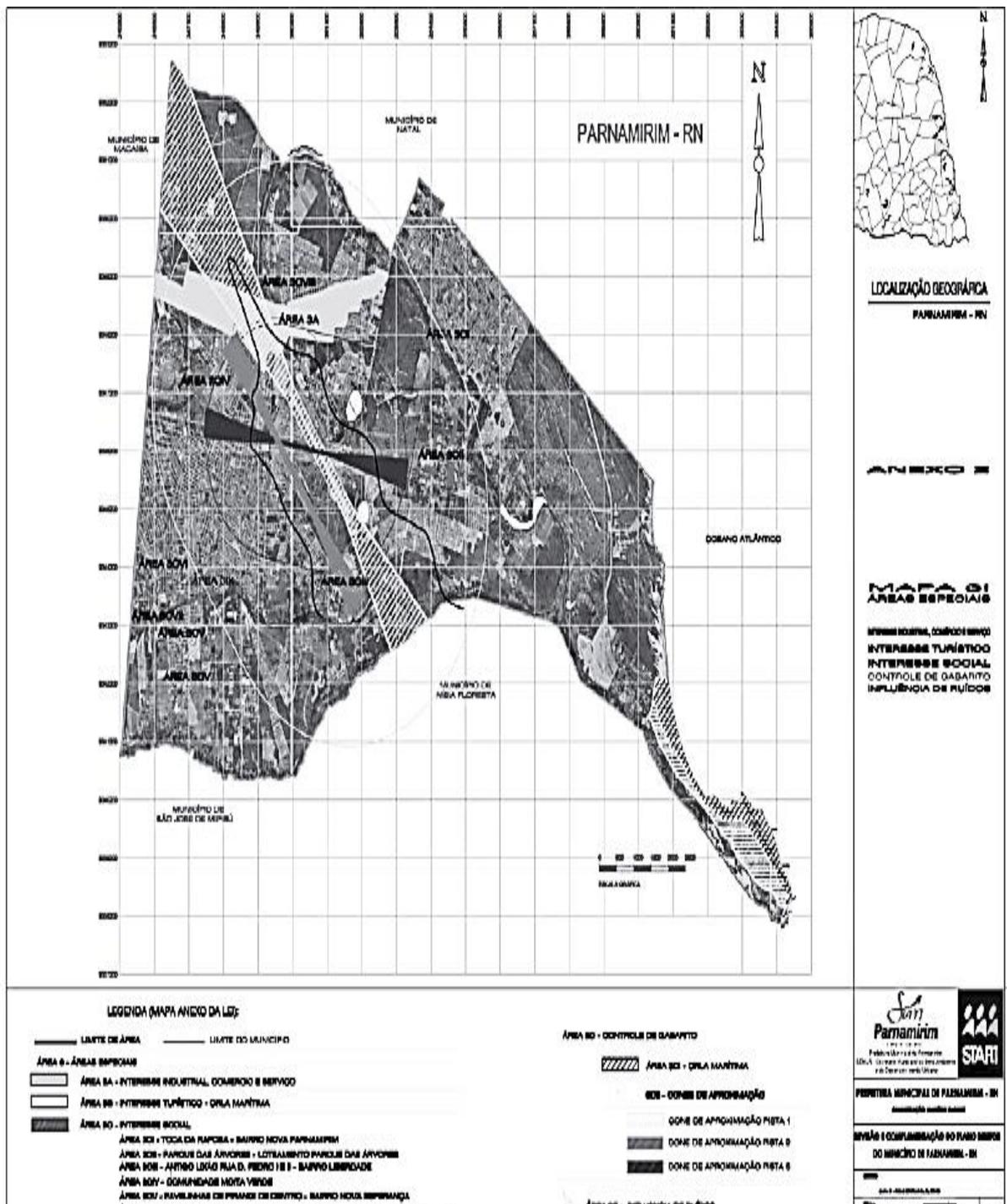


Fonte: Próprio autor.

Todo esse crescimento de Parnamirim, nestes últimos anos, veio de forma desigual e desordenada sobre o seu território, com o desenvolvimento e a valorização de uns espaços em detrimento de outras áreas do município. A formação do município está intrinsecamente atrelada a questões militares, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial, bem como à orientação dos seus principais eixos de expansão como a BR-101, que a partir da década de 1990 intensificou o processo migratório de Natal com direção a Parnamirim através de três eixos ou “entradas do desenvolvimento”: a) Parnamirim-Sede (BR-101); b) Parnamirim próxima a Natal: bairros Nova Parnamirim e Emaús; c) Zona litorânea. Essa expansão é apontada até pelo próprio Plano Diretor de Desenvolvimento

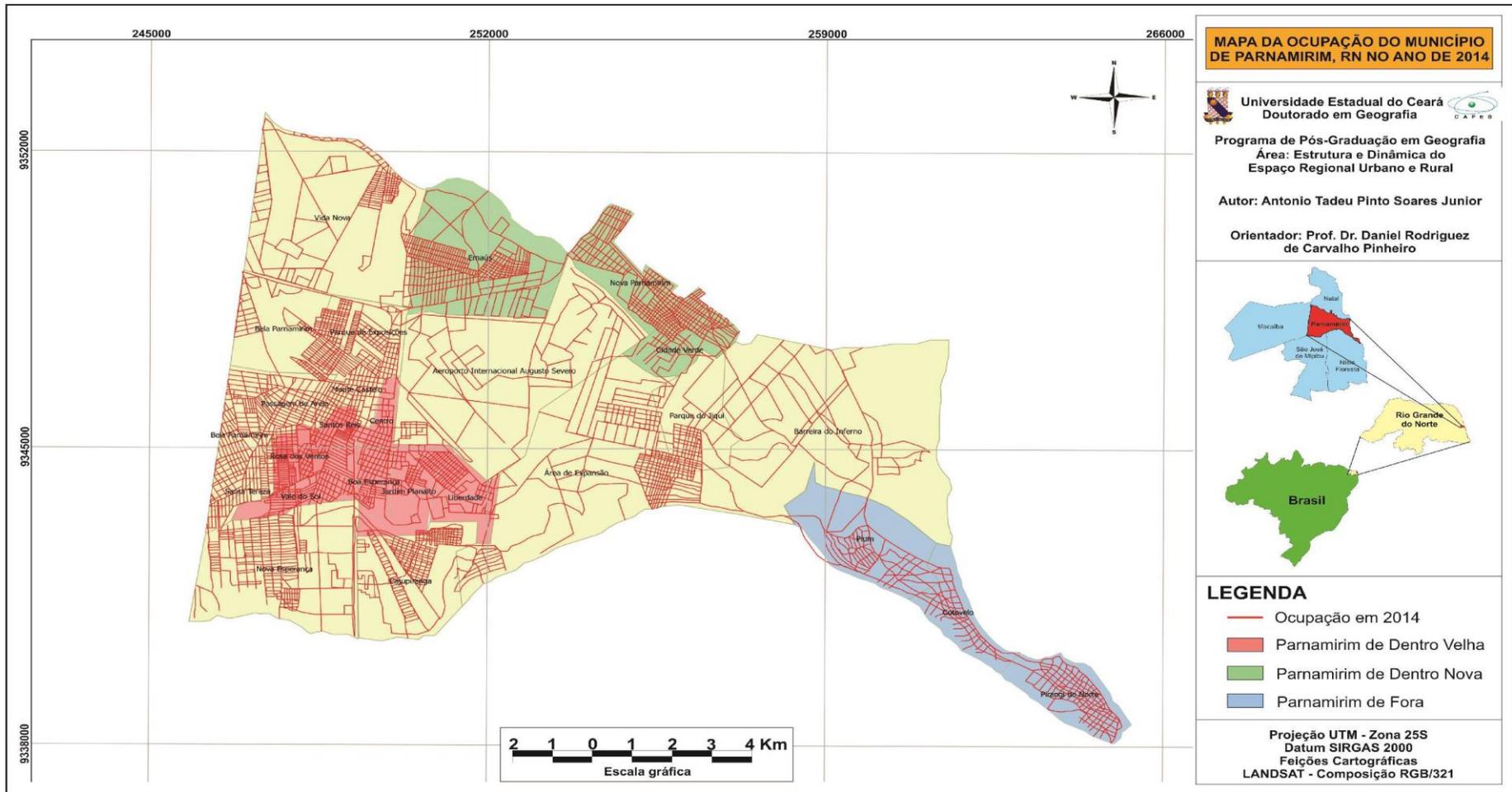
Urbano (PDDU) do município (Figura 5.10), que foi tomado como referência de análise desta tese (Mapa 5.1).

Figura 5.10 - Orientação das áreas de expansão em Parnamirim, RN



Fonte: Prefeitura de Parnamirim, 2013.

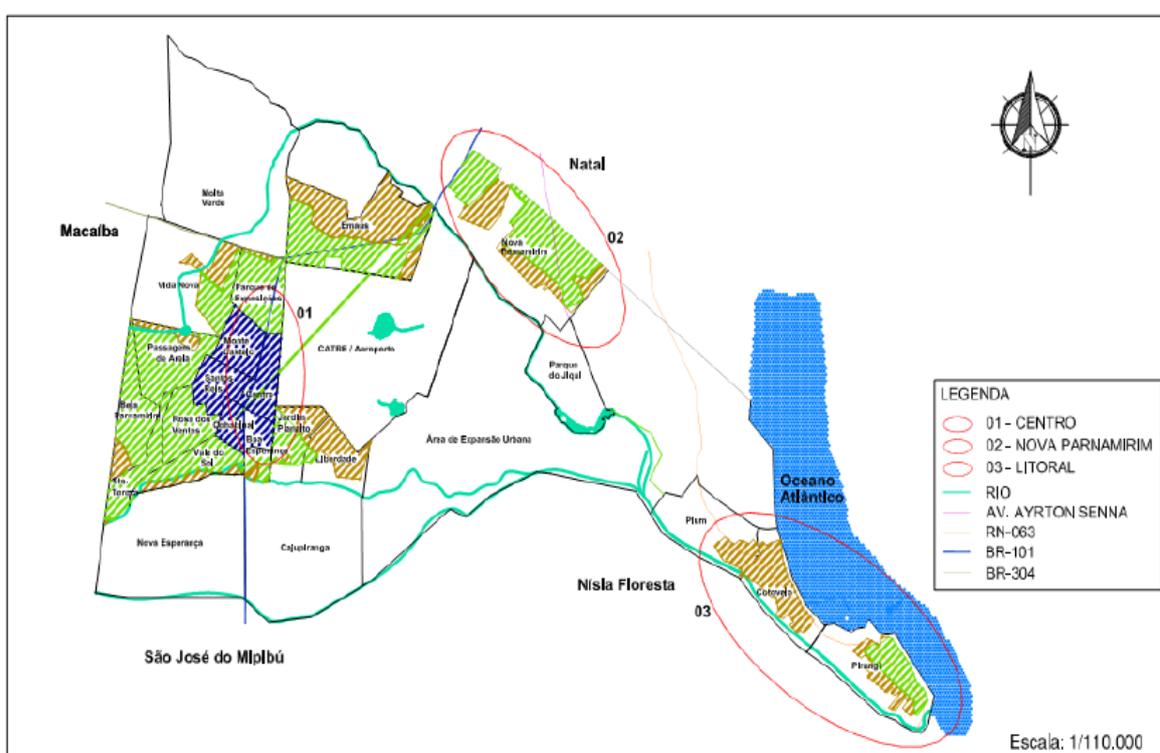
Mapa 5.1 – Mapa de Ocupação do Município de Parnamirim-RN ano de 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No final dos anos de 1990 ocorre de forma mais intensa a relação entre Natal e Parnamirim definida pela lógica do interesse do mercado imobiliário, que se destinava a atender a classe média natalense, principalmente na direção sul, originando bairros como Nova Parnamirim e posteriormente Parque do Pitimbu e Parque dos Eucaliptos, cujas dinâmicas dissociam-se da sede do município e se ligam mais à zona litorânea, com atividades voltadas ao lazer e veraneio. Na relação com a metrópole, a população focava nas atividades de trabalho e estudo. Já Natal busca na Parnamirim litorânea os espaços para turismo, excursionismo, lazer, descanso e veraneio (Figura 5.11).

Figura 5.11 – Áreas de expansão de Parnamirim-RN



Fonte: (MEDEIROS; PETTA, 2005 apud GIESTA, 2013).

O município vem ganhando destaque no mercado imobiliário da RMN. Local antes ocupado sobretudo por fazendas e sítios, tornou-se uma potencial área residencial e de outros instrumentos para atender serviços urbanos. As expectativas se miram, como citado anteriormente, no exemplo de Natal, viabilizando assim um intenso processo de conurbação.

Já no final da década de 1990, a escassez de glebas em Natal, os altos preços do solo e a inexistência de uma legislação mais restritiva nos municípios vizinhos, fizeram deslocar a produção residencial (condomínios fechados e prédios verticais) para áreas contíguas ao limite municipal sul de Natal, surgindo o bairro de Nova Parnamirim. Formou-se um segundo eixo

imobiliário às margens da Av. Ayrton Senna e Av. Maria Lacerda, integrando com a Rota do Sol, via de acesso às praias do litoral sul. Mais recentemente, outras áreas na RMN também passaram a receber projetos imobiliários, como Macaíba, Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante (SILVA, 2010, p. 245).

Conforme Giesta (2013), houve uma evolução dessa expansão de Parnamirim e seus núcleos de ocupação relacionados com a área metropolitana, pois,

[...] o núcleo de ocupação de Parnamirim em 1969 situava-se apenas no centro da cidade tendo 369,87 ha; em 1994 ele havia se acentuado, principalmente em direção ao município de Macaíba e outras manchas surgiram em Emaús (às margens da BR-101), Nova Parnamirim (no limite de Natal) e no litoral do município em Pirangi do Norte atingindo 1.994,41 ha; enquanto em 2003, estas quatro manchas se ampliaram chegando a 2.829,96 ha. Pode-se perceber que o surgimento das manchas correspondem a Emaús, Nova Parnamirim e Litoral, a mancha central continuou sua expansão (GIESTA, 2013, p. 71).

Em todo o território urbano de Parnamirim/RN em 2000 se verifica um intenso processo de parcelamento do solo pela ocupação e pelo seu uso no espaço estudado, ocasionando uma dinamização da economia do município. Contudo ainda se encontram espaços destinados a chácaras, sítios, bem como ligados à atividade agropastoril, popularmente conhecidos na região como granjas.

Foto 5.14 – Sítio em Parnamirim



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.15 – Chácara em Parnamirim



Fonte: Próprio autor.

Essa ocupação do município avança com uma mancha urbana que vai se espalhando e crescendo nos anos 2000, preenchendo todos os espaços, mesmo que

descontínuos, mas passíveis de ser ocupados. Uma expansão horizontal ordenada por um Plano Diretor (Lei municipal nº 1.058/2000) que esbarra em limitações ora naturais, ora áreas, institucionalizadas como militares e de proteção ambiental. Sua mancha urbana abarca hoje todo o território de Parnamirim.

Segundo os pesquisadores do Observatório das Metrôpoles, que fizeram publicações importantes sobre as regiões metropolitanas no Brasil – no caso da RMN tem a pesquisa intitulada *Como Anda Natal* (2009) –, esse processo de ocupação faz com que a separação entre alguns municípios da RMN e a metrópole não exista, ou seja, o município de Parnamirim e os outros municípios da região metropolitana passem a ser considerados como bairros da capital, formando o que já se denomina a “Grande Natal”, por conta do acelerado processo de conurbação pelo vetor do capital imobiliário, bem como pela atuação do estado.

Nessa perspectiva ligada ao imobiliário, Parnamirim é hoje um dos municípios que abarcam um número expressivo de residências primárias e secundárias graças à melhoria nas vias e na desconcentração de atividades da metrópole que subsidiam seu desenvolvimento e crescimento.

Foto 5.16 – Shopping de Parnamirim



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.17 – Lojas Americanas em Parnamirim



Fonte: Próprio autor.

Dentre alguns aspectos desse desenvolvimento destaca-se o surgimento de subcentros criados de acordo com a oferta e a demanda ao longo da costa de cada município litorâneo próximo à metrópole e seus eixos de expansão, concentrando os mais diversos serviços públicos e privados: os subcentros Pirangi do Norte e Pium.

Toda essa dinâmica de caracterizar o município em “de dentro” e “de fora” se apresenta na contemporaneidade como uma tendência de desenvolvimento urbano-metropolitano e litorâneo, cada vez mais impactada pela fragmentação e produção desigual do seu espaço, que gera a necessidade real de um modelo de gestão territorial e planejamento urbano que precisa ainda prever a preservação e a manutenção dos ambientes naturais.

Essa divisão desses espaços só ocorre por existirem áreas naturais passíveis de proteção por leis e normas resguardadas pela defesa das forças armadas. Paradoxalmente, essa produção desigual no desenvolvimento movimenta a lógica capitalista na seleção de lugares e atividades para colaborar com seu uso e ocupação (Figura 5.12).

Figura 5.12 – Limites do município de Parnamirim-RN



Fonte: Google Earth, adaptado por SOARES JR.

Parnamirim é apontado como receptor de uma população que não é residente, mas que está passando a ser um morador, de renda mais elevada, provinda de Natal ou de outras localidades (nacionais ou internacionais), que tende a se estabelecer em loteamentos com função de primeira e/ou segunda residência ou lazer e recreação.

Nota-se que muito dos frequentadores dessas residências são moradores locais, natalenses, ligados ao serviço público, que conservam essas residências como uma forma de

manter o discurso do *status quo*. Outros frequentadores vêm de outros municípios do estado e de estados como Minas Gerais, Paraíba, São Paulo, entre outros.

Tratando sobre a questão do discurso, percebe-se também certo simulacro em relação aos sentimentos de conquista e realização que os gestores públicos alimentam e difundem. Só que atividades como a do turismo não é prioridade nas pastas de desenvolvimento e crescimento em nível municipal e estadual, pois o turismo não é visto como segmento econômico, não existindo sequer informações básicas para o seu funcionamento e manutenção. Há ausência de dados sobre o fluxo turístico, o zoneamento da área turística, a publicidade dentro e fora do estado. Nem a própria Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) via Aeroporto Internacional dispõe dessas informações, e quem as procura, trabalha com estimativas e dados captados por outros pesquisadores.

Observa-se que muitos dos empreendimentos são produções independentes gestadas pelo setor privado via instituições como Sebrae, Federação do Comércio (Câmara de Turismo) por conta de uma política de turismo contraditória e não unificada para todo o estado, e cada município responde pela sua política sem integração com outros municípios. A unificação acontece quando se trata de capacitação e qualificação profissional para atender bem e melhor o turista feitas pelo Sebrae aos segmentos voltados a essa atividade.

Isso é resultado de uma crise na atividade turística que viveu seu auge nos anos de 1990 a 2000, onde ocorreu um *boom* de investimentos para atender a essa atividade e que hoje vive uma readequação para o que o estado e os próprios municípios possam oferecer verbas orçamentárias para investir.

Ao mesmo tempo, alimenta-se e reproduz-se uma cultura que se arrasta há séculos no Brasil, a do “financeirancismo” do Estado para todo e qualquer investimento, em que se espera do poder público via Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), dentre outros órgãos, não só a sua contrapartida, mas sim todo o dinheiro necessário para a execução dos projetos. E quando o Estado não entra com os recursos a iniciativa privada se retrai nela mesma tentando achar mecanismo para a sua manutenção.

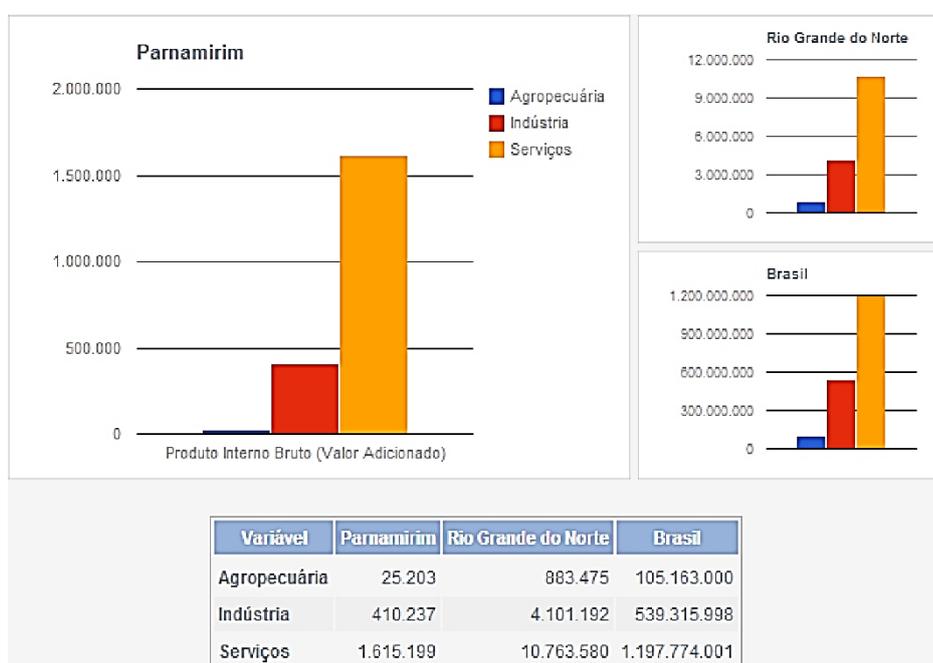
Nem a publicidade de uma telenovela das seis produzida e exibida entre os meses de março e setembro de 2013, pela Rede Globo de Televisão, intitulada *Flor do Caribe*, foi suficiente para alavancar o turismo no estado. Dentre as locações estavam a Praia de Genipapu, a Praia da Pipa (Tibau do Sul), onde ficava a fictícia vila de pescadores, a Vila dos Ventos, e a FAB localizada em Parnamirim.

No caso do núcleo metropolitano, é marcante a presença do Estado para essas mudanças. Segundo Corrêa (1999, p. 24), é imprescindível a atuação do Estado, principalmente nas esferas estadual e municipal, como agente condicionante na regulação do uso dos solos e da consumação dos espaços públicos implantando infraestrutura adequada para atender os interesses tanto da população como das empresas ali instaladas, ou seja, como promotor imobiliário na organização espacial.

[...] o Estado que é um dos agentes na produção do espaço pode atuar de diferentes formas, entre as quais: a) Investindo em infraestrutura, valorizando, os espaços; b) Emitindo Leis e Decretos, disciplinando e regulando o uso e a ocupação do solo. Nesse sentido, para as tomadas de decisões é importante que o Estado tenha o domínio do espaço onde ele atua, é necessário conhecer as condições de infraestrutura, os possíveis eixos de expansão. A leitura dos eixos de expansão pode ser feita através da análise de dados como a evolução da demografia, as condições de renda da população, a infraestrutura instalada e as principais vias de acesso existentes (GIESTA, 2013, p. 64).

Como se vê, há desigualdade na posse da terra urbana em Parnamirim, que depende dos usos desses espaços para a atividade econômica – indústrias, serviços, turismo e veraneio – (Figura 5.13), reforçada pela mediação dos poderes públicos (Estado), em termos de financiamento em infraestrutura, que valoriza o solo enquanto mercadoria no mercado imobiliário. Essa segregação social existe não apenas em uma área física particular desse município, mas permeia toda a sua dimensão.

Figura 5.13 – Produto Interno Bruto, Parnamirim-RN



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Parnamirim com o tempo foi mudando seus contornos e seu entorno através da mobilidade espacial de famílias, antigos moradores do antigo distrito, da instalação de comércios e serviços, ou seja, de novas perspectivas de análises incorporadas no discurso urbano, que interpretam essas transformações na ocupação do solo citado e incrementam a participação do município na economia do estado.

Tabela 5.2 – PIB a Preço de Mercado – RMN (2004-2012)

MUNICÍPIOS DA RMN	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
Natal	5.955.689	6.643.983	7.398.852	8.020.993	8.858.669
Parnamirim	1.030.065	1.124.276	1.235.004	1.401.851	1.737.818
São Gonçalo do Amarante	385.593	562.448	621.004	612.693	739.234
Macaíba	413.887	467.365	469.999	576.234	682.072
Ceará-Mirim	175.232	207.192	245.799	277.115	293.321
São José de Mipibu	118.719	148.133	156.511	174.143	197.793
Extremoz	89.745	82.159	226.916	331.397	122.024
Nísia Floresta	69.178	77.638	95.271	101.753	106.626
Monte Alegre	48.485	55.206	62.452	73.126	81.272
Vera Cruz	27.356	26.169	33.193	40.046	40.763

MUNICÍPIOS DA RMN	ANOS			
	2009	2010	2011	2012
Natal	10.362.496	11.532.080	12.273.091	13.291.177
Parnamirim	1.964.089	2.376.619	2.709.409	2.963.518
São Gonçalo do Amarante	817.521	1.183.243	1.312.200	1.291.107
Macaíba	708.826	843.144	956.113	996.786
Ceará-Mirim	351.104	390.635	433.060	477.325
São José de Mipibu	224.220	261.048	337.604	360.251
Extremoz	134.299	151.035	164.116	189.783
Nísia Floresta	120.997	136.198	149.811	165.155
Monte Alegre	94.066	106.517	117.783	129.522
Vera Cruz	49.318	50.629	58.787	66.254

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (ca. 2013).

Nota: Adaptado de IBGE.

Nessa realidade de produção capitalista do espaço, Harvey (2005) já discorria que qualquer atividade de acumulação capitalista, a exemplo do advento do lazer, turismo e

veraneio, aqui estudado, é incorporada às demais funções urbanas e ocorre de maneira distinta, atendendo as necessidades das diversas classes que criam ou se apropriam de espaços públicos ou privados da forma como lhes convém ou como lhes é possível.

Vale ressaltar que essa incorporação das zonas de praia ao advento do lazer, turismo e vilegiatura não ocorreu de forma harmoniosa entre as diversas classes que habitavam e habitam a capital natalense, o que confirma o pensamento de Harvey (2005, p. 55): “A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar de contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso”.

5.5 ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

O estado do Rio Grande do Norte, situado na região Nordeste do território brasileiro, é composto por um conjunto de morfologias, herança de uma estruturação datada do pré-cambriano e cretáceo e que volta a ser ativado, de forma frequente, no cenozoico. Geologicamente falando, é formado em sua maioria pelo embasamento pré-cambriano ao sul, pelas rochas cretáceas da Bacia do Potiguar ao norte e das coberturas sedimentares cenozoicas nas faixas costeiras e de vales (MAIA; AMARAL; GURGEL, 2013).

A zona costeira do estado está classificada na costa oriental brasileira, onde o clima foge à regra. Ao invés de ser quente e úmido, o clima é quente e seco com ventos úmidos de sudeste com precipitações em média de 400-600 mm no litoral norte e de 800-1200 mm no litoral sul. Essa zona tem uma extensão de cerca de 410 km, que vai desde a praia de Tibau, ao norte, no limite com o estado do Ceará, até a praia de Sogi, ao sul, em Baía Formosa, fazendo limite com o estado da Paraíba.

Segundo AB’Saber (2001 apud RAMALHO, 2012, p. 28), a face atlântica do litoral potiguar faz parte do Brasil Atlântico Semiárido, onde a semiaridez chegar ao mar. O clima no litoral é definido como tropical quente e semiárido, de temperaturas entre 26° a 28°C e umidade relativa do ar de 65%.

Nesse litoral destacam-se diferentes paisagens: praias, falésias, dunas, estuários, recifes, planícies de marés e manguezais. Divide-se esse litoral em setentrional e oriental apresentando distintas características naturais e econômicas. Assim afirma Souza (2007b, p. 135):

A paisagem costeira atual do Rio Grande do Norte é resultante da ação constante dos processos do meio físico, das condições climáticas, das

variações do nível do mar, da natureza das sequências geológicas, das atividades neotectônicas e do suprimento de sedimentos carreados pelos rios e oceanos. O equilíbrio geomorfodinâmico das feições costeiras que compõem essa paisagem deve-se à ação do clima, que influencia diretamente no transporte e deposição de sedimentos ao longo da zona costeira através do balanço sedimentar.

As atividades humanas e econômicas também contribuem para determinar as transformações e os impactos nesse ambiente, entre os quais estão: a construção de residências secundárias, as atividades portuárias, a expansão do tecido urbano, o agronegócio, a extração de sal e petróleo, a carcinicultura, para citar alguns. Essas atividades implantadas sem um devido ordenamento acabam comprometendo e alterando os processos de circulação e deposição dos sedimentos nessas áreas.

Já a fisiografia da RMN compreende formas e paisagens que dinamizam a região com suas potencialidades e suas fragilidades consequência das diversas formas de uso e ocupação, predominando uma homogeneidade geoambiental e atrelamento aos recursos naturais.

Esse ambiente é organizado pela interação de quatro domínios geoambientais que, segundo Nunes (2007, p. 41), são assim caracterizados:

O domínio Geoambiental das Planícies Sedimentares está associado ao Domínio Geoambiental Litorâneo-eólico, com solo, Latossolo Amarelo associado com Areias Quartzosas (Neossolos Quartzarênicos), apresentado várias lagoas costeiras. Além de dunas parabólicas recentes, dunas longitudinais arrasadas e dunas parabólicas sub-recentes; e complexo de dunas e lagoas costeiras. O que demonstra uma menor espessura do solo e lençol freático mais perto da superfície. Ocorre ainda o Domínio Geoambiental Flúvio-marinho, onde os rios Ceará-Mirim, Potengi e Jundiá apresentam estuários. Além das lagoas Papeba e Nísia Floresta de águas salobras e mangues. Sendo assim, o desenvolvimento dos solos também acompanha as diferentes constituições, originando Latossolo Amarelo, Areia Quartzosas (Neossolos Quartzarênico), Solo Aluvial (Neossolo), Solo de Mangue (Gleissolo Timórfico), e Areias Quartzosas marinhas (Neossolos Quartzarênicos marinhos).

Com relação à área litorânea da RMN, o município de Parnamirim localiza-se no litoral oriental, como disserta Peixoto (2003, p. 21):

O município de Parnamirim está localizado a 5° 54' 56" de latitude sul e 35° 15' 46" de longitude oeste de Greenwich (Inglaterra). Inserido na Mesorregião Leste, Microrregião de Natal, e dentro da Zona Homogênea do Litoral Oriental, tem um clima úmido nas áreas centrais, e subúmido nas áreas mais próximas ao litoral. As chuvas caem com maior frequência entre

os meses de fevereiro e setembro e a temperatura média anual é de 27,1°C. Os limites atuais são: ao norte com o município de Natal; ao sul com os municípios de São José de Mipibu e Nísia Floresta; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Macaíba.

O município está incluído na bacia hidrográfica do Pirangi. Possui um ambiente litorâneo em que há lagoas, rios, riachos que contribuem para parte do abastecimento da cidade de Natal, no caso a população da zona sul, em aproximadamente 25% pela Lagoa do Jiqui. Sua rede hidrográfica possui como rios principais o Pitimbu, o Cajupiranga ou Taborda e Pirangi ou Pium, além do Riacho Água Vermelha. Compõem ainda seus recursos hídricos as lagoas do Jiqui e da Base, além de outras menores.

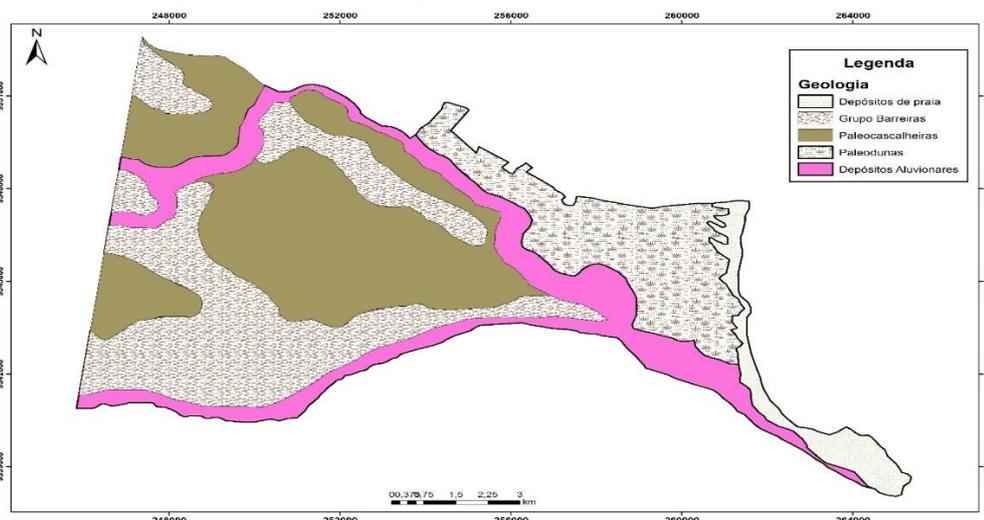
A proximidade do município com o mar permite a formação de paisagens características de cidades litorâneas:

Nas praias e faixas mais próximas ao mar, a paisagem é formada por “paleodunas ou dunas fixas, com formação no Quaternário (cerca de 1,6 milhão de anos antes do presente), compostas de areias marinhas, transportadas pela ação dos ventos, formando cordões fixados pela vegetação. Onde não foram plantados coqueirais, se avistam os tabuleiros. São áreas planas, que sofreram a intervenção humana e foram depois abandonadas, onde nascem as mangabeiras, o camboim, a guabiraba e tapetes verdes de alecrim” (PEIXOTO, 2003, p. 24).

Seus solos são predominantemente arenosos, com relevo plano e suavemente ondulado, que favorece o uso e a ocupação, porém é susceptível à erosão hídrica e eólica quando utilizados de forma não harmoniosa.

O município está inserido em boa parte do seu território na área de abrangência que contempla o grupo Barreiras, compreendendo também áreas de paleocascalheiras, paleodunas, depósitos aluvionares, depósitos de praia e depósitos de mangue, além de áreas lagunares (Cartograma 5.1).

Cartograma 5.1 – Geologia do município de Parnamirim-RN



Fonte: Abreu Neto; Soares Jr., 2014.

Com relação aos aspectos geomorfológicos, Parnamirim se caracteriza por um relevo de baixas altitudes, inferiores a 100 metros. Ao longo da sede do município as áreas são predominantemente planas, com pouca ocorrência de declividades, diferentes das áreas que correspondem à faixa de praia e algumas áreas rurais próximas a vales e aos principais rios. Sua vegetação varia entre campos dunares, mata subcaducifólia, mata de restinga e mangues, com outros subtipos, totalizando 17 unidades (MEDEIROS; PETTA; DUARTE, 2005) (Mapa 10).

Parnamirim apresenta clima que, na classificação internacional de Köppen, é do tipo As' (Tropical Chuvoso) como quente e úmido, caracterizado por apresentar uma elevada diferença no nível espacial e temporal do seu regime pluviométrico com períodos de precipitação em excesso, bem como com períodos com altos índices de déficit. Tem índices médios anuais pluviométricos variando em torno de 1.650 mm.

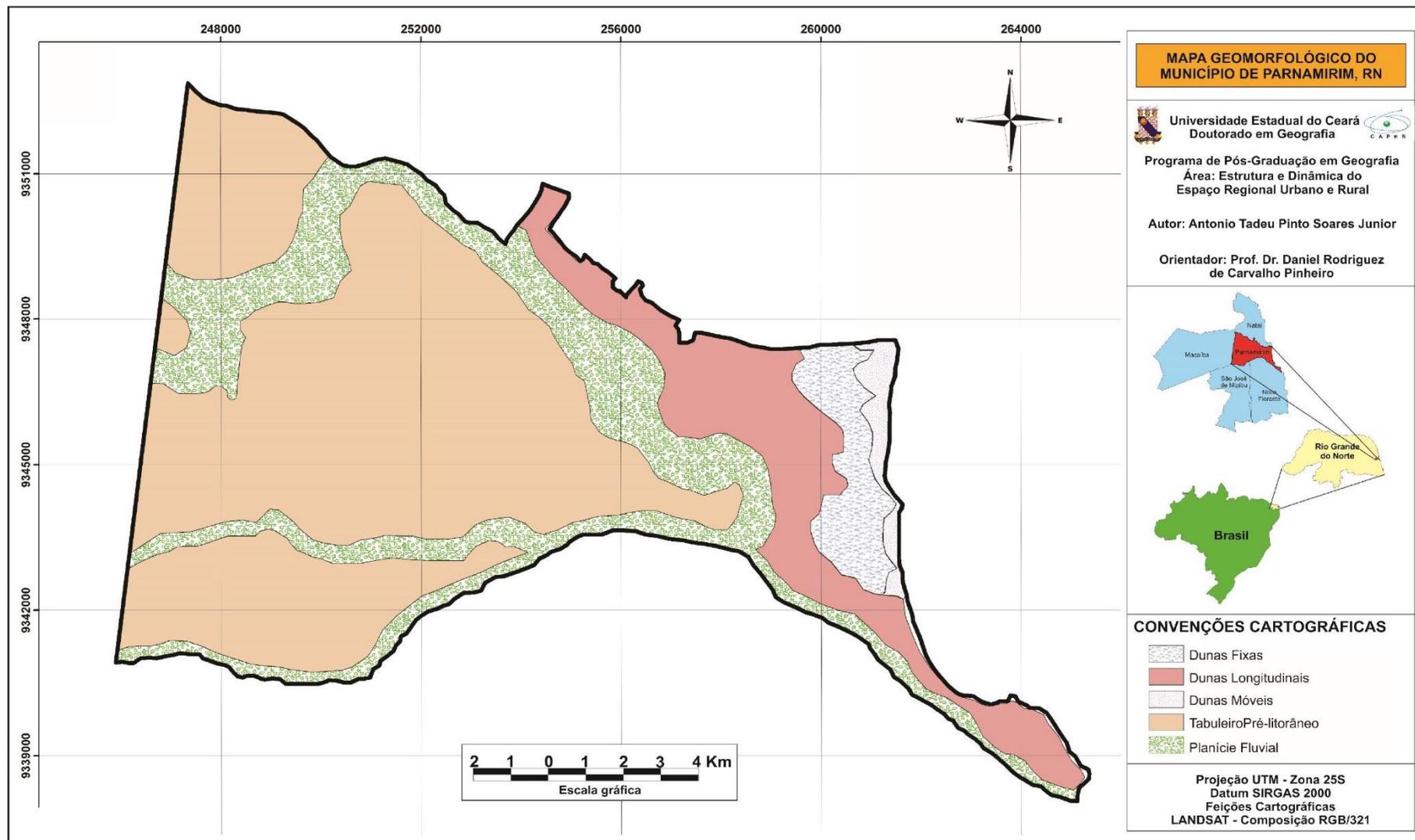
De acordo com estudos de Medeiros, Petta e Duarte (2005), a incidência de chuvas no município ocorre com maior frequência entre os meses de fevereiro e julho, com uma temperatura média anual de 27,1°C e umidade relativa média anual de 79%. Os ventos predominantes são os alísios com direção SE-NW, responsáveis pela estação chuvosa de março a julho, seguido dos ventos sul, que proporcionam os meses de estiagem, no período de setembro a dezembro.

A RMN é predominantemente litorânea, com problemas ambientais urbanos semelhantes nos municípios integrantes, necessitando de planejamento urbano, reordenamento territorial entre as esferas governamentais (município, estado e federal) que possa implantar uma política ambiental urbana de modo a favorecer o crescimento e desenvolvimento da área metropolitana no intuito de elaborar um Plano Diretor Unificado para a região.

Assim, a dinâmica desse ambiente exige uma maior atenção levando em consideração os processos morfodinâmicos e hidrodinâmicos, o movimento das águas por ondas, as correntes marinhas e marés, além do próprio desejo e interesse do homem em ocupar áreas que estão mais próximas ao mar, atraído pelas praias e belezas naturais

existentes na faixa litorânea, que mudam aceleradamente a topografia costeira e o relevo com a instalação de empreendimentos imobiliários e turísticos, por exemplo.

Mapa 5.2 – Mapa Geomorfológico do Município de Parnamirim-RN



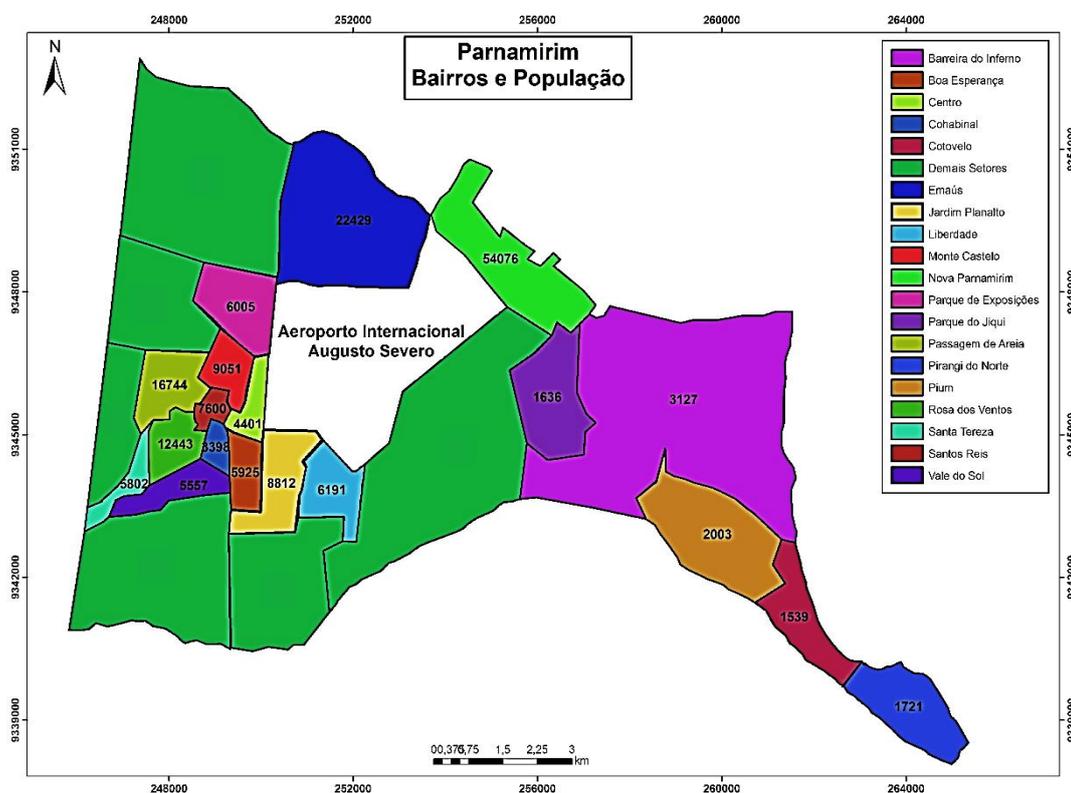
Fonte: Elaboração do autor.

5.6 OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO LITORÂNEA, USO E OCUPAÇÃO DO SÍTIO GEOGRÁFICO

O panorama acima traçado apresenta assim os principais fatores que explicam o processo de urbanização por que vem passando Parnamirim: recursos naturais, desenvolvimento industrial, atividades de comércio e serviços, turismo, veraneio, possibilidade de loteamento em todo o território municipal, facilidade de acesso e localização.

Tal processo de urbanização resultou numa ocupação bastante descontínua, com áreas mais adensadas, áreas ocupadas ao longo das rodovias, e áreas apenas parceladas com vistas à implantação de empreendimentos imobiliários e loteamentos, e ainda outras áreas voltadas ao cultivo agropastoril. Hoje, Parnamirim, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), conta com aproximadamente 21 bairros espalhados por todo o seu território (Cartograma 5.2).

Cartograma 5.2 – Bairros e População por Bairros – Parnamirim-RN



Fonte: Abreu Neto e Soares Jr., 2014.

Esses empreendimentos e loteamentos foram também destinados à construção e aquisição de residências secundárias nas décadas de 1960-80. A atividade turística nos anos

de 1990 e o fenômeno do veraneio marítimo ao longo dos anos foram se consolidando. A ocupação do litoral parnamirino foi intensificada entre os anos de 1970-80 com a perda de características de veraneio no bairro litorâneo de Ponta Negra, em Natal, como afirma o autor a seguir:

Enquanto Ponta Negra perdia suas características de áreas de veraneio (com a construção dos conjuntos habitacionais e o adensamento da Vila Ponta Negra) no início dos anos de 1980, uma segunda localidade de praia – no município de Parnamirim – começou a ser adensada pela construção de segundas residências por natalenses. Em Pirangi do Norte (distante 25 km de Natal), as casas dos pescadores locais foram gradualmente sendo vendidas e reformadas pelos veranistas ainda nos anos 70 do século XX (SILVA, 2010, p. 332).

A partir da década de 1990, essas segundas residências continuaram a se expandir, e simultaneamente houve o crescimento da atividade turística no estado do Rio Grande do Norte, sobretudo nas zonas litorâneas dos municípios que compõem a RMN, decorrente dos investimentos públicos e privados em infraestrutura turística, publicidade e divulgação do destino no Brasil e internacionalmente, dentre outros fatores.

A urbanização litorânea intrinsecamente associada ao turismo e ao fenômeno do veraneio marítimo com a valorização das áreas litorâneas se iniciou em Natal e ampliou sua tessitura urbana nas franjas do litoral em direção aos municípios adjacentes como Parnamirim, configurando um processo de continuidade da capital Natal. Esse extrapolamento de infraestruturas, principalmente de rodovias, facilitou o acesso às praias existentes no município nos distritos de Cotovelo, Pirangi do Norte e Pium.

Pium, de tamanho semelhante ao de Pirangi do Norte, porém com dinâmica muito diferenciada quanto ao tipo de consumidores e usuários dos serviços oferecidos. Em Pium, estes são destinados, em sua maioria, para atender à população local, caracterizando-se pela simplicidade e rusticidade. Os serviços e comércios de Pium são compostos de bares simples e pequenos, pouquíssimos restaurantes (apenas três), um posto de combustíveis, empórios, salões de beleza, lojas de material de construção, borracharia, lojas de confecções, loja de móveis, academia, farmácia, uma unidade de saúde, três escolas, um posto dos Correios e um posto da Polícia Rodoviária Federal (OLIVEIRA, et al., 2012, p. 12).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), no ano de 2010 a distribuição dessas residências secundárias nessas três praias se dá com os seguintes números: Pirangi do Norte (1.397), Cotovelo (592), Pium (62).

Dantas, Pereira e Panizza (2010 apud OLIVEIRA, 2012, p. 177), aponta como umas das consequências dessa dinâmica a criação das áreas de proteção ambiental pelos militares, variável que reduziu significativamente a disponibilidade de terrenos a serem usados e ocupados à beira-mar na metrópole potiguar, que foram ocupando os espaços litorâneos dos municípios metropolitanos como Parnamirim.

O município de Parnamirim vem se diferenciando no tempo por uma produção histórica na construção de seu espaço, determinada pelas relações sociais entre as pessoas que fazem esse lugar e delas com outras pessoas que chegam de outras localidades, o que, para o discurso do desenvolvimento, o município cria a estratégia de *marketing* de ser “Parnamirim das Oportunidades”.

O município, por ser próximo à capital, atraiu, mesmo sendo recente sua criação, a implantação de indústrias e comércios, grande disponibilidade de serviços como o turismo e o veraneio marítimo, e uma grande quantidade de casas e sítios. E o município recebe a influência da expansão urbana de Natal na direção sul, cujo acesso é feito através de duas vias, as BR-101 e BR-304, que ligam o município ao sul e ao norte do país. São dinâmicas voltadas às infraestruturas, aqui caracterizadas como “Parnamirim de Dentro”.

Já a dinâmica chamada aqui de comodidade, ou “Parnamirim de Fora”, se dá pelo acesso à RN-063, que é a ligação direta com a metrópole para o turista e os veranistas que usufruem do litoral e que faz com que esses frequentadores ou usuários não tenham nenhuma aproximação com a grande parte do município, o que gera certa divisão do território entre o interior e o litoral de Parnamirim.

Foto 5.18 – Windsurf na Praia de Pirangi do Norte



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.19 – Cajueiro em Pirangi do Norte



Fonte: Próprio autor.

De acordo com a Secretaria de Turismo Estadual, destacam-se como atrativos turísticos na “Parnamirim de Fora”: a Praia de Pium (veraneio, artesanato); a Praia de

Cotovelo (Falésias, veraneio); a Praia de Pirangi (passeio de barco, mergulho, pesca submarina, *windsurf*, piscinas naturais); o Maior Cajueiro do Mundo; o Carnaval de Pirangi; o Rio Pirangi; a Feira de Frutas de Pium.

Fotos 5.20 e 5.21 – Feira de Pium



Fonte: Próprio autor.

Mas o grande movimento é mesmo registrado durante os meses de veraneio (janeiro e fevereiro), com o grande fluxo de turistas visitando o litoral, de natalenses que se mudam para as praias em busca de descanso, sol e água morna. Além disso, no carnaval, tanto as casas veraneio, transformadas em camarotes para o circuito de rua, quanto o clube de lazer de Pirangi são bastante procurados.

Foto 5.22 – Estabelecimentos para o período de Carnaval em Pirangi do Norte



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.23 – “Camarote” de carnaval em casa de veraneio em Pirangi do Norte



Fonte: Próprio autor.

O litoral de Parnamirim é pequeno, de aproximadamente sete quilômetros de extensão, tem três praias, e situa-se na rodovia estadual 063, adjetivada de “Rota do Sol”, compondo também o plano de desenvolvimento turístico de regionalização e municipalização no estado Polo Costa das Dunas.

Essa expansão das segundas residências e o desenvolvimento do turismo têm promovido o crescimento de comércios e serviços públicos e privados para atender a população sazonal (os turistas), provocando, assim, um processo de urbanização litorânea ao longo do litoral caracterizado pela emergência de novas centralidades.

Surgem as primeiras tentativas de investimentos em obras de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte com a implantação de grandes projetos turísticos como o “Parque das Dunas/Via Costeira – PD/PV – e do “Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte”– Prodetur-RN. O primeiro, implantado na segunda metade dos anos 1980, e o segundo, na década de 1990.

Os municípios que faziam parte do Prodetur eram: Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, que se caracterizavam por serem litorâneos, e os cinco primeiros integram a RMN.

O referido Programa teve relevância quanto à implantação de algumas obras de infraestrutura, posteriormente tornadas importantes para o desenvolvimento turístico, destacando-se a construção e a melhoria de estradas, e a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo.

Assim, o fato de os atrativos turísticos estarem nos municípios do entorno do polo metropolitano de Natal, como também a implantação de políticas públicas de desenvolvimento do turismo nesses municípios, sobretudo as melhorias de infraestruturas, contribuíram significativamente para a expansão das segundas residências nos municípios litorâneos da RMN, além do bem-estar e da comodidade para quem queria e quer usufruir da ambiência litorânea que o município sugere como potencialidade.

Uma característica particular nas praias do município de Parnamirim, no que diz respeito à refuncionalização dessas áreas litorâneas de Parnamirim, é que vêm se transformando também as áreas de residências permanentes, com a construção de condomínios de padrão médio e alto para atender a demanda dos usuários, agora moradores, como na praia do Cotovelo.

Cotovelo é uma praia pequena, isolada com poucas habitações – em sua maioria condomínios de classe média alta –, e possui uma parte do seu território ocupada pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. Por ser muito próxima à capital potiguar, a praia de

Cotovelo tem sido adotada por muitas famílias como lugar para morar. Uma prova disso é a construção do residencial Alphaville Natal, que se localiza nas proximidades da praia.

Foto 5.24 – Praia do Cotovelo



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.25 – Hotel Dunas do Cotovelo



Fonte: Próprio autor.

A praia do Cotovelo é a primeira no sentido sul ao longo da Rota do Sol, vizinha à Barreira do Inferno, área militar de ocupação histórica que ocupa uma grande extensão da faixa litorânea do município de Parnamirim. Teve sua ocupação inicial relacionada ao veraneio marítimo, e atualmente, apesar de sofrer transformações em função dos fluxos turísticos, ainda mantém o uso predominante de segundas residências (PAIVA, 2010, p. 8). Hoje tem centenas de casas e condomínios, alguns destinados à prática do veraneio, abertos de forma ocasional, principalmente nos meses de férias, período que vai de dezembro a fevereiro e, segundo a prefeitura, eleva a população do lugar em até 70%.

Foto 5.26 – Hotel na Praia do Cotovelo

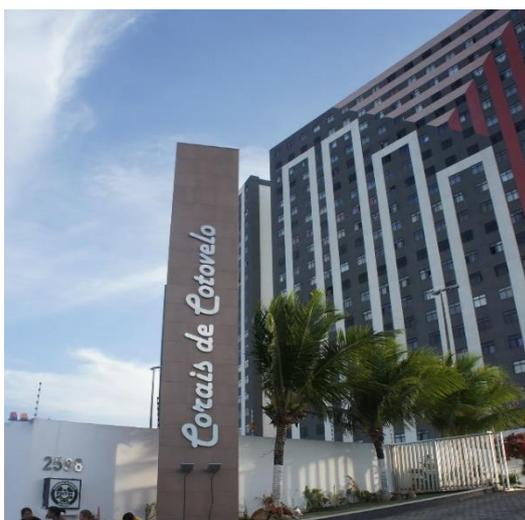


Foto 5.27 – Residências de veraneio em Cotovelo



Fonte: Próprio autor.

Cotovelo

Foto 5.28 – Condomínio Residencial em



Fonte: Próprio autor.

Fonte: Próprio autor.

Entre esses subcentros de Parnamirim estão: Pirangi do Norte e Pium, primeira área destinada ao uso de residências secundárias do Rio Grande do Norte, ainda na década de 1970. Tal forma de ocupação desencadeou um processo crescente de substituição de casas de pescadores e nativos em casas de veraneio. As ocupações mais antigas foram pouco a pouco sendo deslocadas para áreas mais distantes da praia (PAIVA, 2010).

Pirangi do Norte é o maior subcentro em termos de diversidade e qualidade de comércios e serviços privados e públicos. A praia é bastante conhecida por turistas, sobretudo porque é nela que está um dos principais atrativos turísticos do Estado: o maior cajueiro do mundo. A praia também é muito frequentada, no período da alta estação e em fins de semana e feriados, por usuários de segundas residências, modalidade de domicílio muito comum no local, como atesta Oliveira et al. (2012, p. 12).

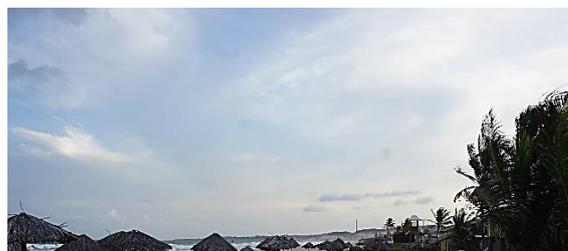
Dos serviços e comércios encontrados nessa praia, destaca-se uma variedade considerável de restaurantes, bares, inclusive alguns deles encontrados somente em Natal, como a *Pizzaria “Mister Pizza”*, a lanchonete *Tantico’s*, o *PittsBurg*, o *Mr. Empadas* e o tradicional restaurante *Paçoca do Pilão*. Foram totalizados nessa praia 108 tipos de comércios, serviços públicos e privados, tais como: bares; restaurantes, pizzarias, pousadas, hotéis, supermercados, sorveterias, lojas de material de construção, lanchonete, clubes de dança, salões de beleza, academia, farmácias, *lan houses* e lojas de artesanato. Com relação aos serviços públicos, Pirangi do Norte dispõe de uma unidade mista de saúde, escolas, um posto dos Correios e delegacia de polícia.

Pode-se perceber que a dinâmica urbana de Natal e dos municípios do seu entorno tem como vetores de expansão as segundas residências, a prática de veraneio e o desenvolvimento do turismo, que contribuíram para a estruturação do município como um todo dando origem a subcentros que concentram os mais diversos serviços.

Foto 5.29 – Entrada da Praia de Pirangi do Norte



Foto 5.30 – Praia do Pium



Fonte: Próprio autor.

Fonte: Próprio autor.

A partir da década de 1990, com os investimentos do Prodetur/RN I e a melhoria da RN-063, delimitando a chamada Rota do Sol, que liga Natal ao núcleo litorâneo de Tabatinga, localizado no município de Nísia Floresta, Pirangi do Norte foi o núcleo litorâneo de Parnamirim que mais sofreu transformações.

Essas metamorfoses no espaço são determinadas pelos seguintes fatores: mudanças nas tipologias das residências existentes; aumento dos valores dos aluguéis e venda dos imóveis; início do processo de verticalização; construção de condomínios fechados horizontais; instalação de usos turísticos como pousadas, hotéis, *flats* e *resorts*. Essas mudanças de uso e ocupação obedecem a um movimento conjunto que sincroniza o setor turístico com o imobiliário.

Foto 5.31 – Urbanização litorânea, Praia do Cotovelo



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.32 – Equipamentos Turísticos, Pirangi do Norte



Fonte: Próprio autor.

Os condomínios tendem a ocupar as áreas mais distantes da orla, uma vez que na faixa litorânea a área ocupada é mais consolidada e a estrutura do terreno menos favorável à

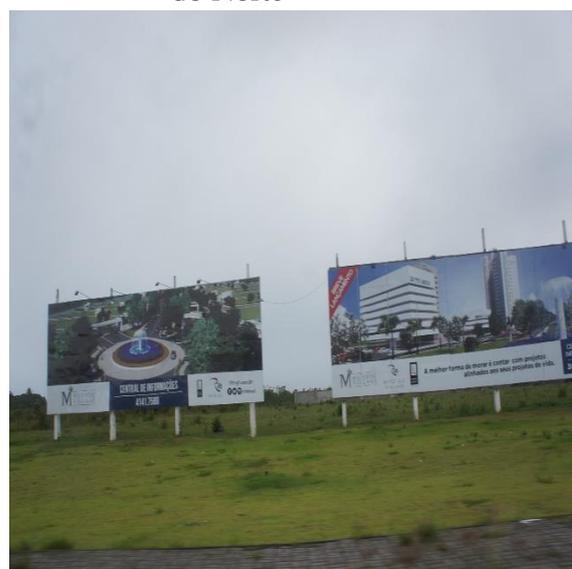
instalação e à construção dessa tipologia, porém essa distância não é tão acentuada devido ao interesse maior dos moradores de morar próximo ao mar.

Foto 5.33 – Terrenos à venda, Cotovelo



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.34 – Condomínios à venda, Pirangi do Norte



Fonte: Próprio autor.

Os poucos vazios localizados na área litorânea, os terrenos mais valorizados, são ocupados por empreendimentos híbridos, que congregam unidades de hospedagem e habitação. O principal equipamento dessa natureza localizado na Praia de Pirangi do Norte é o Porto Brasil Resort³⁶, que se caracteriza como um enclave, ao se valer das potencialidades naturais do sítio para criar um espaço privatizado e elitizado na zona de praia (Figura 5.14).

Figura 5.14 – Resort Porto Brasil



³⁶ Em...
Um...
com...
vista...
no E...
Porto...
épica.
ações,
rdes e
arismo
nte em
Brasil] é
cada vez mais um dos destinos apreciados pelos portugueses", seja para compra de uma casa de férias, seja para aquisição de imóveis para investimento, disse à Agência Lusa o administrador da Répica, Manuel Carlos Carvalho, ao site de notícias uol em 20 de setembro 2006. Ver em <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/lusa/2006/09/20/ult3679u508.jhtm>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

Fonte: <http://www.vivareal.com.br>.

Tal particularidade pode ser explicada pelas melhorias em infraestrutura, sobretudo pela construção de estradas como a BR-101, a BR-304 e a RN-063, a Rota do Sol, que facilitam o acesso até essas praias, encurtando, assim, a distância entre o litoral e a capital Natal com uma ocupação e uso do seu espaço dentro da lógica do lazer.

Foto 5.35 – BR-101 – Parnamirim- RN



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.36 – Comércio na BR-101 – Parnamirim-RN



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.37 – Indústrias BR-304, Parnamirim-RN Foto 5.38 – RN-O63, Parnamirim-RN



Fonte: Próprio autor.

Fonte: Próprio autor.

Esses números reforçam a tendência, por exemplo, da valorização dos espaços litorâneos em detrimento dos não litorâneos, intensificando-se na escala da metrópole com adensamentos fixados nas capitais metropolitanas, ocasionando a expansão da vilegiatura (DANTAS et al., 2008).

Conforme Pereira (2006), isso seria resultado do exercício da população, que filtrou e difundiu as práticas marítimas modernas para além dos espaços da metrópole, pois a prática do veraneio está ligada à urbanização.

Dessa maneira, a orla marítima de Parnamirim recebeu incrementos significativos e se destaca como um dos lugares favoráveis à prática da vilegiatura marítima destinada a uma classe abastada e média urbana, concebendo o litoral como mercadoria que serve aos interesses do mercado imobiliário, com a prática das atividades de lazer, descanso e recreação.

Existem vários empreendimentos em andamento na cidade. Grandes construtoras e incorporadoras já perceberam a potencialidade de Parnamirim no mercado imobiliário, tendo a cidade crescido significativamente em número de residências secundárias, particularmente próximas às zonas de praia. Segundo dados do IBGE, em 1991, o número de domicílios de uso ocasional era aproximadamente de 887 (13%) e em 2010 foi para 4.018 (16%) (Tabela 5).

Tabela 5.3 – Residências secundárias na Região Metropolitana de Natal (1991 a 2010)

Municípios da RMN	1991	2000	2010
	Residências secundárias	Residências secundárias	Residências secundárias
Natal	1.452	2.780	5.850
Nísia Floresta	2.016	3.442	5.674
Extremoz	1.223	2.471	4.354
Parnamirim	887	1.823	4.018
Ceará-Mirim	579	910	1.864
São Gonçalo do Amarante	197	503	1.222
Macaíba	297	535	1.201
São José de Mipibu	259	338	642
Monte Alegre	85	161	346
Vera Cruz	27	67	92

Total	7.022	13.030	25.263
-------	-------	--------	--------

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011); Sinopse preliminar do Censo Demográfico (1991; 2000)

Isso implica uma nova sociabilidade que modifica o modo de vida existente no litoral por meio de novos elementos, entre outros, aglomeração de comunicação e transportes, segregação e/ou concentração socioespacial, deslocamento de moradores com baixa renda para outras localidades, o que transforma o ambiente litorâneo e o que está em seu entorno, apresentando manchas formadas por turistas e moradias ocasionais.

Fotos 5.39 e 5.40 – Publicidade de Veraneio



Fonte: Próprio autor.

Essas manchas se tornam mosaicos culturais, pois implicam a troca de vivências e experiências entre moradores locais e pessoas que vêm de fora. Uma relação paradoxal, pois quem chega à cidade convive com o tradicional e o moderno nos mesmos espaços, em meio às transformações espaciais de ordem socioeconômica, tecnológica, cultural, simbólica e ambiental.

As transformações do espaço urbano de Parnamirim (RN) colocam como desafio para o pesquisador a necessidade de aprofundamento do conhecimento e de informações complementares que permitam uma abordagem técnico-científica detalhada do objeto a ser estudado.

Em cinco décadas de emancipação política, as transformações ocorridas atraíram população e investimentos, dando novos contornos e configurações espaciais à localidade, que, antes de se desmembrar de Natal, era uma vila que passou depois a ser distrito. No

período da II guerra é vista como o *Trampolim da Vitória* e no pós-guerra como a *Cidade Espacial*, e na contemporaneidade, caracteriza-se como *a cidade que mais cresce no Brasil* (PEIXOTO, 2003).

Essa visão “otimista” do município, que o aponta não mais como *Parnamirim Field*, mas sim *Parnamirim das Oportunidades*, realça a sua importância à medida que o seu espaço obteve notoriedade na dinâmica urbano-metropolitana a partir do fluxo migratório da população, de atividades econômicas, do comércio e serviços na Grande Natal.

Parnamirim é o terceiro município do Rio Grande do Norte em termos populacionais, com uma quantidade de habitantes que perde apenas para Natal (803.739) e Mossoró (266.758). A densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado) no município é de 1.637,99 h/km² (Tabela 2), a segunda maior do estado (a primeira é Natal, com 4.807,05 h/km²). No primeiro decênio do século XXI, sua taxa de crescimento foi a maior da RMN com 4,97% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011).

Tabela 5.4 – Região Metropolitana de Natal: População (2000-2010)

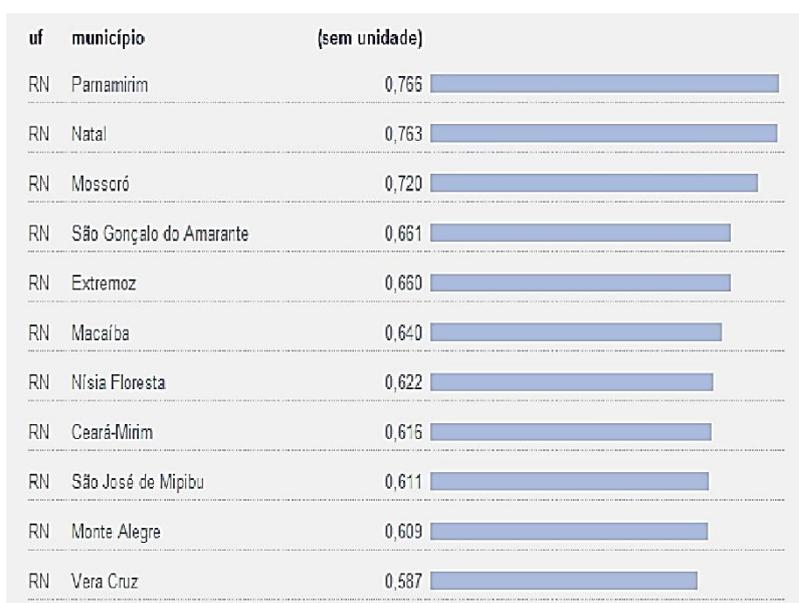
Municípios da RMN	2000	2010	Taxa de Crescimento 2000-2010 (%)
	População	População	
Natal	712.317	803.739	1,21
Parnamirim	124.690	202.456	4,97
São Gonçalo do Amarante	69.435	87.668	2,36
Macaíba	54.833	69.467	2,38
Ceará-Mirim	62.424	68.141	0,88
São José de Mipibu	34.912	39.776	1,31
Extremoz	19.572	24.569	2,3
Nísia Floresta	19.040	23.784	2,25
Monte Alegre	18.874	20.685	0,92
Vera Cruz	8.522	10.719	2,32
Total	1.124.669	1.351.004	1,85

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

De acordo com as últimas pesquisas feitas, dos 167 municípios brasileiros que estão na jurisdição do Rio Grande do Norte Parnamirim se destaca como o município com maior IDH-M do estado e em nível de Brasil com índice de 0,766, considerado alto na

medição que varia entre 0 e 1 (Figura 5.15). Em seguida vem Natal (0,763), Mossoró (0,720) e Caicó (0,710). No *ranking* nacional Parnamirim está na 274ª posição³⁷.

Figura 5.15 – IDH do Rio Grande do Norte



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

Outro aspecto a se avaliar é a valorização dos espaços litorâneos, via binômio sol e mar, que extrapolam os limites da cidade-polo (Natal) para as localidades costeiras urbanizadas na busca de espaços de turismo e lazer.

Em 2012, o Aeroporto Internacional do estado, ainda localizado em Parnamirim, registrou aproximadamente mais de 1,2 milhão de desembarques nacionais e 5,5 mil desembarques internacionais, segundo Albano, Ferreira e Alves (2013) dados do Ministério do Turismo e da Infraero, apontando o Rio Grande do Norte como um polo emissor e receptor de turistas dentro do território brasileiro.

Esses números se tornam mais expressivos ao considerar a entrada de turistas no território potiguar por outros meios de transporte, colocando o turismo como um dos

³⁷ Os números foram divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no mês de julho de 2013, intitulado "Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013" (<http://102fmnatal.com.br>).

responsáveis pela geração de receita para o estado, como sugere Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (2013) abaixo:

- a) gera mais de 100 mil empregos e possui outras 54 atividades atreladas a si direta ou indiretamente;
- b) leitos: 40 mil (sendo 28 mil em Natal, IBGE) – proporcionalmente, é um dos maiores números de leitos do Brasil;
- c) número de hotéis: mais de 250 (Ministério do Turismo);
- d) RN – 2.618.348 (2.449.726 brasileiros e 168.622 estrangeiros – Secretaria Estadual de Turismo, em 2012);
- e) Natal – 1.701.099 (1.590.187 brasileiros e 110.912 estrangeiros – Secretaria Estadual de Turismo, em 2012);
- f) alta estação: novembro a março (em 2012, janeiro foi o mês mais procurado por turistas, seguido por dezembro).

Assim, novas relações são feitas entre o município e o litoral na perspectiva de introduzir uma nova mentalidade na sociedade e ações públicas explorando os espaços litorâneos, como já foi ressaltado, num discurso pautado nas práticas marítimas como o banho de mar. Corbin (1989, p. 77) coloca que “[...] o banho de mar inscreve-se na evolução lógica das práticas”.

Como já citado anteriormente, as praias de Pirangi do Norte e a do Cotovelo ganham especial valorização no município. Esta última praia dista apenas 8 km da capital, com acesso pela Rodovia Rota do Sol, e faz limite ao sul com a praia de Pirangi, onde se localiza o maior cajueiro do mundo, símbolo do Rio Grande Norte, fenômeno da natureza visitado anualmente por milhares de turistas de todas as partes do mundo: uma única árvore de caju com extensão de 7.500 m² (Setur RN).

Tudo isso aguça os interesses do mercado imobiliário e do consumidor, ansioso por morar nas zonas de praia, o que provocou a dispersão da urbanização litorânea de forma complexa e diversificada, extrapolando os antigos limites da cidade.

Foto 5.41 – Publicidade de Condomínio Fechado



Foto 5.42 – Condomínio Fechado Residencial



Fonte: Próprio autor.

Fonte: Próprio autor.

Foto 5.43 – Condomínio Residencial



Fonte: Próprio autor.

As áreas de urbanização formadas seguiram, portanto, uma racionalidade no espaço, através de uma aglomeração no litoral pela expansão da atividade turística, mas perpassaram as faixas de praia e se deslocaram para o continente mantendo estreitos vínculos entre si.

O ritmo intenso de crescimento causou no município impactos mais do que visíveis no que concerne à urbanização, pois a cada dia aumenta a demanda por serviços de infraestrutura urbana relacionada a carência de saneamento, moradias, abastecimento de água e de energia elétrica, segurança, degradação ambiental e legalização das áreas ocupadas.

As ações desenvolvidas ao longo das administrações municipais procuram resolver alguns desses problemas, mas a dinâmica social faz com que elas se constituam mais em uma colcha de retalhos do que, propriamente, em um projeto coeso e continuado de soluções. O problema mais urgente é a disponibilidade de locais para a construção de novas moradias e a infraestrutura necessária para atender à população mais pobre. Um problema de difícil solução, em qualquer parte do país, por estar ligado à questão da

propriedade da terra e a legalização de posses. Áreas recém-urbanizadas, como Nova Parnamirim, Pirangi de Dentro e faixas do litoral entre as praias de Cotovelo e Pirangi do Norte, concentram o maior número de conflitos e posses ilegais, com invasões de terrenos particulares e disparidades de renda cada vez maiores (PEIXOTO, 2003, p. 190-91).

Com a expansão urbana, esses problemas que ocorrem no espaço metropolitano não são privilégio somente desse município. Hoje há uma grande discussão sobre as metrópoles brasileiras em geral, mesmo nos espaços instrumentalizados por planos diretores.

Contraditoriamente a essa expansão, o que se aponta e se tem como agravante em Parnamirim é a falta de estoque de terras. Extensas áreas no município são designadas para outros fins como a existência de áreas militares em áreas urbanas: a base aérea/aeroporto, localizada no centro do município, e a base de pesquisas espaciais em Barreira do Inferno, situada no litoral (MORAIS, 2008).

As limitações geográficas são intrínsecas à própria metrópole Natal, que viu as reservas naturais e os campos de dunas de seu território sem condições de expandir-se, diminuindo significativamente o território do município, configurando-o de forma desordenada, segmentada e dissociada. As porções urbanizadas conseqüentemente utilizaram-se dos municípios no entorno para espriar não só atividades comerciais de serviços e habitação, como também a própria população, conforme elucida Bentes Sobrinha, Tinoco e Clementino (2009, p. 12):

Até o final dos anos de 1990, grande parte da dinâmica imobiliária da RMN estava concentrada em Natal, principal município de atuação do mercado. Entretanto, com a promulgação do Plano Diretor de Natal 1994, que restringiu a utilização plena do solo em alguns pontos da cidade, somado ao aumento na escassez de grandes glebas e a falta de uma legislação urbana mais restritiva nos outros municípios, começaram a surgir lançamentos imobiliários na região sul de Natal e no município vizinho de Parnamirim.

Com vista a reordenar o espaço urbano-metropolitano para atender essas novas demandas relacionadas a habitação, turismo, comércio e serviços, discutiu-se um Plano Diretor no município de Parnamirim (Lei nº 1058/2000)³⁸, que teve alterações recentes em 2013.

Financiado como projeto do PRODETUR NE – I, o Plano Diretor de Parnamirim tornou-se Lei [...]. Sua revisão só começou a ocorrer em 2009, também financiada com recursos do PRODETUR II [...]. O

³⁸ Ver Parnamirim (2000).

macrozoneamento definido par Parnamirim é composto por duas zonas, Adensável e de Proteção Ambiental. Sobre essas zonas estão inseridas áreas especiais, incluindo a área especial de interesse turístico (AEIT). (SILVA, 2010, p. 311).

A princípio foi um grande desafio discutir a política urbana local em função da falta de atualização de dados e cadastros. Fez-se inicialmente um mapeamento para que posteriormente se pudesse elaborar um zoneamento adequado ao município, principalmente no que concerne à sua ambiência litorânea.

De modo geral, a expansão urbana na faixa litorânea dos municípios vizinhos a Natal não ocorreu continuamente ao longo da orla marítima, tanto pela existência de condicionantes naturais, impondo barreiras à expansão de áreas sob o domínio militar no sentido sul, quanto pela precariedade de acessos.

Até a penúltima década do século XX, a interligação viária na linha da orla era praticamente inexistente, e, atualmente, embora se tenham construído novos acessos e a ponte sobre o rio Potengi no sentido norte, a relação dessas vias litorâneas com a orla é bastante conflituosa.

O que se verifica na maioria dos casos é a dificuldade de acesso à praia, por causa da ocupação privada, tanto de residências secundárias como de novos empreendimentos turísticos e imobiliários localizados defronte à orla. A estrutura viária padece de um desenho que valorize o espaço público e ressalte as qualidades da paisagem natural da maioria dos núcleos litorâneos da RMN.

A urbanização que se verificou em virtude da ocupação do litoral dos municípios da RMN pela construção de segundas residências, a partir de fins da década 1970, embora mais restrita ao litoral sul, constitui de certa maneira uma forma de metropolização que antecede a institucionalização da RMN em 1997, evidenciando que algumas tendências do processo de metropolização já se esboçavam.

Os primeiros fatores que contribuíram para a formação do caráter metropolitano de Natal foram investimentos públicos que redundaram na instalação de indústrias nos municípios de Extremoz e São Gonçalo e na construção dos conjuntos habitacionais nos municípios supracitados, na região norte de Natal e em Parnamirim.

No final da década de 1990, essa área de transbordamento sul Natal-Parnamirim foi se definindo como de interesse do mercado imobiliário voltado para a classe média natalense, notadamente no bairro Nova Parnamirim, que rapidamente passou a ganhar um parcelamento do solo marcado pelos “condomínios fechados” de pequena e média escala (entre 15

e 40 casas) e prédios verticalizados de até 04 pavimentos (sem elevador) com preço acessível à classe média natalense, que já no início dos anos 2000 sentia o aumento dos valores imobiliários provocados pela turistificação de áreas como nos bairros natalenses de Ponta Negra e Areia Preta (BENTES SOBRINHA; TINOCO; CLEMENTINO, 2009, p. 12).

O lazer litorâneo pode ser considerado outro fator que impulsionou a constituição da mancha urbana expandida de Natal. No entanto, tal processo foi acompanhado de poucos investimentos públicos, pois essa dinâmica foi estimulada pelo mercado, com o lançamento de loteamentos e o parcelamento do solo.

Fotos 5.44 e 5.45 – Pousada Esquina do Sol, fechada junho de 2016



Fonte: Próprio autor.

Empreendimentos e casas de veraneio que por muitos meses do ano ficam fechados ou são alugados por temporada vão sendo implementados, no intuito de atender a demanda dos veranistas e turistas que frequentam o litoral de Parnamirim e também de suprir as expectativas dos investidores.

Fotos 5.46 e 5.47 – Casa de aluguel por temporada



Fonte: Próprio autor.

Fotos 5.48 e 5.49 – Apartamentos para alugar por temporada em construção, fiscalizados pelo Crea



Fonte: Próprio autor.

Contudo, essa valorização dos espaços litorâneos metropolitanos, como ocorre em Parnamirim, vem cercada de grandes complexidades como o aumento do preço da terra, e a construção crescente, pelo mercado imobiliário formal e por empreendedores (que muitas vezes são os próprios veranistas nacionais ou internacionais), de pousadas e empreendimentos que ficam fechados a maior parte do ano, mas que têm retorno garantido no período de veraneio. Essa dinâmica impulsiona outros mercados, como o de aluguel por temporada, e se estende para atividades como as de segurança particular e de comércio.

Foto 5.50 – Serviço de segurança particular



Fonte: Próprio autor.

Foto 5.51 – Comércio



Fonte: Próprio autor.

Após a implementação das políticas públicas voltadas para a atividade turística, principalmente o Prodetur/RN I, e as intervenções de infraestrutura no território, verifica-se um processo acelerado de urbanização litorânea e turística, com forte impacto na constituição do caráter metropolitano de Natal. Esse processo de urbanização descontínuo afeta principalmente as áreas periféricas e seus respectivos bairros, gerando disparidades nos investimentos públicos e privados no município, ou seja, muitos dos indicadores de transformações ocorridas ou ainda por acontecer merecem ser criticados e avaliados, sobretudo quanto às reestruturações espaciais.

Neste trabalho serão identificados os processos de ocupação dos espaços nos municípios e na cidade de Natal, que expandiram a cidade para a periferia, decorrentes do avanço da lógica capitalista, gerando uma reestruturação socioespacial, inerente ao processo de modernização do município na dinâmica metropolitana.

Acredita-se que esta pesquisa é importante na medida em que é necessária uma investigação sobre como o atual processo de produção e organização espacial afeta a qualidade de vida dos residentes dos espaços metropolitanos e daqueles que buscam o lazer e o descanso em Parnamirim, no caso os turistas. Esses veranistas e turistas tinham como porta de entrada o antigo e desativado Aeroporto Internacional Augusto Severo, que fica no município citado³⁹, mas também tem expressivo número de pessoas que chegam de carro, que

³⁹ Atualmente o fluxo de passageiros e cargas foi destinado ao novo Aeroporto de Natal (Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves), localizado cerca de 40 km da capital Natal, no município de São Gonçalo do Amarante, em funcionamento desde 31/05/2014. O primeiro aeroporto do Brasil administrado 100% pela iniciativa privada – Consórcio Inframérica (www.natal.aero). O Aeroporto Augusto Severo, desde essa data de funcionamento do novo aeroporto, é base para operações militares da FAB.

vêm de férias ou a passeio para banhos de sol e mar ou para usufruir o que a cidade oferece, o que torna Parnamirim um espaço propício à prática de lazer, descanso e veraneio.

A importância desse fenômeno turístico nesse município não acontece de forma homogênea, pois seus impactos são muito complexos quando analisamos as marcas deixadas na paisagem do seu espaço urbano. As residências secundárias se misturam aos domicílios particulares na cidade extrapolando as zonas de praia.

Atualmente, vem ocorrendo um prolongamento dessa região no município aqui contemplado – o de Parnamirim. Por isso o interesse em entender essa dinâmica e como ela se reflete na RMN na forma de ocupar um espaço, não só valorizando-o como mercadoria, mas também como cultura, história e identidade de um povo.

Ao analisar o município, pode-se compreender a expansão urbana ao sul da RMN como uma descentralização dessas relações contraditórias que concentram e ao mesmo tempo desconcentram capitais e população, ganhando visibilidade quando ocorre descentralização espacial de atividades terciárias, como o turismo, momento em que a localidade passa a ser receptora de grandes investimentos técnicos, bem como das classes média alta e alta, e do poder público.

Assim, Parnamirim sai do tempo da cidade e incorpora o da metrópole saindo das fronteiras municipais, relacionando-se com outros lugares, municípios, estados e países através da produção desigual do espaço, fragmentando o município, de forma aqui proposta, em três panoramas de discurso de desenvolvimento socioespacial e econômico de acordo com a análise do urbano-metropolitano e litorâneo.

Com o passar dos anos, o litoral exige investimentos e ações do poder público, além de ações do setor privado, no que tange ao seu uso no espaço urbano, suscitando divergências entre os diferentes grupos sociais envolvidos, de acordo com sua maneira de conceber, perceber, usar e consumir o local. Viver próximo ao mar nos trópicos traz consigo mudanças de caráter socioeconômico, tecnológico e simbólico (DANTAS, 2009). Em Natal, e especificamente em Parnamirim, há uma demanda das zonas de praia pela classe abastada do Brasil e do exterior desejosa de bem morar na praia mesmo que por períodos sazonais do ano, durante a alta estação (dezembro, janeiro, fevereiro e julho).

Isso se deu graças à abertura da cidade aos hábitos e costumes provindos do Ocidente, que fez surgir uma nova mentalidade na sociedade natalense no que concerne às questões sobre o mar e o marítimo no seu espaço urbano. Veraneio deixou de ser somente uma prática copiada do continente para tornar-se um fenômeno social que cresceu para além dos limites da cidade, chegando a municípios litorâneos e não-litorâneos da sua Região

Metropolitana, expandindo-se para uma grande parte do litoral potiguar e dando uma nova estrutura socioespacial ao local onde a prática se estabelece.

Nesse sentido, as praias tornaram-se ambientes nobres nas cidades litorâneas tropicais com forte participação regional. Na região Nordeste, as capitais nordestinas são notadamente lócus do veraneio marítimo por serem polos de atração de uma demanda nacional e internacional, portões de entrada para veranistas, turistas excursionistas, e por estarem dotadas de melhores infraestruturas e benesses como metrópoles, em período posterior à virada do século XX.

Estabelece-se uma concorrência entre essas cidades no sentido de atraírem maiores investimentos públicos e privados para se inserir na rota internacional de fluxo de pessoas, adotando estratégias de *marketing* (publicidade, propaganda e mídia) que promovem uma imagem dos seus litorais como mercadoria e espaços a serem consumidos e frequentados.

Nesse contexto, Parnamirim é, na atualidade, entre os municípios que compõem as áreas metropolitanas nordestinas, um dos destinos mais procurados pelos turistas, excursionistas e pelos veranistas que, em meio à aglomeração fragmentada urbana, se “diluem” na “Parnamirim de Fora” constatando na metrópole o que foi divulgado e promovido em relação ao veraneio marítimo. O espaço litorâneo é incorporado ao tecido urbano repercutindo numa nova lógica repleta de conflitos e contradições com a valorização/urbanização do litoral, principalmente, com o adensamento de residências secundárias através das relações entre os diversos agentes sociais.

Isso implica uma nova sociabilidade que modifica o modo de vida existente no litoral conformada por novos elementos: arranha-céus, aglomeração de comunicação e transportes, segregação e/ou concentração socioespacial, deslocamento de moradores com baixa renda para outras localidades. O ambiente litorâneo é assim transformado e o que está em seu entorno apresenta manchas formadas por veranistas e moradias ocasionais.

É importante ressaltar que essa produção desigual do espaço de Parnamirim atende a lógica do planejamento e da comodidade urbana expandindo para áreas que respondem aos critérios do ordenamento territorial do Plano Diretor do estado. Todavia os interesses dos investimentos privados são decisivos para esse ordenamento. Em muitos casos, na contemporaneidade, são os empreendedores-investidores que ditam onde o planejamento e as benesses do modo de vida urbano precisam chegar, porque foram eles os desbravadores dos espaços que passaram por uma valorização.

5.7 A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM PARNAMIRIM

Inegavelmente há uma desigualdade na posse da terra urbana, em Parnamirim. O uso desses espaços depende da atividade econômica (indústrias e serviços) local, reforçada pela mediação dos poderes públicos (Estado), em termos de financiamento em infraestrutura, que valoriza o solo enquanto mercadoria no mercado imobiliário. Essa segregação social não está localizada apenas em uma área física particular desse município, mas permeia toda a sua dimensão.

O espaço, visto como morada, também possui um valor, é tido como mercadoria. A terra, então, passa a ter um valor para cada tipo de pessoa e de residência que irá nela figurar.

Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas da apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). O preço é expressão de seu valor. O valor de uso é o sustentáculo conceitual do tratamento geográfico dos problemas do uso do solo. Todavia, a teoria do uso do solo urbano deve ser analisada a partir da teoria do valor, fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca (CARLOS, 2003, p. 47).

Carlos (2001, p. 24) ainda complementa:

O processo de reprodução espacial envolve segmentos diferenciados da sociedade, com interesses e desejos conflituosos. Todavia, o processo de reprodução espacial revela que os interesses divergentes podem entrecruzar-se sob a unidade do Estado, que tem inquestionável poder de comando.

É fato que as novas formas adquiridas por esse espaço pelos novos modos de apropriação estabelecem novos usos que incluem/excluem os habitantes. Para Lefebvre (2008, p. 62) “[...] esta ação estatal não se limita então a gerir pelas vias institucionais e administrativas a existência social e ‘privada’ de milhões de pessoas, os ‘cidadãos’, os ‘sujeitos’ políticos. Ela procede por uma via mais indireta, mas não menos eficaz servindo-se deste instrumento privilegiado: o espaço”.

Assim, para o desvendamento do objeto em questão é preciso entender o município de Parnamirim como resultado de transformações no seu espaço inserido na RMN e sua expansão. As mudanças ocorridas ao longo dos anos mostram o fenômeno inerente ao desenvolvimento urbano, saindo da aparência para a essência fazendo o real tornar-se

transparente, pois os estudos das relações sociais, em geral, não são uniformes (PERUZZO, 1984).

Assim, para Milton Santos, o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição. As regiões e os lugares não dispõem de autonomia, porém, sendo funcionais na totalidade espacial, influenciam no desenvolvimento do país; já a urbanização é resultado de tais processos historicamente determinados como localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais (SAQUET; SILVA, 2008, p. 12).

Para essa reflexão do desenvolvimento de Parnamirim faz-se necessário entender também que no vetor relacionado à prática do turismo, aqui o turismo de sol e praia, se encontram variáveis como o veraneio e o excursionismo na proposta de lazer urbano na metrópole como experiências a ser colocadas em questão.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é analisar e discutir os resultados colhidos em campo através de questionários e entrevistas diretas e indiretas com o intuito debater o desenvolvimento local do município de Parnamirim através de um perfil socioeconômico do município. Coloca-se em evidência a análise do discurso daquilo que o poder público aponta como contraponto para uma realidade social dependente e carente da ação atuante do estado, para não somente atender as melhorias voltadas ao desenvolvimento local pela atividade turística, mas também para beneficiar o município como um todo. A descrição dos resultados remete ao empírico, e as implicações no espaço geográfico coadunam-se com o entendimento do que foi encontrado em campo *versus* o imaginário construído de uma Parnamirim e seu desenvolvimento urbano-metropolitano e litorâneo.

6.1 LIMITANTES DA ANÁLISE

É importante frisar que os questionários foram feitos entre junho e julho de 2015 e que, ao longo das respostas dos entrevistados, o que se sobressaem são os conceitos de regular, péssimo e ruim; em alguns poucos casos se respondeu com regular, bom ou ótimo. Isso certamente se deu porque de alguma forma o país atravessava como ainda atravessa uma crise político-administrativa, econômica, social, em que um pessimismo generalizado acomete

a população brasileira. De alguma forma, os acontecimentos recentes colaboram para que se sobressaia nos questionários o discurso negativista do “nada tá bom, tá tudo péssimo”.

Outra questão a ser colocada está relacionada ao que corresponde nos indicadores empíricos a “hoje” e “nos últimos anos”. O primeiro trata de entender o contexto atual e o segundo entende-se como o tempo de duração do curso de doutorado, entre 2012 e 2016.

6.2 ANÁLISE DOS FATORES DE DESENVOLVIMENTO

Nesta etapa, para o que foi proposto como resultados da pesquisa, desenvolveu-se uma análise fatorial exploratória cujo objetivo foi o de resumir um vasto conjunto de variáveis para análise num número menor de categorias, as quais foram chamadas de fatores de desenvolvimento, focando em variáveis e suas inter-relações que seriam mais importantes para a discussão da temática (BORGES, 2015).

Uma matriz de componentes dos fatores obtidos com as variáveis escolhidas como as mais adequadas foi fundamental. No teste de Bartlett, o valor 0,000 do significante assegura correlação significativa entre as variáveis. O valor de 0,715 no teste KMO (Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy) traz a segurança na análise do desenvolvimento urbano-metropolitano e litorâneo e sua relação com o turismo como atividade econômica para o desenvolvimento de Parnamirim. Para fazer a análise de fatores, os valores de KMO entre 0,5 e 0,7 são irrisórios; acima disso, são expressivos. (Quadro 6.1).

Quadro 6.1 – Teste de KMO, Teste de Bartlett e Alfa de Cronbach

Teste de KMO e Bartlett			Estatística de Confiança		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		0,715	Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Baseado na Padronização dos Itens	Nº de Itens
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	33060,236			
	gl	703			
	Sig.	0,000	0,741	0,744	39

Fonte: Elaborado pelo autor.

A rotação da matriz de componentes obtidos e escolhidos para a análise gerou nove fatores de desenvolvimento integrados com seus respectivos indicadores empíricos denominados de: (1) Sexo e Drogas, indicando questões como violência, segurança público,

exploração sexual, uso de drogas lícitas e ilícitas⁴⁰; (2) Lazer, focando na parte litorânea de Parnamirim voltada às atividades ligadas ao turismo, veraneio e excursionismo; (3) Serviços, concernentes, principalmente, a transportes e saúde; (4) Rendimento do Turismo, correspondente aos ganhos e às divisas deixadas no município pela presença do turista, veranista e excursionista; (5) Ambiente, abordando os impactos da atividade turística e do veraneio no meio ambiente, principalmente litorâneo; (6) Acessibilidade, voltada à infraestrutura e à comodidade; (7) Emprego e Renda, apontando os ganhos dos trabalhadores locais com o comércio, serviço e agricultura; (8) Profissionalização do Turismo, mostrando a capacitação dada para oferecer um melhor serviço turístico ou não; (9) Educação, discutindo a oferta e a qualidade do ensino público. Compete a cada um dos nove fatores de desenvolvimento integrar duas ou mais variáveis para análise.

Tabela 6.1 – Fatores obtidos pela rotação da Matriz de Componentes

Fatores	Indicadores Empíricos	Carga
(1) Sexo e Drogas	Hoje, a segurança que a polícia oferece aos moradores é	0,484
	Nos últimos anos, a segurança pública	0,557
	Nos últimos anos, os roubos e furtos	0,673
	Nos últimos anos, o alcoolismo	0,594
	Nos últimos anos, a gravidez na adolescência	0,771
	Nos últimos anos, a polícia por aqui	0,635
	Nos últimos anos, o consumo de drogas	0,716
	Nos últimos anos, o uso de drogas (ilícitas)	0,507
	Nos últimos anos, a violência	0,654
	Nos últimos anos, a exploração sexual	0,462
(2) Lazer	O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é	0,775
	Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis	0,694
	Nos últimos anos, as ruas e os calçamentos	0,682
	Nos últimos anos, o lazer	0,559
(3) Serviços	Hoje, os transportes são	0,752
	Hoje, a unidade de saúde	0,592
	Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais	0,602
(4) Rendimento do Turismo	Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é	0,491
	Para a cidade, a presença dos turistas é	0,604
	Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas	0,488
(5) Ambiente	Se os turistas deixassem de vir, os ganhos seriam	0,662
	Se degradassem as dunas e falésias, os ganhos seriam	0,696
	Nos últimos anos, a degradação das dunas e falésias	0,622
	Quando chegam os turistas, a moradia aqui	0,662

⁴⁰ Em países como o Brasil, por lei, as drogas lícitas são substâncias que podem ser produzidas, comercializadas e consumidas. Apesar de trazer prejuízos aos órgãos do corpo, são liberadas por lei e legitimadas pela e na sociedade. Já as drogas ilícitas são substâncias proibidas de ser produzidas, comercializadas e consumidas. Em alguns países, determinadas drogas ilícitas são permitidas, sendo até parte integrante da cultura. Disponível em <<http://drogasnoar.blogspot.com.br>>. Acesso em: 05 maio 2016.

(6) Acessibilidade	Nos últimos anos, as estradas	0,745
	Nos últimos anos, a iluminação pública	0,756
	Nos últimos anos, os ganhos das pessoas	0,564
	Trabalha em	-
(7) Emprego e Renda	Hoje o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é	0,684
	Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é	0,770
	Hoje, os empregos daqui são	0,519
	Se não houvesse o benefício da previdência privada (aposentadoria), os seus ganhos ficariam	0,775
	Se não houvesse o Programa Bolsa Família, os seus ganhos seriam	0,701
	Nos últimos anos, o movimento no comércio	0,744
	Nos últimos anos, a agricultura	0,437
(8) Profissionalização do Turismo	Nos últimos anos, os empregos na cidade	0,564
	Nos últimos anos, a coleta de lixo é	0,552
	Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui	0,688
(9) Educação	Hoje, as escolas públicas são	0,717
	Nos últimos anos, as escolas públicas	0,556
	Formação completa	-

Fonte: Elaboração pelo autor.

Nota: Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

^aRotação convergida em 29 iterações.

6.2.1 Fator 1: Sexo e drogas

Para a análise desse fator, são levados em conta os seguintes indicadores: a segurança que a polícia oferece; a quantidade de roubos e furtos; o alcoolismo; a gravidez na adolescência; o uso de drogas ilícitas; a violência; a exploração sexual.

No tocante à segurança que a polícia oferece à população, cerca de 95% dos entrevistados responderam que se trata de um serviço de péssimo a ruim. Para a população consultada, falta estrutura de trabalho para a polícia. Falta contingente. Parnamirim hoje passa por um processo de sucateamento de sua estrutura de segurança pública. De todos os indicadores, esse foi o que obteve pior resultado em quantitativo (Cartograma 6.2.1).

Hoje, há um crescente investimento em segurança privada. Os condomínios, pousadas, *resorts* e até mesmo moradores das casas de veraneio investem na contratação de policiais que estão fora de seu horário de trabalho para fazer a segurança local, ou contratam empresas especializadas nisso.

Devido também ao crescimento das cidades, a expansão da metrópole, os problemas que as acometem são espalhados também para os municípios vizinhos, o que não deixa de ser um problema nacional à falta de segurança. A cidade cresce, há trânsito de pessoas diferentes que a cidade não acompanha. O efetivo policial não supriu ou acompanhou esse crescimento, pelo contrário, permanece o mesmo. O desenvolvimento desordenado traz

insegurança, e aí não se quer investir nisso porque se acha desnecessário. O poder público não olha para isso com preocupação. A cidade ainda é pequena, de interior, provinciana.

A insegurança é latente também pelo fato de que o município é cortado por uma BR. Logo, o tráfico, as drogas, os contrabandos, dentre outras questões ilícitas e ilegais, perpassam pelo território, difundindo-se nos espaços parnamirinsenses. A quantidade de roubos e furtos aumentou de forma exorbitante em todas as áreas, e os dados dos entrevistados mostram que cerca de 90% consideram que a situação piorou muito.

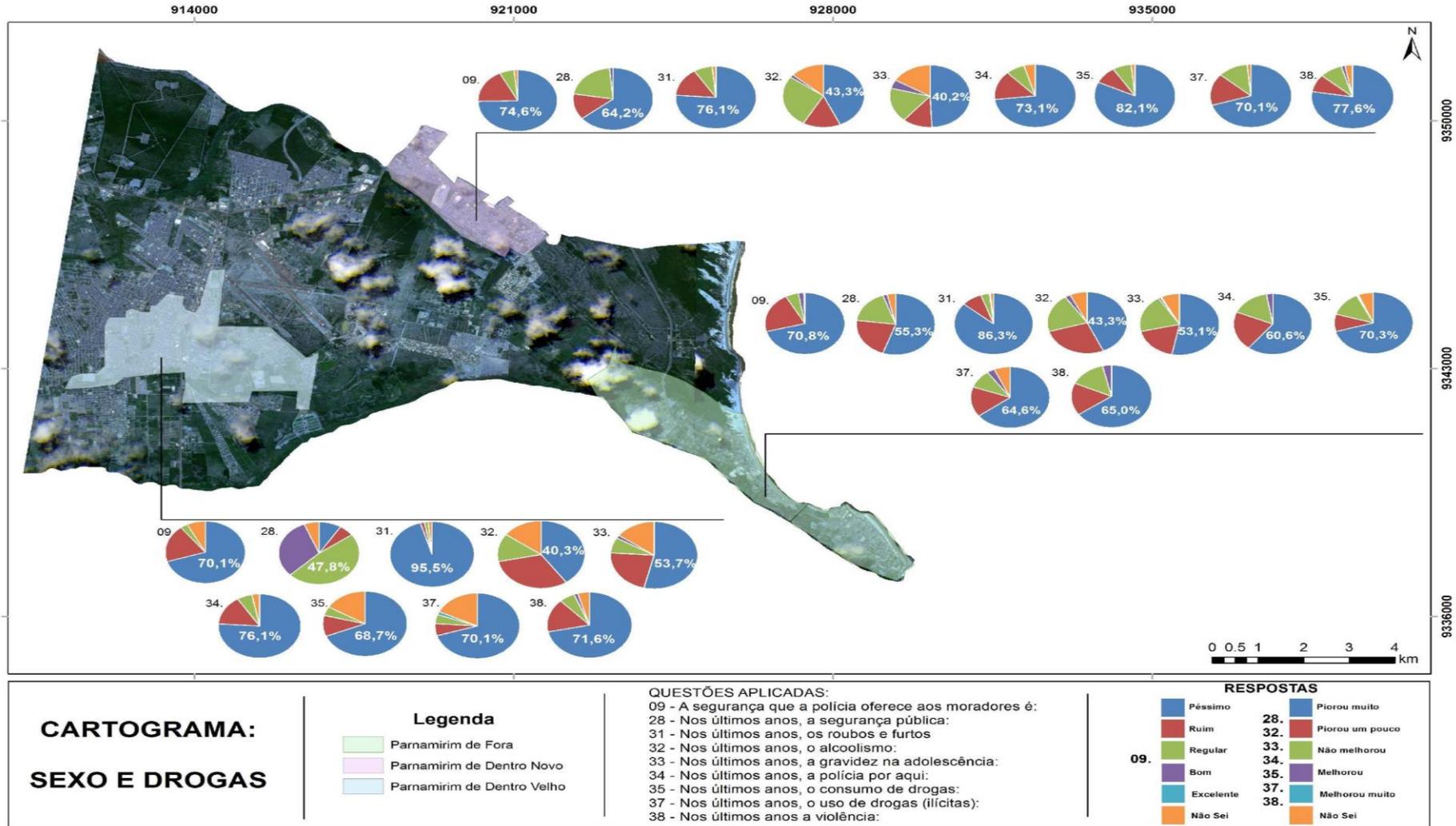
As pessoas, através dos meios de comunicação, têm acesso aos vários tipos de violência, e talvez transportem o que elas veem para dentro da cidade, o que pode refletir a sensação de uma violência mais exagerada do que realmente é. Isto é, a população absorve tudo o que vê no cenário nacional e transfere essa cultura da violência e do medo para a realidade do município.

Os casos de alcoolismo e o consumo de drogas (lícitas e ilícitas) também têm aumentado consideravelmente e isso pode ser justificado por todos os motivos já expostos acima, pela facilidade de acesso a esse tipo de droga bem como pela ausência de políticas de combate ao uso das mesmas. Os moradores comentam que se existisse investimento em políticas voltadas aos jovens certamente esse índice cairia. É necessário investir em esportes, lazer, educação e cursos que possam inserir a população no mercado de trabalho.

Ainda merece destaque o aumento dos casos de gravidez na adolescência. Cerca de 45% dos entrevistados responderam que a situação piorou muito nos últimos anos e que essa situação também está diretamente ligada à questão da exploração sexual.

O que se observa é uma população sem maiores perspectivas de desenvolvimento humano, principalmente os jovens, que estão mais vulneráveis à questão da violência e uso de drogas. Reafirma-se a necessidade do estabelecimento de políticas sólidas de educação, cultura e inserção no mercado de trabalho para a população de Parnamirim.

Cartograma 6.2.1 – Sexo e Drogas



Fonte: Elaboração do autor.

6.2.2 Fator 2: Lazer

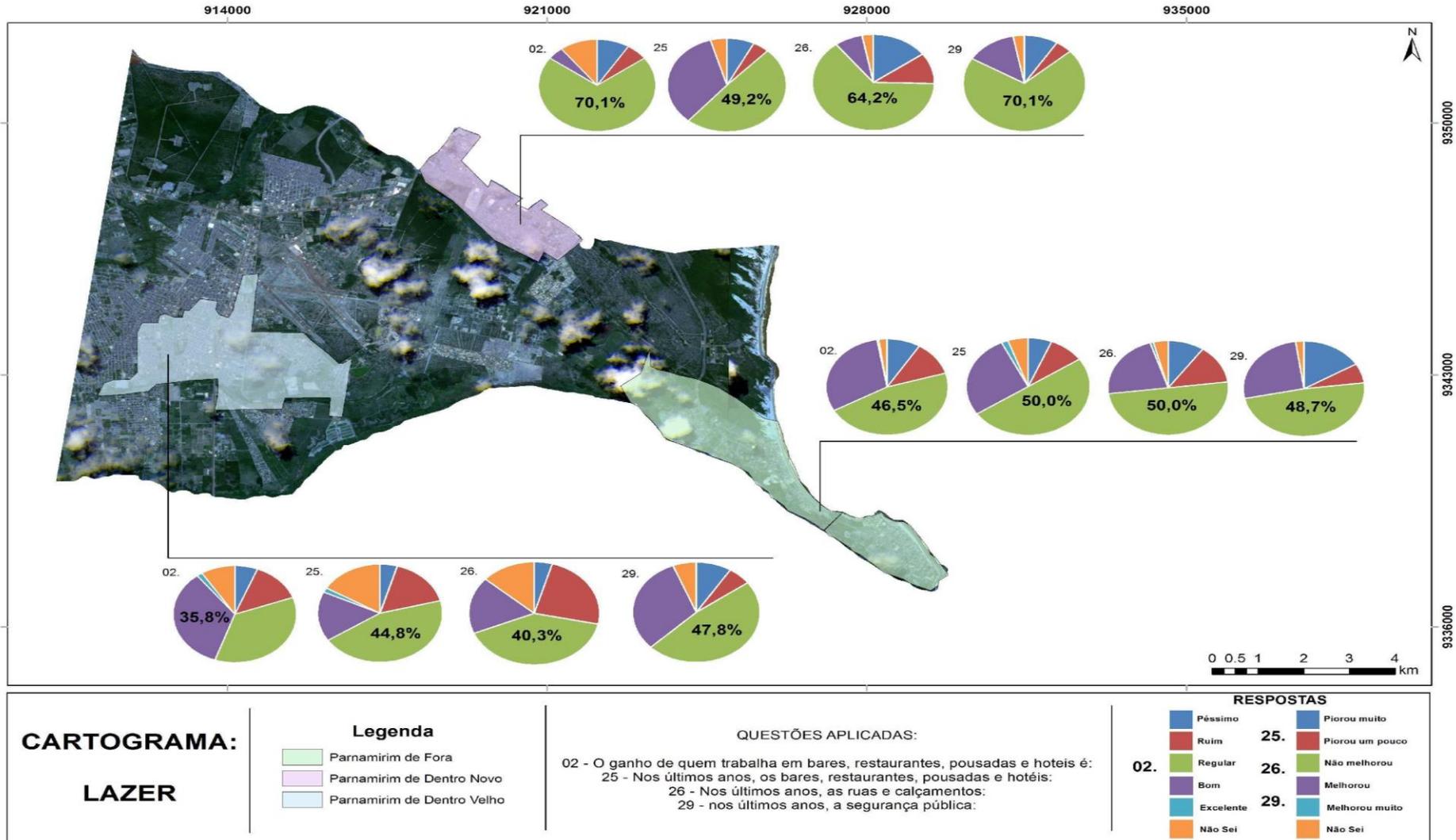
No que diz respeito ao lazer, os indicadores considerados foram: o ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis; a qualidade dos serviços ofertados nesses locais; a qualidade das ruas e dos calçamentos, já que a estética desses locais é atrativa aos turistas; as condições da segurança pública no município.

Para os entrevistados, nos últimos anos, não aconteceram melhorias no que diz respeito ao lazer no município. Quando as pessoas estão em busca de diversão, têm de se deslocar até a capital para ter acesso a cinemas, *shoppings*, planetários, por exemplo. Os entrevistados argumentam que diversão em Parnamirim acontece apenas algumas vezes no ano em festas e períodos específicos. Mesmo com esse cenário, ao responder o questionário, a maior parte da amostra considerou que os ganhos de quem trabalha nessa área vão de regular a bom, embora cerca de 60% acreditem que os bares e restaurantes de Parnamirim não tiveram melhora alguma em qualidade (Cartograma 6.2.2).

Outro aspecto ligado diretamente ao lazer está na qualidade das ruas e do calçamento, se se considerar mais uma vez que o turista/veranista se sente atraído por um ambiente organizado. Nesse indicador, a maioria da população entrevistada (55%) respondeu que não houve melhora nas ruas e nos calçamentos de Parnamirim, o que mostra mais uma vez que a atividade do lazer é desenvolvida e a estrutura é dada, mas apenas para uma parcela da população. Nesse sentido, conclui-se que tais melhorias estão concentradas em determinados espaços da cidade, mas que não estão acessíveis àqueles que mais necessitam.

Tão importante quanto a qualidade das ruas, a segurança entra como um dos principais indicadores ao bom desenvolvimento do lazer. Para visitar a região e nela se instalar, o turista/veranista necessariamente precisa das mínimas condições de segurança, um dos aspectos mais delicados da região. Em Parnamirim de Dentro Novo, por exemplo, 70% dos entrevistados responderam que a situação da segurança no município não melhorou. Nas outras duas regiões, esse percentual cai um pouco (cerca de 50%), mas ainda é considerado um índice alto para a região.

Cartograma 6.2.2 – Lazer



Fonte: Elaboração do autor.

6.2.3 Fator 3: Serviços

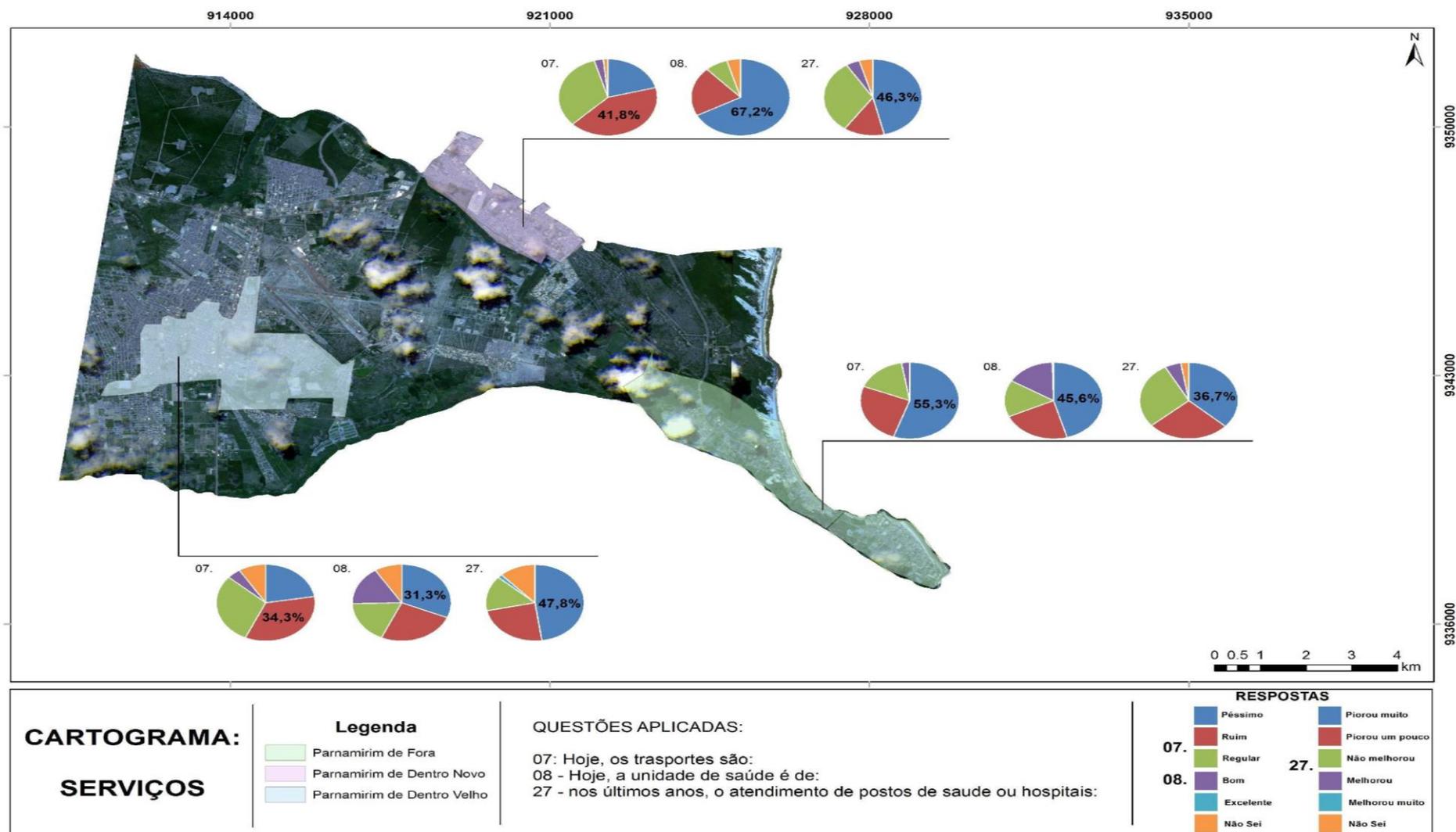
Outro fator de suma importância e que não pode deixar de ser abordado são os serviços. Aqui os indicadores escolhidos para análise giram em torno do setor de transportes e da questão da saúde. No que diz respeito ao setor de transportes, a partir das entrevistas e durante o trabalho de campo, pôde-se avaliar o serviço como péssimo. Em Parnamirim são disponibilizados serviços de ônibus, vans, táxis e mototáxis, mas funcionam de forma precária e têm um alto custo para os moradores. Para se deslocar dentro do município com eficácia é necessário ter transporte próprio. Os ônibus disponíveis são apenas os que fazem a linha Natal-Parnamirim. Dentro da cidade, o transporte é realizado basicamente em vans (sem horários preestabelecidos e em péssimo estado de conservação) e em mototáxis (a um custo caro e sem segurança, já que a maioria não fornece o uso de capacete e não respeita as leis de trânsito, provocando uma série de acidentes), já os táxis são considerados caros, não podendo ser usados rotineiramente.

Quando perguntados sobre as condições dos transportes, os entrevistados, em sua quase totalidade (aproximadamente 95%), classificaram como um serviço de regular a péssimo (Cartograma 6.2.3). Quanto à saúde, a situação também se repete. Os moradores anseiam por unidades de saúde gratuitas e de qualidade. Atualmente, na visão dos entrevistados, as unidades de saúde de Parnamirim são de péssima qualidade, e aqueles que querem ter acesso a um serviço adequado precisam optar por planos de saúde ou mesmo por atendimentos particulares. As respostas sobre as condições das unidades de saúde do município foram, evidentemente, em sua maioria (cerca de 98%), de ruim a péssimo. As informações obtidas durante as entrevistas podem ser complementadas quando se analisam dados do Ministério da Saúde para o ano de 2013, que mostram que no município de Parnamirim existiam (para atendimento pelo SUS) apenas 146 leitos de internação (destes apenas 06 são destinados à pediatria) disponíveis para atender uma população de aproximadamente 220.456 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011).

Além da qualidade estrutural dos postos e unidades de saúde, os moradores foram questionados também acerca do atendimento nesses locais e a resposta foi a mesma para a pergunta anterior: o atendimento não melhorou, ou piorou bastante. Nas palavras do Entrevistado:

Aqui a gente vive entregue à própria sorte. Quem tem dinheiro, paga um plano de saúde, vai ser atendido em Natal. Quem não tem, aguarda meses para ter uma consulta e muitas vezes o médico não olha nem na cara da gente. Muitos aqui até evitam de ir pra (sic) hospital. Só vai em último caso porque sabe que é uma demora enorme pra (sic) ser atendido. (Entrevistado A)

Cartograma 6.2.3 – Serviço



Fonte: Elaboração do autor.

6.2.4 Fator 4: Rendimento do turismo

O fator rendimento do turismo trata diretamente, como o próprio nome diz, das condições de rendimento dos moradores a partir do desenvolvimento da atividade turística. Embora seja uma atividade importante para o município, os moradores não conseguem enxergar melhorias e benefícios advindos dessa atividade. Em conversas com os entrevistados, observou-se que essas melhorias são pontuais e eles mesmos não enxergam os turistas como pessoas que têm algo a contribuir economicamente com o município. Em alguns momentos, esse turista é visto como uma ameaça aos nativos já que em determinadas situações se torna morador e não mais veranista. As desvantagens dessa atividade são assim apontadas: aumento da sensação de insegurança, violência, crescente número de usuário de drogas, entre outras.

Para os entrevistados, quem mais se beneficiam com o crescimento dessa atividade são os moradores das casas de veraneio. Mesmo assim, grande parte população avaliada (cerca de 40%) classifica esses ganhos como bom e regular (Cartograma 6.2.4).

Quando perguntados sobre a presença dos turistas, quase 90% dos entrevistados responderam que a presença deles é conceituada entre boa e excelente para o rendimento dos moradores. E esse dado comprova que o crescimento do veraneio em Parnamirim tem sido favorável ao rendimento da população, mas é importante colocar que as pessoas se sentem altamente prejudicadas pelo desenvolvimento do turismo, já que as melhorias proporcionadas pela atividade nunca chegam até elas.

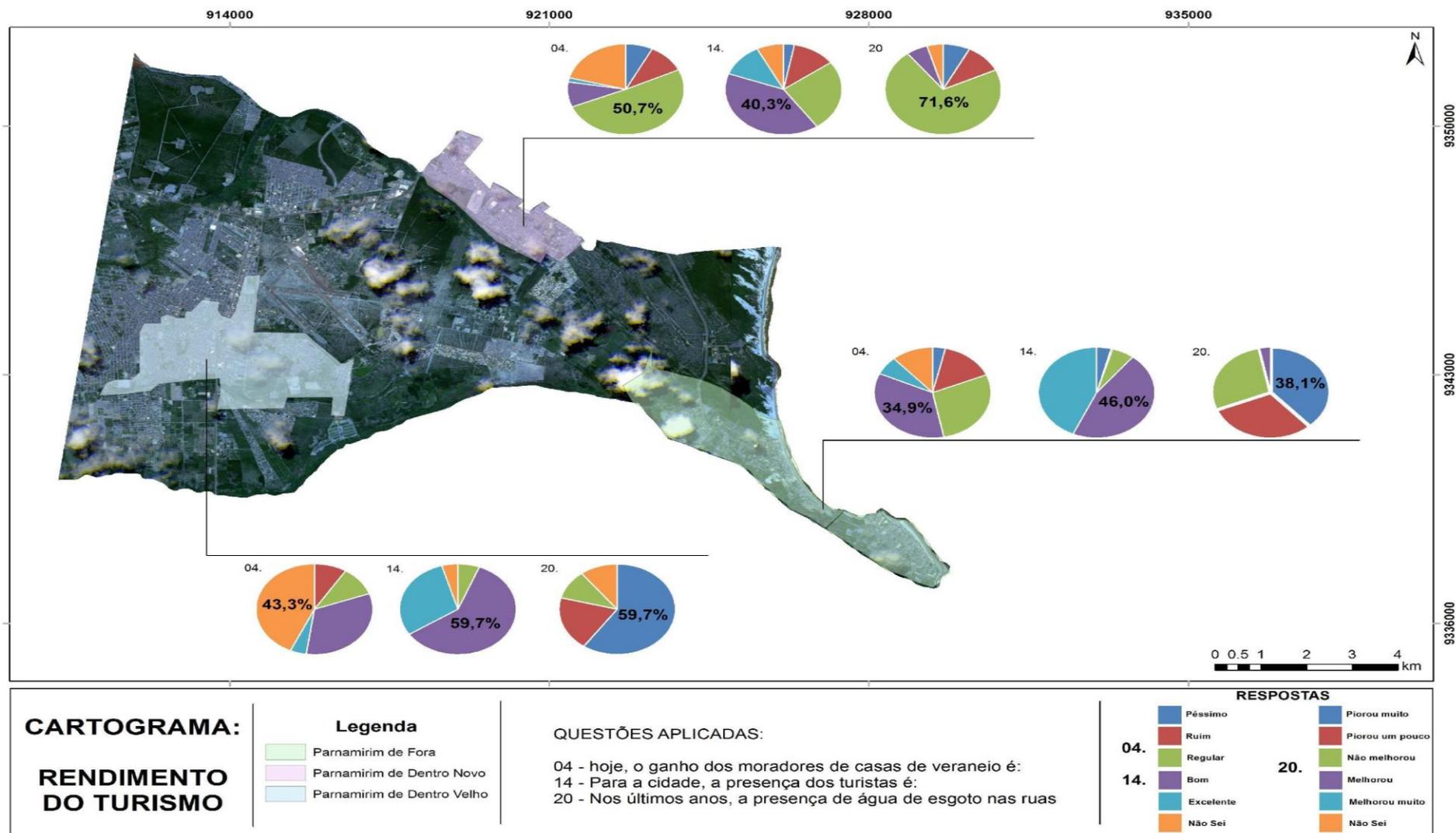
Um exemplo dessa questão é a presença da água de esgoto nas ruas. O esgotamento sanitário é de fundamental importância para a saúde da população, mas não está acessível a todos. Apenas uma pequena parcela (cerca de 5%) dos entrevistados de Parnamirim de Fora e de Parnamirim de Dentro Novo respondeu que a situação do esgotamento melhorou. Os outros 95% responderam que a situação não melhorou, ou piorou (pouco ou muito).

Nas palavras de um entrevistado:

Deve não ter saneamento básico. Na falta de um saneamento básico efetivo no município quem vai sofrer é o morador e não o turista. É melhor e mais fácil tirar só o lixo do que se preocupar com o saneamento. O esgoto pode dá uma maquiada. Assusta bem mais ver um monte de lixo espalhado. (Entrevistado B)

A partir do exposto é possível perceber o grau de segregação espacial e desenvolvimento desigual provocado pelo incremento dessa atividade no município de Parnamirim.

Cartograma 6.2.4 – Rendimento do Turismo



Fonte: Elaboração do autor.

6.2.5 Fator 5: Ambiente

O fator ambiente está diretamente associado à questão dos rendimentos proporcionados pela região litorânea em estudo, repleta de dunas e falésias. Trata-se de um cenário de belezas naturais que favorece o desenvolvimento do turismo, mas que vem sendo degradado a cada dia em função da implementação de uma série de construções. As falésias e as dunas estão relacionadas à dinâmica da venda do turismo, visto que o turista vai ao município exclusivamente para encontrar a paisagem que deseja usufruir.

Essa degradação torna-se algo necessário ao desenvolvimento da atividade, mas ao mesmo tempo é colocada como empecilho, já que cerca de 70% dos moradores relataram que se as dunas e as falésias fossem degradadas seus rendimentos seriam péssimos.

A situação ambiental no município de Parnamirim é considerada preocupante por parte dos moradores. Na Região de Parnamirim de Dentro Velha, por exemplo, cerca de 90% dos entrevistados responderam que a degradação das dunas e falésias no município não melhorou e só tem piorado (Cartograma 6.2.5).

Alertam para o fato de que a praia em si, com a degradação, não terá mais tanto significado, e que o importante será apenas a quantidade e a infraestrutura crescente de hotéis e *resorts*. Muitos comentaram também que não foram dados, à população local, todas as informações e os esclarecimentos necessários à preservação desse espaço.

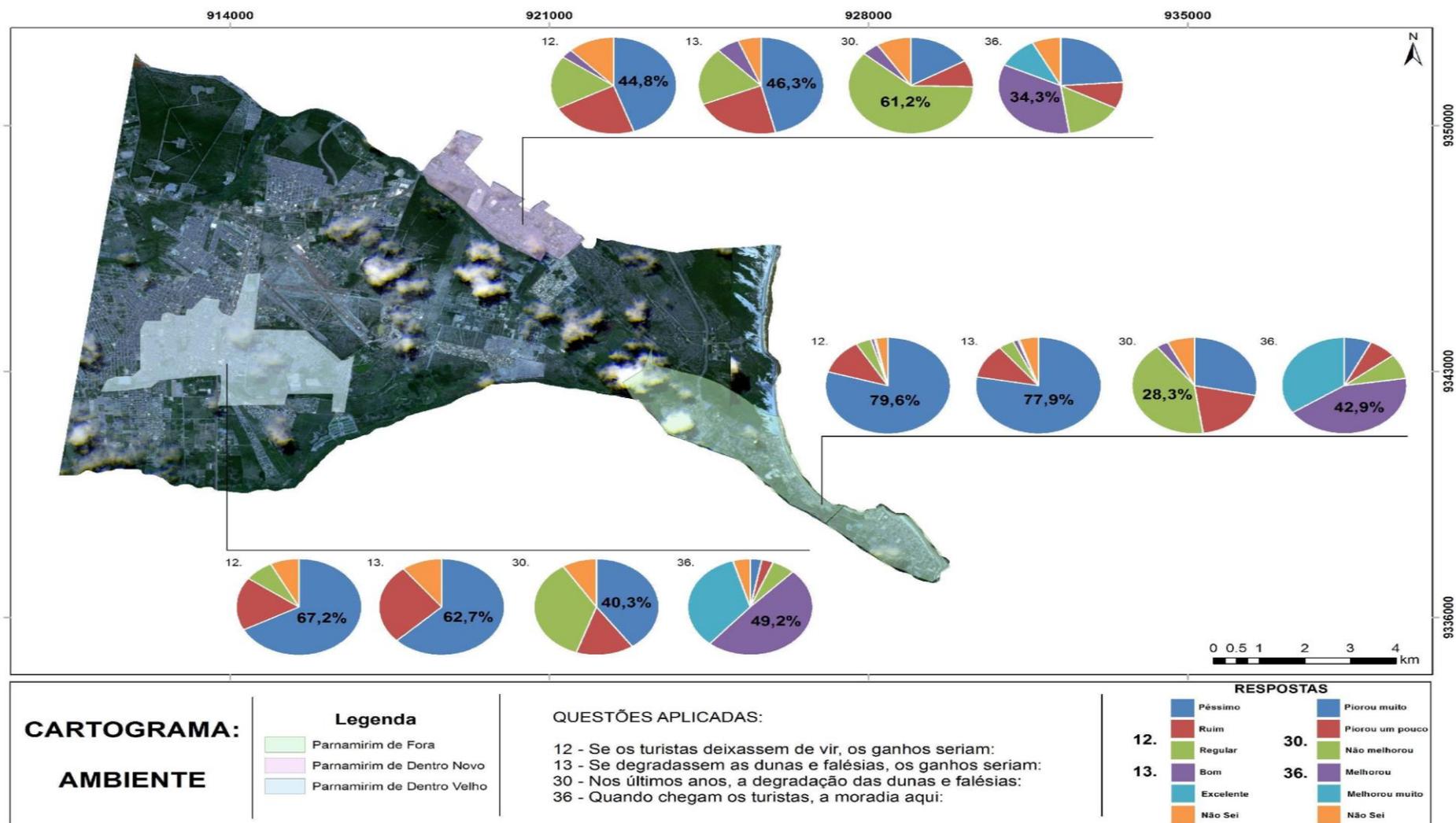
Ao tempo em que a degradação das falésias é colocada como um “mal necessário”, cerca de 80% dos entrevistados colocaram que se os turistas deixassem de ir a Parnamirim seria péssimo ou ruim para o rendimento do município. O turista é quem movimenta de forma significativa a economia do município a partir da sustentação de outras atividades como o comércio e o turismo.

A população é dependente dos veranistas porque trabalha para essas pessoas (como pedreiros, caseiros, faxineiros, garçons, entre outros serviços) e passa a ver no litoral a possibilidade de tirar o seu sustento, já que a escassez de postos de trabalho na sede do município é latente. É importante colocar aqui também a situação dos pescadores, que tiveram seu custo de vida aumentado, já que a região litorânea passou por um processo de valorização, e depende cada vez da vinda de turistas e de veranistas que ali se instalam.

Outro aspecto importante a destacar é a questão da moradia nas áreas estudadas. A chegada da atividade turística, com a construção de hotéis, *resorts*, *flats*, condohotéis e até mesmo de moradias de segunda residência, influenciou diretamente no mercado de terras de Parnamirim. O turista/veranista passa a ocupar o litoral, e o preço do metro quadrado das

terras nesses locais muitas vezes se assemelha ao determinado nos locais da cidade de Natal. Nesse aspecto, em termos de valorização das terras e condições de moradias, os entrevistados foram quase unânimes (cerca de 80% do total) em dizer que a situação das moradias para esses turistas/veranistas melhorou ou melhorou muito.

Cartograma 6.2.5 – Ambiente



Fonte: Elaboração do autor.

6.2.6 Fator 6: Acessibilidade

O fator acessibilidade destaca o acesso à cidade de Parnamirim tendo como foco principal a questão das estradas e da iluminação pública. A maioria dos entrevistados, cerca de 55% do total, respondeu que as condições das estradas não melhoraram. Setenta por cento responderam que a situação não melhorou na região de Parnamirim de Dentro Novo, 12% responderam que piorou pouco e muito, e apenas 15% responderam que melhorou.

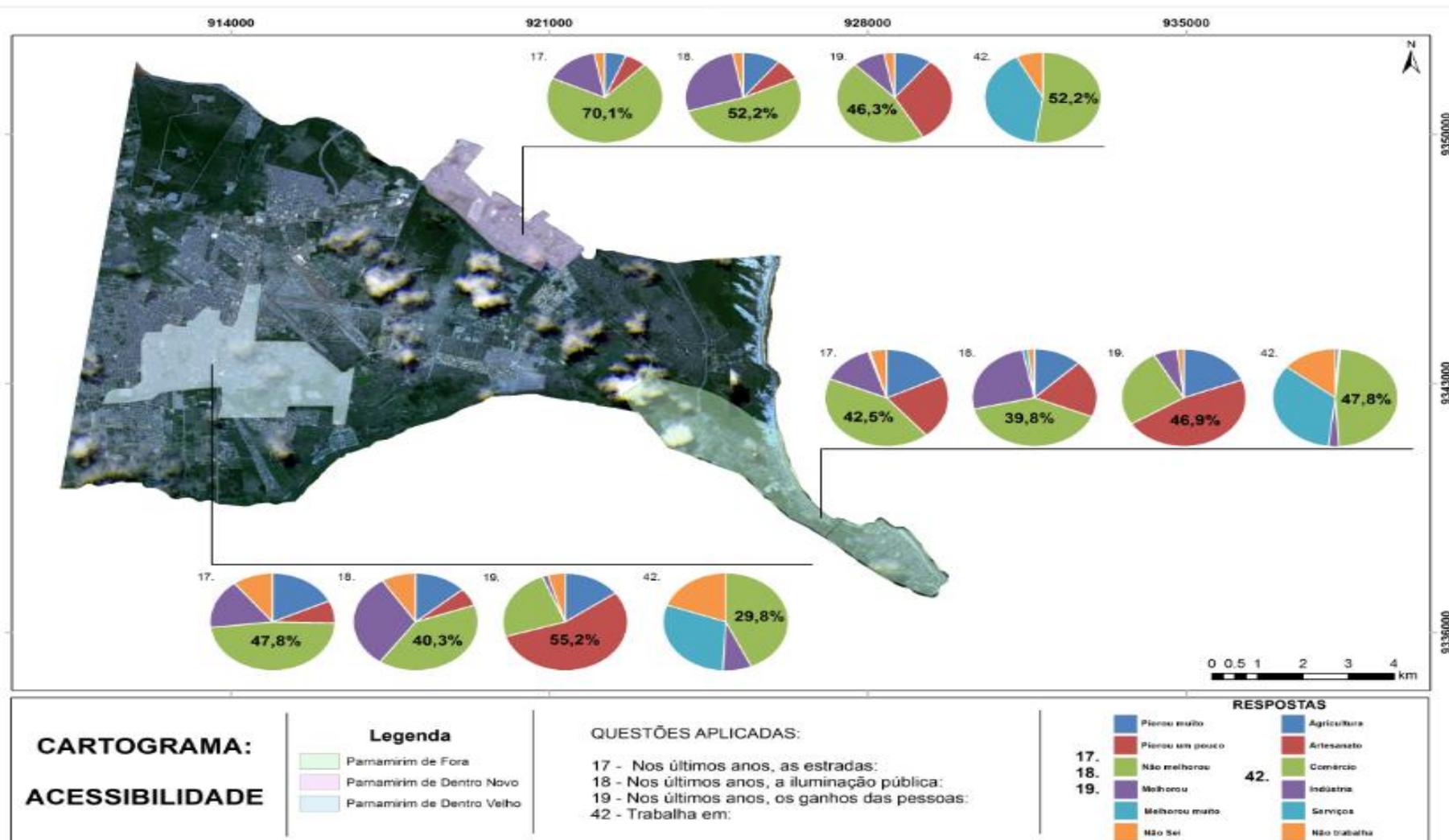
No que diz respeito à iluminação pública, para aproximadamente 45% do total de entrevistados a situação não melhorou e para 20% piorou um pouco ou muito. Nas regiões de Parnamirim de Dentro Novo e Parnamirim de Dentro Velho, 30% dos entrevistados argumentam que as condições da iluminação tiveram uma melhora, mas isso mostra quão periclitante é a situação de toda a região.

É nítida a sensação de medo e insegurança por parte dos moradores. Para eles, os lugares são ermos, escuros e esquisitos. Associada à insuficiência da iluminação, os entrevistados afirmam que existe uma série de atos de vandalismo na área, já que os marginais atiram pedras nos postes.

Os entrevistados colocam que a questão da iluminação pública é de fundamental importância tanto para os moradores quanto para o desenvolvimento do turismo noturno na região. “Aqui a atividade turística acontece durante o dia. É um turismo onde se vende o sol e a praia. A noite não tem como desenvolver bem atividades voltadas ao comércio e entretenimento se não tiver uma boa iluminação”.

Essa questão da qualidade das estradas e da iluminação na região está diretamente associada ao rendimento das pessoas entrevistadas. Nas áreas onde elas ganham melhor, as estradas e a iluminação são de qualidade. Já nas áreas de baixa renda, esses serviços são ofertados de forma ineficaz. Nos últimos anos, entrevistados comentaram que a renda não aumentou. O que acontece na verdade, para eles, é que recentemente as políticas de crédito têm sido benéficas à população e isso cria uma falsa impressão de bons ganhos. Diante do quadro de crise, cerca de 75% dos moradores comentaram que os rendimentos na região ou não melhoraram ou pioraram (Cartograma 6.2.6).

Cartograma 6.2.6 – Acessibilidade



Fonte:

Elaboração

do

autor.

6.2.7 Fator 7: Emprego e renda

A renda do município de Parnamirim é praticamente a mesma em todos os municípios interioranos do Brasil, nas suas diversas fontes: funcionalismo público, aposentadoria, comércio, agricultura e pesca, entre outras.

No que diz respeito à agricultura, pode-se dizer que a atividade agrícola não é tão desenvolvida no município nem é o carro-chefe da economia municipal. No ano de 2014, segundo dados da Produção Agrícola Municipal, foram plantados apenas 678 hectares entre lavoura temporária (190 ha), onde se destaca o feijão, a mandioca e o milho, e lavoura permanente (488 ha), onde são plantados produtos como: abacate, banana, castanha de caju, coco da baía (320 ha), laranja, limão, mamão e manga.

Cerca de 35% dos entrevistados não souberam responder sobre o desenvolvimento da atividade agrícola no município. Muitos têm a noção de que esse desenvolvimento deixou de ser, teoricamente, rural e passou a ser urbano, mesmo com resquícios de ruralidades. Os que responderam sobre se a situação não melhorou ou piorou trabalham ou têm família e conhecidos que trabalham na área.

No que diz respeito ao comércio, uma das principais atividades desenvolvidas no município de Parnamirim, os moradores classificam como ruim. O valor das mercadorias aumentou e as pessoas não possuem mais o mesmo poder de compra. Os entrevistados relataram que o preço dos bens de primeira necessidade não acompanhou o salário mínimo. Para eles, o cenário é de crise, e cerca de 35% classificaram a situação como ruim e outros 35% classificaram como péssimo. Já quando perguntados sobre o ganho de quem trabalha com o comércio, as respostas variaram entre bom e regular.

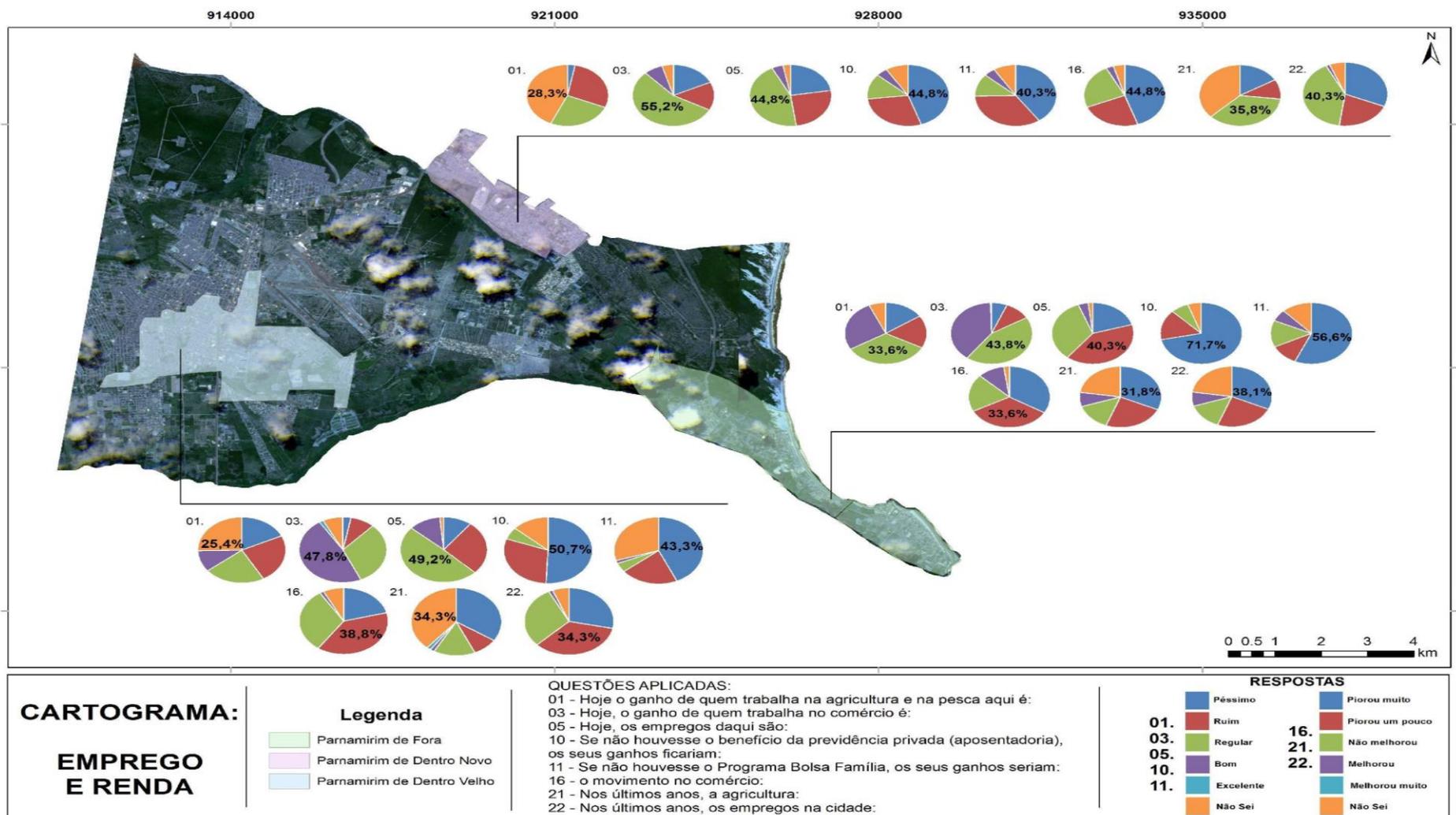
Para os entrevistados, o município tem poucas possibilidades de emprego. Não há uma variedade de atividades que proporcionem a ampliação do horizonte de expectativas. Na análise dos entrevistados o que existe é a manutenção dos empregos temporários de alta estação (meses de dezembro a março e o mês de julho). Em termos percentuais, cerca de 45% dos entrevistados responderam que os empregos ofertados na região são regulares, e na região de Parnamirim de Dentro Velho 65% dos entrevistados, em média, consideram a situação de ruim a péssima.

Os entrevistados ainda foram questionados sobre a previdência social. O objetivo era descobrir como seria a situação desses moradores se não houvesse esse tipo de rendimento no município. Quase 65% do total de entrevistados responderam que a situação seria péssima. Os moradores comentaram que não existe perspectiva nenhuma, que não há

estabilidade financeira, e que a aposentadoria é a única fonte que proporciona essa estabilidade.

Essa renda da previdência social geralmente é complementada com as políticas sociais do governo federal, dentre as quais cita-se o Bolsa Família, embora durante as conversas os entrevistados não tenham mostrado tanta dependência desse tipo de assistência. Isso pode indicar que é um programa cercado de muitas polêmicas acirradas de prós e de contras. Quem responde péssimo é porque precisa mesmo do benefício, depende quase que totalmente dele, o que mostra a força assistencialista que o programa tem. Dos entrevistados, 13% estão recebendo o apoio financeiro, mas não precisam dele tanto quanto a maioria da população ou precisam só para um complemento. Também faltam oportunidades, capacitação ou provimentos próprios para sobreviver. Em que condições elas estariam sem o benefício? Se o pouco que recebem é péssimo, logo, estariam na condição de miseráveis (Cartograma 6.2.7).

Cartograma 6.2.7 – Emprego e Renda



Fonte: Elaboração do autor.

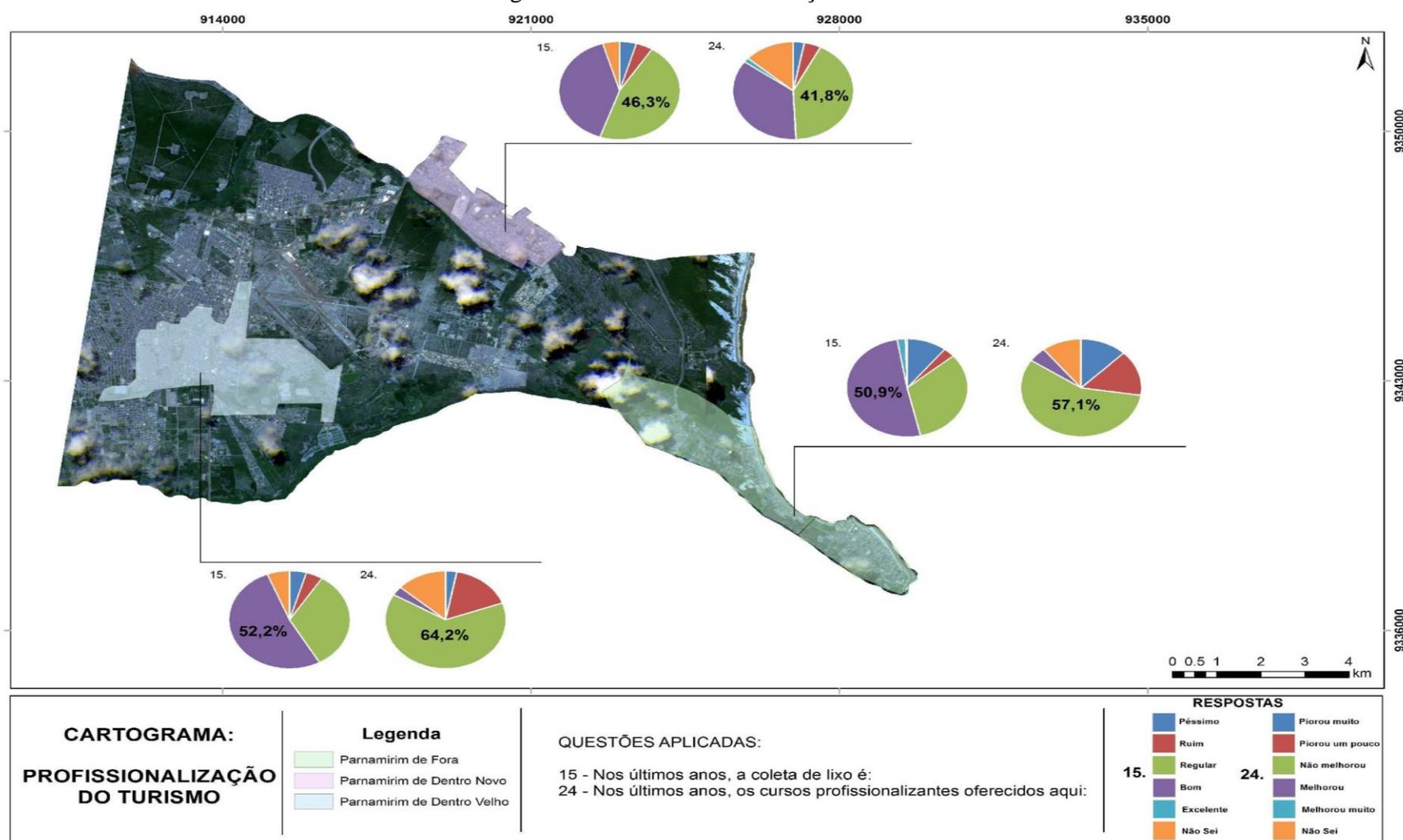
6.2.8 Fator 8: Profissionalização do turismo

No que diz respeito à profissionalização do turismo, uma das perguntas realizadas aos entrevistados foi sobre a qualidade dos cursos de capacitação na área para os moradores da cidade nos últimos anos. A maioria dos entrevistados, por volta de 55% do total, respondeu que “não melhorou”, ou piorou um pouco, o que mostra que, na visão dos moradores de Parnamirim, pouco tem sido feito para capacitar profissionais nessa área econômica considerada tão importante para o município (Cartograma 6.2.8). Cerca de 10% dos entrevistados não souberam responder sobre a existência desses cursos, o que só vem reforçar a baixa oferta de tais capacitações. Aqui, mais uma vez pode-se afirmar que os cursos disponibilizados pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte de Parnamirim não se adequam à realidade e à vocação local, já que a grade de cursos está voltada à área de informática e de telecomunicações.

Outro indicador pesquisado e que trata dessa questão da profissionalização do turismo é a coleta de lixo. Uma cidade que tem perfil turístico deve ser exemplo de limpeza e para isso uma coleta de lixo adequada é básica e essencial. É importante colocar que, nesse caso, são beneficiados não apenas os turistas, mas a cidade toda. Ao questionarmos sobre o sistema de coleta de lixo em Parnamirim, cerca de 51% dos entrevistados responderam que o sistema é bom, e 35%, em média, classificaram o serviço como regular. Vale salientar que na região de Parnamirim de Dentro Novo a soma dos que acham a coleta de lixo entre regular, ruim e péssimo é de aproximadamente 55%, contrastando com 40% que acham o serviço bom e 5% que não souberam opinar.

O sistema de coleta de lixo é de responsabilidade da prefeitura, e a partir da análise desse indicador é possível observar que, infelizmente, não é um serviço acessível a toda a população, embora seja de suma importância tanto para a salubridade local como para o desenvolvimento da atividade turística.

Cartograma 6.2.8 – Profissionalização do Turismo



Fonte: Elaboração do autor.

6.2.9 Fator 9: Educação

A partir da aplicação dos questionários foi possível observar que aproximadamente 40% dos entrevistados caracterizam o sistema público educacional como ruim. De modo geral, esse resultado é atribuído a uma série de fatores como o desvio de verbas. É perceptível a opinião geral da população: descrença no que diz respeito às verbas destinadas à educação; currículo escolar inadequado, não respeitando o nível de desenvolvimento dos alunos e nem as particularidades da região; ausência da família na escola (Cartograma 6.2.9).

Outro ponto bastante mencionado, inclusive por professores da região, é que essa baixa qualidade da educação no município de Parnamirim se dá por um afrouxamento das regras de aprovação e reprovação, havendo hoje grande necessidade de um alto percentual de aprovações, o que faz a qualidade do ensino cair. Nas palavras de um entrevistado:

O aluno precisa ser aprovado sem ter o nível necessário para isso. Há uma pressão para que esse aluno passe de ano. A escola vai empurrando, pois quanto mais aprovações tiverem, mais investimento vem. O aluno sai da escola com um déficit significativo no conhecimento. Agora isso não é culpa do professor, e sim do sistema educacional, que defende a não reprovação do aluno e não dá o acompanhamento necessário. Hoje o que nós temos são professores sobrecarregados de trabalho e que não podem dar a assistência necessária aos seus alunos. E a escola particular vai seguindo a mesma tendência. O importante é a aprovação desses alunos. (Entrevistado C)

Mas também há a discussão de que tipo de escola pública se tem no município. No entendimento da população, para que exista uma mudança no perfil da educação pública é necessária a contratação de professores qualificados, já que existem casos de professores que estão em sala de aula mas não possuem formação superior. Isso pode ser justificado pela ausência de Instituições de Ensino Superior no município, já que até o ano de 2013 Parnamirim contava apenas com uma faculdade particular.

Somente no ano 2010 foi inaugurado no município um campus do Instituto Federal do Rio Grande Norte definindo seus eixos tecnológicos voltados para a Informação e Comunicação, com cursos de Informática e Redes de Computadores e para o eixo de Controle e Processos Industriais, com o curso de Mecatrônica. Isso é parte do processo da política de expansão dos Institutos Federais (IFs) no governo Lula visando ampliar o serviço de ensino básico, técnico, tecnológico e superior, descentralizando-o das capitais ou de áreas de influência já consolidadas.

No entanto, o que se constatou com essa política de expansão foi a construção e instalação de IFs mais para atender os “currais eleitorais” dos políticos influentes e da base aliada do governo em cada região (como manobra para a obtenção de votos) do que para capacitar os municípios e desenvolver suas potencialidades, gerando uma guerra de lugares, principalmente na região Nordeste. Há casos de municípios, como Parnamirim, que receberam esses eixos tecnológicos sem sequer ter potencial ou “vocação” para tais atividades. Todavia, o discurso apresentado é que, através de Audiência Pública, a definição desses eixos tecnológicos e dos cursos a ser ministrados nos *campi* seria discutida com a participação de secretários de educação de Parnamirim e das cidades circunvizinhas, e de representantes de vários segmentos: Base Aérea de Natal, Diretoria Regional da Secretaria de Educação do Estado, estudantes, professores, diretores de escolas.

Com um discurso já pronto de progresso e desenvolvimento, a população acaba absorvendo esses eixos também porque a qualidade da educação nos IFs ainda é superior ao que é oferecido nas escolas públicas. Mas os estudantes que querem estagiar ou trabalhar nas atividades que abarcam os respectivos eixos tecnológicos em Parnamirim precisam se deslocar até Natal por lá encontrarem maior oferta de serviços nas áreas de informática, redes e mecatrônica, principalmente como técnicos.

Com isso, acabam ocorrendo as chamadas desistências ou até evasões do corpo discente pela desmotivação de não ter um amplo mercado no município, tendo que se encaminhar para Natal. Ao concluir o IF, os estudantes fazem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para entrar em universidades como a UFRN, que se localiza na capital. O curso técnico ou tecnológico passa a ser secundário ou menos importante.

A partir da análise de dados oficiais é possível verificar um tímido crescimento do número de estabelecimentos de ensino, que contrasta drasticamente com a redução no número do corpo docente e do número de alunos matriculados nos mais diversos níveis de ensino, conforme as tabelas 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3.

Tabela 6.2.1 – Estabelecimentos de Ensino por dependência administrativa para os anos de 2008 e 2013

Dependência administrativa	2008	2013
Federal	0	1
Estadual	12	11
Municipal	47	64
Privada	29	40

Total 88 116

Fonte: Perfil Básico Municipal de Parnamirim (2008 e 2014).

Tabela 6.2.2 – Corpo docente na educação básica por dependência administrativa para os anos de 2008 e 2013

Dependência administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2008	2013	2008	2013	2008	2013
Federal	0	0	0	0	0	0
Estadual	0	0	740	147	1057	208
Municipal	240	357	1582	694	64	0
Privada	110	130	864	86	341	47
Total	350	487	3186	927	1462	255

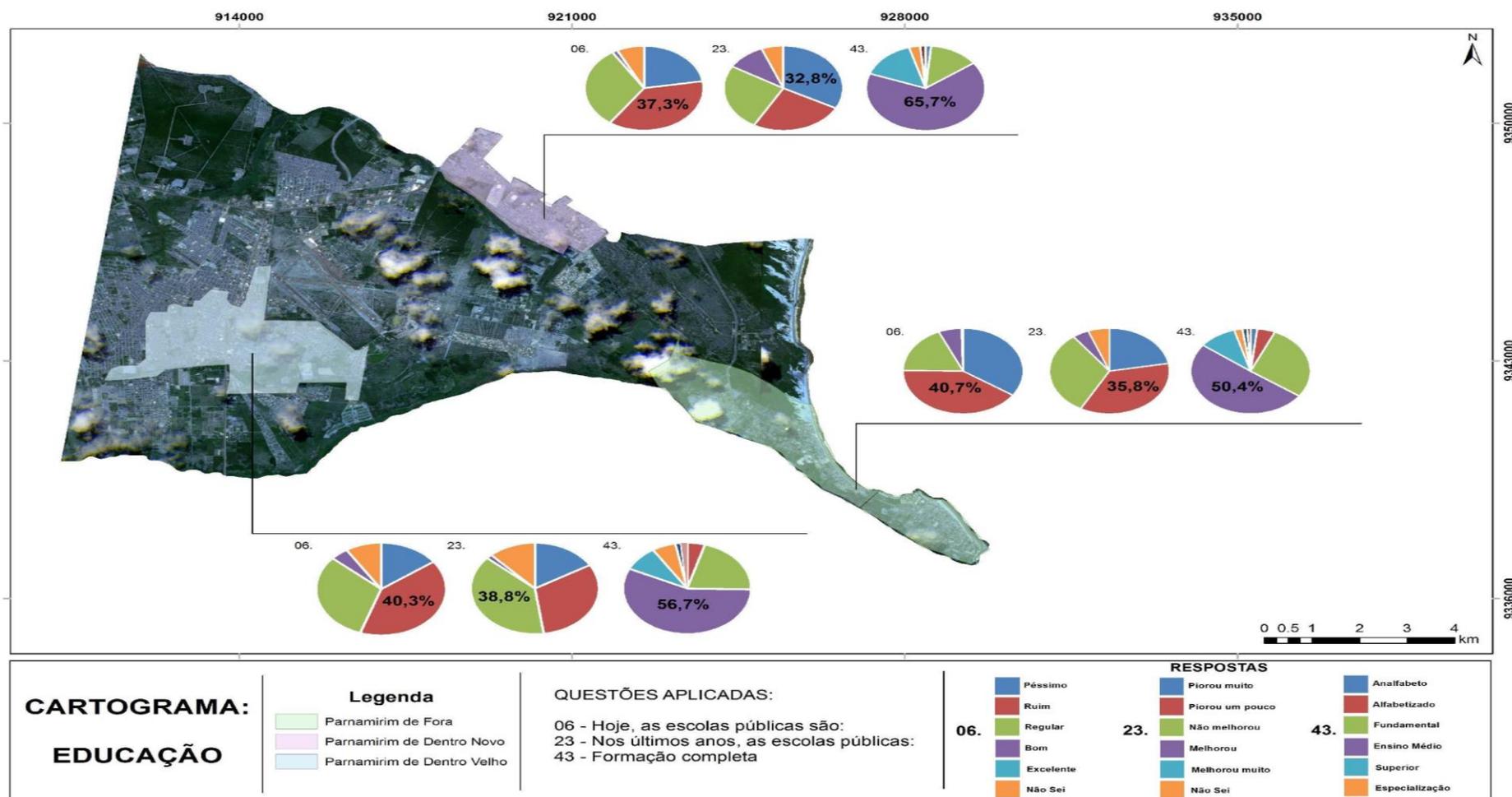
Fonte: Perfil Básico Municipal de Parnamirim (2008 e 2014).

Tabela 6.2.3 – Número de matrículas efetivadas na educação básica por dependência administrativa para os anos de 2008 e 2013

Dependência administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2008	2013	2008	2013	2008	2013
Federal	0	0	0	0	0	17
Estadual	0	0	5242	106	6390	220
Municipal	4130	5248	16680	726	330	0
Privada	948	1741	4417	496	923	196
Total	5078	6989	26339	1328	7643	433

Fonte: Perfil Básico Municipal de Parnamirim (2008 e 2014).

Cartograma 6.2.9 – Educação



Fonte: Elaboração do autor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo e seus seguimentos, principalmente os ligados a sol e praia, o excursionismo, o veraneio marítimo espacializados na área metropolitana potiguar, no município de Parnamirim, atrelados ao mercado imobiliário, conduziram as discussões abordadas neste trabalho sob a ótica das “oportunidades” do discurso do desenvolvimento e suas adjetivações.

Esse fenômeno imbricado na valorização dos espaços litorâneos e nas práticas marítimas modernas (banhos de mar, veraneio, turismo litorâneo, excursionismo, lazer, entre outras), na contemporaneidade, transforma historicamente as zonas de praia a partir da urbanização litorânea, e é entendido como um processo social que promove uma nova configuração socioespacial marcada pela ocupação do litoral pelas moradias de uso ocasional nas metrópoles litorâneas nordestinas.

As atividades mencionadas têm um efeito metropolizador cujas definições não se restringem à descrição de lugares, mas incluem uma fragmentação socioespacial e relaciona um número considerável de ações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas de usos e trocas:

- a) expansão/centralização de diferentes morfologias urbanas;
- b) reprodução de um modo de vida, no caso urbano;
- c) metamorfoses de lugares e paisagens pela mercantilização;
- d) invenção e reinvenção de práticas socioculturais que promovem a diferenciação/segregação social;
- e) inter-relação das diferentes atividades econômicas e espaciais relativas a mobilidade urbana e práticas sociais.

Esses fatores de desenvolvimento urbano-metropolitano e litorâneo reorganizam e redefinem os espaços litorâneos e não-litorâneos com uma urbanização linear, pois segue a morfologia territorial, mas também dispersa ou difusa porque atende uma demanda por áreas que dinamizam a produção e o consumo de espaço, como os localizados na RMN e em Parnamirim, para turismo, veraneio, lazer e habitação.

Entrelaçado a essa lógica está o avanço dos meios de comunicação, de transportes e das novas tecnologias encurtando distâncias, porém virtualizando esse contato com a

dimensão social desde os anos de 1950, com a abertura de mercados com o processo de globalização. O sistema financeiro mundial reassumiu o discurso do neoliberalismo em vista das políticas neoliberais emergentes, falseando, principalmente nos países pobres e menos desenvolvidos, a ideologia pasteurizada do progresso e crescimento econômico para poder movimentar os capitais excedentes dos países ricos e desenvolvidos.

O modelo de gestão e planejamento de cidades não atingiu as suas expectativas naquilo que considerou como demandas importantes pelo Plano Diretor de Parnamirim, pois ainda não se podem identificar indicadores suficientes para justificar o alcance dos seus objetivos a fim de desenvolver o município de forma urbana metropolitana e litorânea.

Ocorre a busca por um modelo estruturado numa produção socioespacial diferenciada para atender cooperativamente uma divisão internacional do trabalho com processos cada vez mais especializados dando formas e funções interagindo e convivendo em todas as dimensões no itinerário da arte de produção e reprodução, do uso e ocupação dos espaços. O objetivo é responder as necessidades da reprodução da vida e o exercício do poder marcados pelas tensões e conflitos emergentes das atividades ali desenvolvidas desigualmente.

As cidades brasileiras não fogem à regra, e desde o último quartel do século XX e no corrente século XXI as urbanizações desiguais são visíveis e notórias no contexto histórico e de formação socioespacial. Essas urbanizações se espalham pela tessitura urbana e vão ocasionar desde a má distribuição de riquezas e o consumo desenfreado dos territórios à espoliação da sociedade, generalizando uma segregação que sucumbe às particularidades de cada lugar, devido às guerras espaciais de cada cidade-mercadoria para investimentos de toda natureza.

Cidades e espaços evoluem aceleradamente em meio às diferenciações e às diversidades de um Brasil que, por natureza, tem em suas relações no espaço e no tempo essas características da descontinuidade e desintegração no território, nas cinco regiões e nos respectivos estados e municípios que o compõem. Exemplo dessa descontinuidade é o modo de expansão do sistema capitalista no país através do fluxo de homens, bens, transportes e matérias (SANTOS, 2010a).

Assim, são criadas novas cidades, áreas de influências (centros urbanos), relação centro-periferia, metrópoles, regiões metropolitanas, dentre outros espaços, no intuito de dinamizar o fluxo migratório, industrial e de comércio e serviços ocasionando uma mobilidade contínua entre as cidades brasileiras aumentando a concorrência entre elas, na

busca de um desenvolvimento social, político-administrativo, econômico, cultural e ambiental.

Com foco na participação regional, este trabalho teve como intuito analisar essas manchas de desenvolvimento nas cidades brasileiras, especializado e espacializado nas metrópoles litorâneas e em áreas metropolitanas localizadas na região Nordeste. É o caso da RMN e sua relação conurbada com Parnamirim, implicando uma troca de vivências e experiências das respectivas populações e da população que vem de fora. Uma relação paradoxal, pois quem chega à cidade convive com o tradicional e o moderno nos mesmos espaços. Apesar de Parnamirim ser hoje um município metropolitano importante na RMN, ainda carrega um provincianismo arraigado pela sua ligação com o passado inexpressivo recentemente transformado pela era militar e pelas transformações de ordem socioeconômica, tecnológica e simbólica.

Como entender a produção desigual do espaço em Parnamirim em consequência do seu desenvolvimento urbano-metropolitano e litorâneo? Dá para entender a partir da cartografia do município, baseada no próprio modelo de gestão, ordenação e planejamento do seu território, com uma urbanização dispersa orientada pelos seguintes instrumentos:

- i) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), legislação urbana que causa uma cisão urbana.
- ii) Variável da ambiência geomorfológica, que faz uma cisão.
- iii) Interesses de seu uso e ocupação do solo.
- iv) Contraposição da disposição de atividades econômicas nas Parnamirins de Dentro” — interiorana, habitação, infraestrutura e comodidades exigidas pelo investimento imobiliário — e na “Parnamirim de Fora” — veraneio, turismo, lazer e excursão, dinâmicas implementadas na RMN, produzindo e valorizando os espaços litorâneos.
- v) Diferentes funções dividindo socioterritorialmente Parnamirim, pois Natal precisou expandir todas essas forças na dinâmica urbana de interesses tanto do investimento quanto da especulação baseada no interesse do capital.
- vi) As “Parnamirins de Dentro” Tradicional e Nova estão organizadas a partir da base militar, com pessoas que fizeram da rota Parnamirim-Natal a certeza de melhorias e benesses, e de Natal o local onde se encontra e se resolve tudo o que concerne a trabalho e educação.
- vii) Uma cidade que está sendo construída não para a classe proletária e sim para uma classe abastada, com infraestruturas e comodidades para atender não só a

parte “Nova Parnamirim de Dentro” como também a “Parnamirim de Fora” (turistas, veranistas e excursionistas).

- viii) Parnamirim nasce no Brasil capitalista, como uma cidade inventada para atender uma dinâmica funcional-estratégica conduzida pelos militares americanos e pelo governo federal no período de guerra, bem como, na contemporaneidade, pelos investimentos imobiliários que buscaram os melhores terrenos para estabelecimentos imobiliários, movimentando o mercado e o preço da terra e criando duas “Parnamirins” na parte de dentro.
- ix) Em contrapartida, cria-se e produz-se uma Parnamirim litorânea ou “de fora”, alvo de uma maior especulação, pois compra a terra e espera as melhores propostas para que se possam construir empreendimentos voltados ao turismo imobiliário, de veraneio.
- x) Caráter menos conservador e mais agressivo do investidor, pois nos investimentos capitalistas o espaço é construído para assumir forma de mercadoria porque o investimento imobiliário precisa agregar valor ao que foi investido, diferente da especulação como lógica mais conservadora e menos agressiva, em que o especulador é parcimonioso com o ambiente porque ele não quer investir.

A isso tudo soma-se a importância do papel do Estado atuando em políticas urbanas cada vez mais neoliberais flexibilizando as legislações, e também as parcerias público-privadas, que privilegiam o mercado imobiliário e em muitos casos desmontam as políticas que pautam o Estatuto das Cidades, promovendo espaços globalizados dentro da cidade e desiguais de acumulação espoliativa com finalidade de acúmulo desenfreado de capital (empreendimentos, projetos e equipamentos).

Parnamirim é uma cidade afetada por esse processo de globalização impactada pelo mercado e pelos preços de terras, obedecendo a uma nova funcionalidade, da fragmentação veemente na cidade tendo como consequência a segregação socioespacial, que, na atualidade, é observada na relação do próximo e distante, a cidade e seu entorno, aqui analisada a conurbação Natal-Parnamirim.

Outra questão que se pode apontar nessa dinâmica do imobiliário está na fragilidade ambiental, em que a paisagem está associada a renda. Uma cidade dividida que tem como limitante o aspecto natural como a barreira do inferno, as dunas e falésias, as áreas de proteção ambiental (APAs), as reservas protegidas pelos militares e a base militar, onde

depois foi instituído o Aeroporto, que hoje está desativado. Ou seja, o espaço do município não é unificado, e devido à sua geomorfologia tende a se expandir na atualidade para terrenos menos estáveis e mais frágeis como áreas verdes, faixa de praias, dunas, falésias, terrenos flúvio-marinhos.

Esse movimento de ocupação de cidades recentes como Parnamirim iniciou pelos terrenos mais estáveis e menos frágeis, e hoje tem essa característica de deslocar-se para ambientes mais fragilizados. No caso de Natal, a cidade se espraiou na busca por novos espaços para crescer, na sua área metropolitana, o que exige de Parnamirim um modelo de gestão que priorize a preservação e conservação das suas áreas mais fragilizadas em vista de essas cidades serem referências para atividades como a do turismo.

Com o *boom* turístico desde a década de 1980 no Rio Grande do Norte e com a concorrência entre os estados, as metrópoles e as cidades litorâneas como Natal e Parnamirim entram nesse *ranking* de cidades com “vocação” turística, porém são cidades influenciadas pela ocidentalização de um turismo mundial, especialmente o de Madri na Espanha, reproduzindo um imaginário litorâneo arcaico.

Contudo, o desenvolvimento do turismo e sua prática não se coadunam com o fortalecimento da história e da cultura local e nem se relacionam com os moradores locais, Os empreendimentos não associam os seus estabelecimentos à história do município para atrair os turistas, veranistas e excursionista, o que é paradoxal numa Parnamirim que historicamente é importante no contexto nacional e internacional no período entre guerras, que vende as praias e o maior cajueiro como enclaves no seu território.

Pela RN-063 (corredor turístico, a Rota do Sol) se tem todo um constructo do imaginário criado pelo turismo desde o deslocamento de Natal em direção a Parnamirim com paisagens de reservas, boas vias, beleza das praias. O litoral não é um lugar acessível para o morador local porque foi sempre um lugar de barreira, que os militares colocaram porque precisaram tomar conta da costa litorânea antecipando algum ataque ou invasão no período entre guerra. Isso deve ter ficado no imaginário da população de “Parnamirim de Dentro tradicional”, sendo mais comum a presença de quem mora na “Parnamirim de Dentro Nova” e os turistas, veranistas e excursionistas oriundos de Natal ou de outras localidades nacionais e internacionais que visitam ou frequentam a “Parnamirim de Fora”.

Parnamirim é uma cidade situada na RMN e é um município trampolim para a metrópole. A cidade em si não é rentável ou proveitosa porque as melhores condições de comércio, serviços e empregos estão em Natal. Quem quiser uma boa escola pública ou privada procura-a em Natal.

Nos últimos anos, com a transformação de uma parte do município, bairros como Nova Parnamirim, Cidade verde, Parque do Jequi se tornaram espaços hoje privilegiados que atendem as demandas necessárias ao seu crescimento, mas de forma seletiva, para as pessoas que teriam condições econômicas ou que moram lá e trabalham em Natal – “Parnamirim de Dentro Nova”.

Constata-se que não existe um elo entre as “Parnamirins de Dentro” e a “Parnamirim de Fora”. Criam-se espaços disassociados uns dos outros, divergentes, que não se comunicam entre si, pois não existe um sentido de pertença, um laço identitário da população com o município. O litoral é alheio às pessoas que estão na parte de dentro tradicional, sendo pouco frequentado por elas, que preferem ter o seu lazer e descanso na metrópole, pois a zona litorânea foi construída ao longo do tempo para atender essas pessoas oriundas de Natal, ávidas por estar próximo ao mar e além da capital. Isso corresponde a um desenvolvimento intrametropolitano pelos impactos da conurbação fazendo de alguma forma Parnamirim perder a sua autonomia, a sua influência para receber e executar os ditames da metrópole.

Em decorrência disso, há impactos importantes, principalmente nas relações sociais de uma população, que é autóctone e alóctone, e que interfere na dinâmica de comércio, serviços, empregos, desenvolvimento, de como Parnamirim se relaciona com a metrópole, por ser uma cidade que não tem a mesma expressividade dentro da RMN, que existe a reboque de Natal, não tendo uma postura para existir de forma concreta como município mantendo suas características e particularidades. Desde a sua emancipação, o desenvolvimento metropolitano de Parnamirim permanece em questões pontuais e seletivas.

Esse desenvolvimento urbano-metropolitano e litorâneo sustenta-se num discurso imagético e midiático, contraditório e desigual nas falas do poder público e da população. A visão do estado está em desenvolver a atividade turística na parte litorânea, mas, por outro lado, há o descaso em melhorias em infraestrutura e serviços ofertados na parte interiorana, principalmente na tradicional, apesar de ter casas mais organizadas, ruas mais organizadas, resquícios de vila militar americana.

Quem tem dinheiro coloca cerca elétrica, segurança particular para as necessidades dos turistas, excursionistas e veranistas. Se o que movimenta econômica e significativamente o município é o turismo, então essa parte de “Parnamirim de Fora” está resguardada. Um turismo forjado, pois Parnamirim precisa das belezas naturais para ser uma mercadoria visível e disponível. Não se tem a totalidade dos fatos só um fato pontual que pode mascarar a realidade.

Uma realidade social muito difícil, pois é notória a desigualdade socioespacial na produção e nas atividades na cidade fragmentada, segregada, típica da realidade globalizada.

Independentemente de estar na parte de dentro ou de fora, a opinião dos entrevistados/moradores locais, em média, é que as condições de vida não melhoraram. Há ainda uma dependência das políticas governamentais e ações compensatórias dos benefícios da previdência social, de programas como bolsa-família e mantém-se a continuidade de uma sociedade “subdesenvolvida” socialmente.

Existe uma desigualdade econômica e social entre aqueles que têm condições, e moram na “Parnamirim de Dentro Nova”, e aqueles que estão na “Parnamirim de Dentro Velha”, que dependem de Natal. Permanecem no município, mas buscam qualidade e melhorias de vida em Natal e vão ter lazer na capital. Não são dadas condições para que as pessoas menos abastadas frequentem o litoral; a praia está lá para todos, mas faltam-lhes a acessibilidade porque os serviços como transporte são ruins ou péssimos. Em outras palavras, os moradores locais não têm acesso àquilo que a sua própria cidade oferece. Ocorre uma espécie de estranhamento, em que não se conhece como ocorre toda a dinâmica do próprio município. E a parte da população que depende do serviço público fica à margem dos processos. A atividade turística só favorece aqueles que têm poder aquisitivo dentro da cidade.

O turismo não está trazendo desenvolvimento local, não está melhorando a vida dos moradores socioeconomicamente. As pessoas permanecem na mesma situação, diferentemente de quem compra segundas residências e frequentam sazonalmente o local. A população aponta que nos últimos anos as condições não melhoraram devido ao aceleração dos processos do desenvolvimento globalizado.

A economia global em Parnamirim é que muitas das vezes determina os serviços dentro ou fora do município. Um turismo sujo, feito mundialmente, esquecendo particularidades, sustentando um discurso alienante do progresso e crescimento. A cidade ganha infraestruturas, porém pontuais. Um discurso imagético enraizado de consumo que faz as pessoas ter duas residências, mesmo as que moram na parte de dentro de Parnamirim seguindo uma lógica do capitalismo de não querer melhorar a realidade em que vive e quer sair para outro ponto da cidade para usufruir melhor de Natal e do litoral. Contudo, essa economia está sendo impactada sim pela atual crise/recessão econômica e precisa rever com mais atenção o cenário futuro, trabalhando com “fórmulas” reais que atendam com equidade um desenvolvimento socioespacial local, metropolitano, regional, estadual, nacional e internacional.

A ligação entre Natal e Parnamirim sempre vai ser por fora, porque o processo de fragmentação da cidade é sempre direcionado para a segregação. A segregação gerou a fragmentação do espaço, pensada dentro de uma lógica administrativa. Por isso não tem como não ter violência, consumo de drogas, consumo supérfluo do desenvolvimento. Vai-se roubar e violentar o morador local que depende das benesses públicas. Equipamentos que não existem no município vão aparecer no período de veraneio. É só uma exploração mesmo, como acontecia com a lógica de explorar o sertão de dentro e de fora, guardada as devidas proporções.

A tendência é passar por cima das limitações para que a fragmentação-segregação aconteça, por isso faz sentido ter dividido aqui o município em “Parnamirins de Dentro (Velha e Nova)” e “Parnamirim de Fora”, sendo as “Parnamirim de Dentro Nova” e a parte litorânea, por estarem mais próximas e mais em sincronia, são engolidas por Natal. Igualmente, as segundas residências se tornaram residências primárias, e a sede (velha) permanece como está, interiorana, sem se beneficiar com o turismo; ao contrário: na sede, a infraestrutura ficou estagnada, pois nos últimos não foram melhoradas.

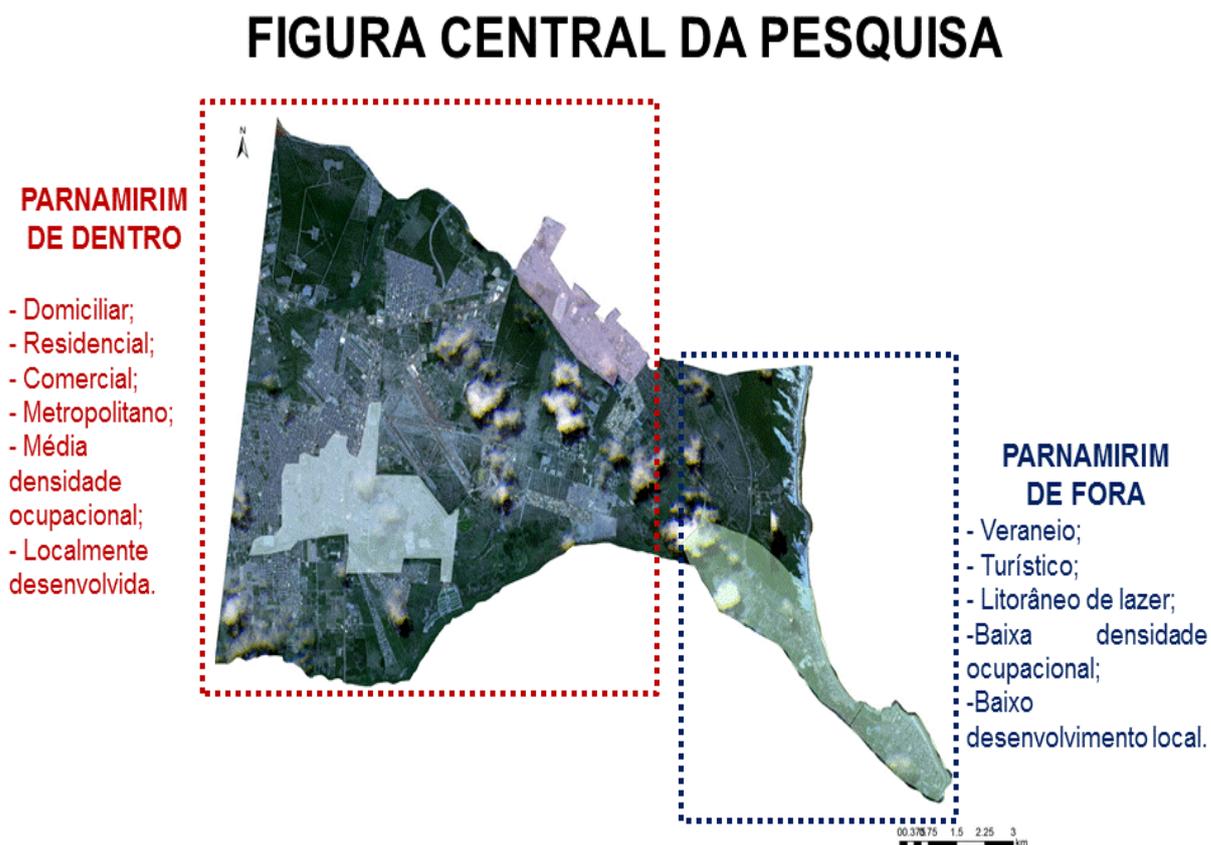
O aumento do movimento da cidade, com a transitoriedade e circulação das pessoas, o pensamento imediatista das pessoas, que não acompanham a situação econômica, política, social, de crise, etc, a desigualdade na produção do espaço (fragmentação-segmentação-segregação), dentre outros aspectos, fazem a produção por si só já gerar a desigualdade porque a desigualdade para ser fundamental, vende-se aquilo que couber para vender e não o município todo.

O turismo trouxe desenvolvimento local? O turismo trouxe os exageros ou os excedentes cabíveis à expansão no tecido metropolitano, do modo de vida urbano como violência, drogas, insegurança, dentre outros fatores. No quesito melhorias, o turismo dinamizou seletivamente apenas o litoral, impactando no ambiente, capacitando e qualificando o lazer, a excursão, pois senão não existiria o turista e sua frequência no litoral.

Junto à desigualdade da produção, os próprios limitantes naturais dificultam uma unificação do município. Todavia, as barreiras dificultam a integração dessas três áreas em que se dividiu o município. O discurso na contemporaneidade não se justifica por si só, há uma dinâmica própria do mercado imobiliário que vai dividir a cidade em parte rica, parte pobre e parte dos turistas, veranistas e excursionistas, orquestradas pela atuação do Estado, que flexibiliza leis e normativas em vista de fazer da cidade a “Parnamirim das oportunidades” graças ao seu “desenvolvimento”.

Essa assimetria no desenvolvimento urbano de Parnamirim (de dentro e de fora) não é só geográfica, mas também é geoantropológica, por ser uma cidade dividida, onde a população incorpora essa divisão como valor, pois não tem laços identitários e sentido de pertença com a cidade, não a reconhecendo, por viver mais o cotidiano, o modo de vida urbano da metrópole. Enfim, Parnamirim é um território que ainda não consegue se situar na área metropolitana como município por ter sido “engolido” por Natal com o processo de conurbação (Figura 7.1).

Figura 7.1 – Figura Central da Pesquisa



Fonte: Próprio autor.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, G. P. A.; FERREIRA, L.; ALVES, A. M. (Org.). **Capítulos de geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 2013. (Coleção Cultura Potiguar, n. 44).
- ALMEIDA, Jacione; Navarro, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. O I.B.G.E. e a evolução da ideia de desenvolvimento no Brasil. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro: IPGH, v. 1, n. 120, p. 05-26, jul./dic. 1994. Disponível em: <http://www.robertoschmidt.ggf.br/melhores/desenvolvimento_brasil.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 14, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/129/131>>. Acesso em: 2 set. 2015.
- AMBRÓZIO, Júlio. Viagem, turismo, vilegiatura. **GEOUSP: Espaço e tempo**. São Paulo, n. 18, p. 105-113. 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp18/Artigo7_J%3BALio.pdf>. Acesso em: 5 set. 2015.
- AMORA, Z. B. O Espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Z. B. (Org.). **Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: FUNECE, 1999.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.
- _____. **O nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ANDRADE, M. C. Sertão ou sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha. In: SILVA, José Borzacchiello da et al. (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006a. v. 1. p. 13-22. (Coleção Estudos Geográficos, n. 1).
- ANDRÉ, Carlos. **Índice de desenvolvimento humano (IDH)**. 11 dez. 2012. Disponível em: <<https://barbosadejesu.wordpress.com/2012/12/11/indice-de-desenvolvimento-humano-idh/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- ARAÚJO, A. M. M.; CARLEIAL, A. N. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 7, n. 146(030), 1 ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>. Acesso em: 6 out. 2015.
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste, nordestes: que nordeste?** 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/obte013.doc>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- ARNAULD DE SARTRE, X.; BERDOULAY, V. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 109-124, dez. 2005. Disponível

em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/54/52>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da et al. (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. v. 1. p. 13-22. (Coleção Estudos Geográficos, n. 1).

_____. Turismo de segunda residência: a expressão espacial de fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, 12, 13, p. 107-122, set./out. 2003. Disponível em: <http://www.laget.eco.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=6>. Acesso em: 12 nov. 2008.

ATLAS do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2014. 120 p. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_rm_pt.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BALANDIER, G. Consequências sociais do progresso técnico nos países subdesenvolvidos. In: COSTA PINTO, L. A.; BAZANELLA, W. (Orgs.). **Teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 34-88.

BARBOSA, F. F. O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de geografia**, v. 10, n. 14, p. 107-14, fev. 2005.

BELL, Morag. Imagens, mitos e geografias alternativas do terceiro mundo. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 189-214.

BENEVIDES, I. P. **Práticas e territorialidades turísticas e planejamento governamental do turismo no Ceará**. 2004. 306 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BENFATTI, F. F. N. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BENTES SOBRINHA, M. D. P.; TINOCO, M. B. M.; CLEMENTINO, M. L. M. Função socioambiental como estratégica do crescimento sustentável da Região Metropolitana de Natal. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 8, n. 15, 2009.

BENTES SOBRINHA, M. D.; SILVA, A. F. C.; CLEMENTINO, M. L. M. **Necessidades Habitacionais, Dinâmicas do Mercado Formal de Terras e Demarcação Territorial: apontamentos metodológicos**. 10 jun. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/livramento_anpur_09.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

BOHLE, Hans-Georg. Geografia do Desenvolvimento. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, v. 9, n. 20, p. 7-28, set./dez. 2010.

BORGES, R. C. O. **A relação entre o turismo e o desenvolvimento local na sub-região serrana (corredor verde) no Maciço de Baturité-CE**. 2015. 180 f. Tese (Doutorado em

Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

BOYER, Marc. **Les villegiatures du XVIIe au XXIe siècle**: panorama du tourisme sédentaire. Paris: Éditions Sem, 2008.

BRANDÃO, Carlos, A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

BRASIL. Lei Nº 13.089, de 12 de Janeiro de 2015. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 16 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**: fundamentos para gestão integrada. Brasília, 2002. 74p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília, 2010. 176 p.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo: ALEPH, 2007. (Série Turismo).

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. p. 4-20.

CARLEIAL, A. N.; ARAÚJO, A. M. M.; CAMPOS, J. Imigração Estrangeira para Fortaleza (Ceará) em 2000. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2., 2010, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2010. v. 4. Grupo de Trabalho 04: Políticas Internacionais, Política Externa e Migrações Internacionais. Disponível em: <<http://www.academia.edu/872341/Coordenadores>>. Acesso em: 5 out. 2015.

CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: Espacialidades Contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Anpege, 2008.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. São Paulo: dinâmica urbana e metropolitana. **Território**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, 12 e 13, p. 77-90, set./out. 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CLAVAI, P. Conclusion. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

_____. **Terra dos homens: a geografia**. Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

CLEMENTINO, M. L. M.; SOUZA, M. A. A. (Orgs.). **Como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009.

CLEMENTINO, M. L. M. Considerações Finais. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORRÊA, R. L. (Org.). **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

COSTA PINTO, L. A.; BAZANELLA, W. (Orgs.). **Teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

COSTA PINTO, L. A. Modernização e desenvolvimento. In: COSTA PINTO, L. A.; BAZANELLA, W. (Orgs.). **Teoria do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 34-88.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DAMASCENO, C. M. C. Desenvolvimento local e turismo em Fortaleza. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.). **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

DANTAS, E. W. C. Antecedentes do turismo no Nordeste. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 17-34.

DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no nordeste brasileiro. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 22, p. 09-30, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74063/77705>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Mar à vista**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 63-76, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo5.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. Sistema de cidades em terra semiárida. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, ALECSANDRO J. P. (Orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

DANTAS, E. W. C., ARAGÃO, R. F., LIMA, E. L. V.; THÉVY, Hervé. Nordeste brasileiro fragmentado: de uma região com bases naturais a uma fundamentação econômica. In: SILVA, J. B. et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. v. 1. p. 23-44. (Coleção Estudos Geográficos).

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Coords.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZZA, A. C. Urbanização litorânea no Nordeste brasileiro: vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. In: SIMPÓSIO FORTALEZA: ESPAÇO METROPOLITANO, TURISMO E MERCADO IMOBILIÁRIO, 1., 2008, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Observatório das Metrôpoles; UFC, 2008. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=bWV0cm93aWtpLm5ldHxvYnNlcnZhdC1yaW8tZGFzLW1ldHItcG9sZXMTd29ya3Nob3AtZm9ydGFsZXphfGd4OjJhZjRkMzgwNjE1MTQzNGU>>. Acesso em: 22 out. 2015.

DEMO, Pedro. “Pesquisa qualitativa: em busca de equilíbrio entre forma e conteúdo”. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1296/1320>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DOMINGUES, J. M. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DORTIER, J. F. **Dicionário de ciências humanas**. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FAVORETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp, 2007.

FERREIRA, A. L. A. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios em la cidade: um estúdio sobre la constitución de lo urbano em Natal, Brasil**. Tesis (doctoral) - Departamento de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, Barcelona, España, 1996.

FERREIRA, A. L.A.; SILVA, A. F. C. Para além do muro alto: “Turismo Imobiliário” e novas configurações sócio-espaciais na Região Metropolitana de Natal - RN/Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes; BONATES, Mariana Fialho. (Org.). **Globalização e Marginalidade: o Rio Grande do Norte em foco**. Natal: EDUFRN, 2008. v. 2. p. 457-468.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 688 p.

FONSECA, M. A. P. (Org.). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

_____. **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal, RN: EDUFRN, 2012. 226 p.

FONSECA, M. A. P.; COSTA, A. A. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 25-32, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/122>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v. 1, n. 3, p. 44-53, dez. 2009. Disponível em: <http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php>. Acesso em: 2 jun. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Embratur. **Mercado de turistas estrangeiros de segunda residência no Brasil**: relatório executivo. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2458599-Mercado-de-turistas-estrangeiros-de-segunda-residencia-no-brasil.html>> Acesso: 2 set. 2016.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do livro, 1978.

_____. **Teoria Política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, E. M. A espacialidade do turismo na cidade de Natal RN. **Vivencia**, Natal: EDUFRN, n. 34, p. 153-164, 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/34/PDF%20para%20INTERNET_34/10_Edna%20Maria%20Furtado.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. A trajetória do turismo em Natal: das primeiras iniciativas à explosão da atividade. In: NUNES, E.; CARVALHO, E. A., FURTADO, E. M.; FONSECA, M. A. P. da (Orgs.). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

GERMANI, Gino. Análise da transição. In: COSTA PINTO, L. A.; BAZANELLA, W. (Orgs.). **Teoria do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 124-189.

GIESTA, J. P. **Outorga onerosa do direito de construir e dinâmica do mercado imobiliário formal**: planejamento e descaminhos na expansão urbana de Parnamirim RN (2008-2010). 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. Introdução: geografia humana, mudança social e ciência social. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 11-28.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, n. 3, jan./jun., 2010.

_____. **Regional e global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAGEN, E. E. Como tem início o crescimento econômico. In: COSTA PINTO, L. A.; BAZANELLA, W. (Orgs.). **Teoria do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 89-123.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOWLETT-MARTIN, Patrick. **O Brasil do nordeste: riquezas culturais e disparidades**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **PIB per capita**. [Rio de Janeiro, 2016]. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010_2013/analises.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Perfil do seu município: Parnamirim**. Natal, RN, 2008. v. 10. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000013926.PDF>>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. _____. Natal, RN, [ca. 2013]. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000016675.PDF>>. Acesso em: 2 set. 2015.

JONES, Charles. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LAMPREIA, L. F. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 9-74, 1995. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/eav/article/view/8868/10420>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1991.

- LIMA, R. L.; SILVA, V. P. Gestão ambiental para o turismo excursionista do Olheiro de Pureza – RN: uma contribuição da percepção de moradores e excursionistas. **Revista Holos**, Natal, RN: IFRN, ano 27, v. 3, 2011.
- LOPES, R. M. R.; FERREIRA, L. O turismo no estado do Rio Grande do Norte. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A.M. **Capítulos de geografia do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: Fundação José Augusto, 2013.
- MACHADO, L. P. Alcance e limites das teorias da modernização. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-192, jul./set. 1970.
- MAIA, R. P.; AMARAL, R. F.; GURGEL, S. P. P. Geomorfologia do Rio Grande do Norte. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A. M. **Capítulos de geografia do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: Fundação José Augusto, 2013. p. 19-59
- MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS, 1., 2004, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Editora UNESP, 2004, p. 1-13.
- MARAFON, G. J. et al. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- MARQUES, Anita. **Diferenças entre viajante, visitante, veranista, turista e excursionista**. 29 jun. 2011. <<http://espacodeturismo.blogspot.com.br/2011/05/diferencas-entre-viajante-visitante.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEDEIROS, C. N.; PETTA, R. A.; DUARTE, C. R. Estudo do meio físico para avaliação da vulnerabilidade à ocupação humana do município de Parnamirim (RN), utilizando técnicas de geoprocessamento. **Geociências**, São Paulo: UNESP, v. 24, n. 3, p. 239-253, 2005.
- MORAES, A. C. R. Beira do mar, lugar comum?: a valorização e a valoração dos espaços litorâneos. In: _____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. **Ideologias geográficas**, 4. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. v. 1, 156 p.
- MORAES, C. C. A. Turismo: segmentação de mercado: um estudo introdutório. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 2002.
- MORAIS, T. M. C. A dinâmica da produção habitacional de Parnamirim/RN. **Revista Minha Cidade**. São Paulo: Vitruvius, ano 8, n. 094.03, maio 2008. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.094/1891>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- MOTA, K. C. N. Os segmentos turísticos adequados à realidade de Fortaleza. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). **Políticas de Turismo: estratégias para a sustentabilidade**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2008. v. 2. p. 94-117.

NUNES, E.; CARVALHO, E. A.; FURTADO, E. M; FONSECA, M. A. P. (Org.). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

NUNES, Francisco Oneto. O Trabalho faz-se Espetáculo: a pesca, o banho e as modalidades do olhar. **Etnográfica**, Lisboa: CEAS, v. 7, n. 1, p. 131-157, maio 2003. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_131-158.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Regiões Metropolitanas do Brasil**. Equipe responsável: Sol Garson, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Juciano Martins Rodrigues. [Rio de Janeiro], 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/observatorio_RMs2010.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. **Os Estados e as regiões metropolitanas constitutivas do Observatório das Metrópoles no censo 2010**. Coordenação de Luiz César de Queiros Ribeiro. Equipe Responsável: Maria Graciela González de Morell, Marinez Villela Macedo Brandão e Wilson Sabino. Rio de Janeiro, 2012. 75 p. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Os_Estados_e_as_RMs_no_Censo_2010.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

OLIVEIRA, E. J. de. Urbanização difusa e as novas centralidades na Região Metropolitana de Natal. In: FONSECA, M. P. F. (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal, RN: EDUFRN, 2012. 226 p.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OSEKI, J. H. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAIVA, R. A. A Expansão da urbanização litorânea e turística na Região Metropolitana de Natal (RMN). In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPTUR; UAM, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/32981220-A-expansao-da-urbanizacao-litoranea-e-turistica-na-regiao-metropolitana-de-natal-rmn.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 11., 2014, [Fortaleza]. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPTUR; UECE, 2014. p. 1-21. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/v.10/Anais/DFP1/034.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

PANIZZA, A. C.; FOURNIER, J. O litoral do Rio Grande do Norte: dinâmica e modelo espacial = Le littoral de l'État du Rio Grande do Norte: dynamique et modèle spatial. **Confins**, n. 3, jul./out. 2008. Bilíngue. Francês-Português. Disponível em: <<http://confins.revues.org/3473>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

PARCERIA luso-brasileira apresenta projeto de resort no RN. Porto: Lusa, 20 set. 2006. UOL Economia. Últimas Notícias. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/lusa/2006/09/20/ult3679u508.jhtm>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

PARISSE, L. M. Geografia do Desenvolvimento: novos caminhos. In: ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 3., 1991, Toluca, México. **Anais eletrônicos...** Toluca, México: UAEM, 1991. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Teoriaymetodo/Metodologicos/02.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2015.

PARNAMIRIM. Lei complementar nº. 067/2013, 17 de julho de 2013. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 063, de 08 de março de 2013, que dispõe sobre o Plano Diretor de Parnamirim/RN, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município [de] Parnamirim**. Parnamirim, RN, ano 4, n. 0645, 27 jul. 2013. <<http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/diario/27-Jul-2013.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016

_____. **Lei nº 1058/2000, de 30 de agosto de 2000**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Parnamirim/RN e dá outras providências. Parnamirim, RN, 30 ago. 2000. Disponível em: <[http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/legislacao/Plano_Diretor\(1.058-2000\).pdf](http://www.parnamirim.rn.gov.br/pdf/legislacao/Plano_Diretor(1.058-2000).pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PEIXOTO, Carlos. **A história de Parnamirim**. Natal: Z Comunicação, 2003.

PEREIRA, A. Q. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, J. B.; DANTAS, E. W. C. et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. v. 1, p. 307-316. (Coleção Estudos Geográficos).

_____. **A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura à metropolização no Nordeste do Brasil**. 2012. 350 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

PERUZZO, D. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: CORTEZ, 1984.

PINHEIRO, D. R. C.; MELLO, S. L.; BOTELHO JÚNIOR, S.; BORGES, R. C. O.; COSTA, C. B. S. Perdas, ganhos e turismo numa pequena cidade brasileira. In: TMS ALGARVE 2014: MANAGEMENT STUDIES INTERNATIONAL CONFERENCE, 2014, Algarve, PT. **Conference eletrônicas...** Algarve, PT: UAlg ESGHT; Tourism & Management Studies, 2014. Disponível em: <<http://esghtconferences.org/tms2014/index.php/TMS2014/TMS2014/paper/view/1126>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

PINHEIRO, F. J. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, S. et al. (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007. p. 17-55.

PREFEITURA DE NATAL. **[Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: município de Natal: relatório final]**. 20 nov. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/RIO_GRANDE_DO_NORTE/PDITS_MUNICIPIO_DE_NATAL.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

PREFEITURA DE NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário Natal 2011-2012**. Natal, RN, 2012. 402 p.

PREFEITURA DE PARNAMIRIM. **Plano diretor de desenvolvimento urbano – PDDU**. Parnamirim, 2013.

RAMALHO, M. F. J. L. O litoral potiguar: uma análise das formas de relevo, da ocupação e das tendências do turismo. In: FONSECA, M. P. F. (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal, RN: EDUFRN, 2012. p. 205-224.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. J. et al. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 23-35.

REIS, N. G. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretária de Estado do Turismo. **Elaboração da avaliação ambiental estratégica do conjunto de ações integrantes do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, dos polos turísticos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó: avaliação ambiental estratégica**. Rio grande do Norte, 2011. v. 3.

Disponível em:

<www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/AVALIACAO.../RN/AAE_RN.pdf>.

Acesso em: 20 abr. 2015.

RUBINO, S. **Políticas públicas de turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertiooga**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

SANCHÉZ, F. **A reinvenção das cidades: para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Tradução Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. São Paulo: Edusp, 2010a. (Coleção Milton Santos; 18).

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010b. (Coleção Milton Santos; 19).

_____. **Manual da Geografia Urbana**. Tradução Antônia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. São Paulo: Edusp, 2008b. (Coleção Milton Santos; 9).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012a. (Coleção Milton Santos; 5).

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 16).

_____. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2012b. (Coleção Milton Santos; 14).

_____. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008a. (Coleção Milton Santos; 6).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2. sem. 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

SILVA, A. F. C. **O litoral e a metrópole:** dinâmica imobiliária, turismo e expansão na região metropolitana de Natal-RN. 2010. 414 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, C. A.; PEREZ FILHO, A. Geografia, turismo, e análise sistêmica. In: VITTE, A. C. (Orgs.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 253-290.

SILVA, J. B. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. B.; DANTAS, E. W. C. et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão:** natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. v. 1. p. 45-55.

_____. Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará:** um novo olhar geográfico. 2. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007. v. 1. p. 35-55.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2000. ISSN 0104-057X. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 9, p. 1-112, 1991. Ceará. ISSN 0104-057X. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n9_ce.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

SOARES JR, A. T. P. **A espacialidade do vilegiaturista marítimo em Fortaleza-CE:** práticas e transformações recentes. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7529/1/2010_dis_atpsoaresjunior.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SOUZA, F. E. S. de. Investigando o ambiente costeiro do Rio Grande do Norte, nordeste, Brasil. In: NUNES, E.; CARVALHO, E. A.; FURTADO, E. M; FONSECA, M. A. P. (Org.). **Dinâmica e gestão do território potiguar.** Natal, RN: EDUFRN, 2007b.

SOUZA, M. S. de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007c. v. 1. p. 13-31.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 13-29, 1997. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_3_souza.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 83-99.

STEPHANNI. **Conceitos básicos do Turismo: visitantes, turistas e excursionistas**. 5 jun. 2013. Disponível em: <<http://turismologa.blogspot.com.br/2013/06/conceitos-basicos-do-turismo-visitantes.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

URBAIN, Jean-Didier. **Sur la plage**. Paris: Éditions Payot, 1996.

VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICES



Universidade Estadual do Ceará
Programa de Doutorado em Geografia



Questionário nº. ____ . Em ____| ____|2015

Medição do Desenvolvimento Local

Nome da cidade:

CRITÉRIO DE INCLUSÃO: Somente os que disserem que moram ou trabalhar na cidade poderão participar da pesquisa.

¹ Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
² O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
³ Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁴ Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁵ Hoje, os empregos aqui são:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁶ Hoje, as escolas públicas são:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁷ Hoje, os transportes são:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁸ Hoje, a unidade de saúde de é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
⁹ A segurança que a polícia oferece aos moradores é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁰ Se não houvesse o benefício da previdência (aposentadoria), os seus ganhos ficariam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹¹ Se não houvesse o Programa de Bolsa Família, os seus ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹² Se os turistas deixassem de vir, os ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹³ Se degradassem as dunas e falésias, os ganhos seriam:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁴ Para a cidade a presença de turistas é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁵ Nos últimos anos, a coleta de lixo é:	Péssimo	Ruim	Reg.	Bom	Ex.	Não Sei
¹⁶ Nos últimos anos, o movimento no comércio:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
¹⁷ Nos últimos anos, as estradas:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
¹⁸ Nos últimos anos, a iluminação pública:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
¹⁹ Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
²⁰ Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²¹ Nos últimos anos, a agricultura:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
²² Nos últimos anos, os empregos na cidade:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²³ Nos últimos anos, as escolas públicas:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²⁴ Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
²⁵ Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei

Av. Paranjana, 1700. Itaperi. Fortaleza, CE. 60.740-000



26 Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
27 Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
28 Nos últimos anos, a segurança pública:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
28 Nos últimos anos, o lazer:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
30 Nos últimos anos, a degradação das dunas e falésias:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
31 Nos últimos anos, os roubos e furtos:	Pioraram muito	Pioraram um pouco	Não melhoraram	Melhoraram	Melhoraram muito	Não Sei
32 Nos últimos anos, o alcoolismo:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
33 Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
34 Nos últimos anos, a polícia por aqui:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
35 Nos últimos anos, o consumo de droga:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
36 Quando chegam turistas, a moradia aqui:	Piora muito	Piora um pouco	Não melhora	Melhora	Melhora muito	Não sei
37 Nos últimos anos, o consumo de drogas [ilícitas]:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
38 Nos últimos anos, a violências:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei
40 Nos últimos anos, a exploração sexual:	Piorou muito	Piorou um pouco	Não melhorou	Melhorou	Melhorou muito	Não Sei

41 Sexo:	Masc. ()		Fem. ()		16Idade	Adol. ()	Adul. ()	Melhor idade ()
42Trabalha em:	Agríc ()	Artesa ()	Comérc ()	Indúst ()	Serviço ()	Não trabalha. ()		
43Formação completa:	Analfabeto ()		Alfabetizado ()		Fundamental Compl. ()		Ens. Médio Completo ()	
	Superior Compl. ()		Especialização ()		Mestrado ()		Doutorado ()	
44Endereço e/ou Bairro:								

APÊNDICE B - Pacote de Análises Parnamirim de Fora

SEXO E DROGAS**COTOVELO**

Questão 9 – A segurança que a polícia oferece aos moradores é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	58	72,5
Ruim	16	20
Regular	6	7,5
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 28 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	42	52,5
Piorou um pouco	19	23,75
Não Melhorou	15	18,75
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

Questão 31 – Nos últimos anos, os roubos e furtos:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	66	82,5
Piorou um pouco	11	13,75
Não Melhorou	2	2,5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 32 – Nos últimos anos, o alcoolismo:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	15	18,75
Piorou um pouco	23	28,75
Não Melhorou	29	36,25
Melhorou	4	5
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	11,25
Total	80	100

Questão 33 – Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	27	33,75
Piorou um pouco	15	18,75
Não Melhorou	26	32,5
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	1	1,25
Não Sei	10	12,5
Total	80	100

Questão 34 – Nos últimos anos, a polícia por aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	47	58,75
Piorou um pouco	21	26,25
Não Melhorou	12	15
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 35 – Nos últimos anos, o consumo de drogas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	35	43,75
Piorou um pouco	17	21,25
Não Melhorou	22	27,5
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	1	1,25
Não Sei	4	5
Total	80	100

Questão 37 – Nos últimos anos, o uso de drogas (ilícitas):

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	26	32,5
Piorou um pouco	27	33,75
Não Melhorou	15	18,75
Melhorou	5	6,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	7	8,75
Total	80	100

Questão 38 – Nos últimos anos a violência:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	33	41,25
Piorou um pouco	23	28,75
Não Melhorou	21	26,25
Melhorou	3	3,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 40 – Sexo

Conceito	Absoluto	Relativo
Masculino	40	50
Feminino	40	50
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 9 – A segurança que a polícia oferece aos moradores é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	58	72,5
Ruim	20	25
Regular	1	1,25
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 28 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	51	63,75
Piorou um pouco	13	16,25
Não Melhorou	14	17,5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 31 – Nos últimos anos, os roubos e furtos:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	74	92,5
Piorou um pouco	2	2,5
Não Melhorou	4	5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 32 – Nos últimos anos, o alcoolismo:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	46	57,5
Piorou um pouco	23	28,75
Não Melhorou	11	13,75
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 33 – Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	47	58,75
Piorou um pouco	20	25
Não Melhorou	11	13,75
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 34 – Nos últimos anos, a polícia por aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	47	58,75
Piorou um pouco	21	26,25
Não Melhorou	12	15
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 35 – Nos últimos anos, o consumo de drogas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	69	86,25
Piorou um pouco	1	1,25
Não Melhorou	7	8,75
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

Questão 37 – Nos últimos anos, o uso de drogas (ilícitas):

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	65	81,25
Piorou um pouco	7	8,75
Não Melhorou	4	5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5
Total	80	100

Questão 38 – Nos últimos anos, a violência:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	69	86,25
Piorou um pouco	6	7,5
Não Melhorou	5	6,25
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 40 – Sexo

Conceito	Absoluto	Relativo
Masculino	45	56,25
Feminino	35	43,75
Total	80	100

PIUM

Questão 9 – A segurança que a polícia oferece aos moradores:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	44	66,66667
Ruim	12	18,18182
Regular	5	7,575758
Bom	5	7,575758
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 28 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	32	48,48485
Piorou um pouco	17	25,75758
Não Melhorou	11	16,66667
Melhorou	3	4,545455
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,545455
Total	66	100

Questão 31 – Nos últimos anos, os roubos e furtos:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	55	83,33333
Piorou um pouco	6	9,090909
Não Melhorou	2	3,030303
Melhorou	1	1,515152
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	3,030303
Total	66	100

Questão 32 – Nos últimos anos, o alcoolismo:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	37	56,06061
Piorou um pouco	15	22,72727
Não Melhorou	6	9,090909
Melhorou	1	1,515152
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	7	10,60606
Total	66	100

Questão 33 – Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	46	69,69697
Piorou um pouco	6	9,090909
Não Melhorou	8	12,12121
Melhorou	1	1,515152
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	5	7,575758
Total	66	100

Questão 34 – Nos últimos anos, a polícia por aqui:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	43	65,15152
Piorou um pouco	5	7,575758
Não Melhorou	12	18,18182
Melhorou	6	9,090909
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 35 – Nos últimos anos, o consumo de drogas:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	55	83,33333
Piorou um pouco	3	4,545455
Não Melhorou	1	1,515152
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	7	10,60606
Total	66	100

Questão 37 – Nos últimos anos, o uso de drogas (ilícitas):		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	55	83,33333
Piorou um pouco	2	3,030303
Não Melhorou	3	4,545455
Melhorou	2	3,030303
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	6,060606
Total	66	100

Questão 38 – Nos últimos anos a violência:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	45	68,18182
Piorou um pouco	9	13,63636
Não Melhorou	7	10,60606
Melhorou	5	7,575758
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 40 – Sexo		
Conceito	Absoluto	Relativo
Masculino	29	43,93939
Feminino	37	56,06061
Total	66	100

LAZER**COTOVELO**

Questão 2 – O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	7	8,75
Ruim	14	17,5
Regular	34	42,5
Bom	23	28,75
Excelente	1	1,25
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 25 – Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	10	12,5
Piorou um pouco	15	18,75
Não Melhorou	35	43,75
Melhorou	11	13,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	11,25
Total	80	100

Questão 26 – Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	12	15
Piorou um pouco	20	25
Não Melhorou	39	48,75
Melhorou	7	8,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 29 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	16	20
Piorou um pouco	13	16,25
Não Melhorou	33	41,25
Melhorou	15	18,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 2 – O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	0	0
Ruim	8	10
Regular	40	50
Bom	32	40
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 25 – Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	0	0
Piorou um pouco	1	1,25
Não Melhorou	49	61,25
Melhorou	30	37,5
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 26 – Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	2	2,5
Piorou um pouco	3	3,75
Não Melhorou	51	63,75
Melhorou	22	27,5
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 29 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	3	3,75
Piorou um pouco	1	1,25
Não Melhorou	53	66,25
Melhorou	23	28,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

PIUM

Questão 2 – O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	13	19,69697
Ruim	4	6,060606
Regular	31	46,9697
Bom	14	21,21212
Excelente	0	0
Não Sei	4	6,060606
Total	66	100

Questão 25 – Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	4	6,060606
Piorou um pouco	5	7,575758
Não Melhorou	29	43,93939
Melhorou	21	31,81818
Melhorou Muito	4	6,060606
Não Sei	3	4,545455
Total	66	100

Questão 26 – Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	8	12,12121
Piorou um pouco	7	10,60606
Não Melhorou	23	34,84848
Melhorou	21	31,81818
Melhorou Muito	2	3,030303
Não Sei	5	7,575758
Total	66	100

Questão 29 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	18	27,27273
Piorou um pouco	1	1,515152
Não Melhorou	24	36,36364
Melhorou	21	31,81818
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	3,030303
Total	66	100

SERVIÇOS**COTOVELO**

Questão 7 – Hoje, os transportes são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	35	43,75
Ruim	28	35
Regular	17	21,25
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 8 – Hoje, a unidade de saúde é de:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	47	58,75
Ruim	22	27,5
Regular	8	10
Bom	2	2,5
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 27 – Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	31	38,75
Piorou um pouco	27	33,75
Não Melhorou	19	23,75
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 7 – Hoje, os transportes são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	53	66,25
Ruim	17	21,25
Regular	8	10
Bom	2	2,5
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 8 – Hoje, a unidade de saúde é:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	31	38,75
Ruim	15	18,75
Regular	14	17,5
Bom	20	25
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 27 – Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	33	41,25
Piorou um pouco	21	26,25
Não Melhorou	22	27,5
Melhorou	3	3,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

PIUM

Questão 7 – Hoje, os transportes são:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	37	56,06061
Ruim	13	19,69697
Regular	12	18,18182
Bom	4	6,060606
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 8 – Hoje, a unidade de saúde é:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	25	37,87879
Ruim	14	21,21212
Regular	13	19,69697
Bom	14	21,21212
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 27 – Nos últimos anos, o atendimento de postos de		
---	--	--

saúde ou hospitais:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	19	28,78788
Piorou um pouco	13	19,69697
Não Melhorou	23	34,84848
Melhorou	9	13,63636
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	3,030303
Total	66	100

RENDIMENTO DO TURISMO

COTOVELO

Questão 4 – Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	8	10
Ruim	24	30
Regular	21	26,25
Bom	22	27,5
Excelente	0	0
Não Sei	5	6,25
Total	80	100

Questão 14 – Para a cidade, a presença dos turistas é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	5	6,25
Ruim	1	1,25
Regular	9	11,25
Bom	30	37,5
Excelente	35	43,75
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 20 – Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	26	32,5
Piorou um pouco	25	31,25
Não Melhorou	25	31,25
Melhorou	3	3,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 4 – Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	0	0
Ruim	3	3,75
Regular	30	37,5
Bom	37	46,25
Excelente	3	3,75
Não Sei	7	8,75
Total	80	100

Questão 14 – Para a cidade, a presença dos turistas é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	2	2,5
Ruim	0	0
Regular	0	0
Bom	36	45
Excelente	42	52,5
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 20 – Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	24	30
Piorou um pouco	33	41,25
Não Melhorou	22	27,5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

PIUM

Questão 4 – Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	0	0
Ruim	7	10,60606
Regular	13	19,69697
Bom	20	30,30303
Excelente	12	18,18182
Não Sei	14	21,21212
Total	66	100

Questão 14 – Para a cidade, a presença dos turistas é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	2	3,030303
Ruim	0	0
Regular	5	7,575758
Bom	38	57,57576
Excelente	21	31,81818
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 20 – Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	36	54,54545
Piorou um pouco	10	15,15152
Não Melhorou	16	24,24242
Melhorou	4	6,060606
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

AMBIENTE

COTOVELO

Questão 12 – Se os turistas deixassem de vir, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	59	73,75
Ruim	16	20
Regular	4	5
Bom	1	1,25
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 13 – Se degradassem as dunas e falésias, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	56	70
Ruim	10	12,5
Regular	6	7,5
Bom	3	3,75
Excelente	0	0
Não Sei	5	6,25
Total	80	100

Questão 30 – Nos últimos anos, a degradação das dunas e

falésias:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	30	37,5
Piorou um pouco	26	32,5
Não Melhorou	14	17,5
Melhorou	2	2,5
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	8	10
Total	80	100

Questão 36 – Quando chegam os turistas, a moradia aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	4	5
Piorou um pouco	14	17,5
Não Melhorou	9	11,25
Melhorou	36	45
Melhorou Muito	17	21,25
Não Sei	0	0
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 12 – Se os turistas deixassem de vir, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	76	95
Ruim	3	3,75
Regular	0	0
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 13 – Se degradassem as dunas e falésias, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	78	97,5
Ruim	1	1,25
Regular	0	0
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 30 – Nos últimos anos, a degradação das dunas e falésias:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	17	21,25
Piorou um pouco	12	15
Não Melhorou	47	58,75
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

Questão 36 – Quando chegam os turistas, a moradia aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	5	6,25
Piorou um pouco	1	1,25
Não Melhorou	3	3,75
Melhorou	26	32,5
Melhorou Muito	45	56,25
Não Sei	0	0
Total	80	100

PIUM

Questão 12 – Se os turistas deixassem de vir, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	45	68,18182
Ruim	8	12,12121
Regular	5	7,575758
Bom	1	1,515152
Excelente	1	1,515152
Não Sei	6	9,090909
Total	66	100

Questão 13 – Se degradassem as dunas e falésias, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	42	63,63636
Ruim	15	22,72727
Regular	3	4,545455
Bom	0	0
Excelente	1	1,515152
Não Sei	5	7,575758
Total	66	100

Questão 30 – Nos últimos anos, a degradação das dunas e falésias:

Conceito	Absoluto	Relativo
----------	----------	----------

Piorou Muito	17	25,75758
Piorou um pouco	6	9,090909
Não Melhorou	34	51,51515
Melhorou	4	6,060606
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	5	7,575758
Total	66	100

Questão 36 – Quando chegam os turistas, a moradia aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	7	10,60606
Piorou um pouco	1	1,515152
Não Melhorou	7	10,60606
Melhorou	35	53,0303
Melhorou Muito	16	24,24242
Não Sei	0	0
Total	66	100

ACESSIBILIDADE

COTOVELO

Questão 17 – Nos últimos anos, as estradas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	15	18,75
Piorou um pouco	28	35
Não Melhorou	30	37,5
Melhorou	2	2,5
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	5	6,25
Total	80	100

Questão 18 – Nos últimos anos, a iluminação pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	10	12,5
Piorou um pouco	25	31,25
Não Melhorou	38	47,5
Melhorou	5	6,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 19 – Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	18	22,5

Piorou um pouco	36	45
Não Melhorou	25	31,25
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 42 – Trabalha em:

Conceito	Absoluto	Relativo
Agricultura	1	1,25
Artesã	0	0
Comércio	33	41,25
Indústria	6	7,5
Serviços	29	36,25
Não trabalha	11	13,75
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 17 – Nos últimos anos, as estradas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	10	12,5
Piorou um pouco	12	15
Não Melhorou	42	52,5
Melhorou	15	18,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 18 – Nos últimos anos, a iluminação pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	7	8,75
Piorou um pouco	9	11,25
Não Melhorou	34	42,5
Melhorou	30	37,5
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 19 – Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	14	17,5

Piorou um pouco	45	56,25
Não Melhorou	21	26,25
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 42 – Trabalha em:

Conceito	Absoluto	Relativo
Agricultura	0	0
Artesã	1	1,25
Comércio	41	51,25
Indústria	0	0
Serviços	28	35
Não trabalha	10	12,5
Total	80	100

PIUM

Questão 17 – Nos últimos anos, as estradas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	15	22,72727
Piorou um pouco	8	12,12121
Não Melhorou	24	36,36364
Melhorou	14	21,21212
Melhorou Muito	1	1,515152
Não Sei	4	6,060606
Total	66	100

Questão 18 – Nos últimos anos, a iluminação pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	11	16,66667
Piorou um pouco	9	13,63636
Não Melhorou	18	27,27273
Melhorou	23	34,84848
Melhorou Muito	3	4,545455
Não Sei	2	3,030303
Total	66	100

Questão 19 – Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	11	16,66667

Piorou um pouco	25	37,87879
Não Melhorou	13	19,69697
Melhorou	13	19,69697
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	6,060606
Total	66	100

Questão 42 – Trabalha em:

Conceito	Absoluto	Relativo
Agricultura	1	1,515152
Artesã	0	0
Comércio	34	51,51515
Indústria	0	0
Serviços	20	30,30303
Não trabalha	11	16,66667
Total	66	100

EMPREGO E RENDA

COTOVELO

Questão 1 – Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	14	17,5
Ruim	9	11,25
Regular	30	37,5
Bom	20	25
Excelente	0	0
Não Sei	7	8,75
Total	80	100

Questão 3 – Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	8	10
Ruim	12	15
Regular	33	41,25
Bom	27	33,75
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 5 – Hoje, os empregos daqui são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	19	23,75

Ruim	30	37,5
Regular	26	32,5
Bom	4	5
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 10 – Se não houvesse o benefício da previdência privada, os seus ganhos ficariam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	61	76,25
Ruim	11	13,75
Regular	5	6,25
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

Questão 11 – Se não houvesse o Programa Bolsa Família, os seus ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	42	52,5
Ruim	14	17,5
Regular	8	10
Bom	6	7,5
Excelente	0	0
Não Sei	10	12,5
Total	80	100

Questão 16 – O movimento no comércio:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	18	22,5
Piorou um pouco	29	36,25
Não Melhorou	25	31,25
Melhorou	5	6,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

Questão 21 – Nos últimos anos, a agricultura:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	31	38,75

Piorou um pouco	15	18,75
Não Melhorou	16	20
Melhorou	9	11,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	11,25
Total	80	100

Questão 22 – Nos últimos anos, os empregos na cidade:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	9	11,25
Piorou um pouco	32	40
Não Melhorou	34	42,5
Melhorou	4	5
Melhorou Muito	1	1,25
Não Sei	0	0
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 1 – Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	8	10
Ruim	22	27,5
Regular	26	32,5
Bom	24	30
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 3 – Hoje , o ganho de quem trabalha no comércio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	0	0
Ruim	4	5
Regular	37	46,25
Bom	39	48,75
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 5 – Hoje, os empregos daqui são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	8	10

Ruim	43	53,75
Regular	26	32,5
Bom	2	2,5
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 10 – Se não houvesse o benefício da previdência privada, os seus ganhos ficariam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	59	73,75
Ruim	15	18,75
Regular	4	5
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 11 – Se não houvesse o Programa Bolsa Família, os seus ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	57	71,25
Ruim	6	7,5
Regular	15	18,75
Bom	1	1,25
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 16 – O movimento no comércio:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	34	42,5
Piorou um pouco	34	42,5
Não Melhorou	9	11,25
Melhorou	3	3,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 21 – Nos últimos anos, a agricultura:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	20	25

Piorou um pouco	30	37,5
Não Melhorou	10	12,5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	20	25
Total	80	100

Questão 22 – Nos últimos anos, os empregos na cidade:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	11	13,75
Piorou um pouco	38	47,5
Não Melhorou	30	37,5
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

PIUM

Questão 1 – Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	13	19,69697
Ruim	8	12,12121
Regular	20	30,30303
Bom	17	25,75758
Excelente	0	0
Não Sei	8	12,12121
Total	66	100

Questão 3 – Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	6	9,090909
Ruim	7	10,60606
Regular	29	43,93939
Bom	23	34,84848
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,515152
Total	66	100

Questão 5 – Hoje, os empregos daqui são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	19	28,78788

Ruim	18	27,27273
Regular	24	36,36364
Bom	3	4,545455
Excelente	0	0
Não Sei	2	3,030303
Total	66	100

Questão 10 – Se não houvesse o benefício da previdência privada, os seus ganhos ficariam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	42	63,63636
Ruim	10	15,15152
Regular	7	10,60606
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	7	10,60606
Total	66	100

Questão 11 – Se não houvesse o Programa Bolsa Família, os seus ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	29	43,93939
Ruim	5	7,575758
Regular	9	13,63636
Bom	7	10,60606
Excelente	0	0
Não Sei	16	24,24242
Total	66	100

Questão 16 – O movimento no comércio:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	24	36,36364
Piorou um pouco	13	19,69697
Não Melhorou	11	16,66667
Melhorou	16	24,24242
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	3,030303
Total	66	100

Questão 21 – Nos últimos anos, a agricultura:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	21	31,81818

Piorou um pouco	9	13,63636
Não Melhorou	6	9,090909
Melhorou	8	12,12121
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	22	33,33333
Total	66	100

Questão 22 – Nos últimos anos, os empregos na cidade:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	25	37,87879
Piorou um pouco	16	24,24242
Não Melhorou	11	16,66667
Melhorou	8	12,12121
Melhorou Muito	1	1,515152
Não Sei	5	7,575758
Total	66	100

PROFISSIONALIZAÇÃO DO TURISMO

COTOVELO

Questão 15 – Nos últimos anos, a coleta de lixo é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	13	16,25
Ruim	4	5
Regular	39	48,75
Bom	24	30
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 24 – Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	6	7,5
Piorou um pouco	20	25
Não Melhorou	41	51,25
Melhorou	1	1,25
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	12	15
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 15 – Nos últimos anos, a coleta de lixo é:

Conceito	Absoluto	Relativo
----------	----------	----------

Péssimo	1	1,25
Ruim	2	2,5
Regular	16	20
Bom	58	72,5
Excelente	3	3,75
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 24 – Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	5	6,25
Piorou um pouco	11	13,75
Não Melhorou	58	72,5
Melhorou	3	3,75
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	3,75
Total	80	100

PIUM

Questão 15 – Nos últimos anos, a coleta de lixo é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	10	15,15152
Ruim	1	1,515152
Regular	19	28,78788
Bom	33	50
Excelente	2	3,030303
Não Sei	1	1,515152
Total	66	100

Questão 24 – Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	17	25,75758
Piorou um pouco	3	4,545455
Não Melhorou	30	45,45455
Melhorou	7	10,60606
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	13,63636
Total	66	100

EDUCAÇÃO

COTOVELO

Questão 6 – Hoje, as escolas públicas são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	28	35
Ruim	35	43,75
Regular	16	20
Bom	1	1,25
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	80	100

Questão 23 – Nos últimos anos, as escolas públicas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	12	15
Piorou um pouco	30	37,5
Não Melhorou	34	42,5
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5
Total	80	100

Questão 43 – Formação completa

Conceito	Absoluto	Relativo
Analfabeto	0	0
Alfabetizado	1	1,25
Fundamental	18	22,5
Ensino Médio	43	53,75
Superior	9	11,25
Especialização	4	5
Mestrado	3	3,75
Doutorado	2	2,5
Total	80	100

PIRANGI DO NORTE

Questão 6 – Hoje, as escolas públicas são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	33	41,25
Ruim	33	41,25
Regular	10	12,5
Bom	3	3,75
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,25
Total	80	100

Questão 23 – Nos últimos anos, as escolas públicas:

Conceito	Absoluto	Relativo
----------	----------	----------

Piorou Muito	16	20
Piorou um pouco	38	47,5
Não Melhorou	24	30
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,5
Total	80	100

Questão 43 – Formação completa

Conceito	Absoluto	Relativo
Analfabeto	0	0
Alfabetizado	6	7,5
Fundamental	24	30
Ensino Médio	42	52,5
Superior	8	10
Especialização	0	0
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Total	80	100

PIUM

Questão 6 – Hoje, as escolas públicas são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	17	25,75758
Ruim	24	36,36364
Regular	15	22,72727
Bom	10	15,15152
Excelente	0	0
Não Sei	0	0
Total	66	100

Questão 23 – Nos últimos anos, as escolas públicas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	22	33,33333
Piorou um pouco	13	19,69697
Não Melhorou	14	21,21212
Melhorou	10	15,15152
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	7	10,60606
Total	66	100

Questão 43 – Formação completa

Conceito	Absoluto	Relativo
Analfabeto	4	6,060606

Alfabetizado	4	6,060606
Fundamental	22	33,333333
Ensino Médio	29	43,93939
Superior	6	9,090909
Especialização	1	1,515152
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Total	66	100

APÊNDICE B – Pacote de Análises Parnamirim de Dentro

SEXO E DROGAS**PARNAMIRIM VELHA**

Questão 9 – A segurança que a polícia oferece aos moradores é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	47	70,14925
Ruim	13	19,40299
Regular	2	2,985075
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	5	7,462687
Total	67	100

Questão 28 – Nos últimos anos, a segurança pública:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	6	8,955224
Piorou um pouco	4	5,970149
Não Melhorou	32	47,76119
Melhorou	21	31,34328
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

Questão 31 – Nos últimos anos, os roubos e furtos:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	64	95,52239
Piorou um pouco	1	1,492537
Não Melhorou	1	1,492537
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 32 – Nos últimos anos, o alcoolismo:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	27	40,29851
Piorou um pouco	21	31,34328
Não Melhorou	9	13,43284
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	10	14,92537
Total	67	100

Questão 33 – Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	36	53,73134
Piorou um pouco	15	22,38806
Não Melhorou	5	7,462687
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	10	14,92537
Total	67	100

Questão 34 – Nos últimos anos, a polícia por aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	51	76,1194
Piorou um pouco	10	14,92537
Não Melhorou	4	5,970149
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 35 – Nos últimos anos, o consumo de drogas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	46	68,65672
Piorou um pouco	7	10,44776
Não Melhorou	3	4,477612
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	11	16,41791
Total	67	100

Questão 37 – Nos últimos anos, o uso de drogas (ilícitas):

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	47	70,14925
Piorou um pouco	4	5,970149
Não Melhorou	3	4,477612
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	1	1,492537
Não Sei	12	17,91045
Total	67	100

Questão 38 – Nos últimos anos a violência:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	48	71,64179
Piorou um pouco	11	16,41791
Não Melhorou	4	5,970149
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 40 – Sexo		
Conceito	Absoluto	Relativo
Masculino	39	58,20896
Feminino	28	41,79104
Total	67	100

PARNAMIRIM NOVA

Questão 9 – A segurança que a polícia oferece aos moradores é:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	50	74,62687
Ruim	12	17,91045
Regular	4	5,970149
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 28 – Nos últimos anos, a segurança pública:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	43	64,1791
Piorou um pouco	9	13,43284
Não Melhorou	14	20,89552
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	0	0
Total	67	100

Questão 31 – Nos últimos anos, os roubos e furtos:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	51	76,1194
Piorou um pouco	10	14,92537
Não Melhorou	5	7,462687
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0

Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 32 – Nos últimos anos, o alcoolismo:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	29	43,28358
Piorou um pouco	10	14,92537
Não Melhorou	18	26,86567
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	13,43284
Total	67	100

Questão 33 – Nos últimos anos, a gravidez na adolescência:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	33	49,25373
Piorou um pouco	8	11,9403
Não Melhorou	12	17,91045
Melhorou	3	4,477612
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	11	16,41791
Total	67	100

Questão 34 – Nos últimos anos, a polícia por aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	49	73,13433
Piorou um pouco	10	14,92537
Não Melhorou	5	7,462687
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 35 – Nos últimos anos, o consumo de drogas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	55	82,08955
Piorou um pouco	6	8,955224
Não Melhorou	5	7,462687
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 37 – Nos últimos anos, o uso de drogas (ilícitas):

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	47	70,14925
Piorou um pouco	11	16,41791
Não Melhorou	8	11,9403
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 38 – Nos últimos anos, a violência

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	52	77,61194
Piorou um pouco	6	8,955224
Não Melhorou	6	8,955224
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 40 – Sexo

Conceito	Absoluto	Relativo
Masculino	36	53,73134
Feminino	31	46,26866
Total	67	100

LAZER

PARNAMIRIM VELHA

Questão 2 – O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	4	5,970149
Ruim	9	13,43284
Regular	24	35,8209
Bom	23	34,32836
Excelente	1	1,492537
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 25 – Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	3	4,477612
Piorou um pouco	11	16,41791
Não Melhorou	30	44,77612
Melhorou	11	16,41791
Melhorou Muito	1	1,492537
Não Sei	11	16,41791
Total	67	100

Questão 26 – Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	3	4,477612
Piorou um pouco	16	23,8806
Não Melhorou	27	40,29851
Melhorou	12	17,91045
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	13,43284
Total	67	100

Questão 29 – Nos últimos anos, a segurança pública:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	6	8,955224
Piorou um pouco	4	5,970149
Não Melhorou	32	47,76119
Melhorou	21	31,34328
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

NOVA PARNAMIRIM

Questão 2 – O ganho de quem trabalha em bares, restaurantes, pousadas e hotéis é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	6	8,955224
Ruim	4	5,970149
Regular	47	70,14925
Bom	3	4,477612
Excelente	0	0
Não Sei	7	10,44776
Total	67	100

Questão 25 – Nos últimos anos, os bares, restaurantes, pousadas e hotéis:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	5	7,462687
Piorou um pouco	3	4,477612
Não Melhorou	33	49,25373
Melhorou	23	34,32836
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 26 – Nos últimos anos, as ruas e calçamentos:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	10	14,92537
Piorou um pouco	7	10,44776
Não Melhorou	43	64,1791
Melhorou	5	7,462687
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 29 – Nos últimos anos, a segurança pública:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	6	8,955224
Piorou um pouco	3	4,477612
Não Melhorou	47	70,14925
Melhorou	9	13,43284
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

SERVIÇOS

PARNAMIRIM VELHA

Questão 7 – Hoje, os transportes são:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	15	22,38806
Ruim	23	34,32836
Regular	20	29,85075
Bom	3	4,477612
Excelente	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 8 – Hoje, a unidade de saúde é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	21	31,34328
Ruim	17	25,37313
Regular	12	17,91045
Bom	11	16,41791
Excelente	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 27 – Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	32	47,76119
Piorou um pouco	16	23,8806
Não Melhorou	10	14,92537
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	1	1,492537
Não Sei	8	11,9403
Total	67	100

NOVA PARNAMIRIM

Questão 7 – Hoje, os transportes são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	14	20,89552
Ruim	28	41,79104
Regular	22	32,83582
Bom	2	2,985075
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 8 – Hoje, a unidade de saúde é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	45	67,16418
Ruim	14	20,89552
Regular	5	7,462687
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 27 – Nos últimos anos, o atendimento de postos de saúde ou hospitais:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	31	46,26866
Piorou um pouco	9	13,43284
Não Melhorou	21	31,34328
Melhorou	3	4,477612
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

RENDIMENTO DO TURISMO

PARNAMIRIM VELHA

Questão 4 – Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	0	0
Ruim	6	8,955224
Regular	7	10,44776
Bom	22	32,83582
Excelente	3	4,477612
Não Sei	29	43,28358
Total	67	100

Questão 14 – Para a cidade, a presença dos turistas é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	0	0
Ruim	0	0
Regular	4	5,970149
Bom	40	59,70149
Excelente	20	29,85075
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 20 – Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	40	59,70149
Piorou um pouco	13	19,40299
Não Melhorou	7	10,44776
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	7	10,44776
Total	67	100

PARNAMIRIM NOVA

Questão 4 – Hoje, o ganho dos moradores de casas de veraneio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	5	7,462687
Ruim	7	10,44776
Regular	34	50,74627
Bom	6	8,955224
Excelente	1	1,492537
Não Sei	14	20,89552
Total	67	100

Questão 14 – Para a cidade, a presença dos turistas é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	2	2,985075
Ruim	8	11,9403
Regular	17	25,37313
Bom	27	40,29851
Excelente	8	11,9403
Não Sei	5	7,462687
Total	67	100

Questão 20 – Nos últimos anos, a presença de água de esgoto nas ruas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	5	7,462687
Piorou um pouco	7	10,44776
Não Melhorou	48	71,64179
Melhorou	4	5,970149
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

NOVA PARNAMIRIM

Questão 12 – Se os turistas deixassem de vir, os ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	30	44,77612
Ruim	15	22,38806
Regular	12	17,91045
Bom	2	2,985075
Excelente	0	0
Não Sei	8	11,9403
Total	67	100

Questão 13 – Se degradassem as dunas e falésias, os ganhos seriam:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	31	46,26866
Ruim	15	22,38806
Regular	13	19,40299
Bom	4	5,970149
Excelente	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

Questão 30 – Nos últimos anos, a degradação das dunas e falésias:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	11	16,41791
Piorou um pouco	6	8,955224
Não Melhorou	41	61,19403
Melhorou	3	4,477612
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 36 – Quando chegam os turistas, a moradia aqui:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	16	23,8806
Piorou um pouco	6	8,955224
Não Melhorou	10	14,92537
Melhorou	23	34,32836
Melhorou Muito	7	10,44776
Não Sei	5	7,462687
Total	67	100

ACESSIBILIDADE

PARNAMIRIM VELHA

Questão 17 – Nos últimos anos, as estradas:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	12	17,91045
Piorou um pouco	5	7,462687
Não Melhorou	32	47,76119
Melhorou	11	16,41791
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	7	10,44776
Total	67	100

Questão 18 – Nos últimos anos, a iluminação pública:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	9	13,43284
Piorou um pouco	4	5,970149
Não Melhorou	27	40,29851
Melhorou	21	31,34328
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 19 – Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	10	14,92537
Piorou um pouco	37	55,22388
Não Melhorou	16	23,8806
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 42 – Trabalha em:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Agricultura	0	0
Artesã	0	0
Comércio	29	43,28358
Indústria	5	7,462687
Serviços	20	29,85075
Não trabalha	13	19,40299
Total	67	100

PARNAMIRIM NOVA

Questão 17 – Nos últimos anos, as estradas:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	4	5,970149
Piorou um pouco	4	5,970149
Não Melhorou	47	70,14925
Melhorou	10	14,92537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 18 – Nos últimos anos, a iluminação pública:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	7	10,44776
Piorou um pouco	5	7,462687
Não Melhorou	35	52,23881
Melhorou	18	26,86567
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 19 – Nos últimos anos, os ganhos das pessoas:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	7	10,44776
Piorou um pouco	21	31,34328
Não Melhorou	31	46,26866
Melhorou	6	8,955224
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 42 – Trabalha em:		
Conceito	Absoluto	Relativo
Agricultura	0	0
Artesã	0	0
Comércio	35	52,23881
Indústria	0	0
Serviços	27	40,29851
Não trabalha	5	7,462687
Total	67	100

EMPREGO E RENDA

PARNAMIRIM VELHA

Questão 1 – Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	12	17,91045
Ruim	16	23,8806
Regular	15	22,38806
Bom	7	10,44776
Excelente	0	0
Não Sei	17	25,37313
Total	67	100

Questão 3 – Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	2	2,985075
Ruim	6	8,955224
Regular	21	31,34328
Bom	32	47,76119
Excelente	1	1,492537
Não Sei	5	7,462687
Total	67	100

Questão 5 – Hoje, os empregos daqui são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	7	10,44776
Ruim	18	26,86567
Regular	33	49,25373
Bom	8	11,9403
Excelente	0	0
Não Sei	1	1,492537
Total	67	100

Questão 10 – Se não houvesse o benefício da previdência privada, os seus ganhos ficariam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	34	50,74627
Ruim	20	29,85075
Regular	4	5,970149
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	9	13,43284
Total	67	100

Questão 11 – Se não houvesse o Programa Bolsa Família, os seus ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	29	43,28358
Ruim	14	20,89552
Regular	3	4,477612
Bom	1	1,492537
Excelente	0	0
Não Sei	20	29,85075
Total	67	100

Questão 16 – O movimento no comércio:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	14	20,89552
Piorou um pouco	26	38,80597
Não Melhorou	21	31,34328
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	5	7,462687
Total	67	100

Questão 21 – Nos últimos anos, a agricultura:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	23	34,32836
Piorou um pouco	6	8,955224
Não Melhorou	10	14,92537
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	1	1,492537
Não Sei	26	38,80597
Total	67	100

Questão 22 – Nos últimos anos, os empregos na cidade:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	19	28,35821
Piorou um pouco	23	34,32836
Não Melhorou	20	29,85075
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

NOVA PARNAMIRIM

Questão 1 – Hoje, o ganho de quem trabalha na agricultura e na pesca aqui é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	2	2,985075
Ruim	19	28,35821
Regular	17	25,37313
Bom	0	0
Excelente	0	0
Não Sei	29	43,28358
Total	67	100

Questão 3 – Hoje, o ganho de quem trabalha no comércio é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	12	17,91045
Ruim	10	14,92537
Regular	37	55,22388
Bom	5	7,462687
Excelente	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 5 – Hoje, os empregos daqui são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	15	22,38806
Ruim	17	25,37313
Regular	30	44,77612
Bom	3	4,477612
Excelente	0	0
Não Sei	2	2,985075
Total	67	100

Questão 10 – Se não houvesse o benefício da previdência privada, os seus ganhos ficariam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	30	44,77612
Ruim	19	28,35821
Regular	9	13,43284
Bom	3	4,477612
Excelente	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 11 – Se não houvesse o Programa Bolsa Família, os seus ganhos seriam:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	27	40,29851
Ruim	23	34,32836
Regular	8	11,9403
Bom	3	4,477612
Excelente	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

Questão 16 – O movimento no comércio:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	30	44,77612
Piorou um pouco	16	23,8806
Não Melhorou	16	23,8806
Melhorou	2	2,985075
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 21 – Nos últimos anos, a agricultura:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	11	16,41791
Piorou um pouco	7	10,44776
Não Melhorou	24	35,8209
Melhorou	0	0
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	25	37,31343
Total	67	100

Questão 22 – Nos últimos anos, os empregos na cidade:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	21	31,34328
Piorou um pouco	14	20,89552
Não Melhorou	27	40,29851
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

PROFISSIONALIZAÇÃO DO TURISMO

PARNAMIRIM VELHA

Questão 15 – Nos últimos anos, a coleta de lixo é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	3	4,477612
Ruim	3	4,477612
Regular	22	32,83582
Bom	35	52,23881
Excelente	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

Questão 24 – Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	2	2,985075
Piorou um pouco	11	16,41791
Não Melhorou	43	64,1791
Melhorou	2	2,985075
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	9	13,43284
Total	67	100

NOVA PARNAMIRIM

Questão 15 – Nos últimos anos, a coleta de lixo é:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	3	4,477612
Ruim	3	4,477612
Regular	31	46,26866
Bom	27	40,29851
Excelente	0	0
Não Sei	3	4,477612
Total	67	100

Questão 24 – Nos últimos anos, os cursos profissionalizantes oferecidos aqui:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	2	2,985075
Piorou um pouco	3	4,477612
Não Melhorou	28	41,79104
Melhorou	24	35,8209
Melhorou Muito	1	1,492537
Não Sei	9	13,43284
Total	67	100

EDUCAÇÃO

PARNAMIRIM VELHA

Questão 6 – Hoje, as escolas públicas são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	10	14,92537
Ruim	27	40,29851
Regular	21	31,34328
Bom	3	4,477612
Excelente	0	0
Não Sei	6	8,955224
Total	67	100

 Questão 23 – Nos últimos anos, as escolas públicas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	11	16,41791
Piorou um pouco	21	31,34328
Não Melhorou	26	38,80597
Melhorou	1	1,492537
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	8	11,9403
Total	67	100

 Questão 43 – Formação completa

Conceito	Absoluto	Relativo
Analfabeto	0	0
Alfabetizado	3	4,477612
Fundamental	14	20,89552
Ensino Médio	38	56,71642
Superior	6	8,955224
Especialização	4	5,970149
Mestrado	1	1,492537
Doutorado	1	1,492537
Total	67	100

NOVA PARNAMIRIM

 Questão 6 – Hoje, as escolas públicas são:

Conceito	Absoluto	Relativo
Péssimo	15	22,38806
Ruim	25	37,31343
Regular	21	31,34328
Bom	1	1,492537
Excelente	0	0
Não Sei	5	7,462687
Total	67	100

 Questão 23 – Nos últimos anos, as escolas públicas:

Conceito	Absoluto	Relativo
Piorou Muito	22	32,83582
Piorou um pouco	17	25,37313
Não Melhorou	17	25,37313
Melhorou	7	10,44776
Melhorou Muito	0	0
Não Sei	4	5,970149
Total	67	100

Questão 43 – Formação completa		
Conceito	Absoluto	Relativo
Analfabeto	1	1,492537
Alfabetizado	0	0
Fundamental	9	13,43284
Ensino Médio	44	65,67164
Superior	10	14,92537
Especialização	2	2,985075
Mestrado	0	0
Doutorado	1	1,492537
Total	67	100